

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**BRUNO MANDELLI**

**GREVES, REPRESSÃO E RESISTÊNCIA: UMA HISTÓRIA COMPARADA DOS  
MINEIROS DE CARVÃO NO SUL DO BRASIL (1945-1964)**

Porto Alegre

2023

Bruno Mandelli

**GREVES, REPRESSÃO E RESISTÊNCIA: UMA HISTÓRIA COMPARADA DOS  
MINEIROS DE CARVÃO NO SUL DO BRASIL (1945-1964)**

Tese de Doutorado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Profa. Dra. Clarice Gontarski Speranza.

Porto Alegre

2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**REITOR**

Carlos Bulhões Mendes

**VICE-REITORA**

Patrícia Pranke

**DIRETORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

Hélio do Couto Alves

**VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

Alex Niche Teixeira

**COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Igor Salomão Teixeira

**COORDENADORA DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES**

Juliani Menezes dos Reis

**CIP - Catalogação na Publicação**

Mandelli, Bruno  
Greves, repressão e resistência: uma história  
comparada dos mineiros de carvão no Sul do Brasil  
(1945-1964) / Bruno Mandelli. -- 2023.  
310 f.  
Orientador: Clarice Gontarski Speranza.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto  
Alegre, BR-RS, 2023.

1. Greves. 2. Minas de carvão. 3. Rio Grande do  
Sul. 4. Santa Catarina. 5. História Comparada. I.  
Speranza, Clarice Gontarski, orient. II. Título.

Bruno Mandelli

GREVES, REPRESSÃO E RESISTÊNCIA: UMA HISTÓRIA COMPARADA DOS  
MINEIROS DE CARVÃO NO SUL DO BRASIL (1945-1964)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História do Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul como requisito para obtenção do título de  
Doutor em História.

Aprovado em 29 de março de 2023.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dra. Clarice Gontarski Speranza PPGH/UFRGS (Orientadora)

---

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado (PPGH/UFSC)

---

Prof. Dr. João Henrique Zanellato (PPGDS/UNESC)

---

Prof. Dr. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro (UESPI)

---

Prof. Dra. Natália Pietra Mendez (PPGH/UFRGS)

Porto Alegre

2023

## AGRADECIMENTOS

Ao longo dos anos, desde a primeira ideia do projeto de doutorado a finalização, são muitas as pessoas que contribuíram para que esse sonho se tornasse concreto. Agradeço profundamente a minha orientadora, Clarice Gonstarki Speranza, pelo seu empenho em acreditar nessa pesquisa, e que me deu valiosos conselhos nos momentos essenciais, além de ser um exemplo de professora e profissional.

À universidade pública, desde quando entrei, no ano de dois mil e oito, no curso de Ciências Econômicas na Universidade Federal de Santa Catarina, depois passando para a graduação e o mestrado em História pela mesma universidade, e, posteriormente, o doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ao total, foram treze anos de ensino nesses espaços, lembranças de muito aprendizado, dentro e fora da sala de aula.

Às pessoas que me incentivaram a realizar o doutorado e a pesquisar sobre esse tema, ao professor Paulo Pinheiro Machado, que desde a graduação tem contribuído com minha formação como historiador.

À linha de pesquisa relações sociais de dominação e resistência pelos debates que resultaram nesta Tese, e ao Programa de Pós-graduação em História da UFRGS pelo apoio na realização da pesquisa e a participação em eventos que serviram para trocar experiências com outros pesquisadores.

À CAPES, pelo auxílio na bolsa de doutorado e ao DAAD, pelo período de doutorado sanduíche na Alemanha. Ao professor Stefan Berger, pelo acolhimento e conselhos nas reuniões realizadas na Ruhr Universität Bochum.

À banca de qualificação, professores Benito Schmidt e Marcelo Badaró Mattos, pelas críticas e sugestões que ajudaram a aprimorar o trabalho.

À Adriana, minha companheira que segurou a barra em vários momentos. Por fim, aos meus pais, Eliana e Tayrone e aos meus filhos, Victor Hugo e Gael, a quem dedico esse trabalho.

A todos vocês, meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

Esta tese tem por objetivo compreender, em perspectiva comparada, as experiências de mobilização e resistência dos trabalhadores e trabalhadoras das minas de carvão do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, entre 1945 e 1964, bem como aspectos da repressão, presente em todo o período, mas aprofundada com o golpe civil militar, que prendeu lideranças dos Sindicatos dos Mineiros. Desde o início do século XX, esses sujeitos realizaram uma série de movimentos grevistas para reivindicarem melhores salários, condições de trabalho, direitos trabalhistas e melhorias nas vilas operárias mineiras. Essas ações, embora possuíssem suas particularidades locais, estavam conectadas nas duas regiões analisadas não só pelas semelhanças das suas pautas, como também pelos representantes eleitos pelos operários para a Federação Interestadual dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Carvão, criada no começo da década de 1950, que buscava articular lutas em conjunto com os sindicatos locais, formando-se uma rede de classe que os conectava. Apesar das singularidades do ofício e do local de trabalho dos mineiros, havia um horizonte de expectativa em comum, de crença nas transformações democratizantes e nacionalistas (Reformas de Base) seriam concretizadas ao nível local com a estatização das minas de carvão e na melhoria das condições de vida e de trabalho de toda a população. Apesar de toda a repressão desencadeada nas minas de carvão para impedir as greves, os trabalhadores organizaram-se em sindicatos e realizaram importantes movimentos ao longo do período, com conquistas reais para o conjunto da categoria. Somente com o golpe civil-militar de 1964 que suas principais lideranças foram presas e o conjunto do movimento foi cerceado, o que não impediu, contudo, que novas formas de protesto e de reivindicações emergissem após 1964.

**Palavras-chave:** Greves; Minas de carvão; Rio Grande do Sul; Santa Catarina; História Comparada.

## **ABSTRACT**

This thesis aims to understand, in a comparative perspective, the mobilization and resistance experiences of workers in the coal mines of Rio Grande do Sul and Santa Catarina, between 1945 and 1964, as well as aspects of repression, present throughout the period, but deepened with the civil-military coup, which arrested leaders of the Miners' Unions. Since the beginning of the 20th century, these workers have carried out a series of strike movements to demand better wages, working conditions, labor rights and improvements in the working villages. These actions, although they had their local particularities, were linked in the two regions analyzed not only by the similarities of their agendas, but also by the representatives elected by the workers for the Interstate Federation of Workers in the Coal Extraction Industry, created in the early 1950s., which sought to articulate struggles with local unions, forming a class network that connected them. Despite the singularities of the miners' craft and workplace, there was a horizon of common expectation, of belief in the democratizing and nationalist transformations (Basic Reforms) that would be implemented at the local level with the nationalization of coal mines and the improvement of conditions of life and work for the entire population. Despite all the repression unleashed in the coal mines to prevent strikes, workers organized themselves into unions and carried out important movements throughout the period, with real achievements for the category as a whole. It was only with the civil-military coup of 1964 that its main leaders were arrested, and the movement curtailed, which did not prevent, however, that new forms of protest and claims emerged from 1964 onwards.

**Keywords:** Strikes; Coal mines; Rio Grande do Sul; Santa Catarina; Comparative History.

## RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo comprender, en una perspectiva comparada, las experiencias de movilización y resistencia de los trabajadores de las minas de carbón de Rio Grande do Sul y Santa Catarina, entre 1945 y 1964, así como aspectos de la represión, presentes en todo el período, pero profundizados con el golpe cívico-militar, que arrestó a dirigentes de los Sindicatos Mineros. Desde principios del siglo XX, estos sujetos han realizado una serie de movimientos huelguísticos para exigir mejores salarios, condiciones de trabajo, derechos laborales y mejoras en los pueblos obreros. Estas acciones, si bien tenían sus particularidades locales, estaban conectadas en las dos regiones analizadas no sólo por las similitudes de sus agendas, sino también por los representantes electos por los trabajadores para la Federación Interestatal de Trabajadores de la Industria Extractora del Carbón, creada en el principio de la década de 1950, que buscaba articular luchas junto a los sindicatos locales, formando una red de clases que los conectaba. A pesar de las singularidades del oficio y del lugar de trabajo de los mineros, había un horizonte de expectativa común, de creencia en las transformaciones democratizadoras y nacionalistas (Reformas de Base) que se implementarían a nivel local con la nacionalización de las minas de carbón y el mejoramiento de condiciones de vida y trabajo de toda la población. A pesar de toda la represión desatada en las minas de carbón para evitar las huelgas, los trabajadores se organizaron en sindicatos y realizaron importantes movimientos a lo largo del período, con verdaderas conquistas para el conjunto del rubro. Recién con el golpe de Estado cívico-militar de 1964 se arresta a sus principales líderes y se coarta el movimiento en su conjunto, lo que no impide, sin embargo, que surjan nuevas formas de protesta y reivindicación a partir de 1964.

**Palabras clave:** Huelgas; Minas de carbón; Rio Grande do Sul; Santa Catarina; Historia Comparada.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Greve dos mineiros da Carbonífera Próspera, Criciúma (SC), agosto de 1945. Bairro São Cristóvão.....	34
<b>Figura 2</b> – Greve dos mineiros da Carbonífera Próspera, Criciúma (SC), agosto de 1945. Bairro São Cristóvão.....	34
<b>Figura 3</b> – Sede do Sindicato dos Mineiros de São Jerônimo, década de 1940. ....	35
<b>Figura 4</b> – Mapa das zonas carboníferas da região Sul do Brasil.....	38
<b>Figura 5</b> – Mineiros no subsolo da mina de Arroio dos Ratos, município de São Jerônimo, Rio Grande do Sul. ....	44
<b>Figura 6</b> – Visita das Freiras da Congregação das Irmãs da Divina Providência ao interior de uma mina em Criciúma, década de 1950.....	45
<b>Figura 7</b> – Carteira de trabalho de menor de Cyro Manoel Pacheco, Criciúma. ....	49
<b>Figura 8</b> – Registro de empregados da Carbonífera São Marcos, Criciúma. Alzira de Souza, escolheira, 15 anos.....	50
<b>Figura 9</b> – Carteira de trabalho de Ademar Francisco Cerpa, Arroio dos Ratos.....	50
<b>Figura 10</b> – Emílio Salvador, conhecido como Sr. Tibúrcio, discursando em 1950 durante a visita de Getúlio Vargas em Arroio dos Ratos. ....	55
<b>Figura 11</b> – Mineiro perfurando a frente de serviço com martelo de ar comprimido em uma mina de carvão em Criciúma, década de 1970. ....	57
<b>Figura 12</b> – Mineiros chegando de uma galeria de carvão após sua jornada de trabalho, Criciúma, década de 1960. ....	58
<b>Figura 13</b> – Mineiro morto após o desabamento de uma pedra no interior da galeria. Mina de carvão em Criciúma, década de 1950.....	62
<b>Figura 14</b> – Mineiros reunidos antes do trabalho, Criciúma, década de 1950. ....	69
<b>Figura 15</b> – Mulheres “escolheiras” em uma mina de carvão de Criciúma na década de 1940. Foto sem local exato.....	73
<b>Figura 16</b> – Mães e bebês no concurso de robustez infantil, 1944.....	76
<b>Figura 17</b> – Concurso do bebê robusto, Criciúma (SC), década de 1950. ....	77
<b>Figura 18</b> – Contrato de trabalho de Ondina Limas com a Carbonífera Progresso S.A.....	79
<b>Figura 19</b> – Casas dos operários que trabalhavam para o CADEM, Vila Arroio dos Ratos, município de São Jerônimo, década de 1940. ....	84

<b>Figura 20</b> – Vila Operária da C.B.C.A no bairro Operária, atual Santa Bárbara, início década de 1950. ....	87
<b>Figura 21</b> – Visita das Freiras da Congregação das Irmãs da Divina Providência às residências da Vila Operária Próspera, 1952.....	90
<b>Figura 22</b> – Visita das Freiras da Congregação das Irmãs da Divina Providência às residências da Vila Operária Próspera, 1952.....	91
<b>Figura 23</b> – Reunião da diretoria do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, provavelmente em 1951. ....	111
<b>Figura 24</b> – Carta Sindical dos mineiros de Criciúma, reconhecida em 30 de junho 1945...	116
<b>Figura 25</b> – Edição do jornal <i>O Lampeão</i> editado por militantes do PCB nas minas de São Jerônimo na década de 1950. Sem ano exato. ....	131
<b>Figura 26</b> – Mapa com a distância entre Porto do Conde e Butiá. ....	135
<b>Figura 27</b> – Ata da Assembleia Geral Extraordinária para fins de ratificação do Contrato Coletivo de Trabalho, 25 de março de 1956.....	146
<b>Figura 28</b> – Edição de maio de 1956 do jornal <i>O Lampeão</i> , São Jerônimo. ....	158
<b>Figura 29</b> – Panfleto para eleições do sindicato, outubro de 1952.....	160
<b>Figura 30</b> – Cartas/telegramas da direção do CADEM. ....	168
<b>Figura 31</b> – Panfleto do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, de setembro de 1957, reivindicando a taxa de insalubridade. ....	194
<b>Figura 32</b> – Passeata de solidariedade aos mineiros da Companhia Carbonífera Metropolitana S.A., que estavam em greve por melhores condições de trabalho e aumento salarial, Criciúma (SC), janeiro de 1960.....	198
<b>Figura 33</b> – Folheto em Campanha de Defesa do Carvão Nacional. ....	200
<b>Figura 34</b> – Passeata de solidariedade aos mineiros da Companhia Carbonífera Metropolitana S.A., que estavam em greve por melhores condições de trabalho e aumento salarial, Criciúma (SC), janeiro de 1960.....	202
<b>Figura 35</b> – Passeata de solidariedade aos mineiros da Companhia Carbonífera Metropolitana S.A., que estavam em greve por melhores condições de trabalho e aumento salarial, Criciúma (SC), janeiro de 1960.....	203
<b>Figura 36</b> – Convocação para a retomada do trabalho aos grevistas.....	205
<b>Figura 37</b> – Leonel Brizola em São Jerônimo. ....	217
<b>Figura 38</b> – Leonel Brizola em São Jerônimo. ....	218
<b>Figura 39</b> – Expresso Santa Catarina pela Legalidade. ....	222

<b>Figura 40</b> – Ofício enviado por um grupo de mineiros de Criciúma (SC) ao Embaixador de Cuba no Brasil. ....	223
<b>Figura 41</b> – Condecoração do Sindicato dos Mineiro de Criciúma ao III Exército, pela resistência na Crise da Legalidade.....	224
<b>Figura 42</b> – Deputado operário Bruno Segalla discursando aos mineiros.....	229
<b>Figura 43</b> – Visita de João Goulart às minas de Charqueadas, 12 de setembro de 1963. ....	235
<b>Figura 44</b> – Assinatura de Jango para obras de ampliação da Usina Termelétrica de Charqueadas, 12 de setembro de 1963. ....	236
<b>Figura 45</b> – Comissão de sindicalistas mineiros de Santa Catarina em audiência com o Presidente João Goulart, no Rio de Janeiro, em 1963. ....	237
<b>Figura 46</b> – Na mesma audiência, no Rio de Janeiro, Aldo Dietrich conversa com Jango...	237
<b>Figura 47</b> – O líder ferroviário Procópio Farinha.....	262

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Principais Empresas Carboníferas de Criciúma (1940-1965) .....	47
<b>Tabela 2</b> – Greves dos mineiros no Rio Grande do Sul e Santa Catarina (1950-1964) .....	182
<b>Tabela 3</b> – Ofício do Sindicato dos Mineiros de Criciúma à Carb. Metropolitana, dezembro de 1959. ....	184

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Produção de carvão mineral em SC e no RS por tonelada (1940-1965) .52	
<b>Gráfico 2</b> – Salários dos trabalhadores/as da região carbonífera de Criciúma expresso em Cruzeiros (1943-1950).....	74

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1 A RIQUEZA DO SUBSOLO E A POBREZA DOS TRABALHADORES: MINAS E MINEIROS DE CARVÃO NO SUL DO BRASIL.....</b>	<b>33</b>
1.1 TRABALHADORES EM MOVIMENTO: IMIGRANTES EUROPEUS E MIGRANTES NACIONAIS EM BUSCA DE TRABALHO NAS MINAS DO SUL .....	37
1.2 O OFÍCIO MINEIRO: REBELDIA, SOLIDARIEDADE, VIRILIDADE E MASCULINIDADE.....	55
1.3 INSUBORDINADOS E INDISCIPLINADOS.....	66
1.4 AS MULHERES DO CARVÃO EM SANTA CATARINA E NO RIO GRANDE DO SUL.....	70
1.5 AS VILAS OPERÁRIAS MINEIRAS.....	81
<b>2 DA FUNDAÇÃO DOS SINDICATOS À LUTA POR DIREITOS .....</b>	<b>96</b>
2.1 OS MINEIROS DE SÃO JERÔNIMO: UMA LONGA LUTA POR DIREITOS .....	96
2.2 CONECTANDO AS LUTAS: A INFLUÊNCIA DOS MINEIROS DO RIO GRANDE DO SUL NA FUNDAÇÃO DO SINDICATO DE CRICIÚMA .....	108
2.3 GREVES E REPRESSÃO POLICIAL NO PERÍODO DA “REDEMOCRATIZAÇÃO” DO GOVERNO DUTRA .....	117
<b>3 OS MINEIROS E SEUS LAMPIÕES NA DÉCADA DE 1950.....</b>	<b>123</b>
3.1 A GREVE DE 1951 EM SÃO JERÔNIMO E A PARTICIPAÇÃO DOS COMUNISTAS .....	124
3.2 A GREVE DE 1952 EM CRICIÚMA.....	139
3.3 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA DOS COMUNISTAS NA REGIÃO DE SÃO JERÔNIMO .....	151
3.4 GREVE, HOJE, A QUALQUER PREÇO!.....	164
3.5 REPRESSÃO E VIGILÂNCIA: AS TROCAS DE CARTAS CONFIDENCIAIS DA DIREÇÃO DO CADEM .....	168
3.6 AS ELEIÇÕES DE 1957 PARA O SINDICATO DOS MINEIROS DE CRICIÚMA.....	178
<b>4 O CICLO DE GREVES NA DÉCADA DE 1960 .....</b>	<b>188</b>
4.1 O MOVIMENTO SINDICAL ATRAVÉS DO JORNAL <i>ÚLTIMA HORA</i> (PORTO ALEGRE) E A <i>TRIBUNA</i> (CRICIÚMA) .....	190

4.2 A GREVE PELO PAGAMENTO DA TAXA DE INSALUBRIDADE NAS MINAS DE SANTA CATARINA.....	193
4.3 A ARTICULAÇÃO DOS MINEIROS NOS DOIS ESTADOS DO SUL ATRAVÉS DA FEDERAÇÃO E O PROJETO NACIONALISTA PARA O CARVÃO.....	215
4.4 A CAMPANHA PELA LEGALIDADE E A MOBILIZAÇÃO DOS MINEIROS NOS DOIS ESTADOS DO SUL .....	220
4.5 A CRISE DA MINERAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL, O FIM DO SONHO DA ENCAMPAÇÃO, O PROJETO DE MORADIA PRÓPRIA E AS GREVES EM 1963...	226
<b>5 O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964, A REPRESSÃO E A RESISTÊNCIA DOS MINEIROS NO SUL DO BRASIL.....</b>	<b>241</b>
5.1 ÀS VÉSPERAS DO GOLPE: OS TRABALHADORES SE MOBILIZAM.....	243
5.2 O GOLPE EM CRICIÚMA .....	248
5.3 O GOLPE EM SÃO JERÔNIMO .....	259
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>270</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>274</b>
<b>FONTES E ARQUIVOS CONSULTADOS.....</b>	<b>274</b>
<b>Biografias e autobiografias .....</b>	<b>274</b>
<b>Documentos empresariais e governamentais .....</b>	<b>274</b>
<b>Documentos sindicais (atas, panfletos, telegramas).....</b>	<b>275</b>
<b>Entrevistas.....</b>	<b>276</b>
<b>Processos da Justiça do Trabalho .....</b>	<b>277</b>
<b>Leis .....</b>	<b>277</b>
<b>Relatórios médicos.....</b>	<b>278</b>
<b>Sites e páginas da web .....</b>	<b>278</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>279</b>

## INTRODUÇÃO

Em 61, fizemos parte da Cadeia da Legalidade pela posse de João Goulart. O 3º Exército de Porto Alegre ficou aqui cerca de duas semanas, até se encontrar a forma conciliatória do Parlamentarismo. Jango assumiu e as tropas voltaram e nós fomos trabalhar. Ficamos em praça pública, recebendo instruções dos milicos. Grupos de até 50 operários ficava junto com o Pelotão do Exército, entrincheirados no trajeto entre Criciúma e Içara. Aviões das forças golpistas sobrevoavam e eles ficavam lá, prontos para abrir fogo<sup>1</sup>.

As memórias de Jorge Feliciano, mineiro que fez parte da diretoria do Sindicato dos mineiros de Criciúma entre 1960 e 1964, deposto com o golpe civil-militar e preso pela ditadura, ressaltam que o começo dos anos 1960 foram de intensa agitação operária. A resistência pela legalidade, também chamada “Campanha pela Legalidade”, mobilizou sindicatos e trabalhadores de todo país, conclamando apoio do povo para resistir ao golpe em 1961 para garantir a posse de João Goulart como presidente, derrubando o veto dos ministros das Forças Armadas à sucessão de Jânio Quadros, que renunciara, ao então vice-presidente Goulart. Mineiros de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul participaram do movimento pela legalidade, conjuntamente com várias outras categorias de trabalhadores.

Segundo Lameira e Konrad, o movimento foi vitorioso devido à forte mobilização popular em defesa da legalidade constitucional, pela liderança de Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul e pelo decidido apoio militar do III Exército para desarticular o golpe<sup>2</sup>. Com a posse de Jango, o Comando Geral de Greve, formado para coordenar o movimento pela defesa da legalidade, organizou uma passeata no Rio de Janeiro, contando com a participação de ferroviários, estivadores, têxteis, condutores de bonde, bancários, portuários e metalúrgicos<sup>3</sup>. Os trabalhadores das minas de carvão do Sul do Brasil fizeram parte desse importante movimento nacional, indicando a força da ampla articulação do movimento operário em diversas regiões do país, em um processo de crescente organização sindical.

A primeira metade da década de 1960 foi um período de grande politização nas comunidades mineiras: em quase todos os espaços das vilas operárias debatiam-se os problemas nacionais, seja na reunião do sindicato, na fila do açougue, nos estádios de futebol ou em

---

<sup>1</sup> FELICIANO, João Jorge. **Entrevista cedida em 20 de outubro de 1992**. Entrevistadora: Janete Trichês. Criciúma: Acervo de História Oral do Cedoc/Unesc, 1992.

<sup>2</sup> Cf. KONRAD, Diorge Alcenio; LAMEIRA, Rafael Fantinel. Campanha da Legalidade, luta de classes e golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 67-98, 2012.

<sup>3</sup> Cf. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. v. 3.

conversas de bar. Em entrevista, o ex-dirigente do sindicato dos mineiros de Criciúma, Cyro Manoel Pacheco, conta que “a gente debatia política em tudo que era lugar, começava na reunião do sindicato e terminava no bar”<sup>4</sup>. Viviam-se um momento de rápidas mudanças na sociedade e de um horizonte de expectativa<sup>5</sup> a longo prazo, para a construção de um projeto onde os trabalhadores tivessem maior participação nas decisões políticas do país<sup>6</sup>.

A história que esta tese se debruçará é sobre as comunidades mineiras no sul do Brasil, em especial na zona carbonífera de São Jerônimo (que abrigava as vilas de Arroio dos Ratos e Butiá, Minas do Leão e Charqueadas) no Rio Grande do Sul, e de Criciúma, em Santa Catarina, entre os anos de 1945 a 1964. Ambas comunidades mineiras possuíam em torno de 7 mil<sup>7</sup> e 10 mil<sup>8</sup> trabalhadores, respectivamente, na década de 1950, tornando-se uma das áreas de maior concentração operária no mesmo setor de produção no Brasil naquele período, com uma produção de mais de dois milhões de toneladas de carvão no ano de 1960.

Além disso, partilhavam de certos padrões semelhantes de organização, como as moradias em vilas operárias construídas pelas empresas, o processo de trabalho semi-mecanizado, os sindicatos de mineiros, os times de futebol operário, entre outros aspectos que demonstram pontos de convergência entre os trabalhadores de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

No entanto, até o momento, não há produções na historiografia que estabeleçam uma reflexão entre essas duas regiões mineradoras de maneira articulada, embora a proximidade espacial e temporal da exploração do carvão nos dê indícios que existam muito mais pontos em comum do que o contrário. Isto é o que esta tese se propõe: **a comparar sincronicamente as semelhanças e diferenças entre os movimentos de reivindicação dos trabalhadores mineiros nos dois estados e analisar pontos de conexão e de dissenso.**

---

<sup>4</sup> PACHECO, Cyro Manoel. **Entrevista cedida em 2 de junho de 2020**. Entrevistador: Bruno Mandelli. Criciúma, 2020.

<sup>5</sup> A noção de “tempo histórico” aqui é empregada no sentido pensado por Reinhart Koselleck, como diversas camadas que interagem reciprocamente, com diferentes durações e velocidades, que condicionam e permitem aos sujeitos realizarem suas escolhas no presente, como base numa relação entre o espaço de experiência o horizonte de expectativas. Cf. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

<sup>6</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo. *In*: TOLEDO, Caio Navarro de (org). **1964. Visões críticas do golpe**: democracia e reformas no populismo. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 69.

<sup>7</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. **Cavando direitos**: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50. 2012. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012, p. 19.

<sup>8</sup> CAROLA, Carlos Renato. **Assistência médica, saúde pública e o processo modernizador da região carbonífera de Santa Catarina (1930-1964)**. 2004. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004, p. 235.

Em relação à mineração de carvão, a importância que teve para o processo de industrialização em várias partes do mundo é indubitável. Pode-se dizer que a Revolução Industrial (inglesa) no final do XVIII e, especialmente, no primeiro quarto do século XIX não teria ocorrido da mesma maneira, não fosse pela queima do minério para a produção de vapor que alimentava a máquina criada por James Watt, utilizada principalmente na produção de lã. Segundo Hobsbawm, com o crescimento das cidades, especialmente Londres, ocorreu uma rápida expansão da mineração e no início do século XVIII a indústria do carvão era uma “moderna indústria primitiva”<sup>9</sup>.

Esse aparente paradoxo entre uma indústria moderna, porém “primitiva”, e o destaque que o carvão mineral teve nos últimos duzentos e quarenta anos, todavia, deixam em segundo plano uma característica essencial da mineração ao redor do mundo: a da exploração intensiva da força de trabalho. Onde quer que houvesse jazidas de carvão, o capitalismo encontrou uma maneira de explorar e recrutar mão de obra barata para sua extração. Não é à toa que o trabalho do mineiro está na lista das profissões mais perigosas e insalubres do mundo, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>10</sup>. Homens, mulheres e crianças foram utilizadas como mão de obra nas minas em todo o mundo. Segundo Knotter, devido a sua localização dispersa em diversos pontos do globo,

[...] o carvão foi dependente do trabalho imigrante em quase todos os pontos [...]. A mão-de-obra migrante cruzou fronteiras e conectou minas de carvão, regiões e países, mobilizando novos grupos de trabalhadores de variadas ascendências nacionais e étnicas<sup>11</sup>.

Nesse aspecto, pesquisadores de vários países reconheceram a importância da indústria extrativista para o processo de expansão capitalista: nos Estados Unidos da América, na região dos Apalaches, recrutou-se uma grande massa de migrantes negros do sul, em sua maioria pequenos camponeses ou arrendatários, no período anterior à I Guerra Mundial. Como era frequente o trabalho das minas de carvão serem intermitentes, quando faltava trabalho, eles

---

<sup>9</sup> HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 82

<sup>10</sup> Importante destacar que ainda atualmente, o carvão mineral é a fonte mais utilizada no mundo para a produção de energia elétrica, como demonstra os dados da International Energy Agency (IEA), respondendo a 41% da produção total de energia no mundo. Cf. AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Atlas de energia elétrica do Brasil**. 3. ed. Brasília: Aneel, 2008, p. 129-141. Disponível em: [http://www2.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas\\_par3\\_cap9.pdf](http://www2.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas_par3_cap9.pdf). Acesso em 23 jan. 2020.

<sup>11</sup> KNOTTER, Ad. Mineração de carvão, migração e etnicidade: uma história global. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 7, n. 14, 2015, p. 15.

retornavam às suas pequenas propriedades para trabalharem como agricultores e na criação de gado até que uma nova demanda por minérios surgisse<sup>12</sup>.

Na região das Astúrias, Espanha, os agricultores exerceram a mineração como atividade complementar até o final do século XIX, quando tiveram que se dedicar integralmente à mineração devido às longas jornadas de 12 horas ou mais. Gradualmente, com a proletarização dos camponeses, o disciplinamento industrial e a difusão de ideias socialistas, os mineiros de Astúrias começaram a se organizar para pressionar os patrões por aumento salarial e melhores condições de trabalho, por meio de greves ou práticas de sabotagem das empresas, como destruição de máquinas, inundação de boca das minas, descarrilamento de vagões e ameaça de explosões com dinamites<sup>13</sup>. Em 1962, na mais longa greve registrada pelos mineiros asturianos, a “greve do silêncio”, obteve uma importante vitória contra a ditadura de Francisco Franco após um período de severa repressão e arrocho salarial, tornando-se uma referência para todos os movimentos dos trabalhadores da Espanha<sup>14</sup>.

A América Latina também é a região da exploração do subsolo, ou como diria Galeano, “a região das veias abertas”<sup>15</sup>: o Chile possui as maiores reservas de cobre do mundo, entretanto, o salário dos mineiros de cobre chilenos não chegava, em 1964, a oitava parte do salário das refinarias da Kennecott nos Estados Unidos<sup>16</sup>. Na Bolívia, encontra-se a maior reserva mundial de estanho, sendo que na década de 1950, das 156 mil toneladas retiradas de suas entranhas mensalmente, apenas 400 toneladas foram recuperadas, o restante foi enviado na forma bruta para as refinarias estrangeiras, sendo que os Estados Unidos compravam sua maior parte<sup>17</sup>. A partir da Revolução Nacional de 1952 na Bolívia, as minas de estanho foram nacionalizadas, surgindo a Corporación Minera de Bolívia (COMIBOL), responsável por empregar 36 mil trabalhadores mineiros entre 1952 e 1986<sup>18</sup>. Formou-se, então, um poderoso movimento operário que foi protagonista dos principais processos sociais e políticos que ocorreram na segunda metade do século XX<sup>19</sup>.

---

<sup>12</sup> *Idem.*

<sup>13</sup> Cf. GARCÍA PIÑEIRO, Ramón. La minería del carbón em Asturias: un siglo de relaciones laborales. **Cuadernos de Relaciones Laborales**, Madrid, n. 3, p. 67-75, 1993.

<sup>14</sup> Cf. AROCA MOHEDANO, Manuela. Mineros y clandestinidad socialista en Asturias. **Espacio, Tiempo y Forma**, Madrid, n. 20, p. 265-279, 2008.

<sup>15</sup> GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, 2010, p. 18.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 207.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 211.

<sup>18</sup> ROCHA, Joallan Cardim. **Os mineiros bolivianos: identidade, conflito e consciência de classe**. Curitiba: Appris, 2018, p. 126.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 212.

Esses são alguns exemplos da importância que os trabalhadores das minas, chamados mineiros<sup>20</sup>, tiveram para o processo de expansão do capitalismo, e de como seus movimentos organizados ficaram conhecidos por sua combatividade, a ponto de se tornarem sinônimos de luta e de resistência<sup>21</sup>. Este quadro também se verifica no Brasil, onde a mineração de carvão se concentrou nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Dentre os múltiplos elementos que envolvem as comunidades mineiras dessas regiões, o que esta tese almeja compreender, em perspectiva comparada, são **as experiências de mobilização e resistência dos trabalhadores e trabalhadoras das minas de carvão no Sul do Brasil, entre 1945 e 1964, bem como aspectos da repressão, presente em todo o período, mas aprofundada com o golpe civil militar, que prendeu lideranças dos Sindicatos dos Mineiros.**

Cinco questões específicas norteiam este trabalho, que visamos responder ao longo do texto:

- 1) Investigar as experiências de exploração e de solidariedade às quais estavam submetidos os trabalhadores e trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul;
- 2) Identificar as ações de resistência, em especial as redes de articulação entre os sindicatos dos dois estados e também em relação ao crescente movimento operário no Brasil;
- 3) Compreender como estas experiências foram significadas em termos de cultura, observadas as clivagens de gênero e de raça;
- 4) Compreender a importância e o papel que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) desempenhou na organização dos trabalhadores das minas de carvão;

---

<sup>20</sup> Importante que se diga que a denominação “mineiros” engloba uma gama de funções desempenhadas por trabalhadores nas minas, relacionadas às etapas de extração do carvão mineral, tanto no subsolo quanto na parte terrestre.

<sup>21</sup> Entre os clássicos estudos sobre os trabalhadores da mineração, cf. PERROT, Michelle. **Jeunesse de la greve (France, 1871-1890)**. Paris: Éditions du Seuil, 1984; KLUBOCK, Thomas. **Contested Communities: Class, Gender, and Politics in Chile's El Teniente Copper Mine, 1904-1951**. Durham: Duke University Press, 1998; BERGER, Stefan; CROLL, Andy; LA PORTE, Norman (org.). **Towards a Comparative History of Coalfield Societies**. Londres: Routledge, 2005; ECKERT, Cornelia. **Os homens da mina: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas/RS**. 1985. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1985; CIOCCARI, Marta Regina. **Do gosto da mina, do jogo e da revolta: um estudo antropológico sobre a construção da honra em uma comunidade de mineiros de carvão**. Rio de Janeiro: UFRJ; Museu Nacional, 2010; TREMPÉ, Rolande. Les caractéristiques du syndicalisme minier français et son apport au mouvement ouvrier français. **Historical Papers/Communications historiques**, Québec, v. 16, n. 1, p. 144-154, 1981; SPERANZA, Clarice Gontarski, *Op. Cit.*, 2012; SPERANZA, Clarice Gontarski. **Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954)**. São Leopoldo: Oikos, 2014; KNOTTER, Ad, *Op. Cit.*; BERGER, Stefan; ALEXANDER, Peter (org.). **Making Sense of Mining History: Themes and Agendas**. London: Routledge, 2019.

- 5) Analisar as relações entre o movimento operário mineiro e o Estado no período;
- 6) Observar como o golpe civil militar de 1964 afetou as organizações desses trabalhadores e suas lutas sociais.

O recorte do período marca um dos momentos de maior mobilização operária pelo país, quando os trabalhadores, por meio de grandes lutas com pautas comuns, realizaram amplas greves nacionais, como a greve dos “700 mil” em São Paulo, no ano de 1963<sup>22</sup>. Marcelo Badaró Mattos observa que esse fenômeno foi nacional, pois entre meados da década de 1950 e o golpe de 1964 ocorreu uma fase de ascensão do movimento sindical<sup>23</sup>. Ascensão esta que, todavia, não foi linear, porém com vários vaivéns na organização dos trabalhadores e no movimento popular, como salienta o historiador:

[...] o período compreendido entre 1945 e o golpe de 1964, vivenciaram-se diversas fases de mobilização sindical crescente, tal como nos primeiros anos da década de 1960. Nessas fases, os limites legais ao direito de greve foram rompidos pela força dos trabalhadores organizados<sup>24</sup>.

No começo da década de 1960, o país vivenciou também um momento em que os trabalhadores apostaram suas fichas na transformação social através das Reformas de Base, apoiando e pressionando, ao mesmo tempo, o então presidente da República, João Goulart, em conturbado momento da política nacional, quando estavam em jogo os caminhos da nossa democracia. Conforme observa Toledo, através de comícios, passeatas e manifestos, o movimento nacionalista reunido em torno da Frente de Mobilização Popular passou a exigir “reformas já”, com o radical slogan “Reforma Agrária: na lei ou na marra!”<sup>25</sup>. Certamente tais propostas não agradaram os setores conservadores que já conspiravam contra o governo de Goulart desde a crise da Legalidade, em agosto/setembro de 1961.

O interregno entre o fim do Estado Novo (1945) e o golpe civil-militar de 1964 foi marcado na historiografia e nas ciências sociais por um controverso debate sobre os caminhos que levariam à frágil constitucionalidade democrática ao abismo do período de maior repressão e violência da nossa história contemporânea, compreendido por alguns intérpretes como “o

---

<sup>22</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 94.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 91.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p.77.

<sup>25</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. A democracia populista golpeada. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org). **1964. Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 46.

tempo da experiência democrática”<sup>26</sup> ou, para outros, como “período populista”<sup>27</sup>, o qual foi, sem dúvida, tanto para os trabalhadores dessa região quanto do país, anos de intensa agitação e mobilização social<sup>28</sup>.

Durante este período, os movimentos de mobilização dos trabalhadores das minas de carvão passaram por distintas conjunturas nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Neste último, passou por um período de disputas no movimento sindical entre 1945 e 1957, quando setores ligados ao PCB e ao então nascente PTB venceram as eleições do sindicato dos mineiros por esmagadora maioria, travando um novo padrão de mobilizações e resistências do movimento mineiro em conjunto com a comunidade que representava. Isso se deu em um contexto de rápido crescimento do setor carbonífero, impulsionado pela construção da Companhia Siderúrgica Nacional e da compra do minério por parte do governo.

Pautado por um padrão de negociações coletivas, utilizando-se inclusive da Justiça do Trabalho para reivindicar melhorias salariais, o movimento mineiro não descartava, por outro lado, práticas de ação direta como greves, piquetes, protestos, passeatas e sabotagem de máquinas das empresas, forçando os empresários a uma negociação com o sindicato.

Na região de São Jerônimo, no Rio Grande do Sul, por sua vez, o padrão de manifestação e resistência foi pautado desde a década de 1920, por uma ampla gama de ações na Justiça Cível por processos de acidentes de trabalho, e, na década de 1940, por uma enxurrada de reclamações na Justiça do Trabalho, relativas ao descanso semanal remunerado, horas extra, questões salariais e férias<sup>29</sup>. Essa estratégia jurídica do sindicato mineiro era reforçada por greves prolongadas que chegaram a deixar Porto Alegre às escuras em 1946<sup>30</sup>.

---

<sup>26</sup> Cf. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida, *Op. Cit.*, 2013.

<sup>27</sup> BATISTELLA, Alessandro. Um conceito em reflexão: o “populismo” e a sua operacionalidade. **Revista Latino-Americana de História**. São Leopoldo, v. 1, n. 3, 2012, p. 473. Para um debate sobre o conceito e um balanço de seus usos, ver: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

<sup>28</sup> Sobre o movimento sindical nesse período, cf. NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. **Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**, v. 3, p. 47-96; SILVA, Fernando Teixeira da. **Trabalhadores nos tribunais: conflitos e justiça do trabalho em São Paulo no contexto do golpe de 1964**. São Paulo: Alameda, 2016; FONTES, Paulo. **Trabalhadores e cidadãos. Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 1950**. São Paulo: Sindicato dos Trabalhadores Químicos de São Paulo; Annablume, 1997; FONTES, Paulo. **Um Nordeste em São Paulo: Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008; MATTOS, Marcelo Badaró. **Greves e repressão policial aos sindicatos no processo de formação da classe trabalhadora carioca (1850-1910)**. In: Marcelo Badaró Mattos (org.). **Trabalhadores em greve, polícia em guarda**. Rio de Janeiro: Bom Texto; Faperj, 2004, p. 9-57; MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

<sup>29</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski, *Op. Cit.*, 2012, p. 96.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 141.

No entanto, na década de 1950, principalmente a partir de 1954, começa a ocorrer uma diminuição no número de greves, com uma mudança drástica na organização da produção de carvão, ocorrendo o fechamento de uma das principais minas da região (de Arroio dos Ratos), a reorganização da produção pela empresa e a transferência de uma parcela dos operários para Butiá e Charqueadas. Há uma diminuição considerável da produção de carvão que passa da média de 100.000 toneladas em 1954 para em torno de 62.000 toneladas em 1960, uma queda de 40%.

Como consequência dessas mudanças, as pautas do movimento mineiro rio-grandense passam a ser, sobretudo, defensivas, reivindicando o pagamento de salários atrasados (muitas vezes por meses, inclusive dos aposentados), e se manifestando de modo contrário às demissões e a favor da abertura de uma nova usina termelétrica para o incremento das atividades.

Existe um fator fundamental que deve ser considerado na análise dessa categoria de trabalhadores durante o período pesquisado, em ambos os estados: os salários, e, conseqüentemente, aumentos salariais, dependiam em grande medida do preço do carvão mineral, tabelado pelo governo federal. Muitas vezes, quando queriam lutar pela pauta salarial, os líderes sindicais muitas vezes viajavam ao Rio de Janeiro, onde se reuniam com dirigentes do Ministério do Trabalho, ligados à ala trabalhista, inclusive com João Goulart (ministro do Trabalho entre junho de 1953 e fevereiro de 1954, durante o segundo governo Vargas).

Em uma análise apressada, poder-se-ia afirmar que essa relação implicava em uma subordinação do movimento operário ao Estado. No entanto, nossa apreciação aponta para uma relação de classe muito mais complexa: ao mesmo tempo em que as lideranças se articulavam regional e nacionalmente com políticos com vínculos trabalhistas, faziam greves, passeatas e até atos de sabotagem para impedir a produção de carvão e forçar os patrões a concederem aumentos salariais.

Neste aspecto, uma entidade ganhou relevância na articulação do movimento operário das regiões de mineração: a Federação Interestadual dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Carvão. Formada no começo da década de 1950 por uma iniciativa do Partido Trabalhista Brasileiro, a Federação reunia sindicatos dos mineiros dos três estados da região Sul, embora a presença majoritária fosse do Rio Grande do Sul, seguido por Santa Catarina<sup>31</sup>.

Essa imbricada relação do movimento operário com setores do Estado já foi palco de um amplo debate acadêmico desde os anos 1960, especialmente após o golpe civil-militar de

---

<sup>31</sup> FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO. *Livro de Atas*. Ata da Assembleia Geral Ordinária, 20 de janeiro de 1952. Criciúma, 1952.

1964. A construção da narrativa histórica sobre o movimento operário no período posterior à chamada Revolução de 1930 (na verdade, um golpe de Estado) foi marcada indubitavelmente pela presença do projeto corporativista do primeiro governo Vargas e sua política de intervenção na esfera do mundo do trabalho. Qualquer estudo que aborde a participação dos trabalhadores na construção de ferramentas de luta, no período entre 1930 e 1964, não pode deixar de problematizar a influência do Estado nas relações sociais. Tal como observou John French, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada em maio de 1943, não foi somente “o mais amplamente divulgado documento legal no Brasil”, como também era “mais conhecido do que a Constituição Federal promulgada em 1946”<sup>32</sup>.

Desse modo, representado pelo volumoso número de leis trabalhistas promulgadas durante o período de 1930 a 1950 — bem como a própria institucionalização da Justiça do Trabalho, em maio de 1941<sup>33</sup> —, temos durante esse período uma larga produção de políticas voltadas para o mundo do trabalho, buscando conciliar as relações entre capital e trabalho.

Uma influente corrente de pensadores que interpretou o movimento operário no Brasil entre os anos 60 e 70<sup>34</sup> identificou o período de 1930 a 1964 como sendo hegemônico pelo populismo como forma de governo e como uma política de massas. Para Francisco Weffort, uma das características centrais do populismo foi a criação de um pacto policlassista, capaz de garantir a estabilidade do Estado e do projeto de industrialização capitalista no Brasil. Escrevendo ao fim dos anos 1970, o autor observou que a intervenção do Estado sobre a classe trabalhadora a partir de 1930 resultou na criação de um “pacto populista”, o que teria, na sua visão, provocando um atrelamento dos sindicatos e instrumentos de representação dos trabalhadores à autoridade estatal, reforçando a subordinação e a dominação de classe<sup>35</sup>.

Segundo o autor, justamente pelo fato das massas trabalhadoras terem se lançado no período 1945-1964 em lutas por reformas estruturais da sociedade, com greves, passeatas, lutas sociais no campo e reivindicações que extrapolavam os limites institucionais do Estado brasileiro, essas teriam gerado um forte clima de instabilidade que levaram ao rompimento do pacto populista. De acordo com Weffort:

---

<sup>32</sup> FRENCH, John D. **Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001, p. 7.

<sup>33</sup> Cf. GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (org.). **A Justiça do Trabalho e sua história**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

<sup>34</sup> Sociólogos da USP, como: IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994; IANNI, Octavio. **A formação do Estado populista na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989; WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

<sup>35</sup> Cf. WEFFORT, *Op. Cit.*

O movimento popular, embora tivesse seu nascimento dentro do quadro institucional e mantivesse relações de dependência com a política populista de Goulart, colocava problemas cujas soluções implicavam alterações de base na composição de forças sociais em que se apoiou o regime<sup>36</sup>.

No entanto, ao se manter preso à estratégia das reformas de base, seguindo orientação da cúpula dos partidos de esquerda (PTB e PCB) e das organizações sindicais (Federações, Confederações, CGT), o movimento sindical não teria conseguido, conforme Weffort, desenvolver uma autonomia ao populismo, mostrando-se desorganizado quando as forças golpistas decidiram que era hora de tomar o poder:

A experiência do CGT em greves políticas feitas, quase todas, para apoiar jogadas do governo, de nada lhe valeu quando, de fato, se tornou necessário ir à greve para sustentar o governo ameaçado de uma derrubada iminente. As bases sindicais lhe faltaram e a greve fracassou completamente<sup>37</sup>.

Para Weffort, a crise que se instaurou partir dos anos 1960 foi uma crise do “pacto populista”, o qual teria chegado a um esgotamento de um Estado de compromisso entre diferentes classes sociais<sup>38</sup>. Segundo o autor, portanto, por terem se mantido presos às orientações da cúpula do movimento sindical, que privilegiava uma aliança pelo alto com setores do governo, os trabalhadores teriam cometido o erro de se subordinarem ao projeto nacionalista de reformas sem terem enraizamento nas bases. A fragilidade criada por esse “pacto” policlassista que dava sustentação ao regime, segundo Weffort, estaria na derrubada de João Goulart pelas forças golpistas, representado pelo “colapso do populismo”.

Esta visão, informada pela derrota frente às forças golpistas de 1964, foi contestada, posteriormente, nos anos 1980. Uma interpretação inovadora foi introduzida por Paoli, Sader e Telles ao discutirem a problemática da cidadania no Brasil, dos caminhos de construção da democracia e de seus meios de participação pelos trabalhadores. Em artigo sobre a classe operária no Brasil, os autores fizeram uma releitura dos trabalhos acadêmicos desde a década de 1950, questionando a visão esquemática da “classe como um sujeito subordinado, sem uma dinâmica própria que emerja de suas práticas”<sup>39</sup>, apontando para os trabalhos de Juarez Brandão Lopes, Aziz Simão, Leôncio Martins Rodrigues e Fernando Henrique Cardoso.

---

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 77.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 76.

<sup>39</sup> PAOLI, Maria Célia; SADER, Éder; TELLES, Vera da Silvia. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 3, n. 6, 1983, p. 133.

Rompendo com essa visão passiva da classe, os autores introduziram no debate historiográfico as categorias de agência, experiência, de sujeitos dotados da capacidade de fazer a própria história. Além disso, em outro trabalho, Paoli utilizava conceitos como “crença simbólica nos direitos”<sup>40</sup> para definir a forma pela qual os trabalhadores acionavam os dispositivos instituídos pela lei para defenderem os seus direitos.

Uma corrente historiográfica posterior, representada por Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, releu as relações entre Estado varguista, classe trabalhadora e empresários, e decidiu por rejeitar completamente o conceito de populismo, substituindo-o mais adiante pelo de trabalhismo. A crítica ao conceito de populismo residiria no fato de ser, para estes autores, antes um conceito pejorativo do que explicativo para as relações entre classe trabalhadora e Estado. Conforme Gomes,

[...] o que se deseja rejeitar na categoria populismo são as ideias que ela sanciona: a de lideranças orientadas basicamente pelo desejo de manipular o povo/trabalhadores e de um povo que se deixa facilmente enganar, comportando-se frequentemente de forma inconsciente e inconsequente<sup>41</sup>.

Como oposição à categoria de populismo, Gomes optou por trabalhismo como categoria explicativa das relações Estado x classe trabalhadora em um período datado historicamente:

O trabalhismo deve ser entendido como se constituindo de um conjunto de ideias, valores, símbolos, rituais e vocabulário que passa a se solidificar especificamente a partir da década de 1940<sup>42</sup>.

Desse modo, para a autora, a estratégia trabalhista criada por Vargas foi a de trazer os trabalhadores e sindicatos para dentro da cena política, embora de forma controlada, sendo que estes se apropriaram do discurso benevolente do Estado e o ressignificaram de acordo com seus interesses coletivos. Por mais que se considere o trabalhismo como esse conjunto difuso de ideias e valores, ou, como prefere Gomes, como uma “cultura política trabalhista”, em que não existia um “Estado todo-poderoso” e uma classe trabalhadora débil e inconsciente, considero, porém, que a aplicação do conceito deve ser tomada com cautela para períodos distintos da década de 1940.

---

<sup>40</sup> Cf. PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: José Sérgio Leite Lopes (org.). **Cultura e identidade operária**. São Paulo: Marco Zero; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1987. p. 53-101.

<sup>41</sup> GOMES, Ângela de Castro. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 18, n. 28, 2002, p. 63.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 67.

Inseridos neste debate, uma nova geração de historiadores influenciados pela então recente difusão da obra de E. P. Thompson no Brasil, ligados ao Programa de Pós-Graduação da Unicamp, aprofundou diversas temáticas dos estudos relacionados aos mundos do trabalho. Em suas pesquisas, demonstraram a forte presença de lutas por direitos trabalhistas, políticos e sociais durante o período, formando comissões de fábricas e utilizando-se da legislação trabalhista outorgada como um campo de lutas por direitos<sup>43</sup>. Desse modo, problematizando o papel do direito e das leis como um campo de forças, essa historiografia investigou empiricamente os temas ligados à ação da classe trabalhadora em diversas regiões do país.

Marcelo Badaró Mattos contribuiu sobremaneira ao debate analisando as greves do final dos anos 1950 e início dos anos 1960 no Rio de Janeiro, e constatar o alto grau de participação dos trabalhadores, as organizações por local de trabalho e a integração existente entre demandas políticas gerais e “bem-sucedidos encaminhamentos de reivindicações econômicas”<sup>44</sup>. Ao longo de sua pesquisa, o autor demonstra como o movimento sindical carioca no pré-64 protagonizou grandes mobilizações populares, atingindo diversas categorias de trabalhadores que se organizavam desde a base, conquistando importantes direitos, além de importantes pautas políticas conectadas ao movimento nacional do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)<sup>45</sup>.

Em livro sobre as greves e ações na Justiça do Trabalho no Estado de São Paulo, Fernando Teixeira da Silva concentrou-se no período anterior ao golpe de 64, como um “período-chave porque fixa o momento da mais aguda mobilização dos trabalhadores entre 1945 e 1964, durante o qual a Justiça do Trabalho se consolidou como referência fundamental nas relações e nos conflitos entre capital e trabalho”<sup>46</sup>. O autor demonstrou que os trabalhadores ao longo da década de 60 recorreram aos tribunais para as reivindicações de seus direitos, através de seus sindicatos, mobilizando os operários de modo a pressionar a Justiça do Trabalho no processo de aplicação do poder normativo<sup>47</sup>. Argumenta que a estratégia sindical utilizada

---

<sup>43</sup> Cf. FORTES, Alexandre *et al.* **Na luta por direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999. Outros trabalhos também seguiram esta perspectiva, como: COSTA, Hélio da. **Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra**. São Paulo, Scritta: 1995; NEGRO, Antonio Luigi. **Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978**. São Paulo: FAPESP; Boitempo, 2004; FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004; SILVA, Fernando Teixeira da. **A carga e a culpa: os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968**. São Paulo: HUCITEC; Santos: PMS, 1995.

<sup>44</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Op. Cit.*, 1998, p. 219.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 188.

<sup>46</sup> SILVA, Fernando Teixeira da. *Op. Cit.*, 2016, p. 24.

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 269.

mobilizava, por um lado, greves ou ameaças de greves, e por outro, o poder de influência na justiça para fazer valer seus direitos e reivindicações. O resultado disso foi que ampla maioria dos casos de dissídio coletivo era julgada favorável às demandas sindicais e trabalhistas. A tese do autor reforça, por um lado, a força organizativa dos trabalhadores de São Paulo nas suas lutas por melhorias salariais, e por outro, a utilização do aparato burocrático e jurídico criado pela CLT como um importante campo de disputa mobilizado contra a classe patronal.

As variadas interpretações que esboçamos brevemente argumentam em torno dessa problemática com algumas variações: a) de modo a afirmar a força do Estado em criar um “pacto de classe” em torno de benefícios materiais e de coerção para apaziguar as lutas sociais (Weffort); b) na força do trabalhismo cunhado por Vargas como uma “cultura política” capaz de criar uma circularidade de ideias e de valores entre trabalhadores e Estado (Gomes, Ferreira); c) na força organizativa da classe operária, embora condicionada pelos termos do jogo político populista, utilizando-se das regras do jogo a seu favor na luta por direitos (Fortes, Teixeira da Silva); d) na intensa capacidade de mobilização da classe trabalhadora no pré-64 por meio de greves por locais de trabalho e greves gerais, bem como nas rupturas e continuidades do sindicalismo antes e após o golpe (Mattos).

Outra interpretação, também de inspiração marxista, partiu de uma análise da economia política e se voltou para as particularidades da burguesia brasileira, identificando a inserção do Brasil em um projeto de industrialização tardio, portanto, sob a influência direta do Imperialismo. Seguindo essa interpretação, Felipe Demier considerou que diante da incapacidade de hegemonia da burguesia industrial brasileira de ditar os rumos do país, e do proletariado cada vez mais fortalecido pelo seu crescimento numérico e político, a saída para manutenção da dominação burguesa no Brasil foi a “via bonapartista da modernização capitalista”. Segundo o autor, a via bonapartista de dominação se constituiu por uma forma da burguesia manter o poder político, lançando mão de coerção física de um lado, e da concessão de benefícios sociais e trabalhistas do outro:

Em suma, os *semibonapartismos democráticos* seriam regimes políticos burgueses que buscariam conter a ameaça proletária fazendo uso *preferencialmente* de métodos reformistas, sem abdicarem, obviamente da utilização (moderada) dos sempre determinantes expedientes coativos<sup>48</sup>.

---

<sup>48</sup> DEMIER, Felipe. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)**: um ensaio de interpretação histórica. Rio de Janeiro: Maud, 2013, p. 183-186.

Muita tinta foi gasta em torno do debate teórico sobre o populismo, e não se pretende nos limites dessa introdução esgotá-lo. No entanto, gostaríamos de chamar a atenção para um aspecto central. Todas as análises que envolvem as relações entre classe trabalhadora e Estado estão indubitavelmente ligadas à criação e desenvolvimento da legislação trabalhista por Vargas, que teria por objetivo o controle dos sindicatos e dos trabalhadores pelo Estado, seja através do reconhecimento do sindicalismo oficial através da carta sindical, da criação do imposto sindical ou da unicidade sindical, que reconhecia apenas a existência de um sindicato de categoria profissional por base territorial, ou da Justiça do Trabalho, criada com o propósito de conciliar e arbitrar os conflitos entre empregados e empregadores.

Desse modo, o debate central foca a existência de dois sujeitos históricos de pesos diferenciados: de um lado a classe trabalhadora, sem que muitas vezes se defina mais precisamente o que compreende deste conceito<sup>49</sup>; e do outro o Estado, caracterizado como Estado Populista, entre 1930 e 1964, ou identificado como Trabalhismo, ou com o Bonapartismo. Parece-nos, entretanto, que os dilemas dos teóricos acabam, muitas vezes, por negligenciar elementos presentes nas análises de seus adversários, ou reforçar os elementos que mais interessam às suas concepções teórico-políticas. Seria possível uma síntese dessas concepções?

O que propomos nessa tese a partir de uma pesquisa empírica sobre uma importante categoria de trabalhadores, os mineiros de carvão, é analisar a trajetória de lutas desses sujeitos a partir das experiências concretas de ações de enfrentamentos, seja com patrões ou com o Estado. As contribuições historiográficas nos servem de guia, porém, sem esquecer a frase de Thompson de que “a relação precisa sempre estar encarnada em pessoas e contextos reais”<sup>50</sup>.

\*\*\*

---

<sup>49</sup> Nota-se, por exemplo, o uso de “trabalhadores” muitas vezes identificado com “sociedade” no trabalho de Jorge Ferreira sobre o debate do uso do populismo: “Culpabilizar o Estado e vitimizar a sociedade, eis alguns dos fundamentos da noção de populismo [...] Como uma via de mão única, de cima para baixo, à luz do enfoque opressor e oprimido, o Estado, todo-poderoso, pela violência física e ideológica, domina e subjuga a sociedade, os trabalhadores em particular, surgindo, desse modo, relação destituída de interação e interlocução entre as partes”. Cf. FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 63-94.

<sup>50</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 10. v. 1.

Sobre as comunidades mineiras no sul do Brasil, já foram produzidos importantes trabalhos por sociólogas, antropólogas e historiadores<sup>51</sup>. Um estudo clássico dos anos 1980 foi da socióloga Terezinha Volpato, sob o título *A piritá humana: os mineiros de Criciúma*<sup>52</sup>, quando a autora reconstruiu aspectos relacionados ao processo de trabalho e às condições vividas no subterrâneo da mineração. Para a autora, as péssimas condições de trabalho dos mineiros se refletiam na sua forma de fazer política, sendo as greves consequências diretas das duras condições de trabalho. Porém, ao tratar sobre o movimento dos mineiros em sua luta por direitos, Volpato considerou que o período compreendido no pós-30, com o governo de Vargas, representou tanto nacionalmente quanto em nível regional, um período de institucionalização do movimento dos trabalhadores, e que, portanto:

A legislação que rege o trabalho se constitui historicamente, no Brasil, muito mais em outorga de políticos governamentais **populistas e tutelares** do que conquistas da classe trabalhadora. Assim, não raro ocorre, por parte dos interessados, **ignorância das leis e pouca tradição de luta na garantia do que lhes foi outorgado**<sup>53</sup>.

Nesse mesmo sentido, a autora afirmou que:

Eliminou-se a prática política de conquista dos direitos e segurança do trabalho pelas categorias profissionais. A outorga **alienou** política e ideologicamente os trabalhadores, primeiro porque foram habituados a não lutar por seus direitos, pois, já estavam garantidos por lei; segundo, porque desconheciam a “**dádiva**” que lhes assegurava direitos<sup>54</sup>.

Desse modo, Volpato dividiu a história do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração do Carvão de Criciúma, fundado em maio de 1945, em dois períodos distintos: de 1945 a 1957, o sindicato teria sido dirigido somente por “pelegos”, dirigentes “dóceis” ligados ao Ministério do Trabalho; e de 1957 a 31 de março de 1964 foi a fase “combativa” do sindicato, período de atuação de comunistas e petebistas, marcado por uma militância sindical de defesa dos interesses da categoria. Em outro livro, *Vidas marcadas: trabalhadores do Carvão*, a autora ressaltou essa periodização:

---

<sup>51</sup> A lista é grande, alguns serão citados ao longo da tese, mas de forma breve e introdutória, citamos: CIOCCARI, Marta Regina. **Ecos do subterrâneo**: estudo antropológico do cotidiano e memória da comunidade de mineiros de carvão de Minas do Leão (RS). 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004; CIOCCARI, Marta Regina. *Op. Cit.*, 2010.

<sup>52</sup> VOLPATO, Terezinha. **A piritá humana**: os mineiros de Criciúma. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984, p. 16.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 21. Grifos meus.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 95. Grifos meus.

Desde a fundação do sindicato em 1945 até fins de 1957, estiveram na direção do sindicato só pelegos. Foi quando Antônio Parente assumiu a direção do sindicato e desbravou a luta de classes e mudou a imagem do sindicato<sup>55</sup>.

Essa caracterização da atuação operária mineira no período de 1944 a 1957 como perdidamente pelega no âmbito sindical, e amplamente alienada de seus direitos na totalidade, leva-nos a imaginar de um lado uma categoria desprovida de força, incapaz de lutar por seus direitos e, de outro, na eficiência da política “populista”, capaz de domesticar e apaziguar quaisquer formas de luta. Além disso, nos induz a crer que a “luta de classes” só surgiu com a mudança na direção do sindicato dos mineiros.

Essa interpretação, muito comum em análises sociológicas dos anos 1960 e 1970, conforme vimos, privilegia o espaço de trabalho como o local político de reivindicação legítimo, deslegitimando a luta por direitos fora do sindicato e das minas de carvão. Com isso, abre-se nessa explicação, um caminho percorrido pelos trabalhadores do carvão, em que dois lados se entrecrocaram. De um lado, para esta vertente citada, os fatores determinantes que levavam os trabalhadores às ruas, ao sindicato, às greves, à luta por direitos eram a dureza das condições de trabalho. De outro lado, ao aceitarem participar do marco legal e jurídico criado pelo Estado, a classe trabalhadora caiu nas teias corporativistas do Estado, sendo cooptada para sua política de subordinação de classe em troca dos direitos trabalhistas.

É importante destacar que, quase 40 anos depois do estudo pioneiro de Volpato, a historiografia do mundo do trabalho já avançou em relação a esta visão esquemática da história. Para ficarmos somente no âmbito das pesquisas sobre os mineiros de carvão, no que tange ao Rio Grande do Sul, os movimentos grevistas já analisados pela historiografia centraram-se nas décadas de 1930 e 1940, principalmente na sua relação com os embates no âmbito judicial (abrangendo reivindicações na Justiça do Trabalho). Clarice Speranza estudou os conflitos trabalhistas dos mineiros nas décadas de 1940 e 1950 e demonstrou que a via jurídica se constituiu em um espaço importante de disputa entre operários e patrões, sendo utilizada intensamente na defesa de seus direitos<sup>56</sup>. A dissertação de Felipe Klovan contribuiu para evidenciar as greves mineiras na década de 1930, bem como o acesso à Justiça como espaço institucional de reivindicação<sup>57</sup>. A tese de Marta Cioccarri, que estudou as formas de construção

---

<sup>55</sup> VOLPATO, Terezinha. **Vidas marcadas**: trabalhadores do carvão. Tubarão: Unisul, 2001, p. 140.

<sup>56</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2012, p. 9.

<sup>57</sup> Cf. KLOVAN, Felipe Figueiró. **Sob o fardo do ouro negro**: as experiências de exploração e resistência dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul na primeira metade da década de 1930. 2014. Dissertação (Mestrado em

social da honra no cotidiano da comunidade de mineiros de carvão de Minas do Leão (RS), concluiu pela existência de “uma espécie de grande honra da profissão que foi sendo delineada historicamente, servindo de suporte à imagem de heroísmo que carregam os mineiros de subsolo em diferentes lugares do mundo”<sup>58</sup>.

Já sobre os mineiros de Santa Catarina, há uma vasta produção acerca da região carbonífera de Criciúma<sup>59</sup>. A pesquisa de Carola debruçou-se sobre o trabalho feminino na mineração e foi pioneiro nesse aspecto de uma abordagem de gênero no setor. Ao investigar o papel das “escolhedeiras”, o pesquisador salientou a importância que o trabalho feminino e infantil possuiu para o crescimento da mineração de Santa Catarina no período. O autor reconstrói do “subterrâneo” da história, depoimentos e documentos que atestam a presença feminina no trabalho do carvão, esquecida pela historiografia até então<sup>60</sup>. Incluo entre esses trabalhos, minha dissertação de mestrado defendida em 2019, que, a partir dos processos por acidentes de trabalho na Justiça Comum da Vara da Fazenda da Comarca de Criciúma durante a década de 1940, permitiu que se evidenciasse que eram numerosos os casos de ações impetradas pelos mineiros, sendo que os casos julgados procedentes pelo Juiz da Comarca de Criciúma foram amplamente favoráveis à demanda dos trabalhadores<sup>61</sup>.

Igualmente, em artigo de minha autoria pesquisei sobre condições de trabalho feminino na mineração, acidentes e doenças profissionais, e enumerei numerosos casos de processos movidos por trabalhadoras contra as empresas, exigindo o pagamento de indenizações por acidentes de trabalho<sup>62</sup>.

---

História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

<sup>58</sup> CIOCCARI, Marta Regina. *Op. Cit.*, 2010, p. v.

<sup>59</sup> Cf. FERNANDES, Maria Luiza. **Partidos e sindicato**: um estudo de caso: o sindicato dos trabalhadores na indústria de extração de carvão de Criciúma. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992; TEIXEIRA, José Paulo. **Os donos da cidade**. Florianópolis: Insular, 1996; CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história**: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964). Florianópolis: Editora da UFSC, 2002; COSTA, Marli de Oliveira. **“Artes de viver”**: recriando e reinventando espaços – memórias das famílias da Vila Operária mineira Próspera Criciúma (1945/1961). 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999; NASCIMENTO, Dorval do. **As curvas do trem**: a presença da Estrada de Ferro no Sul de Santa Catarina (1880-1975). Cidade, modernidade e vida urbana. Criciúma: UNESC, 2004; LEMOS, Gustavo Perez. **Mineiros e sindicalistas na cidade do carvão, 1952-1964**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

<sup>60</sup> CAROLA, Carlos Renato. *Op. Cit.*, 2002, p. 26.

<sup>61</sup> Cf. MANDELLI, Bruno. **Entre a lei e os direitos**: as experiências dos trabalhadores acidentados na mineração em Criciúma, 1943-1950. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019a.

<sup>62</sup> Cf. MANDELLI, Bruno. Maria, Ida e Doraci: acidentes de trabalho das mulheres nas minas de carvão de Criciúma (Brasil) na década de 1940. **Dynamis**, Granada, v. 39, n. 2, p. 357-380, 2019b.

Sobre a relação entre gênero e classe, concorda-se com Fraccaro sobre a necessidade de se considerar as pesquisas sobre as mulheres não como um campo separado, mas inserido na própria História, “e que considerar a experiência das trabalhadoras pode alterar a narrativa central sobre a História do Feminismo”<sup>63</sup>. Enquanto aos homens o espaço produtivo é tido como o principal, para as mulheres é considerado secundário ou “complementar”. Segundo Giuliani, na sociedade brasileira, “a projeção em primeiro plano do *homem trabalhador* acaba deixando na sombra, quase invisíveis as péssimas condições de trabalho impostas às mulheres”<sup>64</sup>.

No caso da mineração, essa observação se comprova plenamente. Por ser uma atividade econômica insalubre, que demanda grande esforço físico, por muito tempo se supôs que apenas os homens adultos fossem os únicos empregados nessa atividade. Neste aspecto há uma diferença entre a mineração no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina: enquanto no primeiro estado não existia até o momento indícios da presença do trabalho feminino nas minas de carvão, no segundo ela foi utilizada amplamente pelas mineradoras desde os anos 1930 até final da década de 1960.

O debate sobre masculinidades, que há algumas décadas se disseminou na historiografia, revelou igualmente um amplo campo de pesquisas sobre as especificidades que rodeiam o mundo masculino e suas interfaces com a classe trabalhadora. Já em 2006, Ava Baron enfatizava que “graças à atenção dada à masculinidade dos trabalhadores homens, uma história do gênero da classe trabalhadora não se limita mais ao estudo das mulheres trabalhadoras. Homens e masculinidade, também, são agora objetos do olhar crítico dos historiadores”<sup>65</sup>.

\*\*\*

No que diz respeito à metodologia para se pensar a articulação dos mineiros nas duas regiões, utiliza-se o conceito de **redes de classe**, bem como a **história comparada** como modalidade historiográfica marcada pela complexidade e preocupada em produzir uma reflexão

---

<sup>63</sup> FRACCARO, Gláucia Cristina Candian. Uma história social do feminismo: diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 63, 2018, p. 9.

<sup>64</sup> GIULIANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 641.

<sup>65</sup> BARON, Ava. Masculinity, the Embodied Male Worker, and the Historian's Gaze. *International Labor and Working-Class History*, Cambridge, n. 69, 2006, p. 145. Tradução nossa.

marcada pela atenção às semelhanças e às diferenças<sup>66</sup>, pois requer uma percepção apurada do historiador.

A história comparada, que possui uma larga tradição entre os historiadores, é utilizada como metodologia de pesquisa e escrita, utiliza-se como um modo específico de observação histórica, pois se pode estabelecer um duplo ou múltiplo campo de observação e articulá-la com a teoria de redes de classe. Marc Bloch, por exemplo, inovou em sua época com uma análise comparada entre a sociedade inglesa e francesa, que embora com suas diferenças econômicas, sociais e culturais, nutriam um imaginário em comum sobre a crença popular no poder taumáturgico dos reis<sup>67</sup>. Entretanto, o mérito de Bloch não estava apenas na perspectiva espacial de comparação de dois países europeus vizinhos. A análise comparada de ambas sociedades lhes forneceu indícios das analogias e aproximações entre a influência que a crença popular nesse poder real possuía naquele período.

Desse modo, comparar duas ou mais sociedades sincronicamente, com certa contiguidade espacial e temporal, é um meio de evidenciar as discrepâncias e semelhanças fundamentais entre certos acontecimentos, fenômenos ou processos históricos. Segundo Thémel e Bustamante, além disso, o método comparativo na história possui o mérito de colocar em múltiplas perspectivas “as sociedades, os contrastes, os excessos, e o secreto, inicialmente, sem fronteiras de tempo ou de espaço. Isso porque, ao colocar em comparação várias experiências, produzem-se frequentemente espaços de inteligibilidade e de reflexão nova”<sup>68</sup>.

Contudo, um dos maiores problemas a ser enfrentado pela perspectiva comparada, segundo Chris Wrigley, é reconhecer as variações circunstanciais entre os lugares que estão sendo comparados, sem recuar em detalhes consideráveis que possam acentuar as diferenças e fazer generalizações abstratas<sup>69</sup>. Isto é, apreender as particularidades dos diferentes espaços comparados, estabelecendo suas reciprocidades, sem, contudo, fazer generalizações arbitrárias.

Isso ocorreu, a meu ver, nos anos 1960 e 1970, quando a história comparada foi utilizada por pesquisadores da história operária no Brasil e na América Latina de modo a criar hierarquizações e generalizações sobre o movimento operário<sup>70</sup>. Como destaca Maria Ligia

<sup>66</sup> BARROS, José D'Assunção. História Comparada – um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**, vol. 1, n. 1, 2007, p. 3.

<sup>67</sup> Cf. BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>68</sup> THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História Comparada: olhares plurais. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, 2003, p. 11.

<sup>69</sup> Cf. WRIGLEY, Chris. The state, labour conflicts and coal mining. In: BERGER, Stefan; ALEXANDER, Peter (org.). **Making Sense of Mining History: Themes and Agendas**. London: Routledge, 2019. p. 234-250.

<sup>70</sup> Como exemplo dessa perspectiva de análise, cf. CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro:

Coelho Prado, ao comparar os movimentos de trabalhadores das sociedades latino-americanas com as europeias, os pesquisadores se decepcionavam com a comparação por um suposto “atraso” da consciência de classe dos trabalhadores latino-americanos, assumindo

[...] uma certa hierarquização apoiada em determinados juízos de valor assumidos *a priori*, escalonando dos mais “avançados” movimentos sociais europeus aos mais “atrasados” latino-americanos que, por seu turno, ainda teriam um longo caminho a percorrer até chegar ao patamar idealizado<sup>71</sup>.

Essa hierarquização da classe trabalhadora portadora de uma consciência de classes “atrasada” criou um paradigma na historiografia. Afastando-se dessa concepção esquemática, utiliza-se a história comparada como forma de observação da realidade estudada e como modo de apresentar os resultados pesquisados<sup>72</sup>. Se tenho como campo de observação as relações de trabalho de categorias de trabalhadores diversas, como os têxteis, os metalúrgicos e os calçadistas, posso comparar como se dão as diferentes formas de contratação do trabalhador, se é por tarefa, por dia, por mês ou por produção. Bem como as greves e formas de protestos desses trabalhadores, se recorrem mais a via legal para atender suas reivindicações ou por meio da ação direta; ou ainda, se utilizam de táticas violentas, como a quebra de máquinas, para atingirem seus objetivos de reivindicação político-econômica. Se optar por uma análise individual de comparação dos diferentes perfis de trabalhadores segundo as particularidades do trabalho, pode-se comparar os riscos de acidentes de trabalho de acordo com o grau de periculosidade de cada ofício, e como isso reflete (ou não) na forma de organização e reivindicação de cada categoria. Do ponto de vista de gênero, pode-se comparar a utilização de trabalhadores masculinos ou femininos no emprego de determinadas funções, suas diferenças de ocupações e de salários, bem como a opressão de gênero que atinge diferentemente (ou não) cada categoria de trabalhadores. Ou ainda, de um ponto de vista antropológico, pode-se analisar as diferenças e similaridades entre os trabalhadores urbanos e rurais, em sua absorção por uma indústria em acelerada expansão, bem como sua incorporação pela legislação trabalhista em meados do século XX.

Essa análise foi feita por José Sérgio Leite Lopes sobre os trabalhadores camponeses e os “operários industriais” de uma usina canavieira do Nordeste: segundo o autor, os operários

---

Guanabara, 1986; JAGUARIBE, Helio *et al.* **La dependencia político-económica de América Latina**. México: Siglo XXI, 1970.

<sup>71</sup> PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. **Revista de História**, São Paulo, n. 153, 2005, p. 24.

<sup>72</sup> BARROS, José D’Assunção. *Op. Cit.*, p. 3.

do açúcar eram considerados “industriais” e se beneficiaram da legislação trabalhista implantada na década de 1940; já os trabalhadores rurais, também conhecidos como “clandestinos”, que eram excluídos desses direitos, tiveram seu reconhecimento somente a partir da organização do movimento dos camponeses da década de 1960. Segundo Lopes:

Estes foram, logo depois, o alvo principal, na área canavieira, da repressão por parte da nova ditadura implantada pelos militares em 1964.” Em consequência dessa transformação, “o instrumental cognitivo proporcionado por essa visão do passado, aliado à curta vivência no início dos anos 60 de um sentimento de libertação, dava a este grupo social a possibilidade e a vontade de associação reivindicativa mesmo sob condições severas de repressão<sup>73</sup>.

Esses são breves exemplos de como se pode utilizar a história comparada nas pesquisas sobre trabalhadores e a favor de uma escrita da história marcada pela complexa relação entre semelhanças e diferenças de uma mesma categoria ou de diferentes categorias, pois se o que as une é a condição de exploração do trabalho, as formas de dominação são diversas, e, portanto, as formas de resistência também o são.

\*\*\*

A concepção teórica da pesquisa defende a utilização do conceito de classe trabalhadora, a partir das reflexões do historiador britânico E. P. Thompson, em particular sobre *A formação da classe operária inglesa*<sup>74</sup>, e sua noção de experiência, debatida entre outras obras em *A Miséria da Teoria*, articuladas ao conceito de redes de classe inspirado em Mike Savage.

Sobre o conceito de classe trabalhadora, pode-se dizer que talvez seja um dos mais discutidos nas ciências sociais, pois várias tradições de pensamento se dedicaram a esboçar e teorizar sobre essa categoria e sua aplicação na realidade. Edward P. Thompson delimitou em seu artigo sobre “classe e falsa consciência” o uso de classe em duas possibilidades: a) como um fenômeno histórico, “empiricamente observável”; b) como uma característica heurística ou analítica, como um “recurso para organizar uma evidência histórica cuja correspondência direta é muito mais escassa”<sup>75</sup>.

---

<sup>73</sup> LOPES, José Sergio Leite. Memória e transformação social: trabalhadores de cidades industriais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 17, n.3, 2011, p. 585.

<sup>74</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*: a árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1997. v. 1.

<sup>75</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 272.

Na primeira acepção do conceito, pode-se afirmar que a sua aplicação por Thompson no clássico *A formação* foi a de demonstrar o processo de fazer-se da classe trabalhadora inglesa, no período da Revolução Industrial, aproximadamente em um período de 50 anos, entre 1780 e 1830, com todas as suas particularidades históricas. Ao longo do livro podemos acompanhar o delineamento da formação da classe trabalhadora inglesa: “Podemos, desse modo, observar, na Grã-Bretanha, como na França ou na Alemanha, instituições de classe partidos de classe, culturas de classe”<sup>76</sup>.

Na segunda acepção, trata-se de utilizá-lo como um recurso teórico para reconstrução narrativa de uma sociedade pré-industrial, ou, nos termos do autor, “anteriores à Revolução Industrial”. Nesse caso, o seu uso deriva muito menos da exatidão do conceito aplicado, “mas da carência de categorias alternativas adequadas à análise do processo histórico evidente e universal”<sup>77</sup>. Nesse aspecto, pode-se questionar se a abordagem de Thompson é pertinente para sua aplicação em termos “universais”, em quaisquer sociedades anteriores ao capitalismo. Trata-se de uma generalização teórica que visa apreender a totalidade do movimento histórico.

Entretanto, ele mesmo aponta a resposta para essa dúvida ao introduzir o conceito de luta de classes como anterior ao de classe, tanto heurísticamente, quanto relacionado ao fenômeno histórico. Thompson já havia chamado a atenção para o uso excessivo e de maneira anti-histórica dada à palavra “classe”, enquanto se esvaziava o conceito de “luta de classes”. Para o historiador marxista, dever-se-ia tomar outro caminho: “Na verdade, na medida em que é mais universal, luta de classes me parece ser o conceito prioritário”<sup>78</sup>.

E o porquê dessa ênfase à luta de classes e não ao conceito de classe em separado, como uma “estrutura”, é de importância fundamental para pesquisa e para o nosso problema. Não poderia ser mais elucidativa sua argumentação:

Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe<sup>79</sup>.

---

<sup>76</sup> *Idem.*

<sup>77</sup> *Idem.*

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 274.

<sup>79</sup> *Idem.*

Para o historiador inglês, portanto, classe não é um conceito estático, petrificado, mas dinâmico: não se pode dissecá-la como um elemento químico em um laboratório e descrevê-la “em termos positivistas ou quantitativos”<sup>80</sup>. A “classe acontece” efetivamente no processo de luta, identificando-se como tal. Ellen Wood afirma que onde “os críticos de Thompson veem estruturas por oposição a processos, ou estruturas que são submetidas a processos, Thompson vê processos estruturados”<sup>81</sup>. Concordo com Wood, de que a tradição marxista resgatada pelo pensamento de Thompson foi o que abriu maiores caminhos para a historiografia em vários países, entre eles o Brasil, para pesquisas empíricas sobre os movimentos de trabalhadores e suas relações de classe.

Os mineiros constituíam-se como classe, pois partilhavam de certos elementos em comum: a solidariedade dos trabalhadores do carvão era um forte componente de unidade interna, uma forma de resistência às duras condições de trabalho, à insalubridade e aos riscos de acidentes constantes, bem como uma resposta ao alto nível de exploração a que estavam submetidos. Os trabalhadores do carvão, por suas características de ofício, permeada pelo medo sempre presente da insegurança do trabalho, da pressão dos patrões e capatazes para aumentar a produção, pela opressão sofrida no cotidiano de trabalho e fora dele, com moradias insalubres cedidas pelas empresas (através do pagamento de um aluguel descontado dos salários), pela intensidade da sua jornada de trabalho, identificava e partilhava de experiências de classe que formavam e eram formadoras de suas ações, pensamentos, costumes, cultura, herdadas e partilhadas ao longo do tempo.

Essa reflexão sobre o conceito de **experiência** se entrelaça com a discussão de classe: “A *classe* acontece quando alguns homens, como resultado de *experiências* comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”<sup>82</sup>. Essa relação de experiência, portanto, como algo partilhado por membros da mesma classe, em oposição a interesses de outro grupo social, busca-se identificar nas fontes analisadas.

Ao estudar aspectos do cotidiano do operário inglês do século XVIII, Thompson articula a categoria experiência com o conceito de cultura. Aqui abre-se mil possibilidades de pesquisas por todas as esferas que perpassam a vida dos trabalhadores. Para o autor, a experiência vivida abarca mais do que o estruturalismo reduzia. Ela se liga à “cultura” e se amplia, pois:

---

<sup>80</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *Op. Cit.*, 2002, p. 260.

<sup>81</sup> WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 75.

<sup>82</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *Op. Cit.*, 1997, p. 10.

As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos [...]. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência efetiva e moral<sup>83</sup>.

Nesse sentido, o autor define também o termo cultura, utilizado na sua relação com a categoria experiência; portanto, experiências e trajetórias de vida são formadas e formadoras de consciência, e, portanto, estão imbricadas na cultura. Contudo, é preciso tomar cuidado para não identificar o termo “cultura” como algo homogêneo que pode se confundir com a “invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto”<sup>84</sup>. Consoante a reflexão levantada acima, propõe-se pensar sobre como a cultura influenciava as experiências de mobilização operária nas minas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, de 1945 a 1964.

Em estudo sobre os mineiros europeus, Stefan Berger afirmou que:

[...] a cultura da classe trabalhadora contribuiu, em diversas circunstâncias, para a emergência de uma ‘identidade de classe’, que, por sua vez, sustentou o sindicalismo – muitas vezes através de períodos de massiva repressão aos sindicatos<sup>85</sup>.

Entretanto, esse aspecto da construção de uma identidade de classe não significa a formação de um bloco homogêneo, sem conflitos ou contradições. Como veremos, através da ideologia patronal e da disputa entre os sindicatos de mineiros de diferentes municípios pela influência de sua política, a solidariedade de classe poderia ser quebrada em favor da concorrência ou em troca de barganhas políticas.

Apontamos, até agora, todos os pontos fortes dos conceitos de classe e experiência de acordo com a obra de Thompson. No entanto, o autor também recebeu inúmeras críticas. Se o conceito de experiência abriu caminhos para pensarmos na dinâmica de movimentos sociais e políticos, como os dos mineiros, a ideia de “formação de classe” pode apresentar limitações. Segundo Mike Savage, esta noção traz em si um “historicismo fraco”, que sugere “uma tendência a admitir que uma vez que uma classe está ‘formada’, seu caráter básico está dado”<sup>86</sup>.

---

<sup>83</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *Op. Cit.*, p. 182.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>85</sup> BERGER, Stefan. Mining history: sub-fields and agendas. In: BERGER, Stefan; ALEXANDER, Peter (org.). **Making Sense of Mining History: Themes and Agendas**. London: Routledge, 2019, p. 11. Tradução nossa.

<sup>86</sup> SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 5, n. 3, 2011, p. 32.

Esse reducionismo do conceito de classe, segundo Savage, poderia ser superado se inserirmos as categorias **espaço e redes** em nossas análises, para construir e desconstruir o modo pelo qual as classes podem fazer-se e “desfazer-se”<sup>87</sup>.

Para além da crítica de Mike Savage do “historicismo fraco” presente na concepção de formação de classe de Thompson, Marcel van der Linden aponta para outra inconsistência de *A formação*: a limitação da análise “dentro de um processo fechado em si mesmo”<sup>88</sup>. Desse modo, Thompson teria incorrido na tentação de explicar o processo de constituição da classe operária inglesa sem considerar as suas conexões com o Imperialismo e o Colonialismo, de acordo com van der Linden, como uma “mônoda leibniziana”: “A Inglaterra é, de acordo com sua análise, a unidade lógica de análise – enquanto forças externas certamente influenciaram esse processo, estas são especificamente retratadas como influências estrangeiras”<sup>89</sup>.

Por mais que Thompson não estabeleça conexões do movimento operário inglês com os processos de lutas do século XIX, que protagonizaram lutas do “proletariado atlântico”, como sugerem Peter Linebaugh e Marcus Rediker<sup>90</sup>, considero que afirmar que *A formação* desconsidere as relações externas com o Imperialismo pode ser, no mínimo, equivocado. O Imperialismo, de acordo com larga tradição de historiadores econômicos, é produto de um fenômeno de transformação das relações capitalistas do final do século XIX<sup>91</sup>, de concentração e monopolização dos setores industrial, financeiro e comercial, enquanto *A formação* centra-se, sobretudo, no final do século XVIII, portanto, um século antes.

Em segundo lugar, com as transformações do capitalismo nos séculos XIX e XX, o fato dos trabalhadores serem, cada vez mais, “trabalhadores subalternos”, subjugados pelo Imperialismo ao nível mundial, portanto, ligados por um processo de universalização das relações capitalistas de exploração do trabalho, não retira a substancialidade de que essa exploração se dê nos marcos dos Estados Nacionais, que configuram particularidades essenciais na forma como se constitui as relações específicas de organização da produção, de exploração do trabalho e de dominação de classe.

---

<sup>87</sup> *Idem.*

<sup>88</sup> VAN DER LINDEN, Marcel. História do trabalho: o velho, o novo e o global. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 1, n. 1, 2009, p. 13.

<sup>89</sup> *Idem.*

<sup>90</sup> Cf. LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças**: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>91</sup> Cf. PEREIRA, Vinícios Vieira. **A produção da relação centro e periferia no pensamento econômico**: das teses marxistas do imperialismo capitalista às teorias da dependência. 2015. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

Ruy Braga identificou que autores de tradição marxista, ao estudarem movimentos trabalhistas (principalmente no Sul global) tenderam a buscar nos padrões “fordistas” de sindicalismo, “orientado pela negociação coletiva entre trabalhadores, empresas e governos, e focado na ação coletiva de sindicatos”<sup>92</sup> o parâmetro balizador de toda sua análise sobre a classe.

No entanto, o autor salienta que essa política “foi uma exceção histórica e geográfica e que o foco nesse modelo dificultou a identificação de padrões alternativos de mobilização dos trabalhadores, sobretudo no chamado Sul global”<sup>93</sup>. E que autores de tradição “polanyiana” (em menção a Karl Polanyi) privilegiaram estudos sobre processos de “desconstrução da classe” na região Norte do globo, onde as agitações trabalhistas se concentram em contestar o desfalecimento do pacto de “bem-estar social” construído desde o pós-Segunda Guerra, como uma reação ao processo de perda de direitos sociais.

O autor procura por um terceiro “padrão” que possa dar conta de explicar essa nova realidade alijada pelo neoliberalismo, que seria o processo de refazer-se da classe trabalhadora, tal como comenta:

Um diálogo entre Marx e Polanyi poderia ser capaz de revelar a existência de um terceiro padrão? Além de saber como as classes são feitas – padrão marxiano – e desfeitas – padrão polanyiano –, a crise atual não exigiria refletir a respeito de como elas refazem-se a si mesmas?<sup>94</sup>.

Esse terceiro padrão proposto por Braga seria o processo de reformulação da classe trabalhadora atualmente cada vez mais precarizada e composta majoritariamente por “trabalhadores pobres e setores médios da sociedade, sobretudo os mais jovens”, que sentem sua condição econômica e social ameaçada pelas forças do mercado que intensificam os ataques através do “aumento da exploração econômica e a ameaça da exclusão social”<sup>95</sup>. Embora o autor analise o momento atual, o processo de reflexão de Braga sobre a construção e desconstrução da classe trabalhadora e a já aventada alternativa de reconstrução – como uma marca permanente do refazer-se da classe, pode abrir novas perspectivas de análises empíricas em nosso estudo.

Utiliza-se o conceito de **redes de classe**, no sentido de que existiu, durante o período estudado, uma dupla relação entre os mineiros do sul do Brasil: em suas comunidades locais,

---

<sup>92</sup> BRAGA, Ruy. Um padrão thompsoniano de “agitações trabalhistas”? Movimentos sociais e rebeliões no Sul global. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 12, 2020, p. 3.

<sup>93</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>94</sup> *Idem*.

<sup>95</sup> *Ibidem*, p. 16.

uma **relação de classes densa**<sup>96</sup>, baseada na experiência e na cultura de classe; e na relação espacial mais ampla, como um modo de organização através dos sindicatos e da Federação Interestadual dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Carvão, que congregava os mineiros do sul do país e coordenava suas reivindicações no plano nacional.

Essa articulação era formada pelo nível local, dos mineiros, suas famílias, como parte da comunidade que se identificava como pertencente a mesma classe, moradores dos mesmos bairros, frequentavam as mesmas bodegas, jogavam ou torciam para os times de futebol<sup>97</sup> dos mineiros, discutiam política, orientados pelo Sindicato dos Mineiros e seus líderes locais. E ressalta-se a participação dos líderes sindicais nesse processo, ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro ou ao Partido Comunista Brasileiro. Essas são o que chamamos de relações de classe densa.

Essa relação intraclasse ampliava-se para uma rede interestadual, que orientava as ações dos sindicatos locais pela Federação, planejando-se os momentos de greve e mobilizações coletivas, bem como a busca por aumentos salariais e melhores condições de trabalho junto ao Governo Federal. Desse modo, a sugestão de Savage sobre uma análise da ação da classe através das redes parece a mais sensata em nossa análise:

[...] os sindicatos são importantes no terreno mais amplo da formação de classe, uma vez que historicamente eles têm sido a principal forma que permitiu a criação de vínculos de amplo alcance (por meio de organizações sindicais regionais e nacionais, jornais etc.) ao longo de vínculos densos em locais de trabalho e comunidades específicas<sup>98</sup>.

Os mineiros do Sul do Brasil e suas redes de classe, desde suas greves por melhores condições de trabalho e salários às ligações com as disputas trabalhistas nos tribunais, que envolviam a exigência do cumprimento dos direitos criados pela legislação, são alguns dos aspectos que serão abordados ao longo da tese.

---

<sup>96</sup> Savage distingue esses dois espaços do processo de formação da classe: “A formação de classe depende da criação de vínculos densos e necessita também do desenvolvimento de vínculos de amplo alcance. Poder-se-ia argumentar que os primeiros sejam mais importantes para a criação de culturas e identidades distintas baseadas em classe, enquanto os últimos sejam mais importantes para vínculos organizacionais e mobilização política. Nesse sentido, o uso de conceitos de redes e o reconhecimento da importância do espaço poderiam, de fato, esclarecer a razão dos resultados contraditórios a que os trabalhos existentes chegaram”. Cf. SAVAGE, Mike. *Op. Cit.*, p. 31.

<sup>97</sup> Cf. FREITAS, Tassiane de Melo. **Das minas de carvão para os clubes de futebol e sociedades recreativas: experiência de classe entre o operariado da indústria carbonífera do Rio Grande do Sul (1930-1950)**. 2021. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa, Santa Maria, 2021.

<sup>98</sup> SAVAGE, Mike. *Op. Cit.*, p. 32.

As fontes utilizadas para pesquisa são múltiplas e variadas: periódicos comerciais (*Última Hora, Tribuna Criciumense, Correio do Povo*), periódicos da imprensa operária (*O Lampião, Orientador Mineiro*), fontes orais (nove entrevistas, sendo duas realizadas por mim e as demais por outros pesquisadores), documentos sindicais (atas, correspondências, cartas, telegramas, panfletos), processos da Justiça do Trabalho e da Justiça Cível sobre acidentes de trabalho, relatórios policiais, fotografias e livros autobiográficos de militantes que trabalharam nas minas de carvão tanto no Rio Grande do Sul quanto em Santa Catarina.

Os acervos pesquisados incluem o Museu Estadual do Carvão, localizado no município de Arroio dos Ratos (RS); o Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, em Porto Alegre; o Centro de Memória e Documentação (Cedoc) da Unesc; os arquivos do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, pesquisados entre 2019 e 2021, que devido à demolição de sua sede, foram transferidos e se encontram sob a guarda do Cedoc atualmente; e as pesquisas realizadas no *Institut für soziale Bewegungen* (Instituto dos Movimentos Sociais), um centro de pesquisa da Universidade do Ruhr Bochum, Alemanha.

Procurou-se perscrutar através da ampla gama de fontes utilizadas aspectos relacionados à ação política e social de trabalhadores e trabalhadoras de modo a reconstruir uma parte de sua história. Tal como nos advertiu Walter Benjamin: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela *lampeja* no momento de um *perigo*”<sup>99</sup>.

Portanto, nossa reflexão da História baseia-se no fato de que o historiador tem a responsabilidade de refletir sobre os usos do passado, seja através das memórias dos eventos ou das reminiscências que deixaram seu registro em documentos como jornais, cartas, fotografias e depoimentos. Como salientou Hobsbawm, “o passado é uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana”<sup>100</sup>. Obviamente essa pesquisa se pautou pela crítica às fontes segundo o escrutínio da História e do aporte metodológico necessário. Passo a seguir a discutir brevemente como foram analisadas algumas das principais fontes utilizadas.

O jornal, como qualquer fonte histórica, não é neutro, pois precisa ser lido e interpretado em suas múltiplas intenções e significações, bem como situado historicamente no tempo em que foi produzido, uma vez que ele não surgiu como um registro para a posteridade, mas como

---

<sup>99</sup> BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987. v. 1, p. 223.

<sup>100</sup> HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 25.

uma fonte do presente dirigida a um público amplo. Desse modo, como indica Sosa, o jornal como fonte pode ser lido em dois tempos:

[...] um objetivo que interpreta o texto escrito efetivamente e outro subjetivo que precisa entender aquilo que não aparece escrito, mas é possível identificar à luz do contexto histórico. Assim, o estudo da imprensa necessita do reconhecimento do que está em torno dela, já que essa mesma imprensa está invariavelmente atrelada ao seu tempo histórico<sup>101</sup>.

Sobre as fontes judiciais, procurou-se problematizá-las como um documento “específico”<sup>102</sup>, que possui algumas características particulares. Um dos fatores levantados por Arlette Farge em *O sabor do arquivo* (2009) é da produção de um “efeito de real” que se sente ao pesquisá-las. É como se aqueles relatos, depoimentos, testemunhos e fotografias dos autos judiciais pudessem nos dizer algo de um fragmento do tempo. Esse efeito de real relacionado à pesquisa nos arquivos judiciais faz sentido se pensarmos que ele não foi produzido para ser uma fonte de pesquisa aos historiadores futuros, tal como outra fonte, os impressos; estes foram escritos para serem dirigidos ao público. Tal como sugere Farge: “O impresso é um texto dirigido intencionalmente ao público. É organizado para ser lido e compreendido por um grande número de pessoas [...]”.<sup>103</sup>

Por seu turno, situação oposta é aquela do arquivo judicial. Como um vestígio de vidas que não queriam, em um primeiro momento, que suas situações particulares fossem expostas a um amplo número de pessoas, ele emerge como um fragmento particular. Realidades de violências ou de repressão, situações de defesa de uma ideia pessoal ou coletiva, que levaram àquelas pessoas a exporem pensamentos e falas que talvez em outra situação particular de suas vidas não chegassem a fazer. Como salientou Farge:

Por trás das palavras expostas nos autos, pode-se ler a maneira como cada um procura se posicionar diante de um poder coercitivo, como cada um articula sua própria vida, com êxito ou não, em confronto com a do grupo social e em relação às autoridades<sup>104</sup>.

Ângela de Castro Gomes e Fernando Teixeira, no livro *A Justiça do Trabalho e sua História* (2013) problematizam a constituição dessa instituição enquanto produtora de documentos históricos, fontes para pesquisa. Sobre sua importância, afirmam que:

---

<sup>101</sup> SOSA, Derocina Alves Campos. **A história política do Brasil (1930-1934) sob a ótica da imprensa gaúcha**. Rio Grande: FURG, 2007, p. 11-12.

<sup>102</sup> FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009, p. 10.

<sup>103</sup> *Ibidem*, p. 13.

<sup>104</sup> *Ibidem*, p. 35.

Por meio dos documentos da Justiça do Trabalho [...], podemos compreender melhor não apenas o funcionamento dessa instituição, mas também as diferentes visões sobre sua legitimidade e os sentimentos de recompensa, gratidão e frustração dos trabalhadores diante das decisões ou reparações judiciais. Se atentarmos para os detalhes, os processos trabalhistas constituem uma possibilidade de aproximação da fala dos trabalhadores, **ainda que filtrada e destilada pela linguagem e pelo exercício do poder judicial**, em situações formais e mesmo opressivas<sup>105</sup>.

Partimos desses pressupostos teórico-metodológicos na análise das fontes judiciais: acreditamos ser possível uma aproximação da fala dos trabalhadores, mesmo passando pelo filtro do judiciário. É por esse caminho que a pesquisa nos arquivos judiciais emerge com o objetivo de os pesquisadores iluminarem a experiência dos trabalhadores em aspectos que não haviam sido abordados.

A história oral também é utilizada como abordagem para reconstruir aspectos esquecidos ou silenciados pela memória. O conceito de memória utilizado na pesquisa compreende o que Alessandro Portelli denominou de um “horizonte de memórias possíveis”. Para o historiador italiano, não há uma única memória coletiva, que domina as demais formas. Mas memórias individuais, “de alguma forma, diferente de todas as demais. Então, o que vemos, mais que uma memória coletiva, é que há um horizonte de memórias possíveis”<sup>106</sup>. Essas memórias, que se entrecruzam na experiência social vivida, articulam-se para a construção de narrativas históricas que por vezes servem para legitimar determinada visão sobre o passado<sup>107</sup>. Falaremos mais desta fonte ao longo dos capítulos.

Sobre as fotografias, é fundamental considerá-las como fonte para a pesquisa, e não como meras “ilustrações” históricas. Ela retrata um momento do passado, mas que não pode ser considerado verdade ou prova, mas como marca ou “índice”, isto é, como “um tipo de signo que se define como vestígio do objeto que lá esteve – o referente”<sup>108</sup>. Isto implica em olhar para

---

<sup>105</sup> GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. *Op. Cit.*, p. 34. Grifo meu.

<sup>106</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto de; KOURY, Yara Aun. História oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 27, n. 50, 2014, p. 201.

<sup>107</sup> É importante salientar que há uma diferença essencial entre o conceito de memória e de história. Para Pierre Nora, “[...] a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Cf. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, 1993, p. 20.

<sup>108</sup> LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tânia Regina (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 42.

a fotografia, tal como comentou Ciavatta, como “recriação da realidade, como simulacro que é e não é, ao mesmo tempo”<sup>109</sup>.

A imagem fotográfica recria uma realidade que não existe mais, aquilo que passou, servindo simultaneamente como um ponto de junção e de partida, “sintetizando o sentimento de pertencimento à família, a um grupo, a um determinado passado”<sup>110</sup>. É preciso estar atento, contudo, ao que está por detrás da fotografia e que não pode ser visto, isto é, a forma de representação da realidade captada pelas lentes do fotógrafo. A forma como ele capta a realidade pode nos dizer sobre sua visão de mundo (entre outras possíveis), como interpretação (representação) daquilo que a sociedade é (presente), ou daquilo que ela poderia ser (futuro)<sup>111</sup>. É nesse sentido que a utilizamos em nosso trabalho, problematizando-a como uma importante fonte que pode iluminar aspectos negligenciados nos jornais, nas entrevistas ou nos processos judiciais.

Além disso, utilizo biografias ou autobiografias de militantes que trabalharam na região carbonífera dos dois estados do sul do País, como Ary Saldanha, Joaquim Celso de Lima (RS)<sup>112</sup>, Jorge Feliciano e Manif Zacharias (SC)<sup>113</sup>. As biografias foram durante um longo período consideradas fontes secundárias para os historiadores, voltados para a explicação das estruturas, desconsideravam o papel do indivíduo na história<sup>114</sup>.

Contudo, o retorno da biografia nos últimos cinquenta anos pelas diferentes correntes historiográficas marca que essa fonte pode e deve ser explorada pelos historiadores para iluminar aspectos ignorados ou silenciados. Além disso, as biografias nos permitem apreender, de uma forma particular, as tensões do contexto nos quais são feitas, isto é, perceber a própria temporalidade do conhecimento histórico, daquilo que foi chamado de história problema por Marc Bloch — a busca pelos homens, ao escreverem a história, de explicações para questões do seu tempo.

<sup>109</sup> CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens**: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 16.

<sup>110</sup> *Ibidem*, p. 32.

<sup>111</sup> GONTIJO, Rebeca. Tecendo considerações entra a escrita da história, a memória e as fotografias. *In*: SEMANA DE HISTÓRIA DA PUC-RJ, 1998, Rio de Janeiro. **Caderno de Resumos**. Rio de Janeiro: Departamento de História da PUC-RJ, 1998. p. 12-12.

<sup>112</sup> LIMA, Joaquim Celso de. **Navegar é preciso**: memórias de um operário comunista. São Paulo: Diniz, 1984; SALDANHA, Neli. **No melhor dos tempos e nas tempestades**: um homem de luta na trilha do socialismo. Caxias do Sul: Eva Eberhardt, 1996.

<sup>113</sup> COIMBRA, David. **Atravessando a escuridão**: memórias de um comunista casual. Criciúma: Editora Unesc, 1996; ZACHARIAS, Manif. **Minha Criciúma de ontem**. Curitiba: edição do autor, 1999.

<sup>114</sup> SCHIMDT, Benito Bisso. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 4, n. 6, p. 165-192, 1996.

No primeiro capítulo será analisado como as práticas desses homens e mulheres foram construídas historicamente, bem como as condições econômicas, sociais, culturais e espaciais do seu trabalho: as minas de carvão e as vilas operárias no sul do País. Essa é uma dimensão dos estudos sobre os mineiros que será explorada, procurando responder à questão: quem eram esses sujeitos?

No segundo capítulo será abordado como esses trabalhadores do carvão se engajaram na construção de instrumentos coletivos de organização, como a fundação dos sindicatos, a construção das greves, a participação em partidos políticos, a relação entre classe trabalhadora e o Estado, bem como a articulação entre os trabalhadores de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul em meados do século XX.

No terceiro capítulo reconstruo o processo de resistência e organização dos mineiros na conjuntura do final do Estado Novo (1945) até final da década de 1950, marcado por disputas políticas tanto entre operários e patrões como entre militantes do PTB e PCB no movimento sindical.

No quarto situo as mudanças na política nacional de começo da década de 1960 (eleição de Jânio e sua renúncia, a Crise da Legalidade, as campanhas pelas Reformas de Base), e como os mineiros fizeram parte das lutas do movimento operário ao nível nacional, bem como pautados por suas demandas locais, em um período de acirramento dos conflitos de classe.

No quinto e último capítulo analiso as agitações trabalhistas na conjuntura anterior ao golpe civil militar, e como a repressão desencadeada afetou as organizações desses trabalhadores e suas lutas sociais, marcado por intervenção nos sindicatos e prisão de suas lideranças.

## 1 A RIQUEZA DO SUBSOLO E A POBREZA DOS TRABALHADORES: MINAS E MINEIROS DE CARVÃO NO SUL DO BRASIL

“As palavras são testemunhas que muitas vezes falam mais alto que os documentos”<sup>115</sup>. Com essa afirmação, Hobsbawm se referia às palavras: indústria, fábrica, classe trabalhadora, capitalismo, proletário, ferrovia, greve e pauperismo. O historiador justifica que não é possível pensar o mundo moderno sem estas expressões, que estariam na emergência provocada pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa, como um “levante gêmeo que se deu naqueles dois países e que dali se propagou por todo o mundo”<sup>116</sup>.

Poderíamos complementar sua argumentação, afirmando que não é possível pensar o mundo moderno sem as imagens. Quando pensamos nas palavras, logo nos vêm à mente imagens que dão vida às palavras, absorvidas ao longo da nossa formação desde a infância. Logo, as imagens formam parte indissolúvel da nossa experiência com o passado e com a memória histórica que mantemos com esse mesmo passado. A imagem fotográfica, em particular, serve, ao mesmo tempo, como um ponto de junção e de partida, “sintetizando o sentimento de pertencimento à família, a um grupo, a um determinado passado”<sup>117</sup>.

Na primeira imagem abaixo, foi fotografada uma greve dos operários da Carbonífera Próspera S.A., Criciúma, em agosto de 1945. Não há registros em jornais ou outras fontes desse movimento, pois os primeiros periódicos da cidade foram fundados na década de 1950, sendo estas fotografias os únicos registros históricos existentes da greve. Na primeira foto, aparecem os operários reunidos, em frente à sede do sindicato, comemorando algo, possivelmente algum resultado favorável. Na segunda imagem, é muito expressiva a quantidade de operários reunidos em cima de um morro, de modo que é possível ver ao fundo seus braços levantados. À frente, sentados no chão, alguns seguram seus lampiões, instrumentos de trabalho, dando indícios de que estavam na mina de carvão da Próspera quando entraram em greve.

---

<sup>115</sup> HOBBSAWM, Eric. *Op. Cit.*, 2010, p. 19.

<sup>116</sup> *Ibidem*, p. 20.

<sup>117</sup> CIAVATTA, Maria. *Op. Cit.*, p. 32.

**Figura 1** – Greve dos mineiros da Carbonífera Próspera, Criciúma (SC), agosto de 1945. Bairro São Cristóvão.



Fonte: Acervo de imagens do Cedoc/Unesc.

**Figura 2** – Greve dos mineiros da Carbonífera Próspera, Criciúma (SC), agosto de 1945. Bairro São Cristóvão.



Fonte: Acervo de imagens do Cedoc/Unesc.

O que fica marcante em ambas as fotos, entretanto, além da expressiva quantidade de operários reunidos, é que não se nota a presença de mulheres, somente operários homens, o que demonstra que o espaço político de reivindicação era majoritariamente masculino, embora a presença das mulheres como “escolhedeiras”<sup>118</sup> de carvão fosse utilizada em larga escala em todas as empresas de Criciúma naquela época, como veremos adiante.

**Figura 3** – Sede do Sindicato dos Mineiros de São Jerônimo, década de 1940.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

A terceira fotografia foi tirada em frente à sede do Sindicato dos Mineiros de São Jerônimo (RS), na década de 1940. Embora não tenha a presença de operários, como nas fotos de Criciúma, ela dá destaque ao sindicato, dando destaque a centralidade nas relações de trabalho do período. Além de serem fontes riquíssimas para uma análise histórica sobre os homens e mulheres do carvão, as fotografias servem para uma reflexão mais ampla para a história do mundo do trabalho, pois elas captam um momento histórico particularmente importante para os trabalhadores de todo país: foram tiradas poucos meses antes da queda do governo de Getúlio Vargas, que ocorreu em outubro de 1945.

---

<sup>118</sup> “Escolhedeira” era como eram chamadas as trabalhadoras responsáveis pela escolha do carvão e sua separação da pirita, que era o resto inutilizado de pedra extraído conjuntamente.

Após oito anos da ditadura do Estado Novo (1937-1945), em que greves foram proibidas e seus fomentadores presos<sup>119</sup>, o ano de 1945 marca uma ruptura e o retorno da democracia, o que “implicava invenção de direitos, que por sua vez implicava exigência de seu cumprimento, que dependia da organização e participação dos trabalhadores”<sup>120</sup>.

As fotografias acima, portanto, captam um momento histórico de mudanças no país, quando os trabalhadores voltavam a se organizar com mais liberdade após um longo período de repressão. Nesse contexto, os trabalhadores e as trabalhadoras do carvão no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina formavam uma categoria de grande relevância social, econômica e política, pois os governos<sup>121</sup> dependiam da produção de carvão mineral para dar continuidade ao projeto de desenvolvimento industrial no período. Nesse período, o carvão era a pedra fundamental da política econômica do projeto de expansão industrial através da política econômica de substituição de importações, que teve nos anos seguintes, um crescimento extraordinário<sup>122</sup>.

Neste capítulo, será tratado sobre quem eram esses sujeitos. Para tanto, partimos de algumas questões: quem eram os homens e as mulheres que trabalhavam nas minas de carvão, ou dependiam dessa atividade para sobrevivência? Como o ofício mineiro transformava as relações de trabalho e como este era um processo que transformava o ser social mineiro? Como as desigualdades de gênero, raça e classe impactavam nas lutas desses/as trabalhadores/as? Como eram seus espaços de moradia, sua vida comunitária, seus espaços de sociabilidade e entretenimento e como eles influíam nas reivindicações da classe? É importante salientar que esses são apenas alguns elementos da experiência da classe, que de modo algum se esgotam neste capítulo. Seu recorte foi feito a partir dos aspectos mais relevantes para compreendermos os padrões de agitação trabalhista no período pesquisado.

Partindo da compreensão de que “a heterogeneidade é um componente histórico da classe operária e os momentos de unidade para a ação coletiva (via sindicatos ou partidos) não

---

<sup>119</sup> Não se pode esquecer que desde 1935, os sindicatos viviam sob a mira da Lei de Segurança Nacional, que perseguia aqueles que iam contra a política trabalhista do Estado, sendo que muitas lideranças sindicais foram alvos dessa legislação com o “afastamento dos sindicatos, pela cassação de direitos, prisão, ou eliminação física”. Cf. MATTOS, Marcelo Badaró. *Op. Cit.*, 2009, p. 69.

<sup>120</sup> NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. *Op. Cit.*, p. 52.

<sup>121</sup> Importante destacar que aqui inclui-se um período amplo que passou por vários presidentes em um curto tempo (14 anos), passando pelo segundo mandato de Getúlio Vargas (1951-1954), Café Filho (1954-1955), Carlos Luz (1955), Nereu Ramos (1955-1956), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961), Ranieri Mazzilli (1961), João Goulart (1961-1964). Oito governantes em apenas quatorze anos, o que reflete um período de grande instabilidade política.

<sup>122</sup> BASSERMAN, Sérgio; VILLELA, André. O pós-guerra (1945-1955). In: GIAMBIAGI, Fábio; CASTRO, Lavinia Barros; HERMANN, Jennifer (org.). **Economia brasileira contemporânea: 1945-2010**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 22.

são regra, tendo que ser muitas vezes conquistados a contrapelo”<sup>123</sup>, iniciaremos comentando brevemente de onde vinham, buscando compreender a migração como uma dinâmica histórica que faz parte da experiência da classe trabalhadora. Faz-se necessário também compreender quais eram os costumes e as tradições desses sujeitos, bem como as particularidades do “ser mineiro”, um ofício peculiar, que transformava suas relações sociais, de trabalho e de moradia. Ao longo deste capítulo serão comparados esses espaços de sociabilidade dos trabalhadores das minas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, de modo compreendê-los também como locais de manifestações sociais do trabalho.

### 1.1 TRABALHADORES EM MOVIMENTO: IMIGRANTES EUROPEUS E MIGRANTES NACIONAIS EM BUSCA DE TRABALHO NAS MINAS DO SUL

A busca por uma vida melhor sempre foi um fator que levou os povos a migrarem, seja por motivos de trabalho, de guerra, de fome ou algum outro fator<sup>124</sup>. A mineração de carvão na região Sul do Brasil foi uma atividade que atraiu um grande contingente de trabalhadores das mais distintas regiões do país e do mundo. O minério começou a ser explorado na segunda metade do século XIX, quando foi aberto o primeiro poço de extração nas proximidades da Vila de Arroio dos Ratos (RS), em 1872, pelo inglês James Johnson<sup>125</sup>. No ano seguinte, o inglês conseguiu do Governo Imperial o privilégio na exploração de lavra desta mina de carvão, a qual recebeu o nome de Arroio dos Ratos, como referência ao arroio perto do qual se localizava<sup>126</sup>.

Em 1881 se iniciaram as atividades carvoeiras na Vila de Butiá<sup>127</sup>. Ambas vilas pertenciam à época ao município de São Jerônimo<sup>128</sup>. Entre 1889 e 1936, a produção de carvão mineral do Rio Grande do Sul foi controlada pela Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ) e pela Companhia Carbonífera Rio-grandense (CCR), e, em 1936, essas

---

<sup>123</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Op. Cit.*, 1998, p. 32.

<sup>124</sup> HOBBSBAWN, Eric. *A era do capital*. 32. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 296.

<sup>125</sup> BUNSE, Heinrich A. W. **Palavras e expressões empregadas nas minas carboníferas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para designar objetos e ofícios**. [S. l.]: [s. n.], [1959]. Folheto.

<sup>126</sup> SULZBACH, Ervino Lothar. **Arroio dos Ratos**: berço da indústria carbonífera nacional. Arroio dos Ratos: Gráfica PBS, 1985, p. 51.

<sup>127</sup> WITKOWSKI, Alexsandro; FREITAS, Tassiane de Melo. **Sobre os homens desta terra**: a trajetória de fundação do sindicato dos mineiros de Butiá no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Edição dos autores, 2006, p. 20.

<sup>128</sup> Localizada na região carbonífera do baixo Jacuí essa formação geológica pertence ao grupo “bonito”, série “tubarão”, sendo que a faixa de carvão se estende no Rio Grande do Sul pela margem direita do rio Jacuí, das proximidades de Porto Alegre até São Gabriel e Dom Pedrito, e ao sul, até Jaguarão. Cf. BUNSE, *Op. Cit.*

empresas se juntaram para formar o Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM)<sup>129</sup>.

Foi também nesse mesmo período que o carvão da região sul de Santa Catarina começou a ser minerado. Na década de 1880, o Visconde de Barbacena conseguiu atrair capital estrangeiro para investir na atividade: foi para Londres, onde fundou a companhia *The Tubarão Brazilian Coal Mining Company Limited* (1883). Porém, os ingleses não permaneceram muito tempo na região, e o motivo foi a baixa qualidade do minério que não compensava um grande investimento. Com a saída dos capitais ingleses da região, as terras foram compradas pela firma Lage & Irmãos, tradicional família do Rio de Janeiro ligada ao comércio de carvão e serviços de estiva. Essa compra serviu mais como investimento futuro, pois foi somente a partir da conjuntura da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que a exploração do carvão brasileiro teve seu primeiro grande impulso devido à escassez da importação do carvão inglês.

Entre os anos de 1917 e 1922 foram fundadas cinco companhias carboníferas em Santa Catarina, das quais somente duas possuíam sede local, sendo o restante no Rio de Janeiro. Abaixo um mapa do cinturão carbonífero da região sul do Brasil:

**Figura 4** – Mapa das zonas carboníferas da região Sul do Brasil.



Fonte: TEIXEIRA, Wilson *et al.* **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de Textos, 2000, p. 474.

Adaptado pelo autor.

<sup>129</sup> HOFF, Gertrudes Novak. **Butiá**: em busca de sua história. Arroio dos Ratos: Gráfica PBS, 1992, p. 35.

Grande parte da força de trabalho, no começo do século XX, provinha da imigração europeia, principalmente da Espanha, onde existia uma região carbonífera de larga data, as Astúrias. Além dos espanhóis, havia alemães, poloneses, italianos, russos e ucranianos, formando um quadro de trabalhadores de culturas diversas. Segundo um pároco local que viveu por 30 anos como sacerdote de São Jerônimo: “Eram pessoas de diferentes cores, raças, línguas, idades, casados, viúvos e solteiros”<sup>130</sup> que vinham trabalhar com a promessa de riqueza e moradia. Ainda segundo o padre:

[...] com o ouro-negro extraído de suas entranhas, foram impulsionadas todas as atividades da própria mineração [...] foram alimentadas as usinas termoeletricas da Volta do Gasômetro, em Porto Alegre, e das cidades de Pelotas e do Rio Grande<sup>131</sup>.

Em minhas pesquisas encontrei documentação do Consórcio Administrador das Empresas de Mineração do Rio Grande do Sul (CADEM), a qual mostra o grande interesse da Companhia em trazer trabalhadores da Europa para as minas de carvão no Brasil. Em carta dirigida ao Diretor da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura do governo brasileiro, de 18 de dezembro de 1945, o proprietário da empresa, Roberto Cardoso, escreveu:

CADEM, procurador das Companhias Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo e Carbonífera Minas de Butiá, administra as minas de carvão no Município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul. Tendo o CADEM interesse em acolher imigrantes de origem europeia para serviços mineiros naquelas minas, vem, nos termos do Aviso de Convocação daquela divisão, de 26 de setembro, prestar as seguintes informações: [...] os imigrantes são os poloneses e os lituanos, pois se adaptam melhor às minas subterrâneas de carvão; e) Serão fornecidas aos imigrantes moradias do mesmo tipo dos demais mineiros, ou seja, casas de madeira ou materiais, com instalações aprovadas pelo Departamento de Higiene do Estado. g). Os trabalhadores serão contratados inicialmente com salário global diário de Cr\$ 22,00. Em um período variável de 15 a 45 dias, quando já estiverem perfeitamente familiarizados com os serviços subterrâneos, passarão a receber salários que variam de Cr\$ 35,00 a Cr\$ 40,00 por dia. h). Queremos receber 200 trabalhadores, preferencialmente trabalhadores solteiros, mas também podemos receber algumas famílias<sup>132</sup>.

Neste documento, o dono da empresa revela interesse em trazer imigrantes europeus, preferencialmente polacos e lituanos, embora tenhamos encontrado noutros documentos um interesse generalizado na contratação de alemães, russos e ucranianos já habituados a trabalhar

<sup>130</sup> SULZBACH, Ervino Lothar. *Op. Cit.*, p. 51.

<sup>131</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>132</sup> CARDOSO, Roberto. **Carta dirigida ao diretor da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura**. Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1945. Carta. In: Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos. Acervo dossiê dos imigrantes europeus. CADEM, caixa 2, 96. Agradeço ao pesquisador estadunidense Cody Willians pela digitalização de parte deste dossiê, compartilhado com a professora Clarice Speranza.

nas minas de carvão. De acordo com Knotter, os poloneses foram os primeiros e inicialmente os trabalhadores mineiros migratórios mais móveis da Europa. A partir das últimas décadas do século XIX, eles foram mobilizados em larga escala para trabalhar nas minas de carvão do Ruhr, na Alemanha.

A pesquisadora Clarice Speranza destaca que esse aporte de imigrantes europeus às minas de carvão fez parte de uma estratégia mobilizada pelas empresas, de modo a

[...] confrontar o crescentemente organizado movimento operário, que apesar da repressão da ditadura do Estado Novo, ressurgiu com força já em 1945 com greves e com a campanha do “queremismo”<sup>133</sup>.

A expansão da indústria carbonífera, portanto, atraiu uma imensa quantidade de pessoas pela promessa de trabalho, moradia, e condições melhores para viver.

Às experiências desses grupos de imigrantes mesclava-se a cultura de trabalhadores nacionais, vindos do interior e de regiões próximas, agricultores e pescadores que viviam da sua pequena produção para subsistência. No Rio Grande do Sul, Klován confirma esta informação ao pesquisar carteiras de trabalho dos mineiros de São Jerônimo na década de 1930, quando notou que a maioria era nascida em regiões rurais um tanto “longínquas de onde estavam localizadas as minas”<sup>134</sup>.

Pelas características singulares da indústria extrativista do carvão, demandava-se um grande contingente de força de trabalho, tendo levado uma população que vivia no interior do Rio Grande do Sul, no litoral, ou em cidades próximas à região carbonífera. Quando faltavam operários, segundo o pároco Sulzbach, a “Cia. Mineradora enviava pessoas credenciadas pelos diversos estados do Brasil, com a incumbência de arrebanhar operários para esta mina”<sup>135</sup>. Essas características plurais marcaram a formação da comunidade mineira da região do baixo Jacuí – Arroio dos Ratos, Butiá, Charqueadas e Minas do Leão – então vilas pertencentes à época ao município de São Jerônimo.

É essencial constatar que boa parte desses trabalhadores eram afrodescendentes, que nas fichas para obtenção das carteiras profissionais das décadas de 1930 e 1940 eram classificados

---

<sup>133</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. O afluxo de refugiados e “deslocados de guerra” para as minas de carvão do Rio Grande do Sul ao fim da II Guerra. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 37, n. 74, p. 565-590, 2021.

<sup>134</sup> KLOVAN, Felipe Figueiró. *Op. Cit.*, p. 70.

<sup>135</sup> SULZBACH, Ervino Lothar. *Op. Cit.*, p. 17.

pelo Estado como “pretos”, “pardos”, “morenos” ou “escuros”<sup>136</sup>. Ao refletir sobre os trabalhadores que fizeram suas carteiras no Rio Grande do Sul (não apenas os mineiros de carvão) entre 1933 e 1945, Speranza comenta como essa classificação era “aleatória, mesclando a terminologia oficial com a terminologia popular”<sup>137</sup>.

As semelhanças na origem dos trabalhadores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina são notórias, pois neste Estado, a maioria dos operários recrutados para o trabalho era proveniente das regiões próximas, pescadores e colonos do litoral catarinense e de áreas agrícolas, além dos imigrantes italianos, poloneses, espanhóis e alemães<sup>138</sup>. Segundo Goulart e Livramento, que pesquisaram as folhas de pagamento da Companhia Carbonífera Urussanga entre 1918 e 1929, a formação étnica dos 953 trabalhadores da empresa era diversa: 39,6% eram “lusobrasileiros”<sup>139</sup>, 27,3% italianos, 8,3% alemães, 2,7% poloneses, 1% espanhóis<sup>140</sup>.

Em comparação, no Rio Grande do Sul, a quantidade de trabalhadores nacionais na década de 1930 é muito maior que a de estrangeiros: segundo levantamento feito pela direção da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo para a então recém-criada Inspetoria Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, havia um “total de 1.834 trabalhadores nacionais e 307 estrangeiros nas minas de Arroio dos Ratos (em torno de 14% dos operários), sendo desses 125 espanhóis, 55 poloneses, 20 portugueses, 20 lituanos, 18 alemães, 13 uruguaios, 12 russos, 9 italianos [...] e outras nacionalidades”<sup>141</sup>. Desse modo, havia um intenso contato interétnico nas relações de trabalho nas minas de carvão no Sul do Brasil.

É importante salientar que entre as populações que viviam ao longo da costa litorânea da região sul catarinense, da pesca, também havia em grande número de afrodescendentes que

<sup>136</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. Branco, preto, pardo, moreno ou escuro? Classificações raciais nas carteiras dos trabalhadores gaúchos (1933-1945). **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 21, n. 1, p. 100-124, 2017.

<sup>137</sup> *Ibidem*, p. 121.

<sup>138</sup> A ocupação das terras no sul de Santa Catarina começou a partir de 1877 com os imigrantes italianos, seguidos dos poloneses e alemães. Eles desembarcavam em Desterro e desciam até Laguna e Tubarão, onde se estabeleciam nas proximidades dos rios, ocupando as áreas de terra que formaram os primeiros núcleos coloniais: Azambuja (1877), Urussanga (1878), São José de Cresciúma (1880), Cocal (1885), Nova Veneza (1890) Nova Belluno (1891). Cf. DALL’ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina**: documentários. Caxias do Sul: EDUCS; Porto Alegre: EST; Florianópolis: Lunardelli, 1983, p. 182.

<sup>139</sup> Os “lusobrasileiros” são considerados pelos autores os trabalhadores oriundos da região litorânea de Santa Catarina, em sua maioria descendentes de açorianos que imigraram durante a colonização portuguesa nos séculos XVIII e XIX. Cf. SANTOS, Silvio Coelho. **Nova história de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2004, p. 107.

<sup>140</sup> GOULARTI FILHO, Alcides; LIVRAMENTO, Ângela Maria Antunes do. Relações de trabalho e formação da mão-de-obra mineira em Santa Catarina, 1918-1929. In: GOULARTI FILHO, Alcides (org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. v. 1, p. 42.

<sup>141</sup> COMPANHIA ESTRADA DE FERRO E MINAS DE SÃO JERÔNIMO. **Carta à Inspetoria Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul**. São Jerônimo, 31 de outubro de 1931. Carta. In: Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos. ADMEC. Fundo Administração, caixa 03, cartas 1934-1935.

migraram para trabalhar na mineração, o que foi constatado pela abundância de processos de acidentes de trabalho (de pesquisa anterior) em que aparecem trabalhadores de cor negra nos autos<sup>142</sup>.

No entanto, mesmo trabalhando a centenas de metros de profundidade abaixo da terra em conjunto e dependendo uns dos outros para realizarem o trabalho, havia nas vilas operárias, nítidas divisões raciais e de gênero. Estas clivagens caracterizavam-se não somente nas casas e locais de moradia, mas também nos Clubes que cumpriam uma importante função de encontro e de socialização.

Um desses clubes foi a Sociedade Recreativa União Operária, fundada em 1937 em Criciúma, que por décadas reuniu o movimento negro da região. Naquela época, existiam poucos espaços de lazer na cidade, este era um espaço onde os negros se reuniam, pois, eram impedidos de frequentar o clube União Mineira, popularmente conhecido como “clube dos brancos”.

Quem relata essa segregação existente entre os clubes foi Dona Tuta, moradora do bairro Operária, em Criciúma, em sua entrevista para a pesquisadora Crispim:

Nas festas iam só negros, não misturava, não sei porquê... Antigamente a gente não poderia... A domingueira que tinha, era só de negros. Só ia branco, que não era branco, é mulato, que o pai ou a mãe era branco, ou negro. Aí, só esses entravam<sup>143</sup>.

Frequentemente, nestes momentos, brancos e negros se separavam, mesmo que trabalhassem juntos diariamente, ou fossem vizinhos e amigos: “[...] na hora do divertimento era cada um na sua”<sup>144</sup>. Na fala de Dona Tuta, fica evidente a segregação racial que havia na sociedade.

No Rio Grande do Sul a segregação racial também era um forte componente de divisão social. Speranza citou a entrevista de Cerílio Soares, mineiro aposentado de Arroio dos Ratos, sobre os clubes sociais desta cidade: “Os bailes iniciavam as dez, onze horas da noite e iam até às cinco horas da manhã. Ia mais no Clube Tesouras. Era o baile dos negros. Agora deve estar

---

<sup>142</sup> MANDELLI, Bruno. **Das minas de carvão para a Justiça**: as lutas dos mineiros acidentados de Criciúma/SC. Jundiaí: Editora Paco, 2020, p. 62.

<sup>143</sup> *Idem*.

<sup>144</sup> CRISPIM, Cristine Santiago. **Memórias e olhares**: um estudo sobre experiências de normalistas afrodescendentes de Criciúma (1959-1969). 2001. Monografia (Especialização em História Social) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2001, p. 43.

tudo misturado, mas antigamente, não misturava branco com moreno”<sup>145</sup>. Soares se refere à Sociedade Carnavalesca Tesouras, fundada em 6 de abril de 1928. Essa segregação também é apontada por Ciocari na Vila de Minas do Leão: entre a década de 1950 e 1970 havia o Clube Duque de Caxias, para os brancos, e outro para os negros –, a Sociedade Recreativa União<sup>146</sup>. A existência de clubes segregados de brancos e negros nas vilas mineiras no Rio Grande do Sul e de Santa Catarina demonstra haver clivagens nos laços de solidariedade de classes dos trabalhadores.

No estado do Alabama, nos Estados Unidos da América, durante as primeiras décadas do século XX, a mineração de carvão também utilizou tanto trabalhadores brancos quanto afro-americanos como mão de obra. Como o mineiro Thomas enfatizou em seu depoimento mencionado por Woodrum: “Eu não me importo de que cor era, todo mundo era negro lá embaixo com todo aquele carvão”<sup>147</sup>. A centenas de metros abaixo da terra, brancos e negros dependiam uns dos outros para sobreviverem, e, ao final do turno de trabalho, todos acabavam ficando pretos cobertos com tanta poeira de carvão que se desprendia das perfurações e detonações das rochas. Essa aparente unidade dos trabalhadores, no entanto, era rompida nos espaços de sociabilidade segregados racialmente, como igrejas, escolas e clubes separados para negros e brancos.

Além disso, Woodrum evidencia que a segregação aparecia com bastante força na disputa pelos melhores postos de trabalho: o cargo de supervisor das minas do distrito de Birmigham, por exemplo, era ocupado em 98% dos casos por homens brancos, que também eram responsáveis por operar as máquinas responsáveis pela mineração. Aos negros eram relegados os trabalhos mais arriscados, que demandavam mais esforço físico e de remuneração mais baixa.

Na fotografia abaixo, da Vila de Arroio dos Ratos no Rio Grande do Sul, podemos ver mineiros e ajudantes transportando vagões carregados de carvão:

---

<sup>145</sup> SOARES, Cerílio. **Entrevista cedida em 21 de junho de 2002**. Entrevistador: Ulisses B. dos Santos. Porto Alegre, Centro de História Oral do Memorial do Rio Grande do Sul, 2002. *Apud* SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2021, p. 572.

<sup>146</sup> CIOCCARI, Marta Regina. *Op. Cit.*, 2010, p. 213.

<sup>147</sup> Cf. WOODRUN, Robert. **Everybody Was Black Down There: Race and Industrial Change in the Alabama Coalfields**. Athens, GA: University of Georgia Press, 2007.

**Figura 5** – Mineiros no subsolo da mina de Arroio dos Ratos, município de São Jerônimo, Rio Grande do Sul.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão. Coleção fotográfica, álbum Edu Machado, sem data. Reprodução de Pedro Mallmann.

É fundamental refletir que a fotografia, como documento, retrata um momento do passado, mas que não pode ser considerado verdade ou prova, mas como marca ou “índice”, isto é, como “um tipo de signo que se define como vestígio do objeto que lá esteve – o referente”<sup>148</sup>. Na foto 5, tirada em Arroio dos Ratos, nota-se a presença de quatro trabalhadores, que fizeram uma pausa em seu trabalho para o registro fotográfico. Eles estão com vestimentas típicas dos mineiros, bermudas, camisetas, regatas ou sem camisa, devido ao excessivo calor que fazia nas frentes de serviço (podendo chegar à 50°C), com boinas ou tocas, que utilizavam para se “protegerem” da queda de pequenas pedras, e calçados com alpargatas. Os operários se posicionam de duas formas diferentes: os dois de trás estão na posição de empurrar os vagões (que eram pesadíssimos, podendo chegar a 1 tonelada cada); os outros estão segurando ferramentas, o que nos dá a impressão de que carregariam os vagões de carvão com suas pás.

---

<sup>148</sup> LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Op. Cit.*, p. 42.

**Figura 6** – Visita das Freiras da Congregação das Irmãs da Divina Providência ao interior de uma mina em Criciúma, década de 1950.



Fonte: Acervo do Cedoc/Unesc.

Na fotografia 6, pode-se ver a visita de freiras no interior de uma mina de carvão de Criciúma na década de 1950, acompanhando o trabalho dos mineiros. À direita, quatro homens empurram a vagoneta de carvão. No canto esquerdo, um mineiro sorri para a foto, carregando seu lampião de carbureto, talvez tentando aparentar uma imagem de que o trabalho do subsolo era realizado com animação ou achando cômica a situação das freiras estarem naquele espaço, onde era proibida a presença de mulheres. Nota-se dos quatro trabalhadores que empurram a vagoneta de carvão, os que estão nas pontas são brancos, e os que estão no meio, negros.

Apesar das poucas pesquisas acadêmicas sobre a presença dos afrodescendentes nas regiões de mineração, as fotografias, os relatos orais e processos judiciais indicam um grupo numeroso e importante nas comunidades mineiras do sul do Brasil. Em conjunto com trabalhadores de descendência europeia, formavam uma classe trabalhadora numerosa e importante economicamente no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando o Estado brasileiro decretou a obrigatoriedade de entrega de toda a produção de carvão mineral. Foi nesse período que houve uma expansão da mineração no sul do país, quando o Estado Novo publicou

o Decreto-lei n. 4.613, em agosto de 1942, que instituiu, como medida de emergência, a entrega obrigatória ao Governo Federal de todo o carvão nacional.

O médico Francisco de Paula Boa Nova Jr., que trabalhou entre 1944 e 1953 nas minas de carvão de Criciúma, comentou em seu relatório escrito à época para o Departamento Nacional de Produção Mineral sobre essa grande demanda de mão de obra para as regiões mineiras do sul do país: “Os trabalhos nas minas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, tiveram que ser intensificados para atender às urgentes necessidades do país”.<sup>149</sup> Diante da grande demanda por carvão mineral, intensificou-se a exploração da força de trabalho nas companhias carboníferas, como relata o médico em seus registros:

Todos os mineiros foram mobilizados a fim de que, com o aumento da produção carbonífera, se atenuasse um pouco a fome do combustível às nossas indústrias e transportes, já tão afetados pela restrição, que a guerra nos impunha, das importações de petróleo e seus derivados.<sup>150</sup>

Como resultado dessa expansão acelerada da exploração do subsolo, entre os anos 40 e 50 surgiram trinta companhias carboníferas em Criciúma, entre elas: a Carbonífera Criciúma (1943), a Carbonífera Metropolitana (1945) e a Carbonífera Boa Vista (1945), que se somaram às outras nove existentes, que se expandiram com apoio estatal dado para produção, distribuição e consumo do carvão<sup>151</sup>.

Ainda, de acordo com dados de Belolli, Quadros e Guidi, ao total, em 1942 existiam 53 sociedades carboníferas em Criciúma, entre outras 40 minas menores, em sua maioria pequenas e média empreiteiras que exploravam o minério e vendiam para companhias maiores, como a Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá (CBCA) e a Companhia Carbonífera Próspera S.A.<sup>152</sup>. Essas empresas, no entanto, eram de propriedade de poucos grupos econômicos, como se pode observar pela tabela abaixo:

---

<sup>149</sup> BOA NOVA JR., Francisco de Paula. **Problemas médico-sociais da indústria carbonífera catarinense**. Rio de Janeiro: Departamento de Fomento da Produção Mineral, 1953. p. 9.

<sup>150</sup> *Idem*.

<sup>151</sup> TEIXEIRA, José Paulo. *Op. Cit.*, p. 113.

<sup>152</sup> BELOLLI, Mário; QUADROS, Joice; GUIDI, Ayser. **História do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002, p. 147-149.

**Tabela 1** - Principais Empresas Carboníferas de Criciúma (1940-1965)

<b>Carbonífera</b>	<b>Proprietário/diretor</b>
Cia. Brasileira Carbonífera de Araranguá	Henrique Lage (1918-41), Álvaro Catão, Sebastião N. Campos / Heriberto Hülse
Metropolitana	Diomício Freitas, Santo Guglielmi
Cia. Próspera	Irineu Bornahausen, Antônio Ramos, Marcos Konder
Sociedade Brasileira Carbonífera União	José Contim Portella / Carlos. O. Seara
Cia. Catarinense	Luiz Lazarin, Alfredo Bortoluzi, Pedro Beneton
Cia. Boa Vista	Santo Guglielmi
Cia. São Marcos	Carlos Scavone e Mário Crippa
Cia. Criciúma	Diomício Freitas
Cia. Napolini	Archimedes Napolini

Fonte: TEIXEIRA, José Paulo. **Os donos da cidade**. Florianópolis: Insular, 1996, p. 113; BELOLLI, Mário; QUADROS, Joice; GUIDI, Ayser. **História do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002, p. 149.

Nota-se uma predominância de alguns poucos grupos econômicos ligados às famílias da oligarquia local e regional, que monopolizavam a economia da cidade, e que mantinham influências na política estadual. De acordo com José Paulo Teixeira, que pesquisou sobre a formação dessas elites da cidade, “algumas empresas e famílias dominaram o setor e, desde então, suas histórias se confundem com a história de Criciúma, das suas elites e do imaginário da cidade”<sup>153</sup>.

É importante salientar que no Rio Grande do Sul, a situação era diametralmente oposta à Santa Catarina: as duas principais empresas se concentraram em um Consórcio Minerador, que detinha praticamente o monopólio da produção até o fim do conflito mundial. Em 1936, ano em que uma grande enchente inundou as galerias de mineração de Arroio dos Ratos, foi fundado o CADEM (Consórcio Administrador de Empresas de Mineração), criado para administrar as empresas mineradoras da região carbonífera do RS, com a união da Companhia Estrada de Ferro Minas de São Jerônimo (CEFMSJ) e da Companhia Carbonífera Rio-Grandense (CCR). O administrador e sócio da empresa era Roberto Cardoso, um executivo carioca do grupo Martinelli, responsável pelo período de maior investimento nas vilas mineiras da região, com a construção de hospital, maternidade, posto de puericultura, clubes e cinemas.

---

<sup>153</sup> TEIXEIRA, José Paulo. *Op. Cit.*, p. 111.

No entanto, notam-se também diferenças entre a organização dos trabalhadores nos dois estados do Sul. Enquanto no Rio Grande do Sul, a mineração de carvão era monopolizada pelo CADEM, o Consórcio composto por vários acionistas que administrava e concentrava a atividade de extração mineral, em Santa Catarina não existia uma empresa que detivesse esse monopólio, mas era formada por uma “babel” de empresas. De qualquer maneira, o poderio das empresas não era tão concentrado como na região carbonífera do Rio Grande do Sul, fato que pode ter resultado em uma maior pulverização e divisão do poder patronal, que em momentos de greves, contribuiu para o fortalecimento das lutas operárias.

Portanto, pode-se estabelecer uma diferença essencial entre a mineração nos dois estados do Sul: enquanto no RS havia o monopólio da mineração pelo CADEM (um consórcio com vários acionistas), em SC havia em torno de cinquenta mineradoras no mesmo período, a maioria de pequeno e médio porte, que exploravam e vendiam o minério para as grandes companhias (C.B.C.A, Próspera, União, Metropolitana, CCU).

Além disso, por conta de suas características físicas, a produção rio-grandense destinava-se essencialmente ao abastecimento da Viação Férrea, enquanto a de Santa Catarina ia para os fornos da recém-criada Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O que explica essa diferença entre os dois estados, em parte, é o fato de o carvão mineral catarinense possuir um teor menor de rejeito piritoso comparado ao carvão rio-grandense, além de se situar mais próximo da região sudeste, e possuir estradas de ferro para o transporte do minério até o porto de Imbituba (SC), de onde era embarcado para o Rio de Janeiro. Esses fatores atraíram uma maior gama de exploradores que desejavam fazer fortuna com a venda do carvão de Santa Catarina para os fornos da CSN.

Outra importante consequência desse aumento de produção no período foi o aumento da exploração do trabalho do menor. Em 1944, Vargas decretou a redução da idade mínima de trabalho nas minas de carvão do Brasil, de 21 para 18 anos no subsolo, e de 18 para 16 anos na superfície das minas<sup>154</sup>. Essa realidade perdurou mesmo após o fim da II Guerra, empregando-se menores nas minas de carvão<sup>155</sup> tanto em Santa Catarina quanto no Rio Grande do Sul.

O mineiro aposentado Cyro Manoel Pacheco, em entrevista, contou ter começado a trabalhar na Mina Visconde, em Criciúma, em 1951, com 14 anos na função de guincheiro. E

---

<sup>154</sup> BRASIL. Decreto-lei n. 7.211, de 29 de dezembro de 1944. Dispõe sobre a idade para o exercício de atividades na mineração do carvão, durante o estado de guerra. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1944. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/532312/publicacao/15710448>. Acesso em 14 maio 2020.

<sup>155</sup> CAROLA, Carlos Renato. *Op. Cit.*, 2002, p. 50-51.

relatou que na época havia muitos trabalhadores menores de idade na mina, pois as certidões de nascimento eram registradas somente depois que “já eram grandes”<sup>156</sup>. Cyro lembra que seu pai registrou o nascimento dos seus irmãos todos no mesmo dia, e colocou sua idade quatro anos mais velho para “poder pegar emprego na mina” e poder ganhar “o abono família”, pago pelo governo em virtude da quantidade de filhos em cada família<sup>157</sup>. Também encontramos carteiras de trabalho de menores, tanto em Santa Catarina quanto no Rio Grande do Sul, como nas fotos abaixo:

**Figura 7** – Carteira de trabalho de menor de Cyro Manoel Pacheco, Criciúma.



Fonte: Acervo particular do entrevistado.

---

<sup>156</sup> PACHECO, Cyro Manoel. *Op. Cit.*, 2020.

<sup>157</sup> *Idem.*

**Figura 8** – Registro de empregados da Carbonífera São Marcos, Criciúma. Alzira de Souza, escolheira, 15 anos.

**REGISTRO DE EMPREGADOS**  
 Registro nº 925  
 Firma Companhia Carbonífera " São Marcos " S.A.  
 Rua Tiradentes nº 75  
 Nome Alzira de Souza - Cmpa nº 409

N.º Ordem A - 277 N.º da Carteira Profissional 98459 Série 107a N.º da Carteira de Reservista N.º da Carteira de Instituto 285284

Filiação: Pai Inaia de Souza Mãe Augusta Martignago de Souza  
 Estado civil Solteira Idade 15 anos Data do Nascimento 30 de Dezembro  
 Nacionalidade Brasileira Lugar do Nascimento Criciúma - Santa G.  
 Quando Estrangeiro: Data em que chegou / / N.º da Carteira  
 Residência São Marcos Data da Admissão 16 / 12 / 1951  
 Categoria e Ocupação Habitual Escolheira Salário Cr\$ 17,70 de  
 Para trabalhar das 07 às 16 horas com intervalo de 01 horas para refeição e descanso  
 Forma de pagamento Mensal Nome dos Beneficiários Seus pais,

Fonte: Imagem reproduzida no grupo "Fotos Antigas de Criciúma" do Facebook.

**Figura 9** – Carteira de trabalho de Ademar Francisco Cerpa, Arroio dos Ratos.

MINISTERIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMERCIO  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DO TRABALHO  
 Nº 50.613 Série 5ª  
**Carteira Profissional**  
 503787  
 Fotografia tirada em 22 de Maio de 1938  
 Tip. do Departamento Nacional do Trabalho - 1934

**INFORMAÇÕES**  
 Apresenta carteira nº 50613 série 5ª  
 Intenciona a Ademar Francisco Cerpa  
 filho de Ademar Francisco Cerpa  
 e de Maria Cerpa  
 nascido em Santo Antônio - Rio Grande  
 de 04 de 08 de Setembro de 1921  
 Estado civil Solteiro  
 profissão Mineiro  
 instrução Primária  
 residência Vila Arroio dos Ratos RJ  
 Estudante de do Estudante Mineiros  
 de Arroio dos Ratos.  
 Beneficiários ou pessoas a cuja subsistência proveu Pai

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

As fotografias acima demonstram como era constante o trabalho de menores nas minas de carvão do sul do Brasil entre as décadas de 1920 e 1960. Cyro Manoel Pacheco começou com 14 anos a trabalhar na mina Visconde. Alzira de Souza, com 15 anos, na mina Simão, na função de escolheira. E Ademar Francisco Cerpa, também com 15 anos na mina de Arroio

dos Ratos, registrado como mineiro, embora essa designação fosse genérica para várias funções debaixo da mina.

O trabalho de menores de 18 anos antes da II Guerra já era regulamentado no Brasil pelo Decreto n. 22.042, 3 de novembro de 1932, promulgado no período do governo provisório de Getúlio Vargas, que permitia o trabalho nas indústrias em geral aos maiores de 14 anos. Porém, esta mesma norma especificava como vedado aos menores de 18 anos o trabalho com matérias-primas minerais em geral em locais onde houvesse o livre desprendimento de poeiras, e o trabalho em subsolo, pelo risco de acidentes.

No entanto, encontramos vários indícios da presença do trabalho dos menores no subsolo, como no relatório médico escrito por Francisco de Paula Boa Nova Jr. em 1953<sup>158</sup>. Embora trabalhasse para o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), teve que reconhecer em seu relatório que a proibição do trabalho de menores de 18 anos no subsolo das minas de carvão “[...] vinha sendo imperiosamente burlada pelos empregadores, numa ânsia incontida de arregimentar braços a preços módicos para aumentar a produção de carvão e, portanto, os seus lucros”<sup>159</sup>. Este relato nos leva a inferir que o trabalho de menores era generalizado na década de 1940.

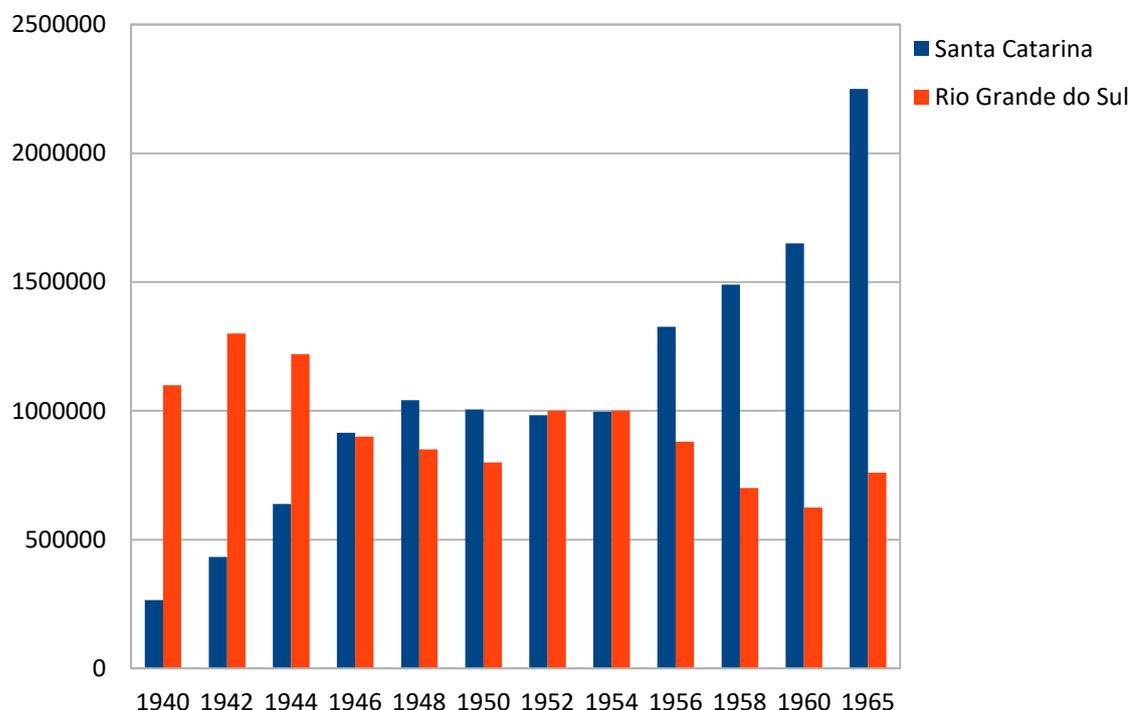
Após o fim da II Guerra Mundial, ocorreu um processo que modificou substancialmente a mineração de carvão nos dois estados do sul do Brasil: o declínio gradual da produção no Rio Grande do Sul e o crescimento paulatino de Santa Catarina no cenário nacional. Se em 1936 a produção de carvão mineral do RS foi de 500 mil toneladas, em 1943 essa produção saltou para 1,34 milhão de toneladas, mas caiu para em torno de 650.000 toneladas em 1960<sup>160</sup>. Em Santa Catarina, ao contrário, o volume foi de 204.181 toneladas em 1939, subindo para 815.678 toneladas em 1945, 1,65 milhão de toneladas em 1960, e 2,25 milhões de toneladas em 1965. Isto representou um crescimento de mais de 1.000% em 25 anos, como podemos observar pelo gráfico abaixo:

---

<sup>158</sup> O médico Francisco de Paula Boa Nova Jr. trabalhou diretamente no Departamento Nacional de Produção Mineral, sede de Criciúma, entre os anos de 1944 e 1952, e narrou em seus escritos, as condições socioeconômicas, médicas e sanitárias dos trabalhadores/as da mineração.

<sup>159</sup> BOA NOVA JR., Francisco de Paulo. *Op. Cit.*, p. 59.

<sup>160</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2012, p. 47.

**Gráfico 1** – Produção de carvão mineral em SC e no RS por tonelada (1940-1965)

Fonte: GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007; SPERANZA, Clarice Gontarski. **Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

Essa mudança se deu, em grande medida, devido à construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda (RJ) que garantiu a compra do carvão catarinense, considerado estratégico para a indústria de aço<sup>161</sup>, e a inauguração de uma unidade da empresa em Criciúma em 1946, na Vila de Siderópolis, destinada à extração do carvão. Com o crescimento da demanda por carvão mineral impulsionado pela atividade da CSN e a carência de combustíveis derivados do petróleo, Santa Catarina ultrapassou o estado vizinho a partir de 1946, e despontou como principal produtor de carvão mineral do país a partir daquele momento, quando chegou a ter 10 mil trabalhadores até final da década de 1950<sup>162</sup>.

161 Através do Decreto-lei n. 9.826 de 10 de setembro de 1946, “considerando a necessidade de reservar todo o carvão metalúrgico de Santa Catarina para atender ao consumo da usina da Companhia Siderúrgica Nacional”. Cf. BELOLLI, Mário; QUADROS, Joice; GUIDI, Ayser. *Op. Cit.*, p. 203.

162 CAROLA, Carlos Renato. Modernização, cultura e ideologia do carvão em Santa Catarina. In: GOULARTI FILHO, Alcides (org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004b, p. 19.

Esse brutal crescimento na produção refletiu em uma expansão urbana e demográfica que atraiu muitos migrantes de várias regiões do país. Em 1940, o município possuía em torno de 25.000 habitantes, passando para mais de 50.000 em 1950. Um crescimento populacional de 100% em apenas uma década. No ano de 1946, devido à produção recorde, Criciúma recebeu o título de “Capital Brasileira do Carvão”<sup>163</sup>. Alcança esta que contribuiu para dar destaque ao sul catarinense no contexto nacional e atrair migrantes de várias regiões do país em busca de trabalho na zona carbonífera. A construção da CSN foi fundamental para a expansão do setor e a intervenção estatal direta na zona carbonífera, segundo Carola:

A instalação da CSN não só marcou o início da intervenção estatal na exploração efetiva do carvão como também marcou a presença do Estado no processo de venda, distribuição e consumo do carvão. No sul de Santa Catarina, na segunda metade da década de 1940, a CSN implantou um complexo industrial constituído por minas de carvão (Siderópolis e Criciúma), usina de beneficiamento em Capivari (Tubarão) e usina termoeletrica no município de Tubarão. Além disso, construiu vilas operárias, estradas, instalações no porto de Imbituba e desenvolveu um amplo serviço de assistência social às famílias mineiras<sup>164</sup>.

João Teixeira, “João Mineiro”, foi um dos migrantes que veio trabalhar na CSN, em Siderópolis (à época uma Vila pertencente a Criciúma, assim como Arroio dos Ratos e Butiá pertenciam à São Jerônimo) na década de 1940. Nascido em Nova Lima, Minas Gerais, em 12 de março de 1920, trabalhou inicialmente na mina Morro Velho (MG), exploração aurífera, de 1937 a 1942. Depois mudou-se para Santa Catarina, quando foi operário da CSN de 1943 a 1948. Posteriormente, foi para o Rio Grande do Sul trabalhar nas minas de Butiá, de 1948 a 1963, quando se aposentou por invalidez<sup>165</sup>. João Mineiro, portanto, sempre trabalhou na mineração. Entrevistado pelo historiador local Benedito Veit na década de 1990, Teixeira lembra que “os chefes [das minas de Butiá], em geral, eram muito violentos, ditatoriais e que tinha que se sujeitar as suas vontades”, mas que “a mineração lhe deu a aposentadoria e também oportunizou empregos para a região carbonífera”<sup>166</sup>. Esse relato de Teixeira ilustra a mobilidade de trabalhadores mineiros no país (Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul),

---

163 Capital Brasileira do Carvão foi o título que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Departamento Nacional de Produção (DNPM) deram ao município de Criciúma no ano de 1946 pela maior produção de carvão mineral do país, além do fornecimento do carvão metalúrgico para a recém-inaugurada Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), inaugurada no mesmo ano. Cf. BELOLLI, Mário. **Entrevista concedida em 17 de julho de 2017**. Entrevistador: Bruno Mandelli. Criciúma, 2017.

164 CAROLA, Carlos Renato. *Op. Cit.*, 2002, p. 18.

165 VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. São Jerônimo: Edição do autor, 1993, p. 74.

166 *Idem*.

fomentada na época pelo fato da mineração de carvão ser uma atividade considerada de “segurança nacional”.

Sobre a Mina de Morro Velho, Teixeira relatou que, “o salário era pago em dia”, mas acrescentou não ter saudades, “pois até levou um tapa do chefe inglês, e que às vezes tinha que tomar água quente, dando diarreia”<sup>167</sup>. No entanto, ainda guardava, à época da entrevista, um comprovante do salário de Minas Gerais. A memória de Teixeira nos diz muito sobre as condições de trabalho em que viviam os mineiros daquela região. Condições penosas que levaram os mineiros a fundar seu sindicato, em 13 de maio de 1934, com o nome União dos Mineiros da Morro Velho, sendo “a data escolhida uma homenagem à libertação dos escravos (13 de maio de 1888)”<sup>168</sup>, o que indica a forte presença de trabalhadores negros na mineração.

José Artur da Silva, apelidado de “Zé Catarina”, também trabalhou nas minas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Nascido em Itapeva/SC, em 18 de março de 1916, trabalhou por dez anos nas minas catarinenses de Guatá, Pinheirinho e Lauro Müller. Em 1958 se mudou para Butiá, trabalhando por quatorze anos até se aposentar por invalidez, em 1970<sup>169</sup>.

Outro caso de migração de Santa Catarina para as minas de carvão do Rio Grande do Sul foi o de Emílio Salvador, o Sr. Tibúrcio ou “Duque Serra Morena”, citado por Freitas em sua tese. Ele era natural de Criciúma e migrou para Arroio dos Ratos para trabalhar na função de tocador de carros. Além da função de operário, Salvador era um excelente orador e compunha canções. A pesquisadora menciona sua atuação destacada junto ao Grêmio Esportivo Estrela, time de Arroio dos Ratos, e sua posição de destaque quando da visita de Getúlio Vargas a Arroio dos Ratos em 1950, durante campanha eleitoral para presidência da República: “Segundo a memória local, o Sr. Tibúrcio, homem negro e analfabeto, foi escolhido para ser o orador da cidade a fim de transmitir a mensagem da comunidade a Vargas”<sup>170</sup>. Abaixo uma fotografia de Salvador discursando em Arroio dos Ratos durante o evento:

---

<sup>167</sup> *Idem.*

<sup>168</sup> *Ibidem*, p. 96.

<sup>169</sup> *Ibidem*, p. 90.

<sup>170</sup> FREITAS, Tassiane de Melo. *Op. Cit.*, 2021, p. 134.

**Figura 10** – Emílio Salvador, conhecido como Sr. Tibúrcio, discursando em 1950 durante a visita de Getúlio Vargas em Arroio dos Ratos.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão. Coleção fotográfica, álbum Edu Machado.

Essas experiências demonstram que havia uma circularidade de trabalhadores em torno das minas de carvão em busca de trabalho, e até mesmo uma tradição de continuarem na mesma profissão por décadas. Até agora destacamos uma visão panorâmica da mineração. Na sessão seguinte, para aprofundar a análise sobre essa categoria de trabalhadores, vamos apontar aspectos particulares do ofício mineiro, problematizando-o como universal e singular ao mesmo tempo, carregado de costumes e tradições herdadas e transmitidas através de gerações.

## 1.2 O OFÍCIO MINEIRO: REBELDIA, SOLIDARIEDADE, VIRILIDADE E MASCULINIDADE

Os que trabalham debaixo da mina, também chamados mineiros, são trabalhadores conhecidos mundialmente por exercerem uma das funções mais insalubres e perigosas já produzidas pelo ser humano. Vivendo boa parte de suas vidas no subterrâneo, a dezenas de metros da superfície, em abafadas galerias com temperaturas elevadas, sob riscos constantes de acidentes e mortes, o trabalho de extração de carvão sempre impressionou pela robustez que demandava do mineiro, considerado pela literatura como protótipo do trabalhador hercúleo.

Émile Zola, em seu célebre romance *Germinal*, deu vida literária ao tema ao narrar o encontro do jovem Étienne na mina de carvão Voreux, na França, com um velho carroceiro chamado “Boa Morte” (Bonnemort), que recebera esse nome devido a ter escapado de inúmeros acidentes na mina. Étienne, com aparência de 21 anos, aspecto vigoroso, quando de sua chegada pergunta se aquilo era uma mina e se tinha emprego para operador de máquinas. Em seguida, o velho “Boa Morte” responde que: “Trabalho para operador de máquinas, não, não há. Ainda ontem apareceram dois, mas não há nada”<sup>171</sup>. O jovem lança mais uma pergunta a Boa Morte, mas,

[...] desta vez o velho não pôde responder imediatamente, um violento acesso de tosse o sufocava. Por fim escarrou, e seu escarro fez uma mancha negra no chão avermelhado [...].

— É sangue? — Etienne ousou perguntar.

Boa-Morte limpava lentamente a boca com as costas da mão.

— É carvão. Tenho tanto carvão no corpo que chega para aquecer o resto dos meus dias. E já faz cinco anos que não ponho os pés lá embaixo<sup>172</sup>.

O estilo naturalista pintado por Zola denunciou a precariedade do trabalho mineiro na Europa, tornando a representação do ofício criada pelo escritor uma referência na forma como a mineração de carvão se tornou conhecido no mundo.

Essa visão produzida literária e historicamente do mineiro como um corpo masculinizado<sup>173</sup> acabou por legitimar um discurso de um trabalhador heroico, destemido, ostentando símbolos de virilidade e de valentia. No entanto, esse trecho de *Germinal* também evidencia como as precárias e insalubres condições de trabalho levaram ao adoecimento e morte dos mineiros.

Em relação às funções desempenhadas na mina, tanto em Criciúma como em São Jerônimo eram quase as mesmas, com mudanças em relação aos nomes empregados em cada região. Por exemplo, os “tocadores de carros” de São Jerônimo eram chamados de “vagoneteiros” em Criciúma. Eram trabalhadores responsáveis por transportar os carros até a superfície nas minas manuais. O “escorador” de Santa Catarina ou “madeireiro” no Rio Grande do Sul era o mineiro responsável pelo escoramento do teto, feito àquela época, com toras de eucalipto, sendo uma função de grande risco, pois “o mineiro furador de teto está exercendo

---

<sup>171</sup> ZOLA, Émile. *Germinal*. São Paulo: Martin Claret, 2008, p. 11.

<sup>172</sup> *Idem*.

<sup>173</sup> BARON, Ava. *Op. Cit.*, p. 146.

seu trabalho sob um teto não escorado”<sup>174</sup>, o que poderia causar desprendimento de pedras e o esmagamento do trabalhador, muitas vezes fatal.

Os “dinamiteiros”, “queimadores” ou “cartucheiros” eram os operários responsáveis pelo preparo dos explosivos a serem inseridos nos furos das frentes, pela colocação dos estopins de vários comprimentos e pela detonação. Todas essas funções eram realizadas tanto nas minas de Criciúma quanto nas de São Jerônimo, como pudemos constatar pela bibliografia pesquisada<sup>175</sup>. Abaixo a foto de um “furador” realizando seu trabalho com o martelo de ar comprimido em uma galeria:

**Figura 11** – Mineiro perfurando a frente de serviço com martelo de ar comprimido em uma mina de carvão em Criciúma, década de 1970.



Fonte: Acervo Faustino Zapeline.

Esse trabalho produzia vibrações no corpo dos trabalhadores, o que poderia provocar diversas alterações no organismo humano<sup>176</sup>, além da pneumoconiose<sup>177</sup>, a doença dos pulmões, causada pela inalação de poeira de sílica. No sul do Brasil, nas décadas de 1950 e 1960, apesar

---

<sup>174</sup> VOLPATO, Terezinha. *Op. Cit.*, 2001, p. 43.

<sup>175</sup> Cf. VEIT, Benedito. *Op. Cit.*; VOLPATO, Terezinha. *Op. Cit.*, 1984.

<sup>176</sup> VOLPATO, Terezinha. *Op. Cit.*, 2001, p. 46.

<sup>177</sup> A pneumoconiose é causada pela inalação de poeira de carvão. A deposição de poeira acarreta o aparecimento de macrófagos repletos de poeira em torno dos bronquíolos (máculas de carvão), causando, ocasionalmente, enfisema bronquiolar focal.

do advento da legislação trabalhista (que impactou o setor na década de 1940, trazendo, por exemplo, a diminuição do horário de trabalho no subsolo de 8 para 6 horas e a implantação do descanso semanal remunerado), o regime de trabalho nas minas continuava de intensa exploração. O mineiro Jorge Feliciano, que trabalhou na C.B.C.A em Criciúma como ajudante de mineiro e depois como mineiro, relembrou em entrevista nos anos 1990 como era a descida até o subterrâneo: “Lotada com doze mineiros, a gaiola cai vertiginosamente em direção ao fundo do poço [...] Lá embaixo, os grupos espalhavam-se pelas galerias, como num formigueiro. Trabalhavam quase sem ventilação”<sup>178</sup>. Abaixo, uma fotografia que mostra a chegada dos mineiros na gaiola, após o trabalho:

**Figura 12** – Mineiros chegando de uma galeria de carvão após sua jornada de trabalho, Criciúma, década de 1960.



Fonte: Arquivo Municipal de Criciúma Pedro Milanez.

A fotografia capta o instante em que dois mineiros de Santa Catarina acabaram de regressar do interior de uma galeria, através da “gaiola”, nome dado aos elevadores que transportavam os trabalhadores até o subsolo. Nota-se que a gaiola na fotografia não possuía rede de proteção, o que tornava a descida até a galeria muito perigosa. A “gaiola” era também o nome dado pelos mineiros de Nova Lima (MG), aos elevadores que desciam nos poços,

---

<sup>178</sup> COIMBRA, David. *Op. Cit.*, p. 20-21.

chamados de *shaft*, “dada a imposição secular da nomenclatura inglesa”, pelos chefes ingleses, onde “trabalham duas gaiolas, que descem e sobem alternadamente, com o carregamento de minério, terra, lapa ou homens”<sup>179</sup>.

O mineiro Joaquim Celso de Lima, que trabalhou nas minas de Butiá (RS) entre 1955 e 1958, também relembra como era a descida ao subterrâneo:

A gaiola tal e qual um elevador de edifício em construção, porém bem maior, aberta, balançando, escorrendo água de infiltração da terra [...]. À medida que a gaiola descia, os meus cabelos arrepiavam, da escuridão, da água e da falta de segurança no trabalho<sup>180</sup>.

Todos que se lembram da gaiola relatam o mesmo pavor que sentiam durante a descida até o subsolo.

A descrição minuciosa feita por Jorge Feliciano (Criciúma) impressiona pela precariedade em que era exercido o trabalho:

O ar era tão viciado que não tinha oxigênio suficiente para que se riscasse um fósforo, o calor era tão intenso que os mineiros trabalhavam nus ou seminus, as galerias tão estreitas que eles eram forçados a manejar as picaretas deitados ou encurvados, o que lhes traria sérios problemas de coluna no futuro. Os mineiros trabalhavam sem proteção de botas ou capacetes, das quatro, cinco horas da manhã, às quatro, cinco horas da tarde<sup>181</sup>.

Essa descrição das condições de trabalho é muito comum no relato dos aposentados. Orfelino Teixeira Machado, “cortador”, natural de Encruzilhada do Sul, trabalhou de 1947 a 1952 na Mina do Recreio pelo Departamento Autônomo de Produção Mineral (DACM), e posteriormente, de 1952 a 1958, nas Minas de Butiá. Em entrevista nos anos 1990, frisou memórias ruins: lembrou que “perdeu muito de sua saúde, que a aposentadoria é baixa, que só trabalhou a noite, que havia pouca ventilação nas galerias, com os fios desencapados, muita água, lodo, ratos mortos e fezes humanas”<sup>182</sup>.

Em tom semelhante, o jornal mineiro *O Lampeão* de São Jerônimo, escrito por militantes do PCB, denunciava a precariedade do trabalho, numa edição de maio de 1956:

---

<sup>179</sup> GROSSI, Yonne de Souza. **Mina de Morro Velho**: a extração do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 52.

<sup>180</sup> LIMA, Joaquim Celso de. *Op. Cit.*, p. 58.

<sup>181</sup> COIMBRA, David. *Op. Cit.*, p. 46.

<sup>182</sup> VEIT, Benedito. *Op. Cit.*, p. 48.

Para chegarem ao local de trabalho, os mineiros caminham até dois mil metros pelas galerias, arcados com a espinha dorsal feito um esquadro. Lá chegando são obrigados a trabalhar sob uma temperatura elevada e sufocante, num ambiente infestado de fumaça de pólvora e pó de carvão, durante mais de seis horas<sup>183</sup>.

O trabalho precário, sob riscos constantes de acidentes e doenças profissionais, forma uma cultura operária marcada, simultaneamente, pela solidariedade de classe e pela masculinidade em constante provação, pois como salientou Kimmel, a masculinidade não é nada estável ou linear, uma vez que ela necessita de provas constantes para sua validação<sup>184</sup>.

É notório que o ideal de masculinidade passou a ser compartilhado pelos próprios trabalhadores no grupo social mineiro, internalizando-o enquanto *habitus*, e reproduzindo-o como uma forma de enfrentar o subterrâneo da morte. Isso aparece nas memórias de Jorge Feliciano, que trabalhou como ajudante de mineiro em Criciúma nas décadas de 1950 e 1960: “Classificar o trabalho do mineiro de duro é eufemismo. O trabalho de mineração é exercido num ambiente com precárias condições de segurança, onde o risco de morte é sempre iminente, o que gera uma camaradagem entre os trabalhadores, fundamental à sobrevivência”<sup>185</sup>.

Além do “trabalho duro” reproduzir uma linguagem androcêntrica – que relaciona o trabalho com o falo –, Feliciano também menciona a existência de uma prática comum no primeiro dia de todos os trabalhadores no subsolo: a atribuição de um apelido. Essa era uma forma de iniciar o novato ao universo simbólico dos mineiros, que era permeado de “linguagem e regras próprias”, segundo o entrevistado. Jorge Feliciano comentou que “às vezes os apelidos são mais difíceis de suportar, como o de um antigo tesoureiro do sindicato: João Cu de Prata”. E, nos anos 80, um operário da Carbonífera Próspera foi tachado, sabe-se lá por que razão, com o desagradável codinome de “Meu Pau no teu cu”<sup>186</sup>, o que gerou brigas e discórdia entre os trabalhadores.

Notamos em conversas com mineiros que essa linguagem própria de atribuir apelidos pejorativos aos colegas ainda é prática muito comum em toda região carbonífera<sup>187</sup>. Muitas vezes esses apelidos faziam referência ao órgão sexual, como forma de afirmação da masculinidade ou da feminilidade dos trabalhadores. Todos queriam receber apelidos destacados pela sua virilidade, isto é, todos queriam ser “machos”, e quando recebiam um

---

<sup>183</sup> **O Lampeão**, maio de 1956.

<sup>184</sup> KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 4, n. 9, 1998, p. 111.

<sup>185</sup> COIMBRA, David. *Op. Cit.*, p. 22.

<sup>186</sup> *Idem*.

<sup>187</sup> Em conversas com os mineiros que trabalham atualmente na região de Criciúma, nota-se que ainda se faz presente a prática de se chamarem por apelidos, como um costume que perdura através do tempo.

apelido “afeminado” era motivo de chacota e divisionismos entre os trabalhadores. O que nos leva a concordar com Ava Baron de que a noção de virilidade atribuída ao “homem másculo” molda as relações de classe, e estas, por sua vez, retroalimentam as visões de masculinidade dos trabalhadores e nos fornecem elementos para uma visão mais totalizante da classe e de suas formas de protestos<sup>188</sup>.

A esse universo simbólico, somava-se uma ideia de “bravura”, expressa pelo mineiro e comunista Joaquim Celso de Lima em sua biografia no seu primeiro dia de trabalho no subsolo nas minas de Butiá, região carbonífera do Rio Grande do Sul: “[...] pela primeira vez subia das profundezas do solo junto com trabalhadores famosos mundialmente pelo sofrimento e bravura”<sup>189</sup>. Segundo ele, quando ocorria um acidente fatal essa solidariedade atingia o seu ápice: “nessa hora, aqueles homens que se submetem a todos os **arreganhos dos patrões**, são capazes de desobedecer até ao demônio que se anteponha aos seus sentimentos de solidariedade. [...] A cidade fica em guerra”<sup>190</sup>.

Nota-se, novamente, o uso de uma expressão sexualizada no discurso do mineiro, “arreganhos dos patrões”, para explicitar uma prática de dominação de classe. Simultaneamente, expressa uma cultura de solidariedade entre os trabalhadores, que paralisavam a produção para impedir que novas mortes ocorressem. Segundo Ciocari, que realizou uma pesquisa antropológica sobre a honra ligada a essa profissão, essa identidade heroica conferida ao mineiro de carvão tem suas raízes em Zola, no entanto, foi renovada pelo Partido Comunista Francês e pelo movimento comunista internacional, “que fizeram destes trabalhadores uma espécie de 'farol' do proletariado”<sup>191</sup>. Na fotografia abaixo, da década de 1950, um acidente ocasionou a morte de um mineiro devido ao desabamento de uma pedra:

---

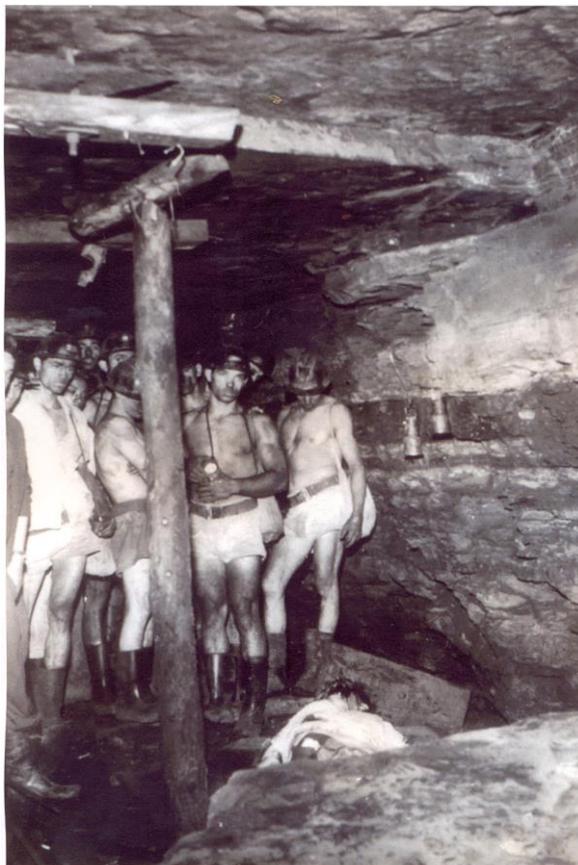
<sup>188</sup> BARON, Ava. *Op. Cit.*, p. 145.

<sup>189</sup> LIMA, Joaquim Celso de. *Op. Cit.*, p. 61.

<sup>190</sup> *Ibidem*, p. 79, grifos nossos. Nota-se que o adjetivo “bravura”, utilizado para designar os mineiros, e o substantivo “arreganho”, com o sentido de que submissão frente à ameaça, são expressões construídas historicamente no linguajar dos mineiros, para caracterizar relações sócio históricas permeadas de uma ideia de masculinidade, conforme veremos no próximo subcapítulo.

<sup>191</sup> CIOCCARI, Marta Regina. *Op. Cit.*, 2010, p. 22.

**Figura 13** – Mineiro morto após o desabamento de uma pedra no interior da galeria. Mina de carvão em Criciúma, década de 1950.



Fonte: Acervo do Cedoc/Unesc.

Todavia, a ideia de bravura que forma a identidade do mineiro também era permeada de conflitos e divisões instigadas pelas chefias. Ainda de acordo com Ciocari, a pesquisadora afirma ser uma estratégia utilizada “por parte das empresas carboníferas, a imagem de ‘herói do trabalho’ será evocada especialmente após as tragédias nas minas, como forma de fazer frente a greves e rebeliões e de chamar os mineiros ao cumprimento de seu dever”<sup>192</sup> no trabalho. Com o medo da paralisação da produção em decorrência dos acidentes, os chefes utilizavam-se dos atributos de “coragem” e “heroísmo” dos mineiros para os pressionarem no serviço. Para obterem o controle sobre a força de trabalho, no entanto, as chefias recorriam frequentemente a expedientes culturais fundados na desigualdade de gênero, para aumentarem o ritmo de produção e impedirem a paralisação do trabalho.

---

<sup>192</sup> CIOCCARI, Marta Regina. *Op. Cit.*, 2010, p. 37.

Uma dessas estratégias era utilizada pelos feitores, que eram capatazes responsáveis pelo ritmo da produção nas minas de carvão do Sul e na mina de ouro de Morro Velho (MG), que sempre chegavam “brigando” com seus subordinados. Como disse um entrevistado à pesquisadora Yonne de Souza Grossi:

Se fosse preciso, tinha que pegar um colega e sair para briga. Trabalhava aos gritos, provocando: “colher cheia e miúda!” Isto quer dizer que a pá devia estar sempre cheia, sem parar, por causa do ritmo apressado do trabalho. Quando o carreiro era mais forte e aguentava o rojão, o feitor gostava e o apontava como exemplo: “Este sim, é colher cheia e miúda”. Isso queria dizer: **este é macho, é homem**<sup>193</sup>.

Essa cultura de valentia associada à masculinidade foi identificada em outras categorias de trabalhadores. Fernando Teixeira da Silva comenta que os portuários de Santos eram associados a uma cultura de valentia e de masculinidade na qual a “ostentação de força e coragem expressa também uma cultura de insubordinação ao poder de mando dos chefes de serviço”. Essa virilidade era verbalizada através de expressões de resistência física “surgindo rugas, briga de companheiros, chacota quando um trabalhador ‘não podia com a carga’”<sup>194</sup>.

Entretanto, há mais um elemento fundamental nessa questão masculina. O atributo da “força física”, segundo depoimento do mineiro Cyro Manoel Pacheco, que trabalhou nas minas de Criciúma na década de 1950 e 1960, era importante em um período em que as minas eram manuais, com uma extração de carvão rudimentar, feito na picareta, e seu transporte através de vagonetas que podiam chegar a pesar uma tonelada. Segundo Cyro, naquele tempo:

O mineiro cortava a rafa com a picareta, depois furava a trado, daqui a pouco explodia e depois escolhia o carvão; quando era galeria não, quando era galeria tinha que puxar a pedra para a rua, mas quando naquele tempo fazia o pilar, fazia e vinha de volta, mas tudo era cortado rafa e tocado fogo. Era tudo com carrinho, tudo na vagoneta. E uma boa parte do trilho era de madeira. Naquele tempo, o indivíduo ganhava dinheiro pela força física, quem era **mais forte ganhava mais**, quem era **mais fraco ganhava menos**. Porque quem era mais forte tirava mais carvão<sup>195</sup>.

Esse aspecto da força física, de fato, poderia pesar para o pagamento ao final do mês, uma vez que o salário dos mineiros era pago conforme a produção por tonelada de carvão extraída. Desse modo, os mineiros preferiam escolher aqueles ajudantes que consideravam mais

---

<sup>193</sup> GROSSI, Yonne de Souza. *Op. Cit.*, p. 60. Grifos meus.

<sup>194</sup> SILVA, Fernando Teixeira da. Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos. *In*: BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 210.

<sup>195</sup> PACHECO, Cyro Manuel. *Op. Cit.*, 2020.

fortes, pois sabia que poderiam encher mais carros de carvão em menos tempo e ganhar mais pela produção.

Observa-se como nos casos acima relatados, os feitores, pressionados pelas chefias superiores em aumentar o ritmo de produção, recorriam à masculinidade dos homens como um dispositivo de disputa e hegemonia na dominação de classe. Em ambos, impunha-se um padrão de trabalho marcado pela noção do que um “homem”, “colher cheia e miúda” deveria ser. Portanto, era a validação do que uma noção hegemônica de masculinidade<sup>196</sup> representava naquele momento. No entanto, é importante salientar que essa visão era relacional, isto é, balizada em termos relacionais do que significava ser homem ou ser mulher naquela sociedade.

A característica de virilidade era utilizada pelos capatazes das minas como uma medida de pressão, construída diante dos outros trabalhadores para aprovação do que significava “ser homem”. Sobre isto, Bourdieu escreveu:

A virilidade, como se vê, é uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo<sup>197</sup>.

Nas minas de carvão, geralmente essa forma de opressão se dava entre trabalhadores de hierarquias diferentes, como na relação entre capatazes e ajudantes de mineiros, seus subordinados. Porém, as divisões étnicas e de gênero não impediam que em momentos que sentiam suas vidas ameaçadas, se unissem para impedir que os patrões fizessem o que bem entendessem.

Foi o que movimentou São Jerônimo após um trágico acidente que matou o jovem operário Lucas de Oliveira Barreto, de 23 anos, vítima do desabamento do Poço 6, da mina de Arroio dos Ratos, em 19 de maio de 1956. A denúncia do acidente apareceu no jornal *O Lampeão*, que assim protestou contra a falta de segurança nas minas:

---

<sup>196</sup> A masculinidade hegemônica, de acordo com Connel e Messerschmidt, “foi entendida como um padrão de práticas (i.e., coisas feitas, não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade) que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse. A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens”. Cf. CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, 2013, p. 245.

<sup>197</sup> BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007, p. 80.

Não há exagero em dizer que o Poço 6 das Minas do Arroio dos Ratos é uma câmara de morte. Não oferece as minas condições de segurança e salubridade e seguidamente verificam-se acidentes, muitas vezes fatais, como esse que roubou a vida a um jovem mineiro<sup>198</sup>.

Portanto, esses fatores estruturam o trabalho do mineiro e sua identificação como um grupo social e geram no interior desse grupo um forte sentimento de solidariedade. Semelhante relato foi feito por Joaquim Corrêa dos Santos, o “Grande”, mineiro de São Jerônimo:

[...] conviver com o perigo era a rotina do mineiro, e por isso, trabalhava-se sob tensão e medo. A classe dos mineiros, foi uma das mais participativas, unidas cooperativas e conscientes, para que assim pudessem reivindicar e exigir seus direitos<sup>199</sup>.

Se a insalubridade e os riscos de acidentes constantes no trabalho e o alto nível de exploração a que estão submetidos levaram essa categoria a estar associada comumente a qualidades como “alta capacidade de mobilização e coesão interna”, além de “tradições culturais e políticas robustas”<sup>200</sup>, entretanto, essas características não podem ser levadas ao extremo, visto que os conflitos internos também permeiam a história desses trabalhadores, através da ideologia patronal, da concorrência nos postos de trabalho e pelos conflitos alimentados pelas chefias e capatazes como uma forma de pressão para que se aumentasse a produtividade dos trabalhadores, conforme vimos.

Portanto, se as memórias dos mineiros insistem em ressaltar a ideia de unidade, elas também apontam para fissuras nos relatos. Como na entrevista de dona Tuta sobre a separação entre Clubes de negros e de brancos, que não se misturavam, “era cada um na sua”<sup>201</sup>. As fotografias também apontam para uma exclusão das mulheres dos espaços de reivindicação política, pois embora trabalhassem em todas as minas de Criciúma, não aparecem em nenhuma fotografia de greves ou protestos. Essas clivagens apontam para aquilo que Thomas Klubock já mencionou em sua análise sobre os mineiros de cobre no Chile: “[...] a cultura política mineira não reflete uma identidade autônoma e unívoca, ditada pelas circunstâncias estruturais do seu trabalho”<sup>202</sup>.

A seguir veremos como essa cultura operária, utilizada pelas chefias e capatazes para aumentar a produtividade do trabalho, também era uma cultura rebelde, mobilizada para se

---

<sup>198</sup> **O Lampeão**, maio de 1956.

<sup>199</sup> VEIT, Benedito. *Op. Cit.*, p. 74.

<sup>200</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2012, p. 18.

<sup>201</sup> CRISPIM, Cristine Santiago. *Op. Cit.*, p. 41.

<sup>202</sup> KLUBOCK, Thomas. *Op. Cit.*, 1998, p. 6.

contrapor à exploração. Uma não exclui a existência da outra, uma vez que toda forma de dominação também gera formas de resistência.

### 1.3 INSUBORDINADOS E INDISCIPLINADOS

No dia 18 de agosto de 1964, em uma terça-feira à tarde, o mineiro Homero Leote de Souza Cardoso foi até a Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) do município de São Jerônimo, Rio Grande do Sul, para reclamar contra a suspensão que levou no serviço<sup>203</sup>. Homero trabalhava no subsolo da galeria n. 4 quando, no mesmo dia, seu superior, o engenheiro Zeno, chamou-o e mandou-o trabalhar em outra galeria, pois não havia trabalhadores em número suficiente. Homero se recusou a trabalhar em uma galeria diferente da sua, que não era mecanizada, pois, segundo o operário, receberia 20% a menos pelo sistema de pagamento da mina manual.

Em virtude de sua atitude de insubordinação<sup>204</sup> após descumprir uma ordem de seu superior hierárquico, o engenheiro teria dito ao trabalhador que mandaria escalá-lo para aquele serviço no dia seguinte e que ele tinha a obrigação de trabalhar na galeria que lhe fosse determinada. Conforme o relato do advogado da empresa no processo, Homero teria respondido “com as seguintes palavras: não vou, quer ver como eu não vou, pode me mandar agora mesmo que eu não vou”<sup>205</sup>. O advogado ainda observou que, no setor de pessoal, para onde teria sido mandado a seguir, Homero “se insubordinou novamente, dizendo para o encarregado desta secção que podiam até lhe botar na rua que naquela galeria não trabalhava”<sup>206</sup>.

Após o ato de resistência, o operário foi suspenso por três dias. Homero não se conformou com o “gancho”<sup>207</sup> e apresentou a seguinte reclamação na JCJ contra a Companhia Estrada de Ferro e Minas de S. Jerônimo, empresa domiciliada à época na então vila de Charqueadas:

---

<sup>203</sup> SÃO JERÔNIMO. Junta de Conciliação e Julgamento. **Processo n. 735**. Arroio dos Ratos: Museu Estadual do Carvão.

<sup>204</sup> Importante destacar que insubordinar é uma categoria jurídica, já um enquadramento mental do escrivão que pressupõe o poder disciplinar.

<sup>205</sup> SÃO JERÔNIMO. Junta de Conciliação e Julgamento. **Processo n. 735**. Arroio dos Ratos: Museu Estadual do Carvão.

<sup>206</sup> *Idem*.

<sup>207</sup> “Gancho” se refere à suspensão do trabalhador no serviço, com o desconto dos salários dos dias suspensos. Era uma das formas de punição adotadas pelas empresas àquele que se insubordinava ou cometia alguma falta no trabalho.

Que trabalha há vários anos na reclamada, sendo que faz sete que é furador da mecanizada, apesar de já haver trabalhado um mês e pouco no serviço manual; Que dia 04 do corrente foi procurado pelo Eng. Zeno, que lhe disse que deveria trabalhar, a partir do dia 05, em outra galeria que não a sua, também mecanizada, mas que não possui transporte, e que ele, reclamante [...] teve seu ganho diminuído, em virtude do furador, com o auxílio de um único ajudante, ser obrigado a puxar carros vazios até o local do desmonte numa distância de 300 metros, e após enchê-lo, tornar a empurrá-los outros 300 metros até a linha geral por não haver transporte no local. [...] Que julgando injusta a suspensão, requer que a mesma seja tornada sem efeito, bem como receber os prejuízos que lhe acarretou a citada suspensão. Pede ainda, anotação em sua carteira profissional, a qual, até a presente data, apesar de apresentada por diversas vezes, nada tem anotado<sup>208</sup>.

A data da audiência para resolução da reclamatória de Homero foi marcada para o dia 9 de setembro de 1964, quando foi determinado o arquivamento da reclamatória “em virtude da desistência do reclamante”. Não é possível saber pelo documento se essa desistência foi em razão de um acordo extrajudicial feito pela empresa com o trabalhador, ou se este sofreu alguma espécie de pressão para desistir. No entanto, é plausível supor que Homero já estivesse com a intenção de acessar a Justiça como uma dupla estratégia: de impor um limite à exploração do trabalho pela empresa, que queria obrigá-lo a trabalhar em uma galeria não mecanizada, o que demandaria mais esforço, mais chances de se acidentar, e menos ganho; e de conseguir algum acordo com a empresa para revogar a suspensão de 3 dias e conseguir o pagamento dos dias parados<sup>209</sup>. Além disso, nota-se o interesse do operário em ter seus direitos trabalhistas, previstos pela CLT, mas postergados pela empresa, reconhecidos.

Episódios como esse de rebeldia e disputa de autoridade dos operários em relação a seu processo de trabalho são percebidas nesta pesquisa como formas de se contrapor à exploração do trabalho e são comuns no cotidiano das minas de carvão. Vivendo boa parte de suas vidas no subterrâneo, a quilômetros de distância da superfície, e, portanto, do escritório das empresas mineradoras, em abafadas galerias, sob riscos constantes de acidentes e mortes, o trabalho de extração de carvão conferia uma singular autonomia aos trabalhadores que muitas vezes eram retratados como “heróis”. Essa heroicidade dos mineiros, entretanto, foi uma imagem construída historicamente, ou pela literatura (Zola), ou pelas memórias e narrativas comunistas.

Ao comentar sobre trabalhadores portuários, Silva observa, de modo semelhante, que a “ostentação de força e coragem expressa também uma cultura de insubordinação ao poder de

---

<sup>208</sup> SÃO JERÔNIMO. Junta de Conciliação e Julgamento. **Processo n. 735**. Arroio dos Ratos: Museu Estadual do Carvão.

<sup>209</sup> Essa possível estratégia ratifica pesquisas anteriores que já demonstraram uma atitude ativa dos mineiros face a Justiça do Trabalho em defesa (e muitas vezes na redefinição ampliada) de seus direitos trabalhistas. Cf. SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2012.

mando dos chefes de serviço”<sup>210</sup>. Essa particularidade configura uma cultura em comum de categorias profissionais marcadas por relativa autonomia no processo de trabalho na construção de uma identidade de classe contraditória: subordinada, e, ao mesmo tempo, rebelde. Em outras palavras, os mineiros de carvão se defrontavam com as péssimas condições de trabalho, conviviam com o risco diário da morte e acidentes, as pressões pela produtividade e pela disciplina de trabalho; mas também lidavam com a organização coletiva, nos sindicatos, recorriam à Justiça quando sentiam seus direitos violados, e eventualmente partiam para as greves quando sua dignidade de trabalho estava em jogo. Portanto, a maneira de se relacionarem entre si como classe e com outras classes, condicionava as formas de submissão e de resistência dos mineiros. Esta identidade perpassa por noções de classe, gênero, raça e familiares que moldam a consciência desses trabalhadores diante das experiências vividas.

É importante salientar, contudo, que todas essas dimensões do “ser mineiro”, que são múltiplas e se articulam não são identidades “naturais” do trabalhador, como que “herdadas biologicamente”; são características culturais, construídas historicamente nas relações de trabalho e fora delas: nas comunidades, no sindicato, nas bodegas, na imprensa, nas festas, no futebol, etc. Os espaços de socialização dos mineiros também são marcados por essa identidade social do grupo, quando se reúnem após o trabalho, para conversarem sobre os problemas do cotidiano laboral ou outros assuntos, quase sempre acompanhados de alguma bebida alcoólica. São momentos de reforço da noção de masculinidade, como pode-se observar na fotografia abaixo:

---

<sup>210</sup> SILVA, Fernando Teixeira. *Op. Cit.*, 2004, p. 210.

**Figura 14** – Mineiros reunidos antes do trabalho, Criciúma, década de 1950.



Fonte: Acervo do Cedoc/Unesc.

Na fotografia acima, notam-se mineiros reunidos em torno de uma mesa antes do trabalho, conversando sobre algo do seu cotidiano. Alguns vestidos com camisa, outros sem, mas todos com chapéus ou boinas, vestimenta característica desses trabalhadores para os proteger do frio ou calor excessivo e da queda de pequenas pedras no subterrâneo. Além disso, nota-se a presença de dois utensílios muito utilizados pelos operários: a luminária de carbureto, que levavam de baixo da mina para iluminar seu local de trabalho; e uma garrafa de alguma bebida alcoólica, largamente usada para minimizar o extenuante trabalho do subsolo. Muitas vezes, também, eram nas rodas de conversa e em bodegas que se organizavam alguma ação política ou greves, momentos que se debatiam os problemas do trabalho e as reivindicações salariais. Pelo menos foi isso que o Coronel Newton Machado Vieira escreveu no seu Inquérito quando do golpe militar de 1964:

Tanto é verdade isto, que foi apurado neste Inquérito, que a maioria daqueles incautos que assinaram listas dos chamados “grupos dos onze” o fez em **bodegas**, ou então na **Rádio Difusora**, ou no **Sindicato dos Mineiros**, principais locais de agitação em Criciúma<sup>211</sup>.

---

<sup>211</sup> VIEIRA, Newton Machado. **Ofício n. 70C/1964**. Inquérito policial militar [atividades subversivas em Criciúma]. Criciúma, 1964. Grifo meu.

Os bares, ou botequins, eram locais de sociabilidade mais significativos no cotidiano dos trabalhadores desde o começo do século XX, como destacou Queirós sobre a importância desses espaços no contexto da Primeira República: “É neste ambiente que estes trabalhadores jogam conversa fora, trocam suas experiências, comentam sobre o dia exaustivo, conversam sobre futebol e, até mesmo, planejam estratégias associativas”<sup>212</sup>.

Após um dia de trabalho exaustivo, o boteco poderia ser um lugar de descontração onde os mineiros podiam esquecer um pouco dos riscos do trabalho que os acompanhava diuturnamente. Novamente, o Inquérito Militar escrito no mês do golpe de 1964, mesmo sendo um documento da repressão, deu destaque para esse espaço:

Nenhum deles, ou muito raramente, foi procurado em sua própria residência para assinar, mas o fez naqueles locais, em especial nos botequins onde se achavam bebendo para esquecer as tremendas dificuldades que tinham de enfrentar em suas vidas<sup>213</sup>.

O mesmo hábito pode ser encontrado na região carbonífera do Rio Grande do Sul. Segundo pesquisas de Freitas, a prática de jogos de cartas e o consumo de bebidas alcoólicas eram práticas corriqueiras entre os operários, além de serem censuradas pelo serviço de assistência social do CADEM<sup>214</sup>. Os botecos, portanto, eram locais de lazer e de política, frequentado majoritariamente por homens. Às mulheres, além do trabalho como escolheiras em Santa Catarina, era reservado o espaço doméstico, embora muitas vezes elas transgredissem esse espaço ao qual eram vinculadas, como veremos no subcapítulo a seguir.

#### 1.4 AS MULHERES DO CARVÃO EM SANTA CATARINA E NO RIO GRANDE DO SUL

Nas comunidades mineiras do Sul do Brasil a força de trabalho feminino sempre foi essencial para a expansão da atividade carbonífera. Seja diretamente na produção (escolha), ou indiretamente pelo papel de trabalhadoras domésticas, enfermeiras, professoras, possibilitando ao homem o trabalho nas minas de carvão em tempo integral.

---

<sup>212</sup> QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. Conflitos e sociabilidade: os bares e cabarés de Porto Alegre no contexto das greves da Primeira República. **História Revista**, Goiânia, v. 21, n. 3, 2016, p. 110.

<sup>213</sup> VIEIRA, Newton Machado. *Op. Cit.*

<sup>214</sup> FREITAS, Tassiane de Melo. *Op. Cit.*, 2021, p. 106.

Havia, contudo, uma diferença substancial entre os espaços do Rio Grande do Sul e Santa Catarina: enquanto neste Estado o trabalho na mina se configurava como uma atividade com forte participação feminina, as “escolhedeiras”, responsáveis pela seleção manual do carvão, no Estado vizinho, a mineração era uma atividade exclusiva do mundo masculino. Segundo Speranza, embora não houvesse trabalho feminino nas minas de carvão do Rio Grande do Sul, a própria estrutura vila-fábrica (*company town*) das comunidades tornava as mulheres parte da comunidade laboral: “A elas era reservado o trabalho doméstico e algumas funções públicas, como professoras ou enfermeiras, porém de número muito limitado”<sup>215</sup>.

Em Santa Catarina, as mulheres trabalhavam na parte terrestre das minas de carvão, em jornadas de 8 horas diárias, com turnos das 7 horas às 17 horas, com o intervalo para o almoço às 11 horas, responsáveis pela importante atividade da escolha do carvão, isto é, a separação manual das pedras que eram levadas à superfície, com o uso de picaretas.

Dona Zilda, 90 anos, nascida em Criciúma, na Vila Operária Próspera, segunda filha mais velha de oito irmãos (sendo dois homens e seis mulheres), foi escolhedeira de carvão desde os 12 anos, por volta de 1942, até se casar com 17 anos. A família de Zilda, seus pais, vieram do Rio Grande do Sul, segundo relatou em 2018 “porque na época não tinha trabalho na mina de carvão lá, então meu pai veio trabalhar aqui”<sup>216</sup>.

Nas suas lembranças de juventude, lembrou que começara a trabalhar porque a “família era grande, então eu era a segunda, eu e a mais velha tinha que trabalhar na mina para ajudar em casa, porque só o meu pai que trabalhava debaixo da mina.”<sup>217</sup>. Lembra que trabalhou na Mina do Mato, depois trabalhou ali pro lado da colônia, de propriedade de uns italianos, seu Luís Pirolla, tinha uma que tinha o nome de ‘vai ou racha’ (risos)<sup>218</sup>.

Do trabalho de escolhedeira lembra que “nossa mão era calo puro, nos pés usava aqueles tamancos feitos com sola de madeira [...] a gente ia de manhã cedo, de madrugada, quebrando geada”<sup>219</sup>. Sobre o trabalho infantil, lembra que:

[...] às vezes tinha criança de 10 anos, 12 anos, que trabalhavam na mina [...] porque a gente carregava era um caixote, depois quando não podiam, porque eram crianças, carregavam padiola, em duas, aquela padiola com duas alcinhas<sup>220</sup>.

---

<sup>215</sup> SPERANZA, Clarice. Gênero e classe numa comunidade de mineração de carvão do Brasil em meados do século XX. *Revista da Red Latinoamericana Trabajo y Trabajadores*, Amsterdam, n. 1, 2020, p. 118.

<sup>216</sup> SILVA, Zilda da. *Entrevista cedida em 2018*. Entrevistador: Sander Han. Criciúma, 2018.

<sup>217</sup> *Idem.*

<sup>218</sup> *Idem.*

<sup>219</sup> *Idem.*

<sup>220</sup> *Idem.*

Sobre o processo de trabalho, Dona Zilda lembra que:

[...] o carvão vinha debaixo da mina, aí antes de botar na mesa para as escolhedeiras escolherem, eles passavam numa peneira, botavam na mesa pra gente escolher, aí escolhia tudo, depois enchia o caixote e subia a caixa, mais ou menos 10 metros, na caixa de embarque<sup>221</sup>.

Essa categoria de trabalho demandava um intenso esforço físico e poderia ocasionar diversos ferimentos e acidentes,

[...] desde cortes e ferimentos nos pés, pernas e mãos, relacionados a trabalharem sem equipamentos de segurança (calçados, luvas, roupas adequadas); até lesões na visão, ocasionados pelo trabalho de separação da pedra do carvão com as picaretas (a chamada escolha do carvão, feita sem o uso de óculos de proteção)<sup>222</sup>.

Dona Zilda se lembra dos acidentes que machucavam constantemente as mãos:

Machucava muito a mão, ah! A mão da gente era cheia de calo, mão grossa, não tinha luva era só a mão mesmo. A gente tinha prática já, mas que machucava muito machucava. Ah trabalhadeira! Mas era o único serviço que tinha, aí gostava. Trabalhei bastantes anos, e naquele tempo não tinha carteira assinada não tinha nada, era só mesmo a produção [...], mas a gente gostava, trabalhava cantando o dia inteiro, a gente gostava porque era o único serviço que tinha né<sup>223</sup>.

Após a etapa de escolha, elas carregavam as “padiolas” (pequenas caixas) que pesavam cerca de 30 quilos cada, para serem despejadas nas caixas de embarque de carvão:

A gente pegava a picareta para quebrar a pedra que vinha no meio do carvão, pra botar só o carvão puro até encher os caixotes. Depois da gente escolher, tinha que passar pela fiscal, e depois da fiscal escolhia de novo, subia de novo a caixa, e despejava lá, era trabalhado!<sup>224</sup>.

Sobre o salário, lembra que “era pago por caixote, quem era bem ligeira fazia mais, quando era mais ‘coitada’ fazia mais pouquinho né? Era [pago] por produção”<sup>225</sup>. Abaixo uma fotografia das escolhedeiras com suas padiolas:

---

<sup>221</sup> *Idem.*

<sup>222</sup> MANDELLI, Bruno. *Op. Cit.*, 2019b, p. 379.

<sup>223</sup> SILVA, Zilda da. *Op. Cit.*

<sup>224</sup> *Idem.*

<sup>225</sup> *Idem.*

**Figura 15** – Mulheres “escolhedeiras” em uma mina de carvão de Criciúma na década de 1940. Foto sem local exato.



Fonte: Acervo do Cedoc/Unesc.

Pode-se observar que as mulheres posaram para a fotografia com uma posição ativa, demonstrando serem trabalhadoras do carvão tanto quanto os homens. Ao centro da foto, uma operária carrega seu bebê de colo, revelando que o espaço de trabalho muitas vezes mesclava-se com a maternidade. Ao fundo da fotografia, entretanto, nota-se a presença de um homem de chapéu, que certamente deveria ser o capataz/feitor da mina, responsável por manter a produção da escolha.

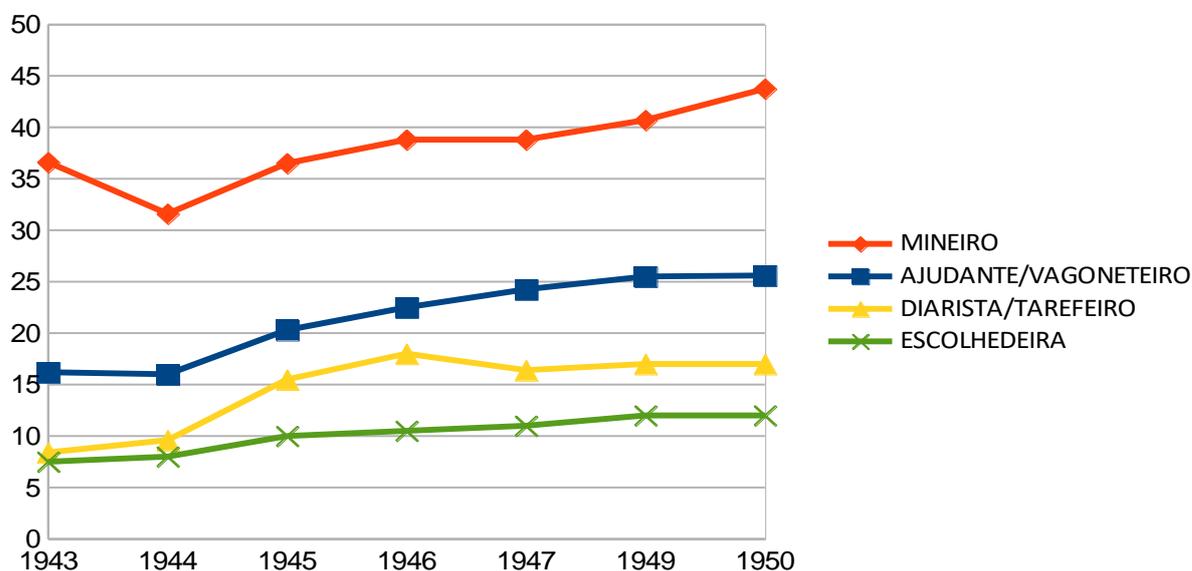
Entre as décadas de 1940 e 1960, a mão de obra feminina foi fundamental para o processo de consolidação e expansão da indústria carbonífera catarinense devido aos seus salários serem praticamente um quarto do pago aos homens<sup>226</sup>, e, portanto, uma medida de economia para as empresas mineradoras e de maximização de lucros.

---

<sup>226</sup> MANDELLI, Bruno. *Op. Cit.*, 2019b.

Segundo Boa Nova Jr., o nosso já conhecido médico do Departamento Nacional de Produção Mineral: “[...] o principal motivo [...] do emprego de mulheres nos serviços de escolha do carvão na região sul-catarinense, ao invés de homens, principalmente menores de 16 a 21 anos, é a questão de salários, pois aquelas se sujeitam a salários inferiores ao do homem”<sup>227</sup>. Em pesquisa anterior, constatei que na década de 1940 o salário médio das mulheres na região carbonífera de Santa Catarina era muito inferior ao da função de mineiro, exercido por homens, como pode ser visto no gráfico abaixo:

**Gráfico 2** – Salários dos trabalhadores/as da região carbonífera de Criciúma expresso em Cruzeiros (1943-1950)



Fonte: MANDELLI, Bruno. **Das minas de carvão para a Justiça**: as lutas dos mineiros acidentados de Criciúma/SC. Jundiá: Paco Editorial, 2020, p. 96.

Como se pode observar, o salário médio de uma escolheira em 1943 era de Cr\$ 7,5 (cruzeiros), enquanto do mineiro era de Cr\$ 36,6 (cruzeiros). Pouco mudou em 1950, com uma média de Cr\$ 12,00 (cruzeiros) para as mulheres e Cr\$ 43,5 (cruzeiros) para homens mineiros. Todavia, em uma atividade de alta insalubridade e riscos constantes de acidentes laborais, o trabalho da mulher não era “auxiliar” economicamente ao dos homens, mas, em muitos casos, crucial para a sobrevivência e manutenção da família.

Em muitos casos, quando o homem se acidentava ou contraía pneumoconiose, era a mulher a responsável por garantir a renda familiar, além de cuidar do lar e dos filhos. Não fosse

227 BOA NOVA JR., Francisco de Paula. *Op. Cit.*, p. 55-56.

só pelas condições desgastantes do trabalho na mina, as mulheres se encarregavam do trabalho doméstico como segunda jornada, pois após chegarem em casa, ainda tinham o cuidado com os filhos e com os maridos, a administração da casa, as compras nas vendas e nos açougues, enfim, tornavam esses espaços como locais de sociabilidade feminina por excelência.

Além disso, com o trabalho na escolha, as mulheres dobravam sua jornada de trabalho para dar conta do orçamento doméstico. Esse fator gerava uma contradição nas relações sociais de gênero: se o trabalho feminino era “auxiliar” na renda doméstica, não se pode dizer o mesmo do seu papel no “espaço doméstico”, local privilegiado de domínio das mulheres no contexto analisado.

Voltemos a nossa personagem. Com 17 anos, dona Zilda se casou, ou melhor, “nem casamos, fugimos porque meus pais não queriam, naquela época quando os pais não queriam a gente dava no pé. E vivemos 60 anos”. Ela completa:

Aí fugimos e fomos para casa de um amigo dele, aí depois meus pais mandaram nos chamar, e levaram nós de volta para lá, aí nós éramos novos, ele tinha a mesma idade que eu, aí criamos nossos filhos, tivemos 9 filhos, faleceu um e criamos 8 filhos, agora eu tenho 5, morreram 3 (*tom de desabafo*)<sup>228</sup>.

Sobre o trabalho doméstico e a vida após o casamento, ela se lembra:

O trabalho era sempre o mesmo, toda vida, só que eu casei, aí eu queria trabalhar na escolha, mas aí ele não deixou, e aí só ele sustentou tudo, os 8 filhos, e eu em casa cuidando dos filhos, ainda ensinei ele a ler, que ele não sabia ler, a escrever, a ler jornal, tudo que ele não sabia, nem assinar o nome dele, que era João, aí ensinei ele a escrever o nome dele<sup>229</sup>.

O relato de dona Zilda demonstra que não há uma mulher mineira, porém, muitas mulheres ligadas direta ou indiretamente ao mundo da mineração: as esposas, as mães, as filhas, as viúvas, irmãs, que além de participarem diretamente da produção, trazendo uma “renda extra” para casa, eram fundamentais para a manutenção do mineiro homem, que contava com o trabalho feminino na recomposição da sua força de trabalho. A administração da casa, o cuidado com os filhos, as compras nas vendas e nos açougues, até a alfabetização dos mineiros, eram todos trabalhos realizados pelas mulheres.

---

<sup>228</sup> SILVA, Zilda da. *Op. Cit.*

<sup>229</sup> *Idem.*

**Figura 16** – Mães e bebês no concurso de robustez infantil, 1944.



Fonte: SILVA, Cristina Enes da. **Nas profundezas da terra**: um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul (1883/1945). 2007. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p. 280.

A fotografia acima foi tirada após o concurso de robustez infantil, que era um concurso patrocinado pelas empresas mineradoras do Rio Grande do Sul para premiar a criança mais robusta. Segundo Silva, as crianças premiadas em primeiro lugar recebiam certificados, um valor em dinheiro, e brinquedos. As posições subsequentes não recebiam dinheiro, mas um certificado de participação<sup>230</sup>. Essa política de premiação da criança mais robusta pode ser compreendida como uma ação da empresa para que os futuros mineiros fossem bem nutridos desde pequenos, visto que seriam os sucessores de seus pais nas minas de carvão. Essa mesma prática foi realizada pelas empresas de carvão de Santa Catarina em associação com o Serviço Social da Indústria (SESI) que contratou o grupo de religiosas pertencentes a Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência em 1955. As freiras passaram a implementar uma série de medidas relacionadas à higiene, nutrição infantil e “bons hábitos” às famílias mineiras<sup>231</sup>. Uma dessas medidas foi o concurso de robustez infantil:

---

<sup>230</sup> SILVA, Cristina Enes da. **Nas profundezas da terra**: um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul (1883/1945). 2007. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p. 276.

<sup>231</sup> ALVES, Ismael Gonçalves. Uma obra meritória, humana e patriótica: faces do assistencialismo social na região carbonífera de Santa Catarina (1930-1950). **Delaware Review of Latin American Studies**, Delaware, v. 1, n. 2, 2010.

**Figura 17** – Concurso do bebê robusto, Criciúma (SC), década de 1950.



Fonte: Álbum/relatório das atividades das pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957) – SESI Criciúma, SC. Acervo Grupo de Pesquisa História e Memória da Educação (GRUPEHME).

A prática comum de premiar o bebê mais robusto e suas mães, demonstra que a política de controle e disciplina sobre as famílias mineiras eram uma preocupação em ambas as regiões de mineração. Afinal, não fosse a mulher cumprindo seu papel esperado de “boa mãe” e “boa esposa”, a exploração completa da força de trabalho masculina não seria possível. No entanto, embora o labor feminino na esfera doméstica fosse crucial à reprodução da força de trabalho masculina, ele não era considerado socialmente como no mesmo patamar que o dos homens, pois não era remunerado, como salienta Bourdieu:

O fato de que o trabalho doméstico da mulher não tenha uma retribuição em dinheiro contribui realmente para desvalorizá-lo, inclusive a seus próprios olhos, como se este tempo, não tendo valor de mercado, fosse sem importância e pudesse ser dado sem contrapartida, e sem limites, primeiro aos membros da família, e sobretudo às crianças, mas também externamente, em tarefas de beneficência, sobretudo para a Igreja, em instituições de caridade, ou cada vez mais, em associações ou partidos<sup>232</sup>.

Dona Zilda, após se casar, era responsável por todo o trabalho doméstico sozinha, o cuidado dos oito filhos, e ainda ensinou o marido mineiro a ler e escrever. Esses trabalhos, contudo, não eram considerados pela sociedade na mesma posição que o dos homens, que eram

---

<sup>232</sup> BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.*, p. 117.

os responsáveis por trazer o salário para as famílias. Como analisou Kergoat sobre essa divisão sexual do trabalho, a exploração do trabalho masculino só era possível pela mobilização das mulheres para arcarem com todo o trabalho doméstico de forma “gratuita” e “que esse trabalho era invisível, que era feito não para si, mas para os outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal”<sup>233</sup>. Desse modo, por meio de uma ampla exploração do trabalho doméstico não pago, tornava-se possível a exploração dos homens no subsolo das minas de carvão.

Para além das relações de trabalho ou familiares, as mulheres também participavam dos espaços políticos quando sentiam sua dignidade ou de sua família ameaçadas. Como veremos adiante, um exemplo ocorre quando as mulheres das minas de Criciúma tomaram a frente na greve de 1960, deitando no chão para impedir que passassem do Exército pela Vila Operária da Próspera (uma importante empresa de capital estatal).

Desde o começo dos anos 1940, mulheres também protagonizaram ações jurídicas por acidente de trabalho contra as empresas, que se recusavam a pagar as indenizações devidas pela legislação trabalhista<sup>234</sup>. Ondina Lima entrou com uma reclamação na Junta de Conciliação e Julgamento de Criciúma contra a Companhia Brasileira Carbonífera Progresso S.A em 10 de novembro de 1960. Ondina era casada, operária escolhedeira, e morava no bairro Pinheirinho. Havia ingressado na Carbonífera em 8 de julho de 1959, e, em 7 de novembro do ano seguinte, foi demitida pela empresa sem justa causa e “sem receber seus direitos legais”<sup>235</sup>. Portanto, ajuizou ação na Justiça do Trabalho pelo pagamento de indenização, férias, aviso prévio e horas extras não pagas, num valor total de Cr\$ 28.627,20.

O advogado da ação era Aldo Dietrich, do Sindicato dos Mineiros de Criciúma. Junto aos autos foi anexado o contrato de trabalho de Ondina que reproduzimos abaixo:

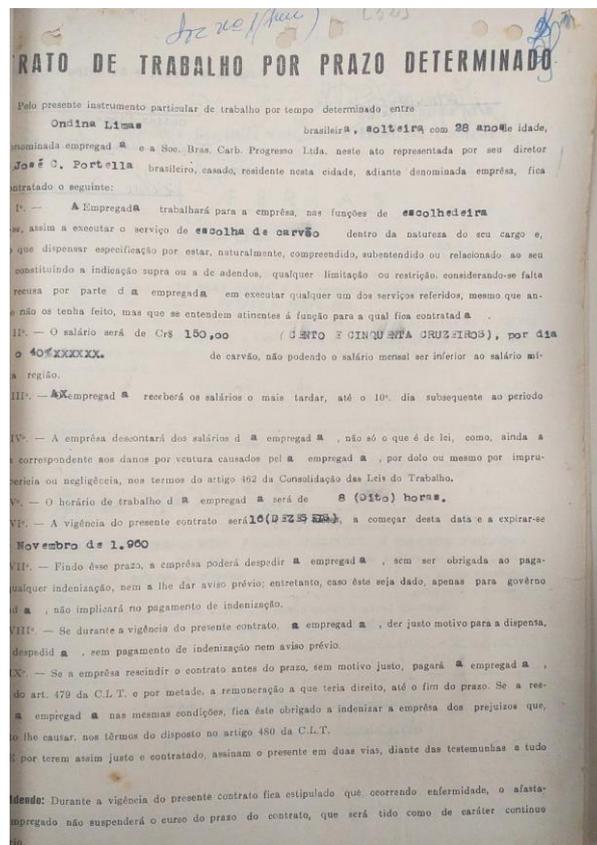
---

<sup>233</sup> KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009, p. 68.

<sup>234</sup> MANDELLI, Bruno. *Op. Cit.*, 2019b.

<sup>235</sup> CRICIÚMA. Junta de Conciliação e Julgamento. **Processo n. 1.240/1960**. Criciúma: Acervo Justiça do Trabalho do Centro de Memória e Documentação (Cedoc/Unesc), caixa 4.

**Figura 18** – Contrato de trabalho de Ondina Limas com a Carbonífera Progresso S.A.



Fonte: CRICIÚMA. Junta de Conciliação e Julgamento. **Processo n. 1.240/1960**. Criciúma: Acervo Justiça do Trabalho do Centro de Memória e Documentação (Cedoc/Unesc), caixa 4.

A audiência de conciliação ocorreu só na data de 6 de outubro de 1961. Na ocasião, o representante da empresa assim justificou o não pagamento das horas extras:

[...] que a reclamante era escolhedeira e nessa função tinha a obrigação de escolher uma quantidade de carvão que correspondesse a carga de um caminhão, diariamente, razão por que as horas extras reclamadas não tem procedência, uma vez que a produção referida acima se enquadrava dentro das 8 horas normais de serviço<sup>236</sup>.

Ou seja, a justificativa da companhia pelo não pagamento de horas extras era pelo fato de que no contrato de trabalho estava estabelecido que deveria ser “escolhido” um caminhão de carvão por dia em jornada de 8 horas de trabalho.

Em seu depoimento, Ondina reconheceu que no contrato estabelecido,

<sup>236</sup> *Idem*.

[...] tinha a obrigação de produzir um caminhão de carvão nas 8 horas de serviço diário, o que sempre acontecia, e quando havia falta de carvão, o sr. Jaime Portella determinava às escolheiras que dobrassem o serviço, trabalhando mais umas 2 horas diárias<sup>237</sup>.

Às perguntas do vogal dos empregados, Antônio Parente (presidente do Sindicato dos Mineiros), Ondina respondeu que “muitas vezes aconteceu de trabalhar fora de hora, sem ser remunerada quando o carvão tinha repas, tinha que passar por nova escolha em virtude de ser rejeitado pela Estrada de Ferro”<sup>238</sup>. “Repas” seriam rejeitos da piritita no carvão, não aceitos pela companhia, pois tinha que ser entregue puro.

Do depoimento da operária podemos fazer algumas observações. Em primeiro lugar, a ideia de que o trabalho das mulheres fosse considerado mais “leve” que o dos homens cai por terra, uma vez que elas deveriam escolher um caminhão de pedra de carvão por jornada de trabalho, o que representava à época cerca de 2.670 quilos<sup>239</sup>. Em uma jornada de 8 horas, isso representava uma média de 333,75 quilos de carvão escolhido por hora de trabalho. E muitas vezes, essa jornada era estendida, com um trabalho de até 10 horas por dia, quatro horas a mais que os homens, que trabalhavam seis horas de segunda a sábado.

Em segundo lugar, que a operária conhecia e contava com o apoio do Sindicato dos Mineiros e do vogal dos trabalhadores na Junta de Conciliação e Julgamento de Criciúma para reivindicar seus direitos trabalhistas, o que demonstra uma cultura política do sindicato em participar da JT nas reivindicações dos direitos da categoria, incluindo as mulheres. A reclamatória ainda se desenrolou por quase três anos na JCJ, tendo sido feito um acordo entre as partes no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros) – embora não conste nos autos o cálculo desse valor, que pedia inicialmente Cr\$ 28.627,20. A razão pela qual Ondina optou por receber um valor 28% menor do inicialmente pleiteado não fica clara no processo. Pode-se conjecturar que orientada pelo sindicato e por seu advogado, tenha sido solicitado um valor inicialmente maior do que o realmente receberia.

No estudo sobre a aplicação da CLT no cotidiano dos trabalhadores, John French evidenciou o que chamou de “justiça com desconto”<sup>240</sup>. Isto é, para o pesquisador, os trabalhadores que levavam suas demandas aos tribunais já sabiam de antemão que a burocracia

---

<sup>237</sup> *Idem.*

<sup>238</sup> *Idem.*

<sup>239</sup> Um caminhão da marca Ford de produção do ano de 1959 tinha capacidade para 2.670 kg. Cf. FORD Caminhões. **Wikipédia**: a enciclopédia livre. Florida: Wikimedia Foundation, 16 jan. 2020. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ford\\_Caminh%C3%B5es](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ford_Caminh%C3%B5es). Acesso em: 13 maio 2020.

<sup>240</sup> FRENCH, John. *Op. Cit.*, p. 19.

e a ineficiência administrativa da justiça trabalhista no Brasil poderiam arrastar o processo por alguns anos. Desse modo, o autor comenta que muitos trabalhadores preferiam um acordo com o patrão, mesmo recebendo um valor muito menor do que poderia receber caso ganhasse uma ação na justiça. Isso nos leva a concluir a hipótese de que o acordo entre Ondina e a empresa tenha sido uma “justiça com desconto”.

No caso do Rio Grande do Sul, Speranza constatou a ativa participação das mulheres nas greves mineiras de 1945 e 1946: “[...] no exame de reclamações trabalhistas envolvendo demissões ocorridas depois do movimento, são comuns depoimentos dando conta de grupos de mulheres que foram às ruas para afrontar homens não grevistas”<sup>241</sup>.

A participação das mulheres, portanto, não ficava circunscrita à esfera doméstica, mas era parte integrante da luta da comunidade por melhores condições de salários e de trabalho, embora, no interior dessa mesma comunidade, as relações de trabalho fossem marcadas pela desigualdade de gênero. Veremos, agora, um pouco mais sobre as vilas operárias dos trabalhadores e trabalhadoras no sul do Brasil para compreender as condições sociais em que viviam e como os espaços de moradia e a vida comunitária influenciavam nas formas de reivindicação políticas.

## 1.5 AS VILAS OPERÁRIAS MINEIRAS

Para a indústria carbonífera se expandir foi necessário um grande contingente de operários, que necessitavam de moradias e de uma infraestrutura para se manter em condições de trabalhar e de viver com suas famílias. A solução encontrada pelas empresas foi a construção de vilas operárias próximas às minas de carvão, uma característica em comum das regiões mineiras no Sul do Brasil.

Desde o começo do século XX, portanto, começaram a ser construídas casas operárias para abrigar a família dos mineiros, o que levou à formação de grandes vilas operárias com centenas de famílias. Foram construídas pequenas casas de madeira destinadas aos operários, além de armazéns, igrejas, escolas, farmácias e hospitais. Essas vilas operárias também eram utilizadas como forma de propaganda para atrair trabalhadores de outras regiões, no contexto da II Guerra Mundial, um período de grande crescimento da mineração.

---

<sup>241</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2014, p. 11.

Esses locais, além de espaço de moradia, eram lugares de sociabilidade e de troca de experiências. O convívio de milhares de trabalhadores e suas respectivas famílias, contribuía para que se formasse uma identidade de classe, o que em momentos de greve, conforme veremos nos próximos capítulos, servia como uma rede de classe e de solidariedade ao movimento.

Entretanto, essa forma de administração não foi novidade dessas regiões mineiras. As primeiras vilas operárias surgiram em meados do século XIX na Europa, com a expansão urbana que atraía muitos pobres para as cidades, os capitalistas industriais das cidades inglesas, como Manchester, investiram na construção de moradias operárias. Friedrich Engels, no livro *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, descreve o estado das moradias operárias:

Por regra geral, as casas dos operários estão mal localizadas, são mal construídas, mal conservadas, mal arejadas, úmidas e insalubres; seus habitantes são confinados num espaço mínimo e, na maior parte dos casos, *num único cômodo vive uma família inteira [...]*<sup>242</sup>.

Vale salientar que essas casas eram alugadas ou cedidas pelos donos das indústrias, através do modelo *cottage system*, ou *truck-system*<sup>243</sup>, utilizado para prender os trabalhadores economicamente, por exemplo, ao proporcionar moradia nas casas das companhias ou ao fazer com que o empregado comprasse os produtos para sua alimentação nos armazéns do empregador, os remédios nas farmácias das companhias, etc.<sup>244</sup>.

No nordeste do Brasil, José Sérgio Leite Lopes já havia considerado a importância que o sistema de fábrica-vila possuiu no contexto da expansão do capitalismo industrial, em meados do século XX, tal como comenta em sua obra *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*, quando faz uma extensa análise sobre a cidade de Paulista, em Pernambuco, onde as fábricas têxteis da Companhia de Tecidos Paulista controlavam a moradia dos operários, geralmente com um aluguel descontado do salário, o que significava “de fato uma interferência direta e visível na administração da fábrica sobre a vida social extra fabril dos trabalhadores”<sup>245</sup>.

---

<sup>242</sup> ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Editora Boitempo, 2008, p. 115.

<sup>243</sup> Esse sistema de descontos dos salários ficou conhecido como sistema de “barracão”, ou *truck system*, muito comum no Brasil durante o século XX em várias regiões e formas de ocupação e de trabalho, utilizado para a criação de uma dependência do empregado ao patrão, de forma a tentar manter o controle e a superexploração sobre a força de trabalho.

<sup>244</sup> VAN DER LINDEN, Marcel. *Op. Cit.*, p. 24.

<sup>245</sup> LOPES, José Sérgio Leite. *Op. Cit.*, p. 17.

O autor comenta que o sistema de fábrica com vila operária caracteriza-se também pelo *cottage-system* e “sistema de caserna” como padrão de dominação geral que consiste em um controle centralizado sobre a produção, as moradias e a cidade, a produção agrícola e a “circulação mercantil dos bens de consumo dos operários sob a forma de uma feira administrada”<sup>246</sup>.

Além desses aspectos, o autor vai além, afirmando que a promoção de atividades “médicas, religiosas e recreativas, e também uma numerosa milícia particular garantindo o ‘governo local de fato’ da companhia sobre estas múltiplas atividades”<sup>247</sup>. Seu argumento era de que a concentração do poder político e econômico nas mãos do mesmo grupo dominante impunha um rígido controle do trabalhador que vivia sob uma paradoxal “servidão-burguesa”<sup>248</sup>.

No caso das vilas mineiras do sul do Brasil, pode-se comparar e perceber semelhanças entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Nos dois estados do sul, as mineradoras enviavam agentes para o interior com o objetivo de recrutar mão de obra. Um dos atrativos era a apresentação de fotos de modelo de casas que, segundo Silveira, “o operário poderia ter ao passar a fazer parte do quadro funcional da companhia de mineração”<sup>249</sup>.

Na fotografia abaixo, tem-se as casas construídas pelo CADEM em Arroio dos Ratos. Nota-se que o enquadramento dado pelo fotógrafo objetivou registrar o espaço amplo da rua e as casas seguindo um mesmo modelo, ordenadas na mesma linha. Com a foto tem-se a sensação de que todas as casas seguiam um mesmo padrão, proporcionando o mesmo tratamento a todos os funcionários da empresa. Contudo, o acesso à moradia era concedido através do desconto de um valor do salário dos operários, que era feito diretamente na folha de pagamento.

---

<sup>246</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>247</sup> *Idem*.

<sup>248</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>249</sup> SILVA, Cristina Enes da. *Op. Cit.*, p. 239.

**Figura 19** – Casas dos operários que trabalhavam para o CADEM, Vila Arroio dos Ratos, município de São Jerônimo, década de 1940.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Vale salientar que só poderiam habitar as casas das companhias caso estivessem empregados nas indústrias, o que, em momentos de greve era utilizado pelos proprietários como pressão e coação para que não se paralisasse a produção, com ameaças de despejo dos grevistas de suas casas. Isto pode ser entendido como uma estratégia de controle sobre a mão de obra. Klován evidenciou, no caso do Rio Grande do Sul, a adoção desse sistema de pagamento por descontos e a existência de mina-com-vila-operária como forma de manter uma dependência da família do trabalhador à mineradora<sup>250</sup>.

Desse modo, esse sistema de moradia que condiciona a permanência do trabalhador à manutenção no trabalho, com descontos na folha de pagamento, era uma forma de prendê-lo economicamente à empresa, além de tentativa de disciplinar a força de trabalho. Tal forma de pagamento era uma prática comum, tanto em Santa Catarina<sup>251</sup> quanto no Rio Grande do Sul,

---

<sup>250</sup> Cf. KLOVAN, Felipe Figueiró. *Op. Cit.*

<sup>251</sup> Conforme pesquisa anterior: “É importante salientar que os produtos e gêneros alimentícios adquiridos nos armazéns e farmácias de propriedade das companhias mineradoras eram descontados dos salários dos trabalhadores, ao ponto em que, muitas famílias mineiras estavam sempre em dívida com as empresas”. Cf. MANDELLI, Bruno. *Op. Cit.*, 2020, p. 89.

de acordo com pesquisa de Speranza: “Não raro o tamanho dos descontos (especialmente os do armazém e da cooperativa) deixava o salário líquido reduzido a zero”<sup>252</sup>.

As vilas mineiras em São Jerônimo cresceram no compasso do aumento da produção, urbanizando-se de acordo com a abertura de novos poços de lavra. Durante a Primeira Guerra Mundial, o carvão de São Jerônimo substituiu o carvão estrangeiro e a importação de petróleo, racionado por conta da guerra<sup>253</sup>. Após o término da guerra, na década de 1920, houve um aumento da demanda de carvão pela Viação Férrea (encampada pelo Governo do Estado) que começou a queimá-lo em suas locomotivas<sup>254</sup>. Um período de grande investimento nas vilas operárias no Rio Grande do Sul se deu na conjuntura da II Guerra Mundial, quando o Estado Novo publicou o Decreto-lei n. 4.613, em agosto de 1942 que instituiu, como medida de emergência, a entrega obrigatória ao Governo Federal de todo o carvão nacional<sup>255</sup>. Esse período coincidiu também com um maior investimento nas Vilas mineiras, com a construção de hospital, maternidade, posto de puericultura, clubes e cinemas.

No entanto, essas reais melhorias de condições de vida dos moradores de Butiá vieram somente no período da Segunda Guerra Mundial, quando o CADEM investiu em áreas estratégicas no município com o objetivo de ter maior controle da produção e da força de trabalho das vilas mineiras. Naquela época, de acordo com os historiadores Witkowski e Freitas: “tudo dependia ou passava pelo aval do CADEM”<sup>256</sup>. Foi quando se iniciou a chamada “Era Cadem”<sup>257</sup>, assim chamada pela criação de uma verdadeira estrutura de fábrica com vila operária montada para atrair e fixar a mão-de-obra mineira.

As memórias do mineiro Joaquim Celso de Lima, que trabalhou na década de 1950 nas minas de Arroio dos Ratos e Butiá, oferecem um panorama de como o Cadem controlava todo espaço social do município de São Jerônimo:

As minas do Cadem constituíam, cada uma delas, um feudo. A propriedade onde a cidade e quase toda a periferia eram instaladas também pertencia ao Cadem. [...] Dessa maneira, todos os moradores, mesmo aqueles que não tivessem vínculos empregatícios com a companhia, ficavam sempre sob o controle do Cadem. [...] Além de tudo, como a vivência era muito ligada por laços de trabalho, tonava-se fácil o perigo da delação. Sobre tudo isso ainda pesava o controle efetuado pelos fiscais que rondavam dia e noite a vida dos trabalhadores e moradores em geral. A perseguição nas minas era tradicional<sup>258</sup>.

---

<sup>252</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2012, p. 61.

<sup>253</sup> SULZBACH, Ervino Lothar. *Op. Cit.*, p. 25.

<sup>254</sup> *Ibidem*, p. 54.

<sup>255</sup> *Idem*.

<sup>256</sup> WITKOWSKI, Alexsandro; FREITAS, Tassiane de Melo. *Op. Cit.*, p. 24.

<sup>257</sup> SULZBACH, Ervino Lothar. *Op. Cit.*, p. 25.

<sup>258</sup> LIMA, Joaquim Celso de. *Op. Cit.*, p. 114.

Percebe-se pelo relato de Celso de Lima que o controle social dos trabalhadores era intenso na vila. Em momentos de conflitos, como greves, por exemplo, eram comuns os destelhamentos e a expulsão das casas de operários que haviam sido demitidos<sup>259</sup>. No entanto, as experiências comuns de exploração e precariedade (além da insalubridade das casas, eram frequentes a falta de água potável, bem como as enchentes) forjaram laços de solidariedade e uma cultura militante entre as famílias mineiras. Muitas vezes, eram nos espaços da própria vila onde eles se organizavam para reivindicarem melhores condições de moradia e aumentos salariais.

Foi um período de grande investimento nas vilas operárias da região carbonífera para se montar uma estrutura que possibilitasse a extração do chamado “ouro negro” através do trabalho do mineiro, o qual ficou marcado na memória da comunidade da região como um momento de grandes transformações urbanas em São Jerônimo. Nas palavras do pároco Ervino Lothar Sulzbach, o CADEM “levou a mineração ao seu apogeu, marcando seus tempos áureos em Arroio dos Ratos e em Butiá”<sup>260</sup>. Cabe salientar que essa memória acerca dos “tempos áureos” do município foi formada a partir de um esforço de construção de monumentos e obras que inscrevem determinada época de esplendor em virtude da extração do carvão. Contudo, trata-se de uma seleção dos aspectos considerados positivos, enquanto as memórias dos acidentes e mortes ficam em segundo plano, ou sequer são mencionadas.

A professora e historiadora local Gertrudes Hoff também menciona esse período como de “apogeu, marcando seus tempos áureos em Butiá e Arroio dos Ratos”<sup>261</sup>. Não por acaso, Roberto Cardoso (no Rio Grande do Sul) e Henrique Lage (em Santa Catarina), ambos sócios e diretores das maiores carboníferas do Sul do País, foram vistos por alguns historiadores locais como grandes personalidades e benfeitores dos municípios. Em uma época de pouquíssimos investimentos do setor público nos municípios do interior do Brasil, quando havia carência de infraestrutura generalizada (sem água encanada, rede elétrica, hospitais), aqueles empresários que investiam uma pequena parte dos seus lucros em obras públicas à comunidade eram vistos como “benfeitores” e “caridosos” por parte da população<sup>262</sup>.

---

<sup>259</sup> Cf. SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2020.

<sup>260</sup> SULZBACH, Ervino Lothar. *Op. Cit.*, p. 54.

<sup>261</sup> HOFF, Gertrudes Novak. *Op. Cit.*, p. 35.

<sup>262</sup> “[...] a fala dos mineiros destacava aspectos positivos da relação e colocava a companhia de mineração numa posição de benfeitora, pois ela dava casa, ela dava luz e vendia os imóveis por preços módicos pela condição única da continuidade no trabalho”. Cf. SILVA, Cristina Enes da. *Op. Cit.*, p. 252.

Na fotografia abaixo, a vila operária da Companhia Carbonífera de Araranguá, em Criciúma, década de 1950:

**Figura 20** – Vila Operária da C.B.C.A no bairro Operária, atual Santa Bárbara, início década de 1950.



Fonte: Acervo do Cedoc/Unesc.

Percebe-se que o referente da fotografia é a vila operária e seus moradores em um dia especial, pois os homens estão vestidos de terno e gravata, e as mulheres de vestido. As casas, todas enfileiradas, lado a lado, construídas de madeira no mesmo estilo, tamanho e padrão, geralmente tinham três cômodos, sala, cozinha e quarto. No relatório escrito pelo médico sanitário Boa Nova Jr. para o Departamento Nacional de Produção Mineral no ano de 1953, ele assim descreveu as casas dos operários de Criciúma:

Casas (ou melhor dizendo ranchos) velhíssimas, toscas, de madeira empenada e podre, com cobertura de cacos de telhas, cheias de buracos enormes por onde a chuva se escoava aos borbotões, com assoalhos e paredes repletos de largas frestas, por onde o vento sul, no inverno rigoroso, penetra impiedosamente, fustigando não só o próprio mineiro, mal agasalhado, como também sua mulher e seus infelizes filhos, cobertos com farrapos, constituem as habitações dos mineiros. [...] Tivemos a oportunidade de visitar uma dessas casas em que o mineiro, casado, possuía 10 filhos, sendo que os 4

menores dormiam na mesma cama do casal, ou sejam 4 crianças e o casal (6 pessoas!) numa mesma cama<sup>263</sup>.

Vivendo com essas condições de moradia, a mortalidade infantil em Criciúma era superior a 100 crianças para cada 1.000 nascidos vivos em 1950. No entanto, nem todas as moradias eram “velhas e toscas” como relata o médico Boa Nova Jr. Na década de 1950, a Companhia Siderúrgica Nacional adquiriu a Carbonífera Próspera S.A., implementando algumas melhorias na moradia dos operários: começou a construir casas de alvenaria, mais confortáveis e com maior número de cômodos, que eram distribuídas, segundo Costa, primeiro “aos capatazes e as outras por sorteio. A participação no sorteio dependia da efetiva eficiência do trabalhador na empresa”<sup>264</sup>. Desse modo, conseguir morar em uma casa de alvenaria passou a ser visto como uma gratificação dada pela empresa, como uma forma de recompensa ao trabalhador disciplinado, uma forma da empresa exercer o controle e a vigilância.

Outro aspecto revelado pela foto que era um dia de procissão da Santa Bárbara, padroeira dos mineiros<sup>265</sup>. Ao fundo da figura 20 aparece um pouco apagada a Igreja de Santa Bárbara, construída na década de 1950 pelos próprios mineiros, “que nas horas vagas eram voluntários na mão-de-obra e nas contribuições”<sup>266</sup>. A religiosidade popular e a crença na Santa Bárbara eram símbolos comuns aos mineiros das duas regiões. Segundo Cornélia Eckert, que estudou sobre a devoção à santa, afirma que ela “revela a crença na sua proteção contra acidentes de trabalho, incêndios, explosões, desmoronamentos, inundações, doenças e contra toda sorte de catástrofes”<sup>267</sup>.

Em Criciúma (SC), essa religiosidade popular também se fez presente no cotidiano, sendo que o dia 4 de dezembro foi decretado feriado municipal em homenagem à santa. Desde a década de 1950, eram realizados todos os anos uma festa que reunia milhares de pessoas. Os dias que antecediam e sucediam à festa da padroeira era de muita comemoração: encontros, jantares, venda de rifas, tudo era preparado com entusiasmo redobrado pela comunidade para celebração do dia.

<sup>263</sup> BOA NOVA JR., Francisco de Paula. *Op. Cit.*, p. 67.

<sup>264</sup> COSTA, Marli de Oliveira. *Op. Cit.*, p. 68.

<sup>265</sup> BARCHINSKI, Bruna Spillere. A mortalidade infantil na capital nacional do carvão: memória, representações e ações profiláticas, 1940-1960. *In: GOULARTI FILHO, Alcides (org.). Memória e cultura do carvão em Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2004, p. 157.

<sup>266</sup> VIANA, Júlio César. A festa de Santa Bárbara. *In: GONÇALVES, Gesiel da Silveira (org.). Aconteceu no século XX: momentos que movimentaram Criciúma*. Criciúma: Edição do autor, 2003, p. 84.

<sup>267</sup> ECKERT, Cornélia. Passado e presente de devoção na padroeira dos mineiros de carvão. Estudo da festa de Santa Bárbara no Brasil e na França. *In: TEIXEIRA, Sérgio Alves; ORO, Ari Pedro (org.). Brasil e França: ensaios de antropologia social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992, p. 57.

Em Arroio dos Ratos (RS), segundo Freitas, em 1910 já havia sido construída uma capela à Santa Bárbara, e, em 1944, foi criada a paróquia de Santa Bárbara das Minas de Carvão do Arroio dos Ratos<sup>268</sup>. Todo ano era realizada a Festa de Santa Bárbara que, de acordo com Silveira, “era a principal celebração dos operários. [...] Com a aproximação da data, aumentavam os momentos de sociabilidade dos mineiros, uma vez que encontros, reuniões, jantares, missas e novenas antecipavam a procissão do dia 4”<sup>269</sup>.

Essa religiosidade nas minas é comum em outros países. Nas minas de estanho da Bolívia, por exemplo, segundo Rocha, os mineiros realizam a tradicional *challa* à Pachamama ao Tio da Mina, se trata de uma cerimônia

[...] de reciprocidade com a Mãe-Terra e o Tio da Mina. [...] É uma espécie de pacto no qual “todos os trabalhadores negociam com o ‘diabo’ (segundo a tradição cristã); ele é o dono das vetas, que são reveladas aos mineiros em troca de oferendas: folhas de coca, cigarros e álcool e um feto de *llama*”<sup>270</sup>.

Nas minas de carvão no sul do Brasil, acontece um ritual semelhante, onde o trabalhador faz um gesto simbólico (uma oração ou um sinal da cruz) a uma estátua da Santa Bárbara, geralmente colocada na boca da mina, antes do início do trabalho. Esta ligação com o catolicismo foi fomentada também pela própria instituição católica, que se inseriu nas vilas operárias de Santa Catarina, através das freiras da Congregação das Irmãs da Divina Providência, que vieram trabalhar como assistentes sociais no município na década de 1950, com o intuito de “moralização e de disciplinarização das famílias”<sup>271</sup>.

O trabalho das freiras foi formalizado com uma parceria entre o Serviço Social da Indústria (SESI), a Igreja Católica e algumas empresas da região, como a Carbonífera Próspera. Segundo Costa, o trabalho das freiras consistia “em visitar as famílias, no intuito de ensinar às mulheres economia doméstica, regras de higiene, algumas noções sanitárias e, até mesmo, aconselhar no relacionamento do casal. Realizaram ainda, juntamente com o SESI, cursos de saúde pública”<sup>272</sup>. Pode-se notar a presença das freiras no cotidiano familiar pelas fotografias abaixo:

---

<sup>268</sup> FREITAS, Tassiane de Melo. *Op. Cit.*, 2021.

<sup>269</sup> SILVEIRA, Éder da Silva. **Além da traição: Manoel Jover Teles e o comunismo no Brasil do século XX**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

<sup>270</sup> ROCHA, Joallan Cardim. *Op. Cit.*, p. 55-56.

<sup>271</sup> OLIVEIRA, Marli de. *Op. Cit.*, p. 169.

<sup>272</sup> *Idem.*

**Figura 21** – Visita das Freiras da Congregação das Irmãs da Divina Providência às residências da Vila Operária Próspera, 1952.



Fonte: Acervo do Cedoc/Unesc.

Na fotografia acima, nota-se as freiras caminhando por uma rua da Vila Operária, as casas de madeira enfileiradas bem próximas umas das outras, com crianças brincando nas ruas e suas mães na porta de casa, provavelmente, após receberem a visita das irmãs. Já na fotografia abaixo, nota-se a presença das freiras acompanhando o cultivo de hortaliças no quintal de uma casa da vila operária, “ensinando” a esposa de um mineiro sobre hortas e a produção de alimentos. A nutrição operária era uma das funções que as freiras se preocupavam em melhorar, haja vista os baixos salários e pouco poder aquisitivos das famílias, o que resultava em uma má alimentação e alta mortalidade infantil<sup>273</sup>. Entretanto, a presença das freiras possuía um papel “civilizador” ao tentarem introduzir hábitos de alimentação e higiene às famílias mineiras.

---

<sup>273</sup> COSTA, Joallan Cardim. *Op. Cit.*, p. 75.

**Figura 22** – Visita das Freiras da Congregação das Irmãs da Divina Providência às residências da Vila Operária Próspera, 1952.



Fonte: Acervo do Cedoc/Unesc.

Em relação a estes, Gavski observou em sua pesquisa sobre o salário mínimo em Porto Alegre, que a nutrição operária era vista como um fator determinante para o “progresso industrial”, quando a “alimentação passou a ter um efeito civilizador sobre a população, principalmente trabalhadores e camponeses, mães e crianças, que tiveram suas dietas tradicionais atacadas enquanto práticas anacrônicas”<sup>274</sup>.

Em São Jerônimo, a cerca de 70 km da capital gaúcha, as freiras da congregação do Imaculado Coração de Maria também faziam parte da comunidade, administrando o Hospital Sarmiento Leite que possuía maternidade e atendimento de puericultura. Embora esse não seja o foco do presente objeto de pesquisa, tudo indica que o *cottage system* – isto é a condição de ser morador da Vila Operária era também ser trabalhador da empresa proprietária das moradias – era reforçada pelo *truck system*. Marcel van der Linden, que pesquisou essa estratégia disciplinar ao redor do mundo, sugere que a forma de “prender” o trabalhador por dívidas com alugueis e pela compra de produtos nos armazéns das companhias foi efetivada por grandes

---

<sup>274</sup> SILVA, Nauber Gavski da. “O mínimo” em disputa: salário mínimo, política, alimentação e gênero na cidade de Porto Alegre (1940-1964). 2014. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014, p. 76.

Companhias no mundo, como a “United Fruit Company, que abrigava os seus camponeses na América Central nas plantations ou a siderúrgica Krupp na Alemanha”<sup>275</sup>. Através desse sistema de pagamento, parte dos salários era pago através da troca por produtos e serviços, que as companhias monopolizavam e definiam os preços.

Essa relação de dependência econômica também possuía um viés político, pois ao fornecer moradia e alimentação em troca do trabalho, o patrão esperava obediência e disciplina do operário, o que reforçava uma espécie de paternalismo na relação entre operários e patrões. Inclusive o pároco local de Arroio dos Ratos, Ervino Lothar Sulzbach, escrevendo em 1989, enfatizou esse problema: “as terras, as casas, a luz, a água, o telefone, o hospital, a cooperativa e outras coisas mais, eram propriedade exclusiva dela. Tal dependência trouxe consigo um paternalismo nocivo, cujas consequências se fazem, sentir até nossos dias [...]”<sup>276</sup>.

No entanto, se as estruturas de dominação eram construídas de modo a coibir e controlar a força de trabalho, essa forma de controle não era total, pois nos locais de moradia, formavam-se laços de solidariedade entre as famílias mineiras, pois eram estas que conviviam com os problemas diários das vilas: falta de água potável, enchentes, locais insalubres. Muitas vezes, eram nesses espaços onde se organizavam para reivindicarem melhores condições de moradia e aumentos salariais. Como bem observou E. P. Thompson, se os trabalhadores “agiam segundo um modelo teórico consistente, esse era uma reconstrução seletiva do paternalismo, extraindo dele todas as características que mais favoreciam os pobres”<sup>277</sup>.

Desse modo, se a implantação da estrutura de vilas operárias em torno das minas de carvão, com todos os seus condicionantes — as casas alugadas, os armazéns, o estreito controle sobre os operários, a presença das freiras —, agiam como estratégias para manutenção das famílias mineiras próximas ao local de trabalho de modo a reforçar a disciplina e legitimar a exploração, os trabalhadores, por sua vez, constituíam experiências partilhadas como resultado de suas ações, como greves, piquetes, passeatas, em seu processo de fazer-se enquanto classe trabalhadora.

Para compensar a dureza do trabalho, um dos espaços de lazer criados para o entretenimento foi o futebol, espaço, ao mesmo tempo, de socialização entre os operários homens e de exercício de disciplina dos patrões. Em Criciúma, cada carbonífera possuía um time. Alguns contavam com estádio ou campo próprios. Os jogadores, em sua maioria, eram

---

<sup>275</sup> *Idem.*

<sup>276</sup> SULZBACH, Ervino Lothar. *Op. Cit.*, p. 18.

<sup>277</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 167.

operários das próprias empresas, porém, segundo Bernardo, “acontecia que alguns jogadores vinham integrar o time e se tornavam operários das empresas”<sup>278</sup>.

A paixão pelo futebol foi sendo construída pelos operários e apoiada pelas empresas, que viam com bons olhos os trabalhadores que se dedicavam ao esporte e ao clube, tornando-se um requisito importante para a garantia de um emprego, segundo Monteiro: “jogar futebol enriquecia o currículo de um trabalhador aspirante a um emprego na mina”<sup>279</sup>. Como a maioria dos jogadores era operária, e as equipes eram patrocinadas pelas carboníferas, criava-se uma relação paternalista e disciplinar entre alguns jogadores com seus respectivos patrões. Os jogadores eram selecionados entre os operários considerados “de bom comportamento”.

Em Criciúma, entre 1939 e 1947, foram criados seis clubes de futebol: Esporte Clube Metropol, Esporte Clube Próspera, Comerciário Futebol Clube, Ouro Preto Futebol Clube, Atlético Operário Futebol Clube e São Paulo Futebol Clube<sup>280</sup>. Um dos times de Criciúma de maior destaque no cenário estadual e nacional foi o Esporte Clube Metropol, da Carbonífera Metropolitana, fundado em 1945, que passou por um processo de profissionalização na década de 1960, com forte investimento dos empresários da Metropolitana com objetivo de aproximação dos empregados com patrões, tendo conquistado os títulos estaduais em 1960, 1961 e 1962, e sido campeão do torneio sul brasileiro de futebol em 1964 e 1968<sup>281</sup>.

Na região carbonífera do Rio Grande do Sul, as equipes criadas foram, conforme pesquisa de Freitas:

- 1) Arroio dos Ratos: Esporte Clube Brasil (1918), Sport Club Guarani (1926), Departamento Desportivo do CADEM (1938) e Grêmio Esportivo Estrela (1944).
- 2) Butiá: Butiá Futebol Clube (1926) e Brasil Futebol Clube (1942).
- 3) Charqueadas: Grêmio Atlético Jeromina (1931).
- 4) Minas do Leão: Atlético Mineiro (1950) e Olaria Futebol Clube (1956).
- 5) Porto do Conde: Conde Futebol Clube (1937).

---

<sup>278</sup> BERNARDO, Roseli Terezinha. O tempo e o espaço de entretenimento das famílias operárias mineiras. *In*: GOULARTI FILHO, Alcides (org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004, p. 132.

<sup>279</sup> MONTEIRO, Renato de Araújo. O processo de profissionalização do futebol em Criciúma/SC (1948-1952). **Record**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2014, p. 7.

<sup>280</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>281</sup> ROSA, Rodrigo Garcia da. Metropol x Santos: o grande jogo de futebol. *In*: GONÇALVES, Gesiel da Silveira (org.). **Aconteceu no século XX: momentos que movimentaram Criciúma**. Criciúma: Edição do autor, 2003, p. 74.

- 6) São Jerônimo: Grêmio Esportivo São Jerônimo (1935) e Grêmio Esportivo Rio-grandense (1938)<sup>282</sup>.

As pesquisas indicam que o futebol era uma atividade que gerava contradições entre os times, seus jogadores, público e patrões: se, por um lado, servia para controlar o tempo “ocioso” dos operários e premiar aqueles que mantinham uma disciplina ao agrado dos patrões, fortalecendo a disciplina operária, por outro lado, criava laços de solidariedade entre os times operários quando jogavam contra o time das elites.

Dessa forma, o futebol se tornou para os operários, mais um espaço de socialização e de experiência, que servia também como ponto de encontro para se falar de política. Exemplo disso foi que, em outubro de 1957, em Criciúma, quando ocorreram as eleições para a diretoria da Federação Interestadual dos Mineiros de Carvão da região Sul (que veremos no Segundo Capítulo), um dos locais de das urnas de votação era a “mesa-sede do Atlético Operário F.C., onde votavam os operários da Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá”<sup>283</sup>.

Em relação a São Jerônimo, a tese de Freitas aprofundou a análise sobre a atuação dos operários nos clubes de futebol da região. Segundo a autora, “os clubes de futebol também podem ser observados como uma forma de expressão institucional das relações ocorridas no interior da produção, relação dialética marcada por processos de dominação e resistência”<sup>284</sup>.

Consoante a isso, fazia parte do repertório dos trabalhadores do carvão, além das estratégias individuais de resistência, de sua experiência e do seu horizonte de expectativas, a greve. Michelle Perrot definiu que as greves eram “simultaneamente, um meio de pressão para obter algo ou para se defender, e um modo de expressão”. Essa expressão era “de um grupo mais ou menos comunitário que, seguidamente, pela greve se tornava mais comunitário (às vezes também era a ocasião de cisões, de clivagens, de divisões)”<sup>285</sup>. A historiadora ressaltou que os movimentos grevistas dos mineiros foram analisados como os mais violentos e duradouros da história<sup>286</sup>.

Desse modo, todos os elementos analisados neste capítulo apontam para as condições de vida, trabalho e cultura das comunidades mineiras no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

<sup>282</sup> FREITAS, Tassiane de Melo. O operariado carbonífero Sul Rio-Grandense e seus patrões através das equipes de futebol (1930-1950), Rio Grande do Sul, Brasil. *Travesia*, Montevideo, n. 2, 2017, p. 329.

<sup>283</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO EM CRICIÚMA. **Edital de 14 de novembro de 1957**. Criciúma, 1957.

<sup>284</sup> FREITAS, Tassiane de Melo. *Op. Cit.*, 2021, p. 189.

<sup>285</sup> PERROT, Michelle. A história feita de greves, excluídos & mulheres (entrevista). *Tempo Social*, São Paulo, v. 8, n. 2, 1996, p. 195.

<sup>286</sup> PERROT, Michelle. *Op. Cit.*, 1984.

Seus movimentos políticos, por meio de greves, muitas vezes prolongadas, e por vezes reforçadas por ações consideradas “violentas” pelos patrões, como a quebra de maquinários, apontam para a existência de uma identidade de classe que não era homogênea, mas clivada pela desigualdade de gênero e raça. No próximo capítulo, trataremos da fundação dos Sindicatos dos Mineiros e das suas lutas desde os anos 1930. A seguir veremos como os trabalhadores das minas de carvão do sul do país se organizaram e reivindicaram nas décadas de 1950 e 1960.

## 2 DA FUNDAÇÃO DOS SINDICATOS À LUTA POR DIREITOS

Como demonstramos no primeiro capítulo, a mineração de carvão no Sul do Brasil contava com uma circulação de pessoas de diversas origens, estrangeiros e nacionais, reunidos em vilas operárias, estruturadas para atender as demandas e necessidades da extração de carvão. Os mineiros do sul do Brasil formavam uma categoria numerosa e importante politicamente, com uma tradição de lutas que vinha desde o final do século XIX (no Rio Grande do Sul) e a primeira metade do século XX (em Santa Catarina).

Neste capítulo e no seguinte, será abordado como esses trabalhadores do carvão se engajaram na construção de instrumentos coletivos de organização, como a fundação dos sindicatos, a construção das greves, a participação em partidos políticos, a relação entre classe trabalhadora e o Estado, bem como a articulação entre os trabalhadores de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul em meados do século XX. Uma parte dessa reconstrução histórica será elaborada através da bibliografia de pesquisas já produzidas, especialmente do período histórico anterior ao nosso recorte temporal.

### 2.1 OS MINEIROS DE SÃO JERÔNIMO: UMA LONGA LUTA POR DIREITOS

Os mineiros de São Jerônimo já se organizavam politicamente desde o final do século XIX. A primeira greve que se têm notícia nas minas do Rio Grande do Sul ocorreu em 1895, quando trabalhadores da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ) paralisaram suas atividades por mais de 15 dias para exigirem o aumento de 25% do preço da tonelada de carvão. Segundo consta no relatório da Companhia, a adesão ao movimento foi massiva:

No dia 1º de maio apresentaram novas imposições, organizando passeatas com bandeiras encarnadas e manifestações anarquistas e em princípios de junho tendo sido recrutados todos os nossos mineiros nacionais, maquinistas e foguistas da locomotiva, ferreiros, carpinteiros das oficinas e mais empregados nacionais e muitos estrangeiros até velhos e meninos, de 13 anos, e tomados os cavalos, mulas e carroças da companhia, ficando aqueles mineiros sós em campo valeram-se deste fato para fazerem como fizeram greve, declarando que não trabalhariam mais nem deixariam qualquer empregado da Companhia trabalhar sem aumento de 25% em todos os preços e ordenados! Assim conservaram-se durante mais de quinze dias em greve<sup>287</sup>.

---

<sup>287</sup> COMPANHIA ESTRADA DE FERRO E MINAS DE SÃO JERÔNIMO. **Relatório aos acionistas**. São Jerônimo: Cia. Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, 1895.

Chama a atenção o documento citar as manifestações anarquistas, evidenciando a intensa circulação de ideias libertárias e da propaganda anarquista no começo da Primeira República. Obtiveram sucesso em suas reivindicações, conquistando o aumento pleiteado<sup>288</sup>. Após essa parede, há poucas informações a respeito de movimentos grevistas no início do século XX. As únicas fontes que temos notícia são de uma greve do ano de 1916, em São Jerônimo, noticiado pelo jornal *Correio do Povo*:

Continua sem solução a greve dos mineiros pertencentes às minas de S. Jeronimo. O Sindicato dos Mineiros mantém-se em sessão permanente, tomando várias deliberações tendentes a solucionar a questão. Tendo o dr. Jean Thiry, administrador das minas, chamando os mineiros individualmente para com eles se entender, os grevistas, reunidos endereçaram aquele sr. o seguinte ofício: Sindicato dos Mineiros. Ilmo. sr. Jean Thiry. Os trabalhadores em greve, em reunião, resolveram vos comunicar que não atenderão vosso convite para comparecer ao escritório da companhia, e que só estão dispostos a entender-se convosco, por intermédio da comissão do Sindicato e da Federação Operária do Rio Grande do Sul, que os representa<sup>289</sup>.

Duas observações importantes sobre esta fonte: aponta para a existência de um sindicato dos mineiros de São Jerônimo e sua vinculação à Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), hegemonizada pelo movimento anarquista naquele momento<sup>290</sup>. Outro documento que encontramos foi “Bases orgânicas da Federação e respectivos Sindicatos de Mineiros e Anexos do Arroio dos Ratos, Xarqueadas, Leão, Butiá e Conde”, datado de 1924, no qual consta o regimento da Federação Operária de São Jerônimo. Chama atenção o art. 10:

Este Sindicato repele de seu seio a política e aceita como meio de luta a ação direta, mantendo como lema: a emancipação dos trabalhadores há de ser obra dos próprios trabalhadores e como finalidade o comunismo libertário<sup>291</sup>.

É notório que a influência anarco-comunista se fazia presente no sindicato dos mineiros, com grande apelo para a ação direta. Embora tenhamos citado estas duas greves, não é possível afirmar que não tenha havido outras, pois há pouca pesquisa sobre os mineiros de São Jerônimo durante a Primeira República. Elas evidenciam a resistência dos trabalhadores ao ofício

---

<sup>288</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2012, p. 44.

<sup>289</sup> *Correio do Povo*, 17 de fevereiro de 1916.

<sup>290</sup> BARTZ, Frederico Duarte. **O horizonte vermelho**: o impacto da revolução russa no movimento operário do Rio Grande do Sul, 1917-1920. 2008. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

<sup>291</sup> FEDERAÇÃO OPERÁRIA DE SÃO JERÔNIMO. **Bases orgânicas da Federação e respectivos Sindicatos de Mineiros e Anexos do Arroio dos Ratos, Xarqueadas, Leão, Butiá e Conde**. São Jerônimo: Federação Operária de São Jerônimo, 1924.

insalubre e perigoso exercido nos subterrâneos. Segundo Ciocari, eram frequentes os confrontos com a polícia, convocada pelas companhias:

Em setembro de 1919, uma correspondência da Intendência Municipal de São Jerônimo à Companhia Carbonífera Rio-Grandense (CCRG) fazia referências aos soldados da Força Policial do município que ficariam à disposição da empresa, com as despesas correndo por conta da mesma<sup>292</sup>.

A partir de 1930 as pesquisas a respeito das greves se tornaram mais consistentes. Klován, em sua dissertação intitulada “Sob o fardo do Ouro Negro: as experiências de exploração e resistência dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul na primeira metade da década de 1930”, identificou entre 1932 e 1935, a eclosão de cinco greves na região carbonífera, com intensa participação operária. Como noticiou o jornal *O Correio do Povo*, elas quebravam a “calma que até agora se notava nos núcleos operários de todo estado”<sup>293</sup>. O autor constatou que esses movimentos da década de 1930 se articulavam com outras formas de luta dos trabalhadores através de instrumentos “formais-institucionais-organizativos-ideológicos da classe, ou seja, associações, sindicatos, partidos e greves”<sup>294</sup> bem como o acesso à Justiça como espaço institucional de reivindicação de direitos<sup>295</sup>. Vejamos brevemente alguns desses movimentos.

Em janeiro de 1933, quatrocentos mineiros de Butiá paralisaram a produção reivindicando o pagamento dos salários atrasados, contra os preços abusivos cobrados pelas Cooperativas das Minas de Butiá (armazéns controlados pelas empresas), e pelo aumento do salário dos “tocadores de carros”, como eram chamados os trabalhadores responsáveis pelo transporte dos vagões de carvão do interior das galerias à superfície<sup>296</sup>. Uma das principais reclamações dos mineiros era relativa ao pagamento feito através de um bônus para comprar produtos nos armazéns das companhias, e não em espécie, o que atrelava as famílias dos operários ao “barracão”, que segundo os pesquisadores, era o “nome como era chamada a ‘cooperativa das Minas de Butiá’”<sup>297</sup>. Contudo, “barracão”, como constatamos no primeiro capítulo, era um sistema de pagamento muito comum em várias regiões do Brasil durante o

---

<sup>292</sup> CIOCCARI, Marta Regina. *Op. Cit.*, 2010, p. 89.

<sup>293</sup> *Correio do Povo*, 29 de janeiro de 1933 *apud* KLOVAN, Felipe Figueiró. *Op. Cit.*, p. 28.

<sup>294</sup> KLOVAN, Felipe Figueiró. *Op. Cit.*, p. 173.

<sup>295</sup> *Ibidem*, p. 166.

<sup>296</sup> WITKOWSKI, Alessandro; FREITAS, Tassiane de Melo. *Op. Cit.*, p. 27.

<sup>297</sup> *Idem*.

século XX, que envolvia formas de ocupação e de trabalho precário, utilizado para criar uma dependência e manter o controle sobre a força de trabalho.

Após o encerramento da greve, os mineiros conquistaram o aumento no valor das diárias dos tocadores de carros e uma diminuição dos preços dos gêneros da cooperativa. Segundo Witkowski e Freitas, após a greve, os trabalhadores decidiram pela fundação do sindicato, que levou ainda três anos para ser reconhecido pelo Ministério do Trabalho, devido às pressões das empresas mineradoras perante os órgãos oficiais para adiar seu reconhecimento<sup>298</sup>.

Entretanto, essa informação sobre a fundação do sindicato em 1933 diverge da documentação que citamos anteriormente, de que já havia uma entidade de representação dos mineiros desde, pelo menos, 1916, ano da matéria do jornal *Correio do Povo*. É possível que essa nova organização sindical, dos anos 1930, tenha sido oficializada nos termos do sindicalismo oficial, pois Klován afirma que o fim da greve foi mediado pelo Inspetor Regional do Trabalho<sup>299</sup>, Ernani de Oliveira, quem negociou com os mineiros o encerramento do movimento paredista e os orientou no sentido de fundarem o sindicato<sup>300</sup>.

É importante destacar que a década de 1930 foi um momento-chave para a classe trabalhadora no país, pois foi marcada pela tentativa de implantação do sindicalismo oficial pelo governo de Vargas, através dos decretos n. 19.770, de março de 1931, 1.402 (julho de 1934), e, por último, o Decreto-lei n. 1.402 (de julho de 1939). O primeiro citado, conhecido como “Lei de Sindicalização”, foi instituído pelo governo visando o controle sobre o movimento operário do país, pois os sindicatos, como o próprio texto da lei afirma, “serão os para-choques dessas tendências antagônicas”<sup>301</sup>, referindo-se às disputas entre patrões e empregados.

Além disso, esses espaços de organização, segundo a lei, deveriam contar com dois terços de filiados com a cidadania brasileira nata ou naturalizada com mais de dez anos, o que dificultava o ingresso de estrangeiros no sindicato, situação de muitos mineiros nas regiões do Sul do país que imigraram da Europa. Trata-se, portanto, de uma conjuntura de transformações das relações entre capital, trabalho e Estado, pois este procurava regular a organização dos trabalhadores, trazendo-os para a institucionalização e reconhecimento estatal. Essa tensão colaborou para a eclosão de inúmeras greves e protestos.

---

<sup>298</sup> *Ibidem*, p. 28.

<sup>299</sup> *Correio do Povo*, 2 de fevereiro de 1933 *apud* KLOVAN, Felipe Figueiró. *Op. Cit.*, p. 180.

<sup>300</sup> *Idem*.

<sup>301</sup> MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 84.

Em outubro de 1934, em Arroio dos Ratos, dois mil mineiros entraram em greve devido a um conflito entre os operários com o engenheiro da CEFMSJ<sup>302</sup>. Segundo Glaucia Konrad, com “o agravamento da situação, as autoridades federais, estaduais e municipais intervieram e os grevistas retornaram ao trabalho. Em represália a Companhia Carbonífera puniu os responsáveis e dispensou os líderes do movimento”<sup>303</sup>. Importante citar que, em meio à repressão das empresas e à inoperância no reconhecimento do sindicato dos mineiros de Butiá, os trabalhadores realizaram uma assembleia e decidiram se juntarem ao Sindicato de Arroio dos Ratos, levando à ampliação do número de associados e à mudança do nome para “Sindicato dos Mineiros e Classes anexas do município de São Jerônimo”<sup>304</sup>.

É relevante que essa união tenha se dado pela opção dos mineiros de Butiá em se filiarem ao sindicato de São Jerônimo, de modo obterem a sindicalização, e, conseqüentemente, os direitos sociais derivados da legislação trabalhista. Esse esforço de sindicalização dos mineiros surge em um período de rápido crescimento da extração de carvão e da intensa jornada de trabalho a que estavam submetidos<sup>305</sup>.

No contexto da implantação da legislação social e trabalhista, tão divulgada pelo governo de Getúlio Vargas como “protetor dos trabalhadores”, os mineiros do Rio Grande do Sul trabalhavam com jornadas exaustivas de até 8 horas por dia (porém, a prática disseminada do “doble” estendia o trabalho muitas vezes para 16 horas diárias<sup>306</sup>), enquanto seus salários eram corroídos pela carestia. Essa era a contradição entre a “promessa” de melhorias e a dura realidade do subsolo.

Em maio de 1943, a CLT foi anunciada por Vargas como uma “dádiva” aos trabalhadores, reunindo mais de novecentos artigos, entre os quais regulamentava a diminuição da jornada de trabalho dos mineiros de oito para seis horas diárias através dos artigos 293 e 294. Entretanto, para os mineiros de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul pouco mudou. Esses direitos ficaram suspensos até o fim da II Guerra Mundial.

Em agosto de 1942, o Estado Novo instituiu como medida de emergência a entrega obrigatória ao Governo Federal de todo o carvão nacional (política fruto da carência de

---

<sup>302</sup> KLOVAN, Felipe Figueiró. *Op. Cit.*, p. 190.

<sup>303</sup> KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. **Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006, p. 138.

<sup>304</sup> KLOVAN, Felipe Figueiró. *Op. Cit.*, p. 194.

<sup>305</sup> Cf. CABRAL, Rafael Lamera. **Nos rastros de um processo: trabalho, conflito e uma experiência de micro-história**. 2016. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

<sup>306</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2012, p. 59.

combustíveis derivados do petróleo) através do Decreto-lei n. 4.613. Isso representou um importante incentivo à industrialização pesada ou de bens de consumo duráveis, alavancada pelo esforço de guerra, o que fez com que muitos migrantes saíssem do campo em busca de trabalho nas indústrias e na mineração.

Um contemporâneo que notou isso foi o nosso já conhecido Boa Nova Jr., médico formado na faculdade de medicina do Rio de Janeiro, que veio para trabalhar no Departamento Nacional de Produção Mineral (DPNM), em Criciúma (SC), no ano de 1944<sup>307</sup>. O médico sanitarista permaneceu entre 1944 e 1952 trabalhando nas minas de carvão de Santa Catarina. Ele escreveu que o momento de sua chegada ainda era do contexto da II Guerra Mundial, o qual impactou diretamente na região sul do Brasil, pois demandou “braços” para mineração em proporção não conhecida na região sul para época. “Os trabalhos nas minas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, tiveram que ser intensificados para atender às urgentes necessidades do país”, observou<sup>308</sup>.

Ainda, segundo o médico, perante a grande demanda por carvão mineral, intensificou-se a exploração da força de trabalho nas companhias carboníferas: “Todos os mineiros foram mobilizados a fim de que, com o aumento da produção carbonífera, se atenuasse um pouco a fome do combustível às nossas indústrias e transportes, já tão afetados pela restrição, que a guerra nos impunha, das importações de petróleo e seus derivados”<sup>309</sup>.

Durante o período da II Guerra Mundial, no Brasil, de acordo com Silva e Negro, as atribuições dos “soldados do trabalho” e dos “sindicatos-quartéis” em um “campo de batalha das fábricas” era a de produzir cada vez mais, colaborando com a mobilização econômica<sup>310</sup>. Os autores citam, por exemplo, que no norte do país, foram recrutados 30 mil “soldados da borracha”, para produzir 60 mil toneladas de látex, o que levou muitos seringueiros à morte. Assim como os seringueiros do norte do país, os mineiros da região sul eram convocados ao trabalho, e, caso não comparecessem, poderiam ser presos<sup>311</sup>. Speranza cita que nas minas de São Jerônimo, em 1943, foram presos 290 trabalhadores acusados de deserção pela empresa,

---

<sup>307</sup> Este departamento do Estado estava ligado ao Ministério da Agricultura, na época do governo de Getúlio Vargas, durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), e fazia parte de um conjunto de incentivos públicos para amenizar os problemas sociais gerados pela indústria do carvão.

<sup>308</sup> BOA NOVA JR., Francisco de Paula. *Op. Cit.*, p. 9.

<sup>309</sup> *Idem.*

<sup>310</sup> NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. *Op. Cit.*, p. 52.

<sup>311</sup> Quanto às greves: o art. 33 do Decreto-lei 4.766 tornava passível de condenação, com reclusão de dois a seis anos, o trabalhador nos centros industriais destinados a atender às necessidades da defesa nacional. A partir de novembro de 1942, as faltas passaram a ser equiparadas a crime de deserção. Cf. COSTA, Hélio da. *Op. Cit.*, p. 16.

que contou com o auxílio do destacamento da polícia militar local<sup>312</sup>. Além disso, durante a II Guerra Mundial, participar de movimentos paredistas ou organizar sindicato era proibido.

Contudo, essa realidade estava prestes a mudar. No final da ditadura do Estado Novo, duas importantes greves impactaram o Rio Grande do Sul. Em abril de 1945, quando cerca de 6 mil mineiros paralisaram suas atividades em Butiá e Arroio dos Ratos, causando uma forte reação das autoridades estaduais com o envio de 50 soldados da Brigada Militar de Porto Alegre para São Jerônimo<sup>313</sup>. Segundo Speranza, que pesquisou essa greve, 24 horas após a paralisação, “o governo federal decretou intervenção militar na região, nomeando como interventor o capitão José Maria Schneider”<sup>314</sup>. Com essa intervenção, os mineiros foram obrigados a voltar ao trabalho; entretanto, alguns meses após a greve, conseguiram um aumento salarial de até 50% em algumas funções.

Os louros desse movimento recaíram sobre os comunistas. O prestígio dos militantes junto aos mineiros foi notório na fundação do PCB no Comitê Distrital em Butiá, em agosto de 1945, quando houve desfile de militantes e dirigentes, e manifestações em frente à sede da entidade. Também foi anunciada a candidatura do mineiro comunista Manoel Jover Telles a deputado federal<sup>315</sup>.

Jover Telles, apelidado de “Manolo”<sup>316</sup>, foi mineiro e trabalhou nas minas de Arroio dos Ratos desde os 11 anos, no Poço 1. Após trabalhar anos como furador e como cartucheiro no subsolo e ter participado das greves da década de 1930, Manolo ocupou, a partir de 1947, a vaga de suplente na Assembleia Legislativa do Estado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), quando pronunciou um discurso de denúncia das péssimas condições de trabalho das minas do CADEM e a favor da encampação das mesmas:

O ambiente em que vivem os mineiros é dos piores possíveis. Trabalha o mineiro num ambiente de completa insalubridade [...]. Os próprios contratos de trabalho usados pelo CADEM são contratos que lesam, de fato, a dignidade e não permitem ao mineiro subsistir ao rude trabalho por espaço máximo de 10 a 15 anos [...]. Podemos afirmar que em parte nenhuma do nosso país uma empresa que tenha a coragem de ridicularizar as nossas leis, burlando-as em quase todo seu conteúdo, como o famigerado CADEM. Ainda, há pouco tempo atrás, os próprios mineiros, que, como sabemos, trabalham na escuridão completa, que necessitam, portanto, de um lampião de acetileno, ainda há pouco tempo dizia, os próprios mineiros compravam esse

---

<sup>312</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2012, p. 117.

<sup>313</sup> *Idem.*

<sup>314</sup> *Ibidem*, p. 147.

<sup>315</sup> *Ibidem*, p. 322.

<sup>316</sup> Manolo foi da direção nacional do PCB e depois do PCdoB, e possui uma longa história de militância política ao longo da vida. No entanto, é apontado como traidor dos seus companheiros de partido no famoso episódio do Massacre da Lapa, nos anos 70. Cf. SILVEIRA, Éder da Silva. *Op. Cit.*

acetileno com seus parcos salários. [...] Também a Consolidação das Leis do Trabalho diz que toda empresa onde exista mais de 300 operários fica obrigada a manter refeitório para seus operários. No CADEM não existe nada disso. [...] Foi tendo em vista esses problemas que o meu Partido, o glorioso Partido Comunista do Brasil, incluiu no seu programa mínimo um ponto que diz respeito à encampação das minas de São Jerônimo. Em primeiro lugar alegar-se-ia: “Onde buscar dinheiro essa encampação?” Responderia eu: Vamos encampá-las pelo custo histórico, porque os próprios diretores do CADEM nunca se furtaram a dizer que, se faziam cinemas, se construía praças, se calçavam ruas, era para empregar os lucros extraordinários e não pagar o imposto ao Governo. Quer dizer que muita coisa que existe na superfície é do próprio Governo<sup>317</sup>.

O testemunho do jovem mineiro que entrara para o PCB e tornara-se uma liderança política dos trabalhadores demonstra um conhecimento das leis trabalhistas em implantação na década de 1940, a CLT, e das artimanhas da empresa para não as cumprir. Além disso, aponta para uma visão tática da política do partido de “encampação” das minas pelo governo como solução para os problemas dos trabalhadores. Essa proposta é reforçada por Telles no decorrer de seu discurso como uma proposta “anti-imperialista”, pois seria favorável ao desenvolvimento do país e contrário aos interesses do imperialismo.

Uma solução que não estava tão longe de ocorrer, pois, em 1947, surgiu o Departamento Autônomo de Carvão Mineral (DACM), autarquia estadual que entrou em atividade em Minas do Leão. Speranza aponta o sonho da encampação como uma utopia que seria “capaz de promover os necessários progressos no processo de trabalho, bem como melhorar as condições de vida e de trabalho dos operários e da população das vilas em geral”<sup>318</sup>. A materialização dessa utopia, entretanto, como observou a historiadora, “revelou-se decepcionante”<sup>319</sup>, pois o trabalho era mais precário que nas minas do CADEM, sem representação sindical para denunciar os desrespeitos da legislação trabalhista e sem as obras de assistência social presentes nas vilas de Arroio dos Ratos e Butiá.

O PCB manteve-se fiel a uma teorização consagrada da visão etapista da revolução brasileira, segundo a qual deveria apoiar as reformas democráticas realizadas pelo Estado e contra o nazifascismo, com o intuito de acumular forças para uma etapa posterior, da revolução socialista<sup>320</sup>. Esta era a etapa da revolução “democrático-burguesa”, em que se previa a

---

<sup>317</sup> TELLES, Jover. **O movimento sindical no Brasil**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981, p. 260. Discurso pronunciado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, no dia 11 de julho de 1947.

<sup>318</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2012, p. 195.

<sup>319</sup> *Idem*.

<sup>320</sup> PRESTES, Anita Leocádia. **Os comunistas brasileiros (1945-1956/58)**: Luiz Carlos Prestes e a política do PCB. São Paulo: Brasiliense, 2010, p. 56.

estatização de empresas estratégicas para a soberania nacional, como petróleo, eletricidade, mineração, etc.

Contudo, no curto prazo, isso implicava no apoio da cúpula do partido à constituinte com Vargas, como ocorreu durante a campanha queremista, em 1945, quando o partido apoiou a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte com o então presidente. Segundo Vinhas “os comunistas apoiaram decididamente Getúlio Vargas e saíram às ruas para lutar pela constituinte com Getúlio ao lado dos queremistas”<sup>321</sup>.

Desse modo, se no plano eleitoral essa aliança se fez necessária devido ao momento político de redemocratização e de luta contra o nazifascismo, no plano sindical, segundo Silva, isso traduziu-se na defesa da atuação dos comunistas nos sindicatos corporativos, exortando os trabalhadores a “apertarem os cintos”<sup>322</sup>, isto é, que evitassem a deflagração de greves que pudessem desestabilizar o governo, o que poderia alimentar a força da oposição.

Entretanto, essa palavra de ordem não foi respeitada de forma automática nas bases do partido, pelo contrário. O movimento operário em várias regiões do país rompeu com as diretrizes do partido de União Nacional, pois as dificuldades dos locais de trabalho eram inúmeras, e seus militantes estavam enraizados no seio do operariado, como o caso de Manolo e muitos outros militantes do partido nas minas de carvão do Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

A conjuntura do final da II Guerra e do Estado Novo foi marcada pelo rápido crescimento do PCB no meio operário, que vinha de um longo período de proibições. Naqueles anos, segundo Negro, “a disseminação de mobilizações e greves varreu o sindicalismo brasileiro de ponta a ponta”<sup>323</sup>. No mesmo artigo, o autor aponta para uma divisão interna do partido naquele período: queria ser o partido da classe operária, mas, ao mesmo tempo, temia que as paralisações prejudicassem o retorno da democracia e da legalidade do partido<sup>324</sup>.

Importante observar que, dois anos antes, outro partido ligado aos trabalhadores e com ideais nacionalistas e de esquerda nasce no Brasil: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), por coincidência, surgiu no mesmo mês do encerramento da greve dos mineiros gaúchos (maio de

---

<sup>321</sup> VINHAS, Moisés. **O partidão**: a luta por um partido de massas. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 86.

<sup>322</sup> SILVA, Fernando Teixeira da; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge. **As esquerdas no Brasil**: nacionalismo e reformismo radical (1945-1965). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2, p. 106.

<sup>323</sup> NEGRO, Antônio Luigi. Um PCB é pouco, dois é bom, três é demais: a participação operária na política do pós-guerra. **História**, São Paulo, v. 21, 2002, p. 256.

<sup>324</sup> *Ibidem*, p. 259.

1945). O PTB, segundo Ângela de Castro Gomes, nasce sob a “chancela governamental”<sup>325</sup>, um mês após a fundação da UDN (7 de abril) e antes do PSD (17 de julho). Esses partidos ganharam impulso político com a campanha queremista, que contagiou amplos setores dos trabalhadores pelo país, assumindo um caráter popular em alguns estados, como no Rio Grande do Sul, onde havia apoiadores ligados ambos os partidos<sup>326</sup>.

Um dos principais instrumentos de articulação do PTB, segundo a autora, foi o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), pasta ocupada sistematicamente por partidários do trabalhismo. O PTB nasce a partir de um “cuidadoso esforço de construção de uma ideologia trabalhista no Brasil”<sup>327</sup>, que vinha sendo planejada desde 1942, mas que, em virtude da mudança na conjuntura política do final da Segunda Guerra Mundial, com a vitória dos aliados, colocaram o Brasil alinhado ao retorno dos regimes liberais-democráticos.

As bases da ditadura do Estado Novo começavam a ruir, e era necessária a formação de instrumentos políticos que possibilitassem capitanear os frutos da política trabalhista. O seu viés e seu programa, portanto, nasceram voltados para a classe trabalhadora, e como alternativa ao PCB, que exercia grande influência sobre o operariado.

É importante destacar, entretanto, que não havia um único PTB, coerente e homogêneo e sim várias correntes que disputavam entre si. De acordo com Delgado, eles se dividiam em três grupos: os getulistas pragmáticos, formado por burocratas vinculados ao Ministério do Trabalho e por sindicalistas ligados aos sindicatos oficiais que possuíam grande referência no presidente Getúlio Vargas; os doutrinários trabalhistas, composto pelos “intelectuais orgânicos” do partido, dentro os quais Alberto Pasqualini, que propunham uma maior desvinculação do trabalhismo; e os pragmáticos reformistas, que tiveram uma atuação mais destacada na segunda metade da década de 1950, tendo como expoente João Goulart, que ganhou projeção durante sua atuação como ministro do trabalho durante o segundo governo de Vargas<sup>328</sup>.

O leitor deve estar pensando por que estamos tratando da composição de partidos de esquerda naquele período? Pelo fato de que essa dinâmica política nacional impactou

---

<sup>325</sup> GOMES, Ângela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge. **As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2, p. 57.

<sup>326</sup> ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. **Em busca de cidadania política: o queremismo no Rio Grande do Sul frente à reorganização política e partidária (1945)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 139.

<sup>327</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Op. Cit.*, 2007, p. 57.

<sup>328</sup> Cf. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil**. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 169-203.

diretamente nas relações políticas do operariado mineiro. Durante todo o período pesquisado (1945-1964), PTB e PCB disputaram politicamente o movimento dos trabalhadores das minas de carvão, ora em oposição explícita, ora em alianças táticas, tanto no Rio Grande do Sul quanto em Santa Catarina.

Em 1945, por exemplo, o então secretário do Sindicato dos Mineiros em Butiá, Raymundo de Andrade, foi eleito presidente do diretório distrital do PTB na cidade. A instalação da sede do partido, segundo Freitas, contou com o comparecimento de “elevado número de simpatizantes e partidários do mencionado Partido Trabalhista Brasileiro”<sup>329</sup>. O mesmo dirigente, segundo pesquisa de Speranza, visitou o deposto Presidente da República Getúlio Vargas em sua fazenda em São Borja. No mesmo ano, envolveu-se numa reclamatória trabalhista acerca de um processo de demissão instaurado pelo CADEM com a intenção de demiti-lo<sup>330</sup>.

Militantes comunistas e trabalhistas engajaram-se na construção política do movimento sindical e operário nas minas de carvão. Havia diferenças, obviamente. O PTB priorizava a atuação sindical pela via legal de negociação, preferencialmente via Justiça do Trabalho, através de dissídios coletivos, embora em certos momentos apoiassem as greves dos mineiros quando estas eram inevitáveis. O PCB apostava muito mais na tática das greves, e participou da organização dos movimentos paredistas na conjuntura 1945/46, embora não fossem força hegemônica nos sindicatos<sup>331</sup>.

A greve de 1946 foi uma demonstração da força da categoria, bem como da liderança que os comunistas construíram na região. O movimento atingiu todas as minas de carvão, com uma paralisação de 36 dias, no qual reivindicavam um aumento de 40% do salário e melhores condições de trabalho<sup>332</sup>. Com uma participação importante dos comunistas que atuaram através do MUT – Movimento Unificador dos Trabalhadores, a greve de 1946 também foi alvo de intervenção militar e de violência na região carbonífera.

Ao contrário de 1945, entretanto, quando a intervenção resultou na volta ao trabalho, na greve de 1946 os trabalhadores persistiram por mais tempo. Ao final deste movimento,

---

<sup>329</sup> FREITAS, Tassiane de Melo. “Viva a classe operária mineira unida! Contra a guerra imperialista!”: os mineiros de carvão do Rio Grande do Sul e o esforço de guerra (1942-1945). **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 11, p. 1-24, 2019.

<sup>330</sup> A justiça deu ganho de causa a Raymundo, mas no ano seguinte fez acordo com a empresa pela demissão. Cf. SPERANZA, *Op. Cit.*, 2014, p. 59.

<sup>331</sup> Como será visto no terceiro capítulo, as críticas de militantes do PCB ao “burocratismo” do Sindicato dos Mineiros no começo dos anos 1950, tanto em Criciúma/SC quanto em São Jerônimo/RS.

<sup>332</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2012. p. 149-150.

ocorreram confrontos entre os operários e as forças policiais, bem como episódios envolvendo espancamento de não-grevistas, como pode-se inferir em telegrama enviado pelo CADEM ao Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, em 11 de março de 1946, quando o diretor do consórcio reclama do clima de tensão e “intranquilidade” na região, “verificando-se constantes agressões por parte dos grevistas a capatazes e operários que desejavam trabalhar”<sup>333</sup>.

Importante observar que uma das consequências inéditas da greve foi o racionamento de energia da capital do estado, Porto Alegre, que teve que paralisar transportes públicos, indústrias, escolas, abastecimento de água, além do consumo elétrico das residências, mantendo-se somente para atividades essenciais como hospitais, padarias, frigoríficos, jornais e Casa de Correção<sup>334</sup>.

Após 36 dias parados, a greve acabou com um aumento de 20% no salário dos mineiros. Contudo, a repressão aos grevistas foi severa, tanto que ao fim da greve, as mulheres da vila de Butiá organizaram um abaixo-assinado (firmado pelas “mães, esposas, noivas, irmãs e filhas de mineiros”), endereçado ao Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, pedindo providências contra a expulsão de trabalhadores da vila, e reclamando em relação à falta de água encanada, dificuldade de obter alimentos, problemas no atendimento médico e outros:

#### SAUDAÇÕES ANTI-FASCISTAS

Sr. Presidente, as abaixo assinadas, mães, esposas, noivas, irmãs e filhas de mineiros do Butiá, em sua quase totalidade, vem, por meio deste comunicar e pedir urgente providências a V. Excia. sobre as desumanas e antipatrióticas medidas tomadas pelo Cadem mandando destelhar casas dos mineiros somente porque premidos por salários de fome, viram-se obrigados a recorrer ao sagrado direito de greve, mundialmente reconhecido ao operariado. Outrossim, aproveitamos a oportunidade para cientificar a V. Excia sobre as péssimas condições de vida nesta parte do nosso querido Brasil. Aqui a doença campeia em grande parte pela falta de alimentação e melhor assistência médico-hospitalar, mas muito mais ainda pela falta de água. É preciso caminhar-se não quadras, mas quilômetros para trazer-se água para beber e fazermos a comida para nossos familiares. A empresa CADEM que explora as minas sabe disso, mas nunca se preocupou em instalar na vila algumas torneiras d'água. [...] Sr. Presidente, outra tortura para nós mulheres de Butiá é termos que ir para a bicha do açougue ou senão mandarmos nossos filhos a uma hora da madrugada de lá saindo as oito horas, quando temos sorte com um pedaço de carne e maior parte de osso, pois a direção do CADEM está reservada grande quantidade de quilos sem osso e se o açougueiro assim não proceder terá que desocupar o terreno e o açougue, por toda a vila é propriedade do CADEM. Falta carne, mas as internadas estão repletas aqui nas imediações, de gado gordo e pior que estes pertencem a Fazendeiros que antes das eleições nos procuravam para que votássemos em V. Excia., dizendo-nos que assim resolveríamos o problema da miséria, a falta de estradas, os impostos altos, a exploração dos lucros extraordinários, a falta de escolas, a miséria dos camponeses, que trabalham de sol a sol para ganhar cinco cruzeiros por dia, e que precisam mais urgentemente de terras e

<sup>333</sup> CADEM. **Telegrama ao Presidente da República, 11 de março de 1946**. Telegrama. *In*: Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos.

<sup>334</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2012, p. 175.

ajuda técnica e material do governo para resolverem o problema de falta de víveres, podendo o governo requisitar essas léguas e léguas de campo que estão em mãos de homens que não as cultivam e que nem mesmo residem nas mesmas e sim parasitariamente nas grandes cidades com grandes prejuízos para a economia nacional. [...] E Sr. Presidente, no futuro a culpa cairá em cima de V. Excia. Si agora que tem em suas mãos as rédeas do governo e uma maioria no Parlamento não souber ou não querer resolver os graves problemas que estamos apontando aqui. Mas estamos certas de que ao chegar este documento às vossas mãos, uma solução será procurada por V. Excia. Para resolver nossa miserável situação, uma solução<sup>335</sup>.

Esta carta demonstra várias questões. Em primeiro lugar, a posição antifascista das mulheres dos mineiros, que assim abrem a carta, o que pode indicar um envolvimento político com o PCB. Em segundo, elas citam o fato da empresa ter mandado destelhar a casa dos mineiros que haviam participado da greve, indicando um abuso de poder por parte da companhia. Também é perceptível a necessidade de explicarem ao presidente sobre as péssimas condições de vida em que viviam os mineiros e suas famílias em seus pormenores, dando a entender de que ele não sabia sobre essa situação, ou se sabia, as ignorava.

Além disso, falam sobre a falta de carne, pois a maioria ficava com a direção do CADEM, e às famílias dos mineiros, restava o osso. Com tom mais enfático e certo tom de ameaça, as mulheres reforçam que caso nenhuma providência seja tomada, “no futuro a culpa cairá sobre a vossa. Excia”. Não sabemos se, de fato, tal carta chegou a ser lida pelo Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, entretanto, ela aponta para um profundo descontentamento das mulheres dos mineiros com a situação de vida que estavam passando no pós-guerra, dando indícios de que a fermentação política nas regiões das minas de carvão possuía raízes mais profundas.

Até o momento, neste capítulo, apresentamos as greves no Rio Grande do Sul. A partir de 1944, da mesma forma, os mineiros de Santa Catarina passam a se mobilizar de forma mais articulada, contando com o apoio dos mineiros gaúchos para a fundação do seu sindicato. Conectemos suas lutas, portanto.

## 2.2 CONECTANDO AS LUTAS: A INFLUÊNCIA DOS MINEIROS DO RIO GRANDE DO SUL NA FUNDAÇÃO DO SINDICATO DE CRICIÚMA

Até 1944 os trabalhadores/as da mineração da zona carbonífera de Criciúma não possuíam sindicato. Antes daquele ano, as iniciativas de organização dos operários eram

---

<sup>335</sup> CARTA ao Presidente da República Eurico Gaspar Dutra. Rio de Janeiro, 9 de maio de 1946. Carta. *In*: Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos. Caixa 3 (Cartas do sindicato), 08.01.1.

incipientes e perseguidas pelos donos das companhias mineradoras. Mesmo assim, desde o início da década de 1940, os trabalhadores já tentavam organizar um sindicato, em reuniões escondidas. Segundo relato de Jorge Feliciano, diretor do sindicato dos mineiros de Criciúma entre 1963 e 1964 (destituído com o golpe de 1964), “os mineiros se reuniam no mato, nas capoeiras, nas galerias. Meus tios eram mineiros e eu era um guri de 15 anos”<sup>336</sup>.

Em outra entrevista — realizada pelo jornalista Vitor Minas nos anos 1980 — o mesmo Jorge Feliciano relembra que “nos domingos, eles faziam assembleia lá embaixo da mina. Naquele tempo a coisa era mais solta. E era mais para se esconder da polícia. A polícia perseguia quem estava discutindo política”<sup>337</sup>. Portanto, devido à perseguição policial, somente após três décadas da abertura da primeira mina de carvão em Criciúma foi criado o sindicato dos mineiros. A explicação, segundo as memórias do militante comunista, é que “as reuniões eram proibidas. A polícia as desbaratava a golpes de cassetete e os patrões mandavam prender os líderes dos trabalhadores”<sup>338</sup>.

Por esse motivo, primeiro surgiu uma associação. Segundo Feliciano, “o sindicato dos mineiros não foi criado por comunistas. Ele nasceu de uma equipe que veio das minas de Butiá (RS). Um dos advogados era o Pedro Vergara”<sup>339</sup>. Pedro Vergara Correa, advogado, veio das minas de Butiá para Criciúma no ano de 1944, para contribuir com a fundação da Associação dos trabalhadores da mineração. O advogado era uma pessoa muito influente no começo do Sindicato.

Em seu discurso em assembleia de fundação, o advogado afirmou que a associação deveria servir para “o equilíbrio das classes, de modo que o direito dos empregados não se sobrepusessem ao sacrifício do direito dos patrões” e, também, que a Associação não deveria ser um “órgão de luta, mas um órgão de defesa e coordenação de direitos interesses profissionais”<sup>340</sup>.

Pesquisando na década de 1990 as atas de fundação do Sindicato dos Mineiros de Criciúma (que já não existem mais<sup>341</sup>), Fernandes corrobora a versão de que a primeira experiência organizativa surgiu em 1944, com a Associação dos mineiros, por uma Assembleia

<sup>336</sup> FELICIANO, João Jorge. *Op. Cit.*

<sup>337</sup> MINAS, Vitor. **Reportagem de uma morte anunciada**: A tragédia dos mineiros do carvão. Porto Alegre: Tchê!, 1988, p. 150.

<sup>338</sup> COIMBRA, David. *Op. Cit.*, p. 35.

<sup>339</sup> *Idem.*

<sup>340</sup> FERNANDES, Maria Luiza. *Op. Cit.*, p. 54.

<sup>341</sup> Segundo pesquisa realizada nos arquivos do Sindicato, todos documentos antes de 1950, praticamente, sumiram.

presidida pelo Delegado Regional do Trabalho (DRT) em sua sede, em Criciúma. Nesta Assembleia de fundação, falava-se em “benefícios sociais” que poderiam ser conquistados com a Associação, como “assistência médica, odontológica e jurídica, além das instituições hospitalares e da formação de cooperativas de consumo”<sup>342</sup>.

Tratava-se, portanto, de uma associação de caráter assumidamente assistencialista, porém, seu impacto entre a classe trabalhadora foi imediato, tanto que em novembro de 1944, poucos meses após sua fundação, a associação já contava com mais de 1.500 filiados<sup>343</sup>. No ano seguinte, em 8 de maio de 1945, foi contratado um diretor administrativo, Fernandes Carvalho, que já teria dirigido o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Extração de Carvão de São Jerônimo (RS). O objetivo seria transformar a associação em Sindicato”<sup>344</sup>. A fundação, portanto, da associação e posteriormente do sindicato (em agosto de 1945) já indica uma articulação entre estes mineiros de Santa Catarina e os do Rio Grande do Sul, que estavam passando por uma vaga grevista entre 1945 e 1946.

No início da fundação da entidade não se pode afirmar a relação desta com o PCB, mas, sim com o PTB e o PSD. É plausível considerar que partidários do PSD e algumas lideranças do PTB ligados aos mineiros em São Jerônimo e ao Ministério do Trabalho tenham incentivado a criação do Sindicato dos Mineiros para se adiantarem, visto que os trabalhadores estavam se organizando com notável influência dos comunistas desde a década de 1940.

Além disso, ambos partidos possuíam uma estrutura partidária com muito mais recursos que o PCB, o que justifica o envio de militantes de outros estados para a construção oficial do sindicato. Na fotografia abaixo, uma reunião da direção do Sindicato:

---

<sup>342</sup> FERNANDES, Maria Luiza. *Op. Cit.*, p. 53.

<sup>343</sup> LEMOS, Gustavo Perez. *Op. Cit.*, p. 18.

<sup>344</sup> FERNANDES, Maria Luiza. *Op. Cit.*, p. 54.

**Figura 23** – Reunião da diretoria do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, provavelmente em 1951.



Fonte: Acervo do Cedoc/Unesc.

A fotografia acima retrata uma reunião na sede do sindicato, provavelmente no ano de 1951, quando teria tomado posse a nova diretoria, segundo o jornal *Folha do Povo*, tendo Galdino Amaral como presidente eleito<sup>345</sup>, que coincide com o retorno de Vargas à presidência da república. Na parede, destaca-se o quadro do presidente, o que pode indicar um alinhamento do sindicato com o governo. Sua imagem está no alto, em local de destaque para que todos possam vê-la.

O esforço que seu governo realizou, principalmente durante os anos finais do Estado Novo, mostra o impacto que a imagem de Getúlio como o “pai dos trabalhadores” ganhou em alguns setores do operariado nos anos seguintes. Os programas de rádio, produzidos pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, e comandados pelo Ministro Alexandre Marcondes Filho, entre 1942 e 1945, possuíam um objetivo claro, segundo Ângela de Castro Gomes:

As palestras se dirigiam a um público específico e em grande parte analfabeto, e seu conteúdo, apesar de diversificado, tinha um eixo fundamental: a legislação social trabalhista do Estado Novo<sup>346</sup>.

<sup>345</sup> *Folha do Povo*, 26 de janeiro de 1951 *apud* MILANEZ, Pedro. **Fundamentos históricos de Criciúma**. Florianópolis: Edição do autor, 1991, p. 184.

<sup>346</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Op. Cit.*, 1998, p. 212.

E destaca que: “Era a primeira vez que uma autoridade do porte de um ministro de Estado se dirigia a tão grande público”<sup>347</sup>.

Pedro Andrade, vereador pelo PTB em Criciúma e diretor do Sindicato até 1956, falou em entrevista realizada em 1992 sobre essa aproximação com a política trabalhista: “O PTB começa a funcionar nos idos de 1945 em Criciúma. A primeira candidatura a prefeito foi em 1950. O PTB, àquela época, era um partido com origens no grande estadista Getúlio Vargas. Vargas representava, para nós, até antes da Revolução de 30, o Brasil Colônia. Devemos a ele toda a criação da Legislação Trabalhista”<sup>348</sup>.

Estas frases de Pedro Andrade remetem ao esforço concretizado pelo Estado Novo em projetar a imagem do Presidente como criador de uma ampla legislação social, doados como “dádivas” aos trabalhadores por sua personalidade política e “clarividência” de Estadista. Ângela de Castro Gomes salienta que a “dádiva é um procedimento que tem uma face desinteressada. Contudo, quem doa o faz porque entende que precisa fazê-lo por alguma ordem de razões”<sup>349</sup>. No entanto, o ato de “doar”, implica também, segundo a autora, no ato de “receber”, criando-se uma relação de “ascendência” com o beneficiário: “Esta questão é fundamental, pois a outorga, quando pressupõe o dar o receber, pressupõe também o termo que fecha e dá o real sentido ao círculo: o retribuir”<sup>350</sup>.

Nesse aspecto, a relação entre dar-receber-retribuir exposto por Gomes, dá um sentido à frase de Pedro de Andrade: o verbo “devemos a ele toda a criação da Legislação Trabalhista” sugere aquilo que Getúlio quis transmitir com seu ato de “doar”, o de ser retribuído com trabalho e obediência<sup>351</sup>. Dessa maneira, com claro objetivo de construir uma relação de dependência dos trabalhadores ao Estado, Vargas buscava construir um discurso de que os direitos trabalhistas eram uma “dádiva” do Estado, valorizando a figura do trabalhador nacional a partir de uma ética do trabalho<sup>352</sup>.

No entanto, essa política trabalhista encontrou teimosa resistência dos proprietários das minas em cumprir a legislação. Os artigos 293 e 294 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que previam a diminuição da jornada diária de trabalho de oito para seis horas não foi

---

<sup>347</sup> *Idem.*

<sup>348</sup> ANDRADE, Pedro. **Entrevista cedida em 15 de outubro de 1992**. Entrevistadora: Janete Trichês. Criciúma: Acervo de História Oral do Cedoc/Unesc, 1992.

<sup>349</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Op. Cit.*, 1998, p. 227.

<sup>350</sup> *Idem.*

<sup>351</sup> *Ibidem*, p. 231.

<sup>352</sup> *Ibidem*, p. 233.

cumprida de imediato. Essas duas medidas de proteção social sofreram grande resistência por parte das companhias mineradoras, pois estas não aceitavam reduzir suas taxas de lucratividade em detrimento da diminuição da jornada de trabalho. Nesse ponto, destaca-se o discurso do Sindicato Nacional da Indústria da Extração do Carvão:

Em fins de 1939 inicia-se a Segunda Grande Guerra, e as dificuldades por ela desde logo criadas incentivaram a nossa produção, que em 1943 alcançava o recorde de 2.078.256 toneladas. Porém, em novembro desse ano, a nossa florescente indústria carvoeira recebe o inesperado golpe com a Consolidação das Leis Trabalhistas, que reduziu o trabalho no subsolo de 8 para 6 horas, inclusive o tempo gasto no percurso de ida e vinda da frente de trabalho<sup>353</sup>.

Essa resistência dos empresários em aceitar a redução da jornada de trabalho nos subsolos não se fez só no discurso, mas no próprio ambiente de trabalho. Nos anos seguintes à promulgação da CLT, a jornada de trabalho de oito horas diárias nos subsolos das minas de Criciúma e região continuou operando, à revelia da lei. Enquanto que RS, o cumprimento do novo horário foi acatado pelo Cadem “depois de muito protesto da mineradora e com frequentes descumprimentos”<sup>354</sup>.

Uma das formas de lutas pela garantia dos direitos foram os processos impetrados na Justiça Cível, desde começo da década de 1940. Em 1943 foi criada a Comarca de Criciúma, quando os trabalhadores acidentados ingressaram na Justiça para exigir indenizações por acidentes de trabalho e doenças profissionais<sup>355</sup>. Todavia, se este embate jurídico era fundamental para frear a intensidade da exploração do trabalho, ele era insuficiente para garantir uma condição digna de vida àquela população. Os mineiros formaram uma das mais importantes categorias de trabalhadores do Estado de Santa Catarina, contando com cerca de 10.000 trabalhadores ligados direta ou indiretamente à produção carbonífera.

Uma categoria de tal dimensão organizou um sindicato somente após a queda do Estado Novo, em maio de 1945, o que não deixa de fazer sentido nacionalmente, pois os dados sobre a criação de sindicatos mostram que foram criados 873 até aquele ano, e no ano seguinte, mais 66. As filiações de trabalhadores, por sua vez, saltaram de 474.943 para 797.691 em 1946<sup>356</sup>.

---

<sup>353</sup> SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVÃO. **A batalha do carvão**: subsídios para a história da indústria carvoeira no Brasil. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional da Indústria da Extração de Carvão, 1950, p. 13.

<sup>354</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2012, p. 59.

<sup>355</sup> MANDELLI, Bruno. *Op. Cit.*, 2020, p. 256.

<sup>356</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Op. Cit.*, 2009, p. 79.

Nessa conjuntura de redemocratização, os mineiros de Criciúma voltavam a realizar uma greve em agosto de 1945, na Carbonífera Próspera S.A., cuja foto comentamos no primeiro capítulo. Não há outros registros em jornais dessa greve, pois os primeiros periódicos da cidade foram fundados na década de 1950, sendo a imagem um dos poucos registros históricos. O resultado do movimento foi a incorporação do adicional “Macedo Soares”, um aumento de 10% nos salários de todos os mineiros e escolheiras de carvão no dia 28 de agosto de 1945, de acordo com pesquisas feitas nos processos da Justiça do Trabalho.

A militância do PCB também vinha sendo articulada desde os idos dos anos 1940, durante o Estado Novo, na clandestinidade. Segundo o relatório do Secretário de Segurança e Informações do Estado de Santa Catarina ao DOPS do Paraná já existiam cinco células<sup>357</sup> do PCB em Criciúma em 1946, sendo que a que mais se destacou

[...] foi a da Zona de mineração da Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá, graças ao trabalho de Agenor Machado, Moacir Menezes e Arnaldo Assunção [...] que foi eleito em 22/04/1947, secretário de organização do Comitê Municipal de Criciúma do Partido Comunista Brasileiro<sup>358</sup>.

Nota-se que os aparelhos de informação política e repressão do Estado acompanhavam a movimentação dos militantes comunistas em Criciúma, que eram fichados e perseguidos pela polícia.

No entanto, a relação entre PTB e PCB no período aparece de forma contraditória segundo fontes orais. Jorge Feliciano lembra que:

[...] eles fundaram o sindicato e os comunistas ficaram atuando dentro dele. Com a ilegalidade, automaticamente os comunistas ingressaram no PTB. Os comunistas desta época eram o Arnaldo Assunção, o Ernesto Lacombe, o médico Manif Zacharias, o Pedro Generoso. Esses eram os cabeças do Partido Comunista<sup>359</sup>.

---

<sup>357</sup> O termo “célula” se refere ao agrupamento de militantes do Partido por bairro ou local de trabalho.

<sup>358</sup> PALMAR, Aluizio. 50 anos depois, continua o mistério sobre as prisões, demissões e desaparecimentos de mineiros em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. **Plural**. Curitiba, 8 ago. 2015. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/depoimentos-torturas-denuncias-ditadura/50-anos-depois-continua-o-misterio-sobre-as-prisoas-demissoes-e-desaparecimentos-de-mineiros-em-santa-catarina-e-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 02 fev. 2019.

<sup>359</sup> FELICIANO, João Jorge. *Op. Cit.*

A afirmação de Jorge que os comunistas contribuíram para a fundação do sindicato, e, com a ilegalidade do partido em 1947, ingressaram no PTB para evitarem a prisão e continuarem militando<sup>360</sup>.

Essa relação entre comunistas e trabalhistas não era tão incomum naquela época. Araújo, por exemplo, constatou que em fins da década de 1940, em Florianópolis, o PTB buscava atender às necessidades mais sentidas da população, como, por exemplo, a questão da carestia, aproximando-se bastante dos comunistas<sup>361</sup>.

Na década de 1950, notou-se um aumento do número de greves na região carbonífera de Santa Catarina, com o registro de oito greves, sendo três até 1955 e mais cinco entre 1955 e 1959. Em novembro de 1951, os operários da Carbonífera Próspera e da Boa Vista paralisaram seus trabalhos reivindicando um aumento salarial de Cr\$ 800,00, além de melhores condições de trabalho e assistência social<sup>362</sup>. Segundo o jornal *Folha do Povo*, de Criciúma, a greve foi construída principalmente pelos ajudantes dos mineiros, que recebiam os salários mais baixos: sendo de Cr\$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros) por dia e os diaristas recebem um salário mais baixo, inferior a Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros). A greve durou três dias, sendo que após negociações com os empresários, estes chamaram a Força Pública Estadual “a fim de manter a ordem e prevenir qualquer violência por parte dos grevistas”<sup>363</sup>. O texto da notícia mostra seu viés patronal.

Enquanto isso, o presidente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, Galdino Amaral, e o secretário-geral, Pedro Miranda, estavam no Rio de Janeiro para entregar as reivindicações dos mineiros ao presidente Getúlio Vargas e seu Ministro do Trabalho, Segadas Viana, “pleiteando salário de oitocentos cruzeiros para esta região, melhores condições de trabalho e assistência social ao mineiro”<sup>364</sup>. O mesmo ministro do Trabalho, Segadas Viana<sup>365</sup>, foi quem assinou a carta de reconhecimento oficial do Sindicato dos Mineiros de Criciúma.

<sup>360</sup> A presença dos comunistas também foi notada em outra região mineradora do Brasil, Nova Lima (MG), onde a pesquisadora Grossi atribuiu importante contribuição para a organização do movimento sindical: “Desde 1930, início da atuação organizada dos comunistas na cidade, começou uma fase em que a organização operária permaneceu, durante anos, enraizada em suas bases e com identidade entre representantes da categoria e seus representados”<sup>360</sup>. Cf. GROSSI, Yone de Souza. *Op. Cit.*, p. 48.

<sup>361</sup> ARAÚJO, Maria Fernanda. **Jardins da revolução**: o Partido Comunista do Brasil em Florianópolis (1945-1947). 2006. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006, p. 41-42.

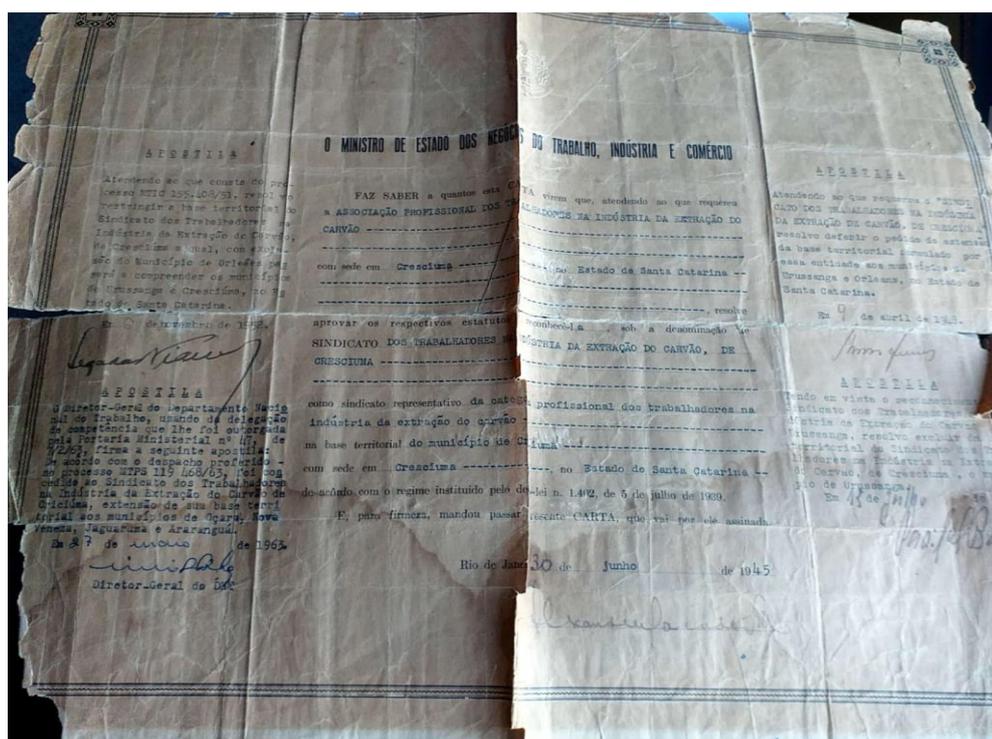
<sup>362</sup> GOULARTI FILHO, Alcides; LIVRAMENTO, Ângela Maria Antunes do. Movimento operário mineiro em Santa Catarina os anos 1950 e 1960. In GOULARTI FILHO (org.). *Op. Cit.*, p. 78.

<sup>363</sup> **Folha do Povo**, 3 de dezembro de 1951 *apud* MILANEZ, Pedro. *Op. Cit.*, p. 185.

<sup>364</sup> *Idem*.

<sup>365</sup> KORNIS, Mônica. JOSÉ DE SEGADAS VIANA. **CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-de-segadas-viana>. Acesso em: 10 ago. 2022.

**Figura 24** – Carta Sindical dos mineiros de Criciúma, reconhecida em 30 de junho 1945.



Fonte: Arquivo do Sindicato dos Mineiros de Criciúma.

Essa estreita relação entre Segadas Viana e a diretoria do sindicato mostra que o vínculo que os unia era o PTB, pois ele foi deputado federal por quatro mandatos pela sigla do partido. Além disso, o então ministro do Trabalho conseguiu uma audiência dos dirigentes do sindicato com o Presidente da República, conforme notícia do jornal:

[...] o Sr. Getúlio Vargas recebeu no dia 27 de novembro deste ano [...] os representantes do Sindicato dos Mineiros de Criciúma [...]. Dias depois a diretoria do Sindicato recebeu um telegrama do Sr. Getúlio Vargas em que, o mesmo afirmava que iriam ser tomadas providências urgentes solicitadas naquele documento<sup>366</sup>.

<sup>366</sup> **Folha do Povo**, 24 de dezembro de 1951 *apud* MILANEZ, Pedro. *Op. Cit.*, p. 185.

Não há informações se os mineiros foram atendidos em suas reivindicações. No entanto, salienta-se que esta greve ocorreu um mês antes do movimento dos mineiros de São Jerônimo, contra o aumento da jornada de trabalho, que analisaremos.

Sobre a história do sindicato dos mineiros de Criciúma, a obra mais influente é da socióloga Terezinha Volpato, que estabeleceu uma divisão em dois períodos distintos: na sua interpretação, de 1945 a 1957, o sindicato foi dirigido somente por “pelegos”, dirigentes “dóceis” ligados ao Ministério do Trabalho; e de 1957 a 31 de março de 1964 foi a fase “combativa” do sindicato, marcado por uma militância sindical de defesa dos “interesses imediatos” da categoria, um processo político de maior radicalização quando “o sindicato passou a se constituir num local e símbolo de resistência dos mineiros”<sup>367</sup>.

Entretanto, embora essa divisão entre pelegos e combativos tenha ficado marcada na historiografia local, é preciso ter cautela com uma classificação simplista, pois como salientou Lemos, ambas as situações ocorreram durante a trajetória do sindicato em épocas distintas<sup>368</sup>. Além disso, conforme vimos, os comunistas já atuavam no interior do sindicato e nos locais de trabalho, procurando constituir uma oposição à direção sindical. Rolande Trespé chama atenção pelo fato de que uma das características do movimento mineiro na França era uma ação mais balizada por vias legais, pressionando os parlamentares e o governo para serem atendidos em suas reivindicações<sup>369</sup>.

Desse modo, embora a política trabalhista fosse majoritária desde a fundação do sindicato, isso não significava ausência de lutas e práticas de resistência entre os trabalhadores. Além da apropriação da legislação trabalhista em suas lutas, desde 1945 já há registros de greves dos operários em Criciúma, como nos indicam as fotografias do início do primeiro capítulo, que mostram a greve dos operários da Companhia Carbonífera Próspera S.A., em agosto de 1945, e a dos mineiros do Rio Grande do Sul, que arrancaram um aumento de 50% no salário em uma greve em 1945.

### 2.3 GREVES E REPRESSÃO POLICIAL NO PERÍODO DA “REDEMOCRATIZAÇÃO” DO GOVERNO DUTRA

---

<sup>367</sup> VOLPATO, Terezinha. *Op. Cit.*, 1984, p. 158.

<sup>368</sup> LEMOS, Gustavo Perez. *Op. Cit.*, p. 5.

<sup>369</sup> “Longe de rejeitar e de negar o papel do Estado e da ação política, como os sindicalistas revolucionários, os mineiros tentam, ao contrário, provocar a iniciativa do governo e dos eleitos a seu favor”. Cf. TREMPÉ, Rolande. *Op. Cit.*, p. 151. Tradução nossa.

A conjuntura que se inicia após 1946, com a eleição de Eurico Gaspar Dutra à presidência, foi marcada pela retomada da repressão ao movimento dos trabalhadores. Embora a constituição de 1946 garantisse a greve como um direito do trabalhador, esse dispositivo esbarrava nos limites do Decreto-lei n. 9.070, que, segundo Droppa, “burocratizava, limitava e restringia as possibilidades do movimento grevista ser considerado 'legal' pela Justiça do Trabalho”<sup>370</sup>.

Apesar disso, os operários não deixaram de realizar importantes movimentos. Segundo Munhoz, durante o primeiro semestre de 1946,

[...] ocorreram mais de 70 greves de médio ou grande porte, mobilizando algumas das categorias mais organizadas do país, como, por exemplo, as dos portuários, metalúrgicos têxteis, bancários e eletricitários, provocando a paralisação de mais de 100 mil trabalhadores”<sup>371</sup>.

No Rio Grande do Sul, Petersen cita a realização de 15 greves em 1945, sendo 10 delas em Porto Alegre, e as demais no interior do Estado, envolvendo ferroviários, metalúrgicos, transporte público (Carris), funcionários municipais, limpeza pública, portuários, construção civil, indústria do fumo, transportes coletivos, mineiros, bancários e gráficos<sup>372</sup>.

Após as greves de 1945 e 1946, a produção de carvão mineral no Rio Grande do Sul começou a despencar, entre outros motivos, pela ampliação do uso do óleo diesel — *fuel oil* — importado, e pelo crescimento do setor carbonífero em Santa Catarina, com um carvão de melhor queima para a indústria siderúrgica e mais perto do eixo Rio-São Paulo, o que diminuía os custos com transporte e logística para alimentar a Companhia Siderúrgica Nacional. Entretanto, a direção do CADEM continuava a culpar a diminuição da jornada de trabalho<sup>373</sup> e a agitação que os comunistas estariam causando nas minas de carvão.

Em carta ao Repartimento Central de Polícia e à Delegacia Regional do Trabalho de 30 de abril de 1948, Humberto Lupinacci, gerente do CADEM, “solicita providências para o reestabelecimento da normal atividade na indústria carbonífera rio-grandense, mediante o

---

<sup>370</sup> DROPPA, Alisson. **Legislação, Justiça do Trabalho e trabalhadores no Rio Grande do Sul (1958-1964)**. Curitiba: CRV, 2018, p. 64.

<sup>371</sup> MUNHOZ, Sidnei. A Guerra Fria no Brasil: repressão política e resistência durante a primeira fase do conflito. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003. **Anais [...]**. João Pessoa: ANPUH, 2003. p. 1-7.

<sup>372</sup> PETERSEN, Áurea Terezinha *et al.* **Movimentos grevistas no Rio Grande do Sul de 1945 a 1979**. Porto Alegre: PUCRS, 1981. Mimeografado, p. 30.

<sup>373</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2014, p. 252.

afastamento daquele meio de todos os elementos comunistas”<sup>374</sup>. Lupinacci culpava a queda da produção às agitações dos líderes comunistas que lideraram as vitoriosas greves de 1945 e 1946.

A Chefia de Polícia, entretanto, em comunicação com a Central de Polícia, ressaltou em ofício que o próprio CADEM assumiu, além do problema “político”, outras causas como responsáveis pela queda da produção: em “grande parte, o técnico e, provavelmente o alimentar”<sup>375</sup>. O ofício foi encaminhado ao Governador do Estado, que, em despacho, enviou-o à Delegacia Regional do Trabalho solicitando o entendimento sobre o assunto. A resposta foi a seguinte:

Parece fora de dúvida que não só o aspecto propriamente político deva ser estudado como causa da baixa produção, outros havendo, provavelmente em conexão com aquele. [...] Somente uma investigação nos locais de trabalho, com a análise das condições em que ele se processa: apuração do nível dos salários; em confronto com o dos preços das utilidades indispensáveis à subsistência; a possível ocorrência de falhas técnicas, ou ausência, parcial ou total, de preceitos legais sobre higiene e segurança do trabalho, conduzirão a um juízo seguro, depois do que não será difícil encontrar os meios de estabelecer os primitivos índices de produção<sup>376</sup>.

Nota-se, através da correspondência, a interpretação de que a queda da produção de carvão mineral naquele estado se dava não só pela presença dos comunistas nas minas rio-grandenses na década de 1940, e sua respectiva influência, mas por uma série de condições econômicas e sociais que influenciavam nos números: as condições dos locais de trabalho, o baixo nível dos salários, a ausência de segurança e higiene no interior das minas. Fatores que concorriam para a baixa da produção do carvão, apesar de o Consórcio culpar exclusivamente os comunistas. Essa parecia mais uma tática da empresa para se livrar das lideranças que estariam fomentando greves e organizando os trabalhadores.

É importante destacar que essa repressão contra o PCB e seus militantes foi desencadeada nacionalmente, pois em 7 de maio de 1947, o “Partidão” teve seu registro cancelado pelo TSE<sup>377</sup>. Em seguida veio o fechamento da sua sede, a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas em 7 de janeiro de 1948<sup>378</sup>. Segundo a historiadora Anita Prestes, “com a cassação dos mandatos, o PCB ingressava irremediavelmente na clandestinidade, pois seus principais dirigentes estavam agora privados de imunidades parlamentares, o que

---

<sup>374</sup> CADEM. Departamento Legal – 1945, 8, 05.01.1. **Cartas das Greves**. In: Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos. Caixa 131.

<sup>375</sup> *Idem*.

<sup>376</sup> *Idem*.

<sup>377</sup> PRESTES, Anita Leocádia. *Op. Cit.*, 2010, p. 105.

<sup>378</sup> *Ibidem*, p. 107.

significava que poderiam ser presos a qualquer momento”<sup>379</sup>. De fato, foram. Manoel Jover Telles, liderança das minas do Rio Grande do Sul e deputado estadual, teve seu mandato cassado e foi preso no início de 1948.

Essa virada repressiva representou, para o PCB, em uma mudança de sua tática, que até então vinha sendo de “união nacional”. O partido passou a defender a luta contra o governo Dutra. Existia, desde o fim do Estado Novo, uma tensão entre as orientações da cúpula do PCB de levar adiante sua política de “ordem e tranquilidade”, e sua militância que atuava na base do movimento operário e sindical, que continuaram apoiando as reivindicações econômicas dos trabalhadores. Segundo Garcia,

Este tipo de postura explica o porquê de tantas tensões entre a direção partidária e a base sindical responsável pela aplicação das propostas gerais do partido, bem como, em muitos casos, com a dinâmica imposta pela classe. O partido pareceu viver sempre um lugar contraditório, tendo em vista o descompasso entre suas formulações gerais e a dinâmica social concreta<sup>380</sup>.

Um exemplo dessa contradição política do partido foi Jover Telles, que à época já estava com seu mandato de deputado cassado pelo governo de Eurico Gaspar Dutra, mas continuou atuando clandestinamente nas minas de Arroio dos Ratos. Segundo carta do CADEM ao Chefe de Polícia Estadual, que se comunicavam constantemente, um discurso pronunciado pelo ex-deputado comunista estaria sendo impressos e vendidos aos mineiros da região em janeiro de 1948: “Permita-nos enviar [...] um folheto com discurso do sr. Manoel Jover Telles, ex-deputado do extinto Partido Comunista Brasileiro [...] cujos exemplares estão sendo vendidos aos nossos mineiros desde o início do pagamento dos salários em janeiro”<sup>381</sup>.

Em outra carta, de 27 de julho de 1950, a direção do CADEM reclama ao Delegado Regional do Trabalho que “panfletos subversivos estão sendo distribuídos em profusão, nas minas de Arroio dos Ratos e Butiá, por elementos agitadores”. Segundo a carta,

[...] partidários comunistas, radicados nas minas das nossas representadas, utilizando argumento de luta para procurar perturbar o ritmo dos nossos trabalhos de extração do carvão, fato este que no presente momento assume particular gravidade<sup>382</sup>.

---

<sup>379</sup> *Ibidem*, p. 108.

<sup>380</sup> SANTANA, Marco Aurélio. Um partido em dois tempos: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) nas conjunturas pré e pós golpe de 1964. *Avances del Cesor*, Rosario, v. 17, n. 22, 2020, p. 176.

<sup>381</sup> CADEM. *Cartas e telegramas, 1948*. In: Museu Estadual do Carvão Arroio dos Ratos. Fundo 05, Caixa 131.

<sup>382</sup> *Idem*.

Essas fontes indicam que, mesmo clandestinamente, os comunistas continuaram atuando na região do baixo Jacuí. A inserção desses militantes se dava, justamente, pelas péssimas condições de trabalho e o baixo nível dos salários pagos aos trabalhadores, pelo descumprimento das empresas dos direitos trabalhistas, e, principalmente, no grande esforço do PCB em identificar naquele núcleo um importante foco de trabalhadores no Brasil.

Após a saída de Jover Telles da região carbonífera, o PCB continuou a enviar militantes. Ary Saldanha<sup>383</sup>, ingressou no PCB em 1950, após o episódio conhecido como o “Massacre da Linha do Parque”<sup>384</sup>, em Rio Grande, e a chacina também de quatro militantes em Santana do Livramento (RS), citada na biografia de Ary como a motivação para o ingresso nas fileiras comunistas: “Por esse motivo, Ary indignado com os acontecimentos, com seu senso de Justiça, ergueu a bandeira de luta do Partido Comunista – tantas vezes manchada com o sangue dos operários injustiçados – e jurou defendê-la”<sup>385</sup>.

Segundo sua biografia, escrita por sua esposa, Neli Saldanha, Ary foi enviado à região carbonífera em 1951 para organizar os operários em torno do sindicato. Segundo é relatado:

O trabalho do Partido naquela região foi de grande importância junto aos trabalhadores mineiros, pois tratou da sindicalização dos operários e tornou o sindicato ativo. Fazia com que os patrões, forçados pelos movimentos reivindicatórios, cumprissem com suas obrigações<sup>386</sup>.

A narrativa construída por Neli engrandece o trabalho dos comunistas, dentre eles de Ary, na sindicalização dos trabalhadores. Entretanto, como vimos no começo deste capítulo, o processo de organização dos operários em torno de um sindicato já se desenvolvia desde o começo do século XX com os anarquistas.

Logo após a chegada de Ary à vila de Arroio dos Ratos, não trabalhou como mineiro, mas como redator do jornal *O Lampeão*, destinado, segundo Saldanha, “aos operários para levar

---

<sup>383</sup> Ary Saldanha nasceu na cidade de Alegrete em 15 de novembro de 1924. Em 1950, quando morava em Santana do Livramento, ingressou no PCB, após a chacina de Livramento, episódio no qual quatro militantes do partido foram assassinados pela polícia. Em 1952 começou a trabalhar nas minas de Arroio dos Ratos, como mineiro de subsolo. Permaneceu na região carbonífera até 1957, trabalhando como dirigente do PCB, dirigindo o jornal *O Lampeão*, e desenvolvendo uma campanha eleitoral a vereador de São Jerônimo. Não foi eleito, apesar da expressiva votação. Após a eleição retornou a Santana do Livramento para dar continuidade ao trabalho sindical que havia iniciado nos anos 1950. Cf: SALDANHA, Neli. *Op. Cit.*

<sup>384</sup> ANGUES, Ignacio Fornos. “**Morreram? Quem disse, se vivos estão**”: a memória do massacre da linha do parque – Rio Grande/RS. 2018. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

<sup>385</sup> SALDANHA, Neli. *Op. Cit.*, p. 15.

<sup>386</sup> *Ibidem*, p. 20.

as ideias do partido e despertar a consciência política dos operários”<sup>387</sup>. Após o período no jornal (cerca de um ano), transferiu-se para São Jerônimo para trabalhar no subsolo da mina e “não ser identificado como redator do jornal e dirigente do Partido e assim captar a confiança dos operários, que passariam a ser seus colegas”<sup>388</sup>.

Nota-se que a biografia, nesse aspecto, torna-se laudatória em relação à atuação dos comunistas. Todavia, algumas informações detalham como atuavam disfarçadamente, isto é, não chegavam se apresentando como tais, mas utilizavam-se de um disfarce para poder conseguir emprego nas minas. Ary teria se disfarçado com “um chapéu de palha, uma calça velha e nos pés, alpargatas. Ao chegar no escritório para entrevista com o chefe, incrementou a farsa recorrendo a um português errado. Era um verdadeiro caipira”, gabou-se<sup>389</sup>.

Ary permaneceu na região carbonífera até 1957, desenvolvendo o trabalho concomitante de organização da classe mineira, direção do jornal *O Lampeão* e de direção estadual do Partido. O envio de vários militantes destacados para realizarem o trabalho político nas minas de São Jerônimo, como Jover Telles (décadas de 1930 e 1940), Ary Saldanha e Joaquim Celso de Lima (década de 1950), como veremos adiante, comprova essa importância para o PCB.

A partir de 1949 começou o “fim da era CADEM”<sup>390</sup>, ou o começo da derrocada do CADEM como a principal empresa mineradora do país. Na década de 1950 e sobretudo de 1960, as empresas de mineração de Santa Catarina despontam como principais produtoras de carvão, suprimindo a demanda da CSN e termelétricas do Sudeste.

Esse breve histórico das lutas dos mineiros de carvão entre os anos 1930 (desde a fundação dos sindicatos) até 1950 é importante para compreendermos as mobilizações e greves posteriores, bem como quais as disputas envolvendo as correntes políticas que atuavam no movimento sindical. O período do Estado Novo, quando as greves e manifestações foram proibidas e reprimidas, não significou para os mineiros do sul do país um período de ausência de lutas. Houve importantes movimentos que contaram com uma participação expressiva de trabalhadores e representaram importantes vitórias para a categoria. No capítulo seguinte, analisaremos os movimentos reivindicatórios ao longo da década de 1950, comparando as semelhanças e as diferenças entre cada região.

---

<sup>387</sup> *Idem.*

<sup>388</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>389</sup> *Idem.*

<sup>390</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2012, p. 48.

### 3 OS MINEIROS E SEUS LAMPIÕES NA DÉCADA DE 1950

Prezado companheiro, estando próximo a terminar o prazo de entendimento dado pelo Plano Nacional do Carvão, conforme combinado na reunião realizada em Criciúma, dia 4 de dezembro do corrente ano, comunico que viajarei para o Rio de Janeiro, a fim de acompanhar o andamento do processo da taxa de insalubridade junto às autoridades competentes. Por este motivo solicito ao companheiro Secretário ficar em contato com as entidades sindicais mineiras de Santa Catarina, prestando as informações necessárias à classe mineira daí e assistindo-a. Se para estes entendimentos for necessário o teu afastamento do serviço, por alguns dias, esta Federação te indenizará pelos dias perdidos a serviço de nossa entidade<sup>391</sup>.

O trecho da carta acima foi enviado em 1959 por Reinaldo dos Santos, tesoureiro do Sindicato dos Mineiros de São Jerônimo (RS) e presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Carvão. A Federação fora criada no começo da década de 1950 por uma iniciativa do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e reunia sindicatos dos mineiros dos três estados da região Sul, embora a presença majoritária fosse do Rio Grande do Sul, seguida por Santa Catarina. O destinatário da carta era Manoel Ribeiro, secretário da Federação e um dos diretores do Sindicato dos Mineiros de Criciúma (SC), eleito para a gestão de 1957-1959. Depois desta gestão inicial, Ribeiro acabou sendo reeleito como presidente da mesma entidade entre 1961-1963, e tesoureiro de 1963 a abril de 1964, quando foi deposto e preso pelo golpe civil-militar.

A carta foi escrita em 26 de dezembro, e nela Reinaldo informava estar indo ao Rio de Janeiro para tratar do pagamento da taxa de insalubridade, pois o prazo que haviam tirado em uma assembleia da categoria em Criciúma (SC) estava próximo de se esgotar e ainda não havia uma resposta satisfatória sobre o assunto. Importante destacar que a taxa de insalubridade era um direito dos trabalhadores da mineração, sancionado em 1940 pelo presidente Getúlio Vargas, quando instituiu a lei do salário mínimo (Decreto-lei n. 2.162), que dava direito a um adicional de 40% sobre o salário do trabalhador. Entretanto, esse direito não estava sendo pago pelas empresas de mineração.

No Rio Grande do Sul, os mineiros ingressaram com uma ação plúrima em 1943 para garantir o pagamento da insalubridade, julgada somente em 1947 e negada pela JCJ<sup>392</sup>. Em Santa Catarina ingressaram com ação na Justiça do Trabalho dez anos depois, em 1957, sendo que até o final de 1959 não havia sido julgado, motivando a greve mais duradoura dos mineiros no começo de 1960.

---

<sup>391</sup> FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO. **Ofício da Federação dos Mineiros, dezembro de 1959**. Criciúma, 1959.

<sup>392</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2012, p. 135.

Além da luta pelo cumprimento da lei de insalubridade ser uma importante reivindicação de uma categoria de trabalhadores exposta constantemente aos piores locais de trabalho (escuro, úmido, embaixo da terra, com poeira e risco de desabamento de pedras), esta é uma importante evidência da articulação que existia entre os mineiros de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, conforme veremos ao longo deste capítulo e nos próximos.

Antes, porém, vamos examinar como o processo de mobilização coletiva se desenrolou na década de 1950, utilizando-se da comparação entre as greves nas duas regiões estudadas, de modo a verificar suas semelhanças e diferenças. Mais ao final do capítulo serão analisadas algumas conexões possíveis dos movimentos dos trabalhadores nos dois estados, quando se formou a Federação Interestadual dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão.

### 3.1 A GREVE DE 1951 EM SÃO JERÔNIMO E A PARTICIPAÇÃO DOS COMUNISTAS

Desde o final da década de 1940, as minas de carvão do Rio Grande do Sul foram obrigadas a reduzir a jornada no subsolo para seis horas de trabalho, conforme vimos, em virtude da exigência da CLT. No entanto, essa diminuição, segundo Speranza, não ocorreu de forma automática: “não foram poucas as tentativas (por vezes bem-sucedidas) das empresas de aumentar a jornada e burlar o pagamento das horas extras”<sup>393</sup>.

A historiadora destaca que essa disputa entre patrões e empregados foi a motivadora da segunda maior enxurrada de reclamações na Justiça do Trabalho entre 1946 e 1954. Além das ações na justiça trabalhista, esse embate extrapolou a ação direta, com uma violenta greve que estourou no final do ano de 1951 na Vila de Butiá, São Jerônimo.

No dia 17 de dezembro, a direção do Cadem convocou os trabalhadores do Poço 4 para informar da “necessidade de estabelecer o regime de 8 horas de trabalho”<sup>394</sup>; segundo consta em relatório da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Conforme o documento, o alvo da medida eram trabalhadores “recém-chegados na Mina e vindos de diferentes pontos do estado”<sup>395</sup>, principalmente do interior.

Vale ressaltar que a migração de trabalhadores de regiões rurais não foi um caso específico das minas de carvão do sul do país, mas um processo histórico com fortes marcas na

---

<sup>393</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2014, p. 252. O episódio narrado a seguir já foi pesquisado pela historiadora, porém trago novos elementos a partir de documento ainda não analisado e produzido pela Brigada Militar e disponível no Arquivo Documental do Museu Estadual do Carvão do RS.

<sup>394</sup> BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, 1º Batalhão de Caçadores, 2ª Companhia, Coronel Aparício Borges, 1951**. Porto Alegre, 1951, p. 1.

<sup>395</sup> *Idem*.

História do Brasil em meados do século XX, constituído pelo acelerado êxodo rural e urbanização<sup>396</sup>.

Ao chegarem, foi-lhes apresentado um contrato que deveriam assinar estipulando a jornada de 8 horas de trabalho naquele poço, o que contrariava os dispositivos sobre trabalho nas minas da CLT. Segundo o relatório,

[...] para a surpresa dos dirigentes da Cia. os mesmos recusaram-se a assinar tal documento, declarando que não assumiriam qualquer compromisso sem antes consultarem ao Sindicato dos Mineiros, ao qual confiavam a solução do caso em foco<sup>397</sup>.

No dia seguinte, os mineiros compareceram ao local e declararam na boca do poço “que só desceriam à mina para fazerem 6 horas de trabalho, a exemplo do que já vinham fazendo companheiros seus de outros poços”<sup>398</sup>. Após a relatada “surpresa” dos dirigentes perante a decisão dos operários de não descerem à mina, foi solicitada pelos dirigentes a presença do engenheiro-chefe da empresa, que após conversar com os mineiros, disse-lhes que a única maneira de atender essa reivindicação era transferindo eles “para outro poço, em que havia turno de 6 horas, visto que no poço em que se encontravam o regime era de 8 horas de trabalho”<sup>399</sup>. O desenrolar dos acontecimentos merece que seja transcrito do relatório, devido à importância dos detalhes:

Não satisfeitos com a transferência do local de trabalho, grande número de mineiros não desceu a mina nem tirou chapa para outro poço e, já nesta altura dos acontecimentos, constituídos em indisfarçável parede grevista, começaram a agrupar-se no trajeto em que deveriam passar os caminhões conduzindo os demais elementos que ainda estavam trabalhando no Poço 4. No dia 19, pela manhã, a direção da mina teve conhecimento de que os elementos da greve estavam animados do propósito de atacar o caminhão que levaria os mineiros, às 14 horas do mesmo dia para o Poço 4. Foi imediatamente cientificado disso o subdelegado de polícia desta Vila, que se dirigindo ao ponto em que os grevistas estavam reunidos, procurou dissuadi-los de atacar o caminhão, recebendo dos mesmos a promessa de que não efetivariam tal intento. **Apesar da promessa feita anteriormente, o caminhão com os mineiros foi atacado e só teve sua marcha desembaraçada com a intervenção do subdelegado que ameaçou de prisão aos mais exaltados**<sup>400</sup>.

O relato foi feito por um oficial militar, com o objetivo nítido de comunicar os fatos da greve a partir do seu ponto de vista. Por isso mesmo merece ser analisado com cuidado. Em

---

<sup>396</sup> Cf. FONTES, Paulo. *Op. Cit.*, 2008.

<sup>397</sup> BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL. *Op. Cit.*, p. 1.

<sup>398</sup> *Idem.*

<sup>399</sup> *Idem.*

<sup>400</sup> *Idem.*

primeiro lugar, o CADEM parece querer submeter à jornada de oito horas os operários que haviam “recém-chegado” de vários lugares do Estado, a maioria do interior. Sua estratégia, provavelmente, era de que seria mais fácil convencer trabalhadores novatos vindos do interior, por supor que desconhecessem a legislação trabalhista.

Essa visão era muito comum naquele período. O trabalhador migrante, recém-chegado na área urbana, ao se inserir no mercado de trabalho sofria uma forte discriminação por parte patronal ou de uma classe dirigente política, que o via como “atrasado” e “ignorante”. Como constataram Negro e Silva, o trabalhador “egresso da escravidão ou do campo”, foi visto como um “servo do atraso”, e também como “incapaz de inventar suas tradições de forma independente”<sup>401</sup>.

No entanto, para surpresa dos dirigentes da empresa e contrariando o preconceito de classe, os operários recusaram-se a aceitar aquela condição de trabalho. Em segundo lugar, foram procurar o sindicato para saber qual posição tomar diante do impasse, demonstrando, que a entidade de classe era reconhecida pelos trabalhadores e vista como legítima para reivindicarem seus direitos, haja vista também a grande quantidade de processos trabalhistas movidos pelo órgão a favor de seus associados mineiros naquele período<sup>402</sup>. Essa evidência dialoga com a constatação de Negro acerca da legitimidade que os sindicatos possuíam no período: “Mesmo atrelados ao Estado, eram das poucas entidades reconhecidas com base em algum princípio classista”<sup>403</sup>.

Como demonstrado por Speranza, já havia sido feito um acordo naquele ano entre o Presidente do Sindicato dos Mineiros, João Conceição de Souza, e o diretor da empresa, Elias Amaral de Souza, no qual a Companhia Carbonífera Minas de Butiá se comprometia ao pagamento das horas extras conforme a lei: sobre a totalidade do salário e não somente sobre a “chapa” que era o salário base<sup>404</sup>. Como o acordo não foi respeitado pela empresa, os operários decidiram recorrer a um dos advogados do Sindicato, Raul Vital, para pedir orientação de como proceder.

Em terceiro lugar, o objeto de “ataque” dos mineiros deve ser considerado, pois, a tentativa de parar o caminhão que levava os operários para jornadas de 8 horas, e a ação sem sucesso do subdelegado de desmobilizar a ação dos mineiros demonstra que estes estavam

---

<sup>401</sup> NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. *Op. Cit.*, p. 49.

<sup>402</sup> Speranza demonstrou em sua tese a enxurrada de reclamações trabalhistas entre 1946 e 1954, com crescimento expressivo entre 1949 e 1952, com quase 2.000 reclamationes em 4 anos, uma média de 500 por ano. Cf. SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2012, p. 93.

<sup>403</sup> NEGRO, Antonio Luigi. *Op. Cit.*, 2002, p. 253.

<sup>404</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2014, p. 255.

decididos a não aceitar o aumento da jornada de trabalho e que só seriam impedidos com a utilização das forças policiais. De qualquer modo, esses três elementos levantados acima demonstram que os operários tinham plena consciência de seus direitos e que não renunciariam a defendê-los.

Diante da situação, os dirigentes do CADEM não tiveram outra opção senão recuar: o coronel Aparício Borges, da 2ª companhia da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, com o engenheiro-chefe do Cadem, Fernando Lacourt, e o delegado da Ordem Social, Óscar Klein, reuniram-se no quartel para discutir as alternativas para pôr um término ao conflito, e decidiram por ceder à pressão dos operários e retomar a jornada de 6 horas no Poço 4. Importante destacar que Lacourt era considerado na prática o chefe do CADEM na época. Em entrevista à presente pesquisa, realizada em 2022, o aposentado Venuto Bica Nunes, 87 anos, que trabalhou nas minas de Butiá entre 1947 e 1974, quando questionado sobre as chefias, respondeu:

[...] tinha esse dr. Lacourt que eu tô lhe falando, que o sr. fazia qualquer bobagem, ele era delegado, ele era prefeito, ele era tudo, ele mandava tudo, se ele não gostava de ti ele agarrava e..... um carro, tinha uma meia dúzia ai de carro velho... então ele não gostava de ti ele dizia: te cuida, porque eu vou mandar te largar lá no Guaíba<sup>405</sup>.

O relato de Venuto Bica indica o que parte dos mineiros pensava a respeito dos superiores, relacionando o poder das chefias à violência com que eram tratados. Tanto a fonte policial quanto o relato oral demonstram que havia uma clara articulação entre a Brigada Militar, a Delegacia de Ordem Social e os dirigentes do CADEM, visando a repressão a qualquer movimento grevista nas minas de carvão. Esse rígido controle vinha de longa data, conforme constatou Cioccarì<sup>406</sup>.

Retomando a análise do relatório da BM, o autor do documento destacou a tentativa de terminar o conflito: “Ficava, desse modo, removido o principal obstáculo, o ponto nevrálgico da greve dos mineiros”<sup>407</sup>. Não obstante, após o término da reunião, o coronel Aparício Borges entrou em contato com o vice-presidente do Sindicato dos Mineiros, solicitando uma reunião com os grevistas e “pedindo ao vice-presidente que os convocasse para uma reunião às 22 horas desse mesmo dia, na sede do Sindicato”<sup>408</sup>.

---

<sup>405</sup> NUNES, Venuto Bica. **Entrevista cedida em 26 de janeiro de 2022**. Entrevistador: Bruno Mandelli. Butiá, 2022.

<sup>406</sup> CIOCCARI, Marta Regina. *Op. Cit.*, 2010, p. 89.

<sup>407</sup> BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL. *Op. Cit.*, p. 2.

<sup>408</sup> *Idem*.

Essa pressa do coronel da BM em chamar uma reunião com os grevistas para o mesmo dia escondia uma preocupação que transparece no documento: os trabalhadores da Estrada de Ferro Jacuí estavam se organizando para um movimento paredista no dia 21, o que poderia levar à unidade das greves dos mineiros com os ferroviários. Aparício Borges disse do movimento “que se esperava deflagrasse no dia 21, na Estrada de Ferro Jacuí e que a demora em solucionar o caso dos mineiros, poderia permitir uma ligação entre os dois movimentos, complicando ainda mais os acontecimentos<sup>409</sup>.”

A preocupação do coronel não era infundada, pois mineiros e ferroviários eram duas categorias conhecidas por sua irmandade, sua consciência política, e sua radicalidade quando entravam em greve. Além disso, a estrada de ferro passava junto às minas e muitos ferroviários moravam na região carbonífera, tendo, portanto, relações de vizinhança implicadas. Caso se deflagrasse uma greve de mineiros e ferroviários articulada, esta poderia sair do controle das autoridades policiais.

A reunião ocorreu no dia 18 de dezembro às 22 horas, com a presença de 51 operários, o vice-presidente do sindicato dos mineiros e o coronel Borges. Após ouvir muitas reclamações dos trabalhadores, o oficial disse que intercederia junto ao engenheiro chefe do CADEM para a solução para a parede: cederia aos grevistas a jornada de 6 horas no Poço 4, desde que não intervissem contra a vontade daquele que desejassem trabalhar 8 horas. Segundo o relato, os mineiros aceitaram a proposta, e compareceram ao serviço no dia seguinte trabalhando normalmente. Segundo o que escreveu o oficial ao seu superior:

Ficou, dessa forma, comandante-geral, sufocado esse movimento grevista, o qual não fora a transigência do dr. Engenheiro chefe, concordando em dar uma solução satisfatória ao ponto de vista dos mineiros, poderia tomar maior vulto, pois que, segundo foi dito antes, entre os mineiros em greve fora constatada a presença de elementos da Estrada de Ferro Jacuí, comunistas fichados e que estavam interessados em perturbar a ordem na localidade, explorando esse movimento<sup>410</sup>.

Nota-se a enorme preocupação das forças policiais em impedir que a greve dos mineiros se juntasse com a dos ferroviários, além da intensa vigilância sobre operários considerados “elementos comunistas fichados”. Segundo o relatório, acreditava-se que o movimento havia sido “sufocado”.

---

<sup>409</sup> *Idem.*

<sup>410</sup> *Idem.*

No entanto, no dia 20 de dezembro, uma nova revolta tomou conta dos mineiros do Poço R-1, situado a 4 km da Vila de Arroio dos Ratos. Segundo o engenheiro-chefe Fernando Lacourt, os operários que faziam o turno de 6 horas naquele poço, ao saírem de madrugada do seu turno de trabalho, às 01h, exigiram do capataz um caminhão para fazer o transporte até a Vila. O capataz negou-se a fornecer o transporte, informando que só os levaria após o término do turno de 8 horas dos outros operários. Nesse momento, aqueles mineiros que faziam 6 horas “revoltaram-se tentando depredar os citados caminhões”<sup>411</sup>, afirmou Lacourt. Nota-se que a situação da jornada de 8 horas, ao contrário do que havia sido informado no Relatório da Brigada Militar, não havia terminado.

Versão ligeiramente distinta aparece nos processos judiciais trabalhistas: de que os operários acostumados a trabalharem 7 ou 8 horas por turno souberam através de um fiscal do trabalho que a jornada pela CLT para o subsolo era de 6 horas. Munidos dessa informação, recusaram a jornada estendida e passaram a trabalhar só até às 01h da madrugada. No entanto, a empresa se negou em fornecer os caminhões para levarem esses operários até suas casas<sup>412</sup>.

À tarde do dia 21, compareceram à boca do poço alguns desses operários, conclamando os demais mineiros a não descer no subsolo para trabalharem, e “ameaçando de espancamento aos que tentassem fazê-lo”<sup>413</sup>; em torno de 60 mineiros partiram então em marcha para a Vila de Arroio dos Ratos, visando reunir mais trabalhadores em prol do movimento contra a jornada de 8 horas no Poço R-1.

Na metade do caminho entre a boca da mina e a Vila, os mineiros teriam encontrado o Jipe do engenheiro-chefe, trazendo também o subdelegado, o coronel e soldados armados. Borges tentou negociar com o grupo, chamando o chefe dos operários a conversar até a delegacia, porém, como narrou mais tarde, “a massa de mineiros [...] barrou a minha aproximação [...] declarando que entre eles não existiam chefes e que todos tinham a mesma responsabilidade”<sup>414</sup>. Transcreverei os próximos acontecimentos do relatório da Brigada Militar, devido à riqueza de detalhes:

Ao se aproximar o grupo do quartel fui [oficial Aparício Borges] ao encontro dele; ouvi que do grupo de mineiros alguém dava ordem aos demais para que não me atendessem e seguissem diretamente ao Sindicato; soube então pelo subdelegado de polícia que antes havia se acercado do grupo para observá-los, que junto aos mineiros estava **Flory Ramos de Aguiar, elemento graduado do Partido Comunista** que

---

<sup>411</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>412</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2014, p. 237.

<sup>413</sup> BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL. *Op. Cit.*, p. 3.

<sup>414</sup> *Idem*.

aqui se encontra há algum tempo sem emprego e, segundo informações que temos, a soldo do próprio partido. [...] Convidei os chefes do movimento já por mim conhecidos, que me acompanhassem até o interior do quartel, tendo aí Flory tomado a palavra, dizendo que seus companheiros tinham decidido discutir o assunto no Sindicato, e que não chegariam nem no quartel nem na subdelegacia. Em seguida, subindo num pequeno barranco existente na beira da estrada [...] pretendeu ensaiar com comício que, imediatamente, foi por mim mandado terminar. Por diversas vezes apelei para que eles atendessem a minha ordem, procurando, por meios suasórios, convencê-los que estavam incorrendo em flagrante desrespeito a minha autoridade [...]. Reconhecendo a ineficácia dos meios empregados, fiz os mesmos compreenderem que não deixaria, digo, que não me deixaria desmoralizar, e, pela última vez, convidei os 3 chefes da greve e mais Flory a me acompanharem até o quartel. **Em face da recusa a essa minha ordem e da atitude agressiva que os mesmos tomaram, passando o lampião que conduziam para a mão direita, com a qual pretendiam nos atacar, dei voz de prisão ao líder Flory**, agarrando-o bruscamente pelo braço e empurrando-o na direção do quartel [...]. Ao mesmo tempo que prendia Flory, as praças que comigo ali se achavam efetuaram a prisão de mais alguns mineiros **que nos agrediram com lampiões e outros objetos de que estavam munidos**<sup>415</sup>.

Ao todo foram 9 mineiros presos. É importante frisar que o relato dos acontecimentos se dá pelo viés de um oficial da brigada militar, que, obviamente, destaca em sua narrativa os “esforços pacíficos” para terminar com a greve por parte da polícia, descompensada, na sua visão, pela atitude de violência por parte dos mineiros.

No entanto, não nos deixemos iludir com essa versão dos fatos, dado o viés policial da fonte, preocupada mais em justificar suas ações para seus superiores e enaltecer seu lado da história. Por outro lado, os processos trabalhistas indicam, ao contrário, um confronto entre a polícia e os manifestantes: “Armados de mosquetão com baioneta calada e metralhadora, os soldados investiram contra os operários. Os trabalhadores foram feridos com ‘cortes e pauladas’. Seis acabaram presos, entre eles Atualpa e Manoel”, conforme relata Speranza<sup>416</sup>.

Além disso, fica evidente pelo relatório da BM a perseguição que a polícia tinha com os comunistas, em particular Flory Ramos de Aguiar, que seria, segundo o coronel, “elemento graduado do partido comunista”. Este adjetivo atribuído a Flory dá a entender que ele era alguma liderança do partido, um “quadro” do partido comunista. Naquele período era comum o partido enviar seus militantes para cursos de formação no país e fora. Segundo entrevista de João Batista Marçal a Éder da Silveira, na década de 1940, Caio Prado Júnior entre outros intelectuais do PCB ministraram cursos de marxismo em Porto Alegre “com o objetivo da preparação de quadros”<sup>417</sup>.

---

<sup>415</sup> *Idem.*

<sup>416</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2014, p. 260.

<sup>417</sup> SILVEIRA, Éder da Silva. *Op. Cit.*, p. 120.

Em jornal da década de 1950 (não conseguimos precisar o ano), Flory Aguiar aparece como escritor de um texto intitulado: “As minas de São Jerônimo são o inferno na terra”. Trata-se do jornal *O Lampeão*, criado pelos comunistas que atuavam na região de São Jerônimo para denunciar as péssimas condições de trabalho dos mineiros e tentar organizar greves.

**Figura 25** – Edição do jornal *O Lampeão* editado por militantes do PCB nas minas de São Jerônimo na década de 1950. Sem ano exato.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Abaixo do título da matéria aparecem as seguintes frases: “vão ganhar a vida e morrem na mina. Após a jornada de trabalho andam a pé 4 e 5 quilômetros. Até a pedra rasga a carne dos mineiros. O que comem e como moram. Água poluída e ar doentio”. Nota-se que as palavras-chave do jornal destacam a precariedade de vida dos trabalhadores, denotando a linha editorial do PCB no período.

Retomando a narrativa da greve, no dia 21 de dezembro, compareceram ao quartel o advogado do Sindicato, Raul Vital, o vice-presidente do Sindicato, dois operários

representantes dos grevistas, que se reuniram com o subdelegado, o coronel Aparício Borges, e os representantes do CADEM: os engenheiros Mauré e Lacourt. Nessa reunião foi discutido o transporte dos operários que faziam jornada de 6 horas, ficando acertado que a empresa deveria providenciar o deslocamento.

Porém, os presos foram transferidos para o presídio de São Jerônimo para posterior julgamento de suas ações, sendo que Flory foi o único a ser levado preso para a capital, Porto Alegre, com o delegado de Ordem Social, Óscar Klein. Isto demonstra a perseguição movida pelos órgãos policiais contra os que eram taxados de comunistas, fato que não era isolado no Rio Grande do Sul, mas nacionalmente, visto que o PCB se encontrava na ilegalidade desde 1947.

Quanto aos demais presos, o coronel Borges teve uma surpresa que lhe desagradou, segundo o relatório: “Pouco depois da partida do dr. Klein, tivemos a desagradável notícia de que os presos, que na véspera, haviam seguido para o presídio de São Jerônimo, encontravam-se na Vila, tendo sido postos em liberdade pelo Juiz dessa cidade”<sup>418</sup>.

Aquele dia foi de festa. Os mineiros em liberdade foram recebidos pelos seus companheiros como heróis, carregados pelos bairros operários da Vila como mártires, conforme informa o próprio relatório da BM<sup>419</sup>. A libertação dos presos repercutiu na vila como um fato político de grandes proporções: o movimento dos trabalhadores ganhou força, respaldado pela Justiça; os patrões do CADEM se viram desafiados tanto pela autoridade judiciária quanto pelos operários soltos, como relatou o cel. Borges: “A medida tomada pelo Juiz veio dar maior força aos elementos agitadores, facilitando a ação dos mais tímidos. As autoridades policiais e a direção da Cia. ficaram tomadas de justa revolta com o desenrolar desses fatos”<sup>420</sup>.

Neste momento, “um tanto desorientado”, Borges recebeu o dr. Klein, Delegado de Ordem Social da capital, “igualmente acabrunhado e sentido com o que se havia passado aqui”<sup>421</sup>, trazendo a notícia de que os ferroviários, visando conseguirem o pagamento do abono de natal, e outras reivindicações, entrariam em greve no dia 24 de dezembro, “dando um golpe”<sup>422</sup>. Nota-se, mais uma vez, o viés repressor da fonte policial, que considerava a greve como um golpe e não como um direito, previsto na Constituição de 1946.

---

<sup>418</sup> BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL. *Op. Cit.*, p. 4.

<sup>419</sup> *Idem.*

<sup>420</sup> *Idem.*

<sup>421</sup> *Idem.*

<sup>422</sup> *Idem.*

Além disso, a notícia da greve vindoura veio acompanhada da luta pelo pagamento do abono natalino, que somente se tornaria lei no Brasil somente em julho de 1962, pela Lei n. 4.090. Isso significa que onze anos antes da aprovação da lei, os mineiros do Rio Grande do Sul já lutavam por este direito. A posterior ratificação legal deste direito no parlamento foi sancionada como resultado de muitos embates ocorridos no chão de fábrica durante décadas, ou como afirma Larissa Côrrea: “uma série de batalhas travadas entre patrões e operários ainda na década de 1950”<sup>423</sup>.

Somada à reivindicação do abono natalino, estava a luta pela diminuição da jornada de trabalho no subsolo, a qual já relatamos. Os mineiros aparentemente contavam com o apoio do Juiz da comarca de São Jerônimo, que mandara soltar os presos na greve. Esses fatos revelam que a Justiça, além de espaço de dominação, era também “uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes”<sup>424</sup>, segundo reflexão de E. P. Thompson.

O coronel Borges ficara aparentemente transtornado com esta medida, pois como poderia um “homem da Justiça” dar razão para operários “analfabetos”, passando por cima da autoridade policial da cidade? A decisão do Juiz, no entanto, não parece tão extraordinária, se considerarmos que ele estava agindo a favor dos mineiros que se colocavam contra a ilegal jornada de oito horas no subsolo.

Essa ação possuía um precedente jurídico importante: tal luta foi conduzida pelo sindicato dos mineiros rio-grandenses em demandas judiciais, que tiveram “dois grandes picos: em 1947 e em 1952”<sup>425</sup>. Nos dois períodos, as demandas resultaram em conciliações na Justiça do Trabalho, que decidiram pelo respeito à jornada de seis horas e o pagamento de uma hora extra, em 1947; e o pagamento de duas horas extras com acréscimo de 20% na remuneração, poucos meses depois<sup>426</sup>.

Importante relacionar que esses acordos jurídicos do Sindicato com o patronato ocorreram após duas das greves mais importantes politicamente dos mineiros no Rio Grande do Sul: a greve de 1946, que deixou Porto Alegre às escuras por dois dias, e a greve de dezembro de 1951, que causou um confronto armado entre policiais e trabalhadores. Um grande quebra-quebra, que denominei “revolta dos lampiões”.

---

<sup>423</sup> CORRÊA, Larissa Rosa. Abono de Natal: gorjeta, prêmio ou direito? Trabalhadores têxteis a Justiça do Trabalho. **Esboços**, Florianópolis, v. 13, n. 16, 2006, p. 250.

<sup>424</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *Op. Cit.*, 2015, p. 17.

<sup>425</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2014, p. 253.

<sup>426</sup> *Ibidem*, p. 254.

Decorrem duas hipóteses desse fato, ambas plausíveis: sustenta Speranza que a “consciência legal” dos trabalhadores, “alimentada, entre outros fatores, pela crescente institucionalização da Justiça do Trabalho, funcionou aqui como motor de todo o conflito narrado acima”<sup>427</sup>; uma segunda hipótese que levanto, que se relaciona à primeira, é que ambos movimentos foram organizados desde a base dos trabalhadores, sem contar com a participação do sindicato em sua ação, o que ocorreu somente no momento de negociação com o patronato.

Após o movimento “estourar” — devido às péssimas condições de trabalho, aos recorrentes acidentes e insegurança no interior das minas, os baixos salários e a tentativa de aumento da jornada de trabalho para 8 horas em alguns “poços” —, o sindicato tentava capitanear a força dos grevistas para conseguir algum acordo através da Justiça do Trabalho com o patronato. Isto explicaria porque conseguiram conciliações após as greves de 1946 e de 1951.

Utilizando-se do rescaldo das greves — que, pelos relatos da Brigada Militar, causava pavor tanto na polícia local quanto na direção do CADEM, pela sua radicalidade e imprevisibilidade —, o sindicato ingressava na Justiça do Trabalho para conseguir garantir alguns direitos, como o cumprimento da determinação legal da jornada de 6 horas, já cristalizada na CLT, mas que sofria constantemente tentativas de ser burlada por parte da empresa. O que esse episódio indica é que a lei só era garantida, na prática, com a agência dos trabalhadores, através das greves, ou de inúmeras ações na JT para pleitearem seus direitos. Desse modo, a “consciência legal” dos trabalhadores nos seus direitos, era construída no dia a dia, devido às péssimas condições de trabalho e a atuação de lideranças políticas que contribuía para a organização dos trabalhadores.

Retornando ao relato da greve de dezembro de 1951, os acontecimentos que se seguiram foram de grande “alvoroço” na cidade: no dia 25 de dezembro, em pleno Natal, os ferroviários<sup>428</sup> se amotinaram em greve e tomaram a estação de trem. Operários do Porto do Conde e de Butiá permanecerem na estação até meio-dia, quando “à tarde a massa retirou-se do quadro da estação e, dirigida por Procópio Farinha foi, de ônibus para a localidade de Porto do

---

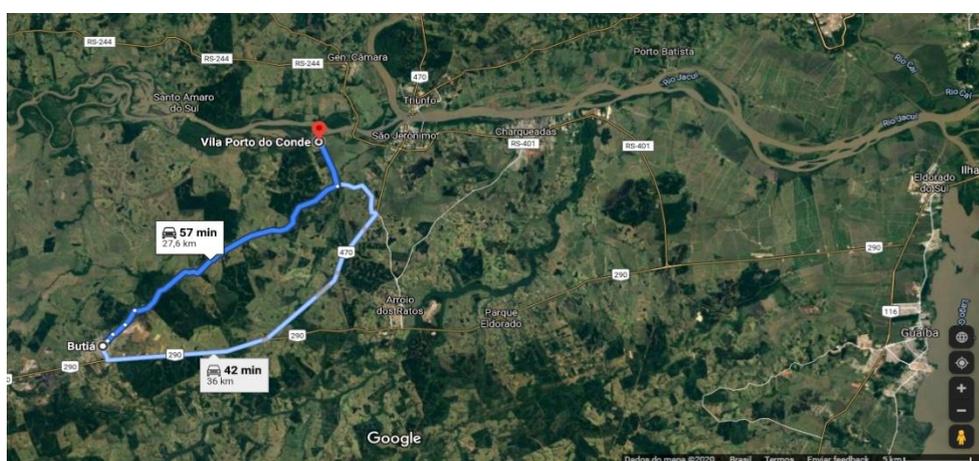
<sup>427</sup> *Ibidem*, p. 262.

<sup>428</sup> Embora esta Tese trate dos mineiros de carvão, será tratado dos ferroviários, pois nesse movimento, mineiros atuaram em conjunto com os ferroviários, além dos acontecimentos estarem ligados à greve dos mineiros que havia ocorrido alguns dias antes. Segundo o mineiro Joaquim Celso de Lima, que trataremos adiante: “a estrada de Ferro Jacuí atravessava todas as minas; as casas dos ferroviários eram construídas de ambos os lados da via-férrea, de modo que os trabalhadores ferroviários e mineiros, além de companheiros de luta, eram também vizinhos, formando uma família única. Assim qualquer movimento em que um se empenhasse, o outro também se envolvia”. Cf. LIMA, Joaquim Celso de. *Op. Cit.*, p. 64.

Conde”, onde “foi feito um comício em que os grevistas convocaram o resto do pessoal da estação para aderir ao movimento”<sup>429</sup>. Procópio Farinha era um importante líder comunista dos ferroviários no Rio Grande do Sul<sup>430</sup>.

Deve-se destacar a participação de mulheres e crianças no movimento. As famílias dos mineiros eram parte importante da luta por melhorias nas vilas operárias. Com a chegada dos reforços policiais, metade dos homens se dirigiu a Porto do Conde, e outra metade à vila de Butiá. Abaixo, um mapa da distância entre a Vila Porto do Conde (São Jerônimo) e o atual município de Butiá:

**Figura 26** – Mapa com a distância entre Porto do Conde e Butiá.



Fonte: Captura de tela do autor (2020).

Segundo o coronel Borges, “a partir daí a situação complicou-se”, pois “os grevistas colocando sobre os trilhos crianças, atacaram algumas máquinas que ainda estavam em serviço, tirando o fogo das mesmas”<sup>431</sup>. Alguns soldados, comandados pelo sargento Manoel Francisco Fernandes, foram escoltar o jipe do sargento Dario Ramos, seu auxiliar imediato. Quando puseram o carro em movimento, em direção à saída da estação, o carro “foi atacado por um

<sup>429</sup> BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL. *Op. Cit.*, p. 5.

<sup>430</sup> Segundo informações de Hoff: “Nasceu em 8 de julho de 1916, em Ibaré, distrito de Lavras do Sul. [...] Destacou-se pelas lutas reivindicatórias para melhores salários tanto dos ferroviários quanto dos mineiros. Foi agente da Viação Férrea da Estrada de Ferro do Jacuí. Fez várias greves, como a de 1946, que durou trinta e seis dias, na qual se desfez dos seus pertences, a fim de arrecadar fundos para sustentar as famílias mineiras que estavam passando fome. Participou ativamente em outras greves como as de 1956 e 1957. Foi Fundador do partido Comunista em Butiá, no ano de 1943. Por ser comunista e defensor dos direitos dos mineiros e ferroviário foi perseguido e preso 17 vezes e 3 vezes foi levado para o presídio central de Porto Alegre. Trabalhou ativamente nas comunidades mais carentes, ora agindo como vereador, requerendo água, luz, esgoto, ora como assistente social, dando ranchos, remédios, materiais para construção de casa, ora como advogado, requerendo os direitos salariais das pessoas. Cf. HOFF, Gertrudes Novak. *Op. Cit.*, p. 245.

<sup>431</sup> BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL. *Op. Cit.*, p. 6.

grupo superior a 100 ferroviários, encontrando-se à frente do mesmo muitas mulheres e crianças. A linha fora obstruída com cadeiras, bancos, pedaços de ferro e pedras”<sup>432</sup>.

Os policiais da Brigada Militar ficaram desorientados com a ação de homens, mulheres e crianças, que não deixavam o jipe partir. Foi um quebra-quebra entre policiais e ferroviários que se encaminhava, cada vez mais, para um desfecho trágico. No relatório, o oficial da BM afirma que os ferroviários deram os primeiros tiros, acertando um dos soldados na perna. Mas não se pode descartar, que o contrário possa ter ocorrido também. O fato é que os policiais também revidaram em tiros: “Diante da situação criada o sgt. Abadie deu ordem aos seus comandados de que fizessem uso de suas armas, atirando para o chão, com o intuito de amedrontar os seus atacantes”<sup>433</sup>. Mesmo a presença de mulheres e crianças não impediu que a polícia se intimidasse de atirar contra os manifestantes.

Após o tiroteio, 13 ferroviários foram presos e levados ao presídio de São Jerônimo, às duas horas da madrugada, acompanhados pelos reforços que acabavam de chegar de Porto Alegre. Os demais permaneciam escondidos na vila operária, e assim ficaram até de manhã, quando decidiram se entregar à polícia pelo fato de um de seus companheiros estar gravemente ferido. Poucas horas depois, veio a falecer<sup>434</sup>. A causa da morte do operário e nem seu nome não é esclarecida no relatório, apenas se cita um “ferimento grave”. Porém, dado o relato que reconstruímos a partir do documento policial, que afirma ter havido um tiroteio entre os grevistas e a polícia, lanço a hipótese de que esse ferimento tenha sido desferido por uma bala da polícia que matou o trabalhador.

Na edição do jornal *A Tribuna*<sup>435</sup>, de São Jerônimo, de 4 de janeiro de 1952, aparece a reportagem: “O Governo e o CADEM, únicos responsáveis pela morte do meu filho”. O texto trazia o drama de Antônio Gonçalves de Souza, conhecido por “Tivico”, pai do operário morto, segundo o texto: “Tivico, progenitor de Francisco Souza, desmascara as cínicas manobras do governo e do Cadem que pretendem, para fugir a responsabilidade dos crimes que praticaram, atribuir ao bravo ferroviário Procópio Farinha essa responsabilidade”<sup>436</sup>. A matéria do jornal dá destaque à entrevista do pai de Francisco, que afirma o filho ter sido morto por um policial, e não por Procópio Farinha (liderança comunista), como o CADEM insinuava.

---

<sup>432</sup> *Idem*.

<sup>433</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>434</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>435</sup> Por se tratar de um jornal local não encontramos informações a respeito da sua origem. No entanto, as reportagens encontradas dão fortes indícios de que era um jornal editado pelo Partido Comunista devido aos termos utilizados nas matérias: “decisão fascista do CADEM”, “Justiça burguesa”, “pelegos do sindicato”.

<sup>436</sup> *A Tribuna*, 4 de janeiro de 1952.

Sobre a prisão dos operários, a edição do jornal *A Tribuna* de 5 de janeiro de 1952 anunciou:

**Decisão Fascista** contra os grevistas de Butiá: Segundo notícias chegadas de São Jerônimo, podemos informar aos nossos leitores que o Juiz daquela localidade, Clovis Rodrigues do Canto acabou de decretar a prisão preventiva de 11 bravos trabalhadores que participaram da luta grevista dos ferroviários de Butiá. Ao invés de prender os bandidos que assassinaram Francisco de Souza, esse policial togado volta-se contra aqueles que, lutando por mais pão para seus filhos, foram vítimas da prepotência do governo de Getúlio Vargas. Essa decisão bem mostra que estamos frente a uma Justiça de classe, justiça da burguesia, justiça a serviço do imperialismo. Contra essa decisão policial e inominável deve erguer-se o mais veemente protesto do povo e dos trabalhadores de nosso Estado<sup>437</sup>.

A matéria faz uma denúncia da prisão dos grevistas, com destaque para a ordem do juiz Clóvis Rodrigues do Canto. Nota-se que o viés da notícia está na defesa dos trabalhadores e na denúncia do “imperialismo” e da “justiça burguesa”, o que permite supor que se trata de veículo próximo ao Partido Comunista. Naquele período (até 1964) os comunistas desdenhavam publicamente a participação dos trabalhadores na Justiça, seja a comum ou trabalhista, embora a utilizassem privadamente em momentos de embate com o patronato. Essa contradição entre o discurso construído (de negação da Justiça “burguesa”) e a prática sindical (de utilizá-la intensamente na defesa dos direitos) era muito comum durante todo o período analisado e posteriormente.

Após o golpe de 64, por exemplo, Silva ressalta que as memórias comunistas que passaram por essa experiência, a qual impôs duras baixas à militância do partido, fez com que muitos militantes se voltassem para o período anterior ao golpe como eivado de um pacifismo institucional, erro que teria levado à derrota das esquerdas em 1964. Daí a descrença e fortes críticas à justiça, segundo Silva: “Nada se poderia esperar dos tribunais, dominado pelo elitismo dos magistrados”<sup>438</sup>.

Retomando os acontecimentos da greve, os operários presos foram então encaminhados ao quartel a pé, onde permaneceram por alguns dias, respondendo às perguntas levantadas pelas autoridades policiais. Aos poucos, alguns foram soltos, tendo sido preso ainda “o indivíduo de nome Alcides Rodrigues, comunista fichado pela polícia que orientava os grevistas ferroviários nessa localidade”<sup>439</sup>.

---

<sup>437</sup> *A Tribuna*, 5 de janeiro de 1952.

<sup>438</sup> SILVA, Fernando Teixeira da. *Op. Cit.*, 2016, p. 241.

<sup>439</sup> BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL. *Op. Cit.*, p. 7.

O relatório cita que no dia 31 de dezembro, após a situação na região carbonífera estar controlada e os elementos mais “perigosos” presos, foi oferecido pelo CADEM um churrasco à Brigada Militar “ao elemento do Porto do Conde, ao nosso pessoal ali em serviço e os que se encontravam na sede da Cia., nesta Vila”<sup>440</sup>. Mais um indício das relações umbilicais entre o CADEM e a Brigada Militar.

O movimento operário havia perdido a batalha, mas não a guerra. Mineiros e ferroviários, quando unidos, causavam temores das autoridades e dos patrões, pois vivam nas mesmas vilas operárias, trabalhavam em locais próximos, portanto, possuíam relações familiares e de classe envolvidas. Além disso, em maio daquele ano os ferroviários já haviam protagonizado uma importante greve em Santa Maria (RS), pelo pagamento de um abono que havia sido aprovado pela Assembleia Estadual, mas que não fora cumprido<sup>441</sup>. Caso se deflagra-se uma nova greve de mineiros e ferroviários articulada, portanto, esta poderia sair do controle das autoridades policiais, podendo acabar em atos de violência, como relatamos acima.

Porém, qual o limite que separa aqueles atos considerados violentos dos não-violentos? Como questionou Hobsbawm, “que certos tipos de violência são selecionados para observação – principalmente por motivos morais, políticos, legais ou administrativos, *pelas autoridades ou classes superiores*”<sup>442</sup>. O fato de os mineiros terem partido para cima da polícia com seus lampiões, ou dos ferroviários terem resistido a deixarem a estação obstruindo a passagem do jipe que transportava diretores da companhia? Ou a ação da polícia com golpes de cassetetes contra os trabalhadores e os disparos efetuados que ocasionaram a morte de um ferroviário?

Certamente todos esses atos podem ser considerados violentos dependendo qual o ponto de vista do observador sobre eles, bem como a maneira como são relatados pelas fontes. Entretanto, o fato de terem sido selecionados como fatos importantes pelas autoridades policiais mostra a importância econômica, política e social que os mineiros possuíam naquele período.

Além disso, a preocupação que causavam diante de suas greves imprevisíveis para as autoridades, podendo ocasionar falta de energia elétrica, paralisação da produção de indústrias, além do “tumulto social” nas vilas operárias. Portanto, as autoridades do Estado acompanhavam

---

<sup>440</sup> *Idem.*

<sup>441</sup> JOBIM, André Vinícius Mossate. **Os ferroviários e o trabalhismo**: as greves dos anos cinquenta em Santa Maria. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013, p. 68.

<sup>442</sup> HOBBSAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**: novos estudos sobre história operária. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 26.

de perto as movimentações dessa categoria, perseguindo os “elementos comunistas” que identificavam como “perigosos” e “agitadores”.

A seguir veremos uma greve ocorrida em Criciúma no mesmo período de modo a comparar os dois movimentos.

### 3.2 A GREVE DE 1952 EM CRICIÚMA

O movimento operário de Criciúma logo soube dos conflitos nas minas do Rio Grande do Sul. Em ata de assembleia, o dirigente sindical Pedro de Andrade se solidarizou com o movimento do estado vizinho e afirmou que “a violência policial não justifica as ações que foram tomadas injustamente contra os mineiros de Butiá”<sup>443</sup>. É possível que o conhecimento desse fato tenha contribuído para a deflagração da greve no ano seguinte em Criciúma.

Entretanto, a situação dos trabalhadores na cidade catarinense estava difícilíssima em 1952. Após sete anos sem reajuste salarial, a carestia corroía o poder de compra das famílias da região. Em reportagem do jornal *A Folha do Povo*, de Criciúma, em agosto de 1952, o título informava: “Com salários de fome não é possível aos trabalhadores das minas terem existência condigna! A Folha do Povo ouve a palavra e os reclamos procedentes de um operário de nossas minas, onde percebe salário ínfimo”<sup>444</sup>. No que tange à legislação, o editorial do jornal comentava:

Antigamente era o regime das ordens de papelão, que sujeitava o portador a fazer suas compras em certos estabelecimentos, pagando aquilo que lhes era exigido. Mais tarde, apesar de estar em pleno vigor a legislação social inovadora criada por Getúlio Vargas, não chegaram à Criciúma desde logo seus benefícios. Horário de trabalho, salário mínimo, férias, proteção à maternidade e outras vantagens foram conhecidos dos nossos operários muitos anos depois de sua concessão<sup>445</sup>.

No discurso do editorial fica evidente uma visão benevolente de Vargas como “criador da legislação social”, mas também que por um tempo as leis trabalhistas foram ignoradas pelos proprietários das minas de carvão de Criciúma. O jornal *Folha do Povo* era dirigido pelo advogado Pedro Vergara Corrêa, filiado ao PTB (daí sua ligação e defesa de Getúlio). Corrêa havia vindo do Rio Grande do Sul para auxiliar na criação do sindicato dos mineiros de

---

<sup>443</sup> SINDICATO DOS MINEIROS DE CRICIÚMA. **Livro de Atas**. Ata da Assembleia Geral Ordinária, 20 de janeiro de 1952. Criciúma, 1952.

<sup>444</sup> **Folha do Povo**, 5 de agosto de 1952.

<sup>445</sup> *Idem*.

Criciúma em 1944. O periódico funcionou entre 1949 e 1953, sendo o primeiro jornal colorido da região (capa e contracapa). Segundo Silva, Vergara continuou atuando como assessor jurídico do sindicato e “o jornal defendia os direitos daquela classe, envolvendo-se constantemente em pautas políticas e trabalhistas em favor do movimento operário”<sup>446</sup>.

A greve iniciou na Companhia Carbonífera Brasileira de Araranguá, em 10 de outubro. Em poucas horas, espalhou-se pelas demais mineradoras da região (Próspera, Boa Vista, Criciúma, Cocal, Metropolitana, São Marcos, Caeté, Catarinense, Montenegro, Rio Maina, Mina Brasil e Mina União) e Urussanga (Cia. Carbonífera Urussanga), resultando na interrupção geral de todas as minas do município pelo período de quinze dias<sup>447</sup>. Apesar da oposição inicial do Sindicato, que preferia uma saída negociada e conciliatória com os patrões, a greve teve imenso apoio da comunidade segundo o jornal *A Folha do Povo*<sup>448</sup>.

As exigências dos grevistas incluíam um aumento de até 60% nos salários, dependendo da faixa salarial, ao passo que no RS a luta foi no sentido de manter a jornada de 6 horas em todas as minas e o direito ao transporte para casa. Essas diferentes pautas, contudo, refletem as diferentes dinâmicas de luta que estavam ocorrendo em cada região.

Em SC, o movimento ficou registrado por dois médicos que trabalharam na região. Um deles, Manif Zacharias, ligado ao PCB, escreveria mais tarde que, além de aumento salarial, os grevistas reivindicavam melhores condições de trabalho:

[...] arremeteram-se os mineiros em frente única, decididos a usar essa única arma, a greve, plenamente legal, para alcançar seus objetivos e enfrentar a ganância desmedida de patrões inescrupulosos, que não se pejavam de explorar vilmente esses trabalhadores, praticamente tidos à conta de escravos<sup>449</sup>.

Zacharias<sup>450</sup> mesclava suas atividades como médico, atendendo à população mineira, com sua militância política, tendo dirigido e escrito vários artigos para o jornal *A Tribuna Criciumense*, o qual dirigiu entre 1959 e 1961. Sobre sua atuação política, o autor comenta em seu livro quando fala sobre seu companheiro de Partido, Lacombe Filho:

---

<sup>446</sup> SILVA, Marjory Calumbi Gomes da. **Rede de comunicação Eldorado**: conexões entre política e poder no sul de Santa Catarina. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2018.

<sup>447</sup> **Folha do Povo**, 27 de outubro de 1952.

<sup>448</sup> *Idem*.

<sup>449</sup> ZACHARIAS, Manif. *Op. Cit.*, p. 47.

<sup>450</sup> Zacharias era uma figura, no mínimo, controversa. Era membro do Partido Comunista do Brasil (PCB) e maçom. Foi dirigente da célula municipal do partido em Criciúma, e, ao mesmo tempo, fundador da Loja Maçônica *Presidente Roosevelt*. Circulava entre os trabalhadores, sendo admirado pela população por tratar dos enfermos, dos acidentados das minas, as crianças desnutridas; e possuía bom relacionamento com as figuras políticas importantes da cidade, como o Juiz da Comarca de Criciúma, que lhe tirou da cadeia após o golpe de 64.

Comunista convicto, conhecedor profundo de Marx, Engels e Lenine, organizou e dirigiu, durante o período da legalidade, o **secretariado municipal do P.C.B, de que fui, durante algum tempo, integrante**. Juntos, participamos de muitas lutas políticas, enfrentando, em todas elas, a reação brutal de um reacionarismo de direita intolerante e perverso<sup>451</sup>.

O relato da greve também aparece no livro do nosso já conhecido médico Boa Nova Jr. No relatório intitulado *Problemas médico-sociais da indústria carbonífera sul-catarinense*, o médico escreveu:

Testemunhamos em novembro de 1952 a uma greve de mineiros em Criciúma: greve de fome, de que participou a totalidade dos trabalhadores de 14 minas de carvão aí existentes. Com efeito, ajudantes de mineiros e diaristas havia, nessa época, que percebiam o salário mínimo de 17,70 cruzeiros diários, ou seja, um salário mensal de cerca de 460,00 cruzeiros (em 26 dias úteis de trabalho). Muitos deles, chefes de famílias numerosas, com esposa e 5 ou 6 filhos. Como poderia um operário viver com tão ínfimo ordenado, levando-se em conta o atual custo de vida?<sup>452</sup>

O relato do médico traz detalhes sobre o nível de salário dos operários, que seria muito abaixo do necessário para uma condição de vida digna de suas famílias, inclusive muito abaixo do salário mínimo nacional da época, que era de Cr\$ 1.200,00<sup>453</sup>. Outra informação importante diz respeito à quantidade de empresas paralisadas: quatorze. Uma greve em que se conseguiu quase a totalidade das empresas paralisadas, sem a participação do Sindicato, foi, provavelmente, organizada em paralelo por uma comissão de mineiros, contando com a participação dos comunistas, dado o destaque que Zacharias deu à greve.

Trata-se também de uma disputa pela liderança da categoria, visto que naquele período, apesar da ilegalidade, o PCB nacionalmente buscou se aproximar das massas trabalhadoras e ter maior inserção nos sindicatos. Em julho de 1952, uma resolução da direção nacional sobre os meios sindicais orientava que militantes comunistas deveriam buscar uma aproximação com o meio sindical, mapeando os desejos e as angústias dos trabalhadores e articulando alianças, principalmente, com os trabalhistas. Portanto, com base nesta resolução sindical, os comunistas passaram a disputar cargos de direção de organizações sindicais, já que a conjuntura era propícia para esta atuação, com o crescimento da sindicalização e das greves pelo país, como a

---

<sup>451</sup> ZACHARIAS, Manif. *Op. Cit.*, p. 47.

<sup>452</sup> BOA NOVA JR., Francisco de Paula. *Op. Cit.*, p. 100.

<sup>453</sup> BRASIL. **Decreto n. 30.342, de 24 de dezembro de 1951**. Altera as tabelas do salário mínimo e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1951. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30342-24-dezembro-1951-340732-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 31 maio 2022.

“greve dos 300 mil” em São Paulo, que se iniciou na fábrica de tecidos Matarazzo e se espalhou para várias categorias<sup>454</sup>.

Além disso, os trabalhadores das minas de carvão eram um foco de atuação do movimento comunista internacional, que investiu nessa categoria para torná-la paradigma da própria identidade comunista. Segundo Ciocari, “durante e após a Segunda Guerra Mundial, os mineiros encarnaram a identidade comunista operária, nacional e revolucionária, relação que, naquele contexto, ainda mantém seus resquícios”<sup>455</sup>. Havia, portanto, uma orientação internacional, nacional e regional do partido de se priorizar o trabalho nas minas de carvão, devido à importância que se dava àquela categoria.

Retomando a análise da greve de 1952, além das notícias no jornal e dos relatos dos médicos, encontramos cartas trocadas entre políticos locais e o gabinete da Presidência da República. Em 15 de outubro de 1952, o Prefeito de Criciúma, Paulo Preis, enviou um telegrama ao Presidente Getúlio Vargas, comunicando-o sobre a greve que paralisou todas as minas de carvão e solicitando o aumento do preço do “carvão lavador siderúrgica, para salvar milhares de famílias do desespero”<sup>456</sup>. A proposta de Preis era no sentido de reivindicar um aumento do preço do carvão siderúrgico, vendido pelas mineradoras de Santa Catarina à Companhia Siderúrgica Nacional. Seu raciocínio era que, com o aumento do preço pago por tonelada do minério, as empresas poderiam aumentar os salários dos trabalhadores.

Contudo, nem todos concordavam. Cento e noventa e sete trabalhadores, reunidos em assembleia no dia 2 de outubro de 1952, foram contra a proposta do sindicato de exigir somente 20% de aumento, consoante com o reajuste do preço do carvão. O mineiro Manoel Borges Xavier, discordando da proposta, afirmou:

[...] que os operários nada tinham que ver com o aumento pleiteado pelas empresas e que estavam dispostos à luta; que unidos tinham força; que estavam dispostos a entrarem em greve desde aquele momento; que os empregadores tinham que reconhecer a força dos operários; que os operários não tinham medo de exército<sup>457</sup>.

---

<sup>454</sup> CORRÊA, Larissa Rosa. *Op. Cit.*, 2006, p. 251.

<sup>455</sup> CIOCCARI, Marta Regina. *Op. Cit.*, 2010, p. 23.

<sup>456</sup> PREIS, Paulo. **Telegrama ao Presidente da República, Getúlio Vargas, 15 de outubro de 1952**. Telegrama. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

<sup>457</sup> LEMOS, Gustavo Perez. *Op. Cit.*, p. 25. Não tivemos acesso direto a esta documentação, pois foi apreendida e encontra-se em posse da Polícia Federal, em Florianópolis.

A fala do operário Manoel Borges Xavier reflete as ideias de uma parte dos mineiros que, de fato, não tiveram receio em paralisar a produção para lutarem por aumentos maiores. Pelo que as fontes indicam, a maioria apoiou a fala de Xavier e votou pela continuação da greve.

Segundo defende o médico Manif Zacharias em suas memórias, o movimento era pacífico, mas as empresas, “impressionados com a unidade da massa obreira” solicitaram reforços da capital, Florianópolis, para reprimir a greve da categoria. Sob o comando do coronel Trojílio Melo, titular da Delegacia da Ordem Polícia e Social, a tropa de soldados desembarcou cidade à noite, descendo a Rua Conselheiro João Zanette à Praça Nereu Ramos, no centro da cidade. Conforme o relato do médico,

[...] dezenas de cassetetes desceram sobre a cabeça e as costas de pacatos e ordeiros cidadãos que ali haviam tido a infelicidade de se encontrar, entre eles o prefeito Paulo Preis [...] Transformou-se Criciúma em praça de guerra<sup>458</sup>.

O conflito entre polícia e mineiros também foi relatada pela escolhedeira Rosária Méis Sanches Costa<sup>459</sup> em entrevista colhida em 1998:

[...] entraram por Urussanga, dividiram as várias companhias, como o pessoal estava aqui na Próspera, no centro não tinha ninguém cuidando, eles estavam aglomerados ali, qualquer atitude suspeita, o pessoal vinha e comunicava e o pessoal dispersava, a partir do hospital São José eles se dividiram e foram descendo contornando, entraram pela rua, onde tinha o SESI ali, entraram por cima da estação, vieram pelo outro lado da cidade e eles encurralaram os mineiros, eles bateram tanto Meu Deus! Eles massacraram, eles não tinham como revidar, eles estavam de mão limpa. Eles usavam esses cassetetes para dispersar a multidão, eles já entraram batendo. Não houve pronunciamento nenhum, houve massacre. Eles não tinham como sair. [...] Aquilo ali é um funil. Entrou o pessoal da Próspera, o pessoal da CBCA. Eles racharam cabeças, eles quebraram braços<sup>460</sup>.

Na memória de Rosária ficou marcada a violência policial na repressão ao movimento. Salienta-se que a memória não é um acúmulo de informações precisas do passado, mas um processo de reelaboração das experiências vividas<sup>461</sup>, estando sempre sujeita a mudanças ao longo do tempo. O conceito de memória utilizado na pesquisa compreende o que Alessandro

---

<sup>458</sup> ZACHARIAS, Manif. *Op. Cit.*, p. 48.

<sup>459</sup> Rosária Meis Sanches Costa. Nasceu em 1939 na Próspera. Filha de Florindo Meis Málaga, imigrante espanhol, capataz da Carbonífera Próspera e Ana Colle Meis, filha de imigrantes italianos. Rosária foi uma das professoras da E. R. José Martinelli, pertencente à Carbonífera Próspera. Cf. COSTA, Rosária Méis Sanches. **Entrevista cedida em 14 de junho de 1998**. Entrevistadora: Marli de Oliveira Costa. Criciúma: Acervo de História Oral do Cedoc/Unesc, 1998.

<sup>460</sup> COSTA, Rosária Méis Sanches. *Op. Cit.*

<sup>461</sup> SILVA, Paulo Renato da. Memória, História e Cidadania. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 23, n. 32, 2010, p. 328.

Portelli denominou um “horizonte de memórias possíveis”. Para o historiador italiano, não há uma única memória coletiva, que domina as demais formas. Mas memórias individuais, “de alguma forma, diferente de todas as demais. Então, o que vemos, mais que uma memória coletiva, é que há um horizonte de memórias possíveis”<sup>462</sup>.

Portanto, mais importante que a veracidade das informações dos depoimentos, é a percepção subjetiva de quem viveu aquele momento e como constrói sua narrativa, marcada pela ação violenta da polícia. Essa memória da repressão também é compartilhada pelo mineiro Jorge Feliciano, ligado ao PCB e que mais tarde seria dirigente do sindicato, numa gestão ligada aos comunistas. Feliciano se lembra da pancadaria desencadeada pelos policiais<sup>463</sup>.

Alessandro Portelli discute de forma mais profunda esse viés da memória ao estudar a história do Massacre de Civitella, um episódio em que as tropas de ocupação nazistas assassinaram 115 civis em uma pequena comunidade do norte da Itália (próximo à Toscana) no final da Segunda Guerra Mundial. Portelli comenta que “o que todos os civitellini contam é verdade: não se pode contar, não se pode explicar, não se pode fazer os outros entenderem”<sup>464</sup>. Em outras palavras, elas expressam o inexplicável, tentam dizer o indizível, somente quem passou pela experiência do massacre de Civitella sentia, de fato, o que aquilo representava àquela comunidade. Porém, ao mesmo tempo, o autor salienta que: “o indizível é dito. O esforço para contar o incontável resulta em narrativas interpretáveis, constructos culturais de palavras e ideias”<sup>465</sup>.

Com base nesta reflexão, pode-se abordar a memória dos militantes comunistas (que não estavam no sindicato à época) sobre o desfecho da greve. Portelli, em outro artigo, salienta que “a imaginação da classe trabalhadora incorporada ao testemunho deve ser inserida no contexto das políticas do partido e nas explicações oficiais de seu passado histórico e de seus precedentes”<sup>466</sup>. O PCB estava desde 1947 na clandestinidade, seus militantes tinham que fazer o trabalho de organização política escondidos para não serem presos. Ao mesmo tempo,

---

<sup>462</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto de; KOURY, Yara Aun. *Op. Cit.*, p. 201.

<sup>463</sup> COIMBRA, David. *Op. Cit.*, p. 39.

<sup>464</sup> PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). **Usos e abusos da história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 106.

<sup>465</sup> *Ibidem*, p. 107.

<sup>466</sup> PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1993, p. 41-42.

disputavam politicamente o sindicato, pois o partido continuava orientando seus militantes a disputarem as eleições sindicais<sup>467</sup>.

Após seis dias de greve, com a tensão aumentando nas ruas de Criciúma, os trabalhadores se reuniram em assembleia, contando com a presença de cerca de duas mil pessoas<sup>468</sup>. Havia duas propostas na mesa de negociação: a) patronal, apresentou um aumento de 10% a 25%, dependendo da função na mina; b) da categoria, proposta de acréscimo de 10% a 60% dos salários. Pelas fontes que consultamos<sup>469</sup>, acabou prevalecendo a proposta patronal, porém, não localizamos a demanda da limitação da jornada de 6 horas de trabalho no subsolo, diferentemente do que ocorreu em São Jerônimo (RS).

Segundo telegrama enviado pelo Prefeito Paulo Preis, em 24 de outubro de 1952, ao Presidente Getúlio Vargas, a produção voltara à normalidade, “com entendimento entre patrões e operários”. Sobre a violenta repressão da polícia, da qual ele próprio acabou atingido por acidente, o prefeito comentou: “O movimento grevista ocorreu quase total ordem, não havendo nenhum ato violento por parte dos operários, embora a população ordeira fosse agredida terça-feira à noite pela polícia”<sup>470</sup>.

Pesquisando nos arquivos do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, encontramos uma ata sindical de 1956 que traz uma tabela com os aumentos que haviam sido dados no período anterior:

---

<sup>467</sup> BUONICORE, Augusto César. Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 7, n. 12/13, 2000, p. 22.

<sup>468</sup> LEMOS, Gustavo Perez. *Op. Cit.*, p. 36.

<sup>469</sup> SINDICATO DOS MINEIROS DE CRICIÚMA. **Livro de Atas**. Ata da Assembleia Geral Extraordinária para fins de ratificação do Contrato Coletivo de Trabalho, 25 de março de 1956. Criciúma, 1959.

<sup>470</sup> PREIS, Paulo. **Telegrama ao Presidente da República, Getúlio Vargas, 24 de outubro de 1952**. Telegrama. *In*: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

**Figura 27** – Ata da Assembleia Geral Extraordinária para fins de ratificação do Contrato Coletivo de Trabalho, 25 de março de 1956.

que acompanha o referido contrato, cujos termos é o seguinte: **TABELA**  
**CONFECCIONADA PARA EXECUÇÃO DAS CLÁUSULAS DOS CONTRATOS COLETIVO DE**  
**TRABALHO FIRMADO ENTRE OS SINDICATOS NACIONAL DA INDÚSTRIA DA EXTRA-**  
**ÇÃO DE CARVÃO E O DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CAR-**  
**VÃO DE CRICIÚMA:**

Salários	28/8/945 1º Aumento	22/10/52 2º Aumento	Coeficiente - 2 aumentos	Coeficiente do -2º aumento
Até 40,00	10%	25%	1,375	1,25
de 40,10 a 50,00	10%	20%	1,32	1,20
de 50,10 a 70,00	10%	15%	1,265	1,15
acima de 70,10	10%	10%	1,21	1,10

O Salário base, bem como os valores das tarefas, serão multiplicados pelo coeficiente encontrado em uma das duas últimas colunas, e ao resultado encontrado será adicionada a importância resultante da soma dos últimos três aumentos abaixo, levando-se em conta as categorias mencionadas ao aumento de 26 de outubro de 1953.

Salários	26/10/53 3º aumento	31/1/55 4º aumento	30/1/56 5º aumento	Média Mensal-Diária	Média Mensal-Diária
de 1.501,00 até 2.500,00	1.500,00	450,00	400,00	600,00	1.450,00
acima de 2.500,00	600,00	400,00	400,00	600,00	1.500,00
					5333

Fonte: Arquivo do Sindicato dos Mineiros de Criciúma.

As datas informadas na tabela do sindicato (agosto de 1945, outubro de 1952, outubro de 1953, janeiro de 1955 e janeiro de 1956) coincidem com momentos de greves. O chamado adicional “Macedo Soares” foi um abono pago aos trabalhadores e trabalhadoras do carvão após a greve de 1945<sup>471</sup>. A conquista da greve, entretanto, não ficou associada ao sindicato, pois, segundo Jorge Feliciano, entrevistado nos anos 1980 por um jornalista, o presidente do Sindicato dos Mineiros estava ao lado da polícia durante a greve:

<sup>471</sup> “Macedo Soares, personalidade de destaque no cenário político e intelectual da primeira metade do século XX, nasceu na cidade de São Paulo em 1883 e descendia de uma família tradicional fluminense. Em 1905, bacharelou-se em Direito na mesma capital, e formado dedicou-se ao magistério, lecionou Economia Política e Ciência das Finanças na Escola do Comércio Álvares Penteado e dirigiu o Ginásio Macedo Soares, de sua família. O ingresso na vida política iniciou quando se elegeu deputado nacional constituinte entre os anos de 1933 e 1934, em seguida, Ministro da Justiça e Interventor Federal em São Paulo. Como Ministro das Relações Exteriores coube lhe representar o Brasil em Washington na posse do presidente Franklin D. Roosevelt (1937). [...]. Em 1937, Macedo Soares foi nomeado Ministro da Justiça pelo então presidente Getúlio Vargas, permaneceu no posto por cerca de cinco meses. Ao que tudo indica, Macedo Soares ao perceber os novos planos do Governo de outorgar a constituição cuja inspiração baseava-se em ideias nazifascistas, evitando futuras eleições, exonerou-se do cargo. Voltaria ao cenário político em 1945-47 como interventor federal no Estado de São Paulo”. Cf. CARDOSO, Luciene P. Carris. José Carlos de Macedo Soares e as instituições da Era Vargas: os casos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005. *Anais* [...]. Londrina: ANPUH, 2005. p. 1-7. Não há registro de porque foi dado o nome do ex-ministro da Justiça de Vargas ao adicional, que havia pedido exoneração do cargo antes do golpe do Estado Novo, em 1937. Contudo, é possível interpretar que à véspera da queda do regime, a alusão em homenagem a um político contrário ao governo de Vargas, fosse um recado político dos empresários do carvão.

Pra ter uma ideia, em 52, numa greve, a greve em que nós conseguimos o aumento chamado Macedo Soares, que era o ministro do Trabalho, os mineiros fizeram a greve à revelia do sindicato, e eu tive a desgraça de ver o dirigente sindical junto com a polícia, apontando os cabeças da greve. E prenderam um bocado de companheiros da gente. Dali em diante eu comecei a despertar para a luta. Aí então comecei a lutar nos setores de trabalho, por melhores condições, porque a mina tava ruim, etc. Então nós fazíamos os nossos movimentos internos, muitas vezes nós fazíamos paralisações para melhoramento de condições de trabalho e até para conseguir aumento do preço do carvão, pois naquele tempo o mineiro era empreiteiro<sup>472</sup>.

Não temos outras fontes que confirmem esta informação relatada por Feliciano. Em contraste, o médico Zacharias, escreveu que o Sindicato dos Mineiros foi invadido e ocupado “*manu militari*”<sup>473</sup> durante a greve de 1952. Embora as fontes se contradigam nos relatos, as lembranças indicam uma tensão entre a direção do Sindicato e a militância que não estava na entidade, principalmente os comunistas na ilegalidade.

O desfecho da greve de 1952, assim como em São Jerônimo, foi a repressão. Alguns líderes da greve foram presos, outros fugiram, dos quais sete foram para a casa de Zacharias. O médico os acolheu, escondendo-os da polícia, como relata em seu livro: “E eles ficaram lá, dias seguidos. Tive que alimentá-los, levando-lhes, diariamente, panelas de arroz e feijão preparados por minha sogra. [...] Tudo às ocultas, disfarçadamente, procurando não dar vista”<sup>474</sup>. Após algumas semanas, os policiais voltaram para Florianópolis, e os mineiros puderam deixar seu esconderijo na casa do médico.

Tal ação de proteção também foi recordada pelo mineiro Feliciano:

Quando eclodia uma greve e a polícia prendia os trabalhadores, os militantes comunistas escondiam e reuniam as lideranças em suas casas, eles constituíam advogado, auxiliavam financeiramente as famílias dos presos<sup>475</sup>.

Trata-se uma importante evidência da articulação dos comunistas na região. Nota-se, além disso, que foi através das greves que trabalhadores que antes não se interessavam pela militância, como Jorge, despertaram para a luta sindical. Segundo Fernandes, em 1952 já se notava uma importante presença do PCB em Criciúma, pois a partir daquele ano o “Partidão” começou a destacar mais militantes àquela cidade:

---

<sup>472</sup> MINAS, Vitor. *Op. Cit.*, p. 144.

<sup>473</sup> ZACHARIAS, Manif. *Op. Cit.*, p. 48.

<sup>474</sup> ZACHARIAS, Manif. *Op. Cit.*, p. 49.

<sup>475</sup> FELICIANO, Jorge João. *Op. Cit.*

A cidade passa a ser conhecida, nas palavras de um dirigente local do PCB (o qual foi para Criciúma a pedido do partido), como cidade polo da classe operária, vindo a ser chamada, alguns anos depois como a “Cuba brasileira”<sup>476</sup>.

É certo, pois, que as populosas vilas mineiras eram um alvo importante para a direção do PCB, preocupada constantemente em enviar militantes (inclusive intelectuais) para São Jerônimo e para Criciúma. Pode-se comparar a importância que a categoria dos mineiros tinha para o PCB, devido ao persistente trabalho político nessas regiões.

Um poeta gaúcho que viveu e trabalhou nas minas foi Heitor Saldanha. Nascido na cidade de Cruz Alta, Rio Grande do Sul, em 1919, Saldanha se envolveu com o cotidiano da classe operária mineira na década de 1950, época em que morou em São Jerônimo, e escreveu o livro “As galerias escuras”, em que aborda a vida dos mineiros, como relatou em entrevista:

Todos os dias eu descia ao fundo do poço e via como era a vida de um mineiro. Trabalhei ali uns dois anos e meio e encontrei o tema de *As galerias escuras*. Foi uma forma de sair em busca da poesia, embora não seja necessário que para se escrever sobre alguma coisa se participe diretamente dela<sup>477</sup>.

Embora não haja comprovação de sua filiação ao PCB, Martins indica ser uma forma de resguardá-lo da perseguição policial contra os militantes do partido<sup>478</sup>. Com a mesma orientação do PCB de enviar intelectuais para as regiões de concentração operária, o sul de Santa Catarina, especialmente, a região de Criciúma, passou a ser vista como um importante foco de atuação do partido. Um dirigente político muito influente entre os trabalhadores catarinenses foi Aldo Pedro Dittrich. Nascido em 21 de agosto de 1926 em Canoinhas, Santa Catarina, Aldo foi militante comunista e “principal orientador político dos mineiros”, segundo o jornalista Davi Coimbra<sup>479</sup>. Segundo pesquisas de Lencina, ele se formou em Direito pela faculdade em Florianópolis, quando já era um dos principais dirigentes do PCB em Santa Catarina e, em 1956, conseguiu sua inscrição na ordem dos advogados<sup>480</sup>. Dirigiu o jornal semanário a “Unidade: Em Defesa dos Interesses do Povo”, e tornou-se advogado do Sindicato

---

<sup>476</sup> FERNANDES, Maria Luiza. *Op. Cit.*, p. 68.

<sup>477</sup> INSTITUTO LING. Heitor Saldanha: redescubra a trajetória do poeta gaúcho modernista. **Instituto Ling**. Porto Alegre, 30 jun. 2021. Disponível em: <https://institutoling.org.br/explore/heitor-saldanha-redescubra-a-trajetoria-do-poeta-gaucha-modernista>. Acesso em: 21 jun. de 2022.

<sup>478</sup> MARTINS, Marisângela Terezinha Antunes. *À esquerda de seu tempo: escritores e o Partido Comunista do Brasil* (Porto Alegre, 1927-1957). São Paulo: Verona, 2014, p. 216.

<sup>479</sup> COIMBRA, David. *Op. Cit.*, p. 42.

<sup>480</sup> LENCINA, Daiane Castoldi. **Camarada Aldo Pedro Dittrich: trajetória profissional, política e repressão** (1950-1964). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011, p. 48.

dos Trabalhadores da Indústria da Extração de Carvão de Criciúma no final de 1956, com a vitória da chapa comunista.

A mudança de Aldo Dietrich para Criciúma pode ser compreendida dentro desse esforço que o PC tinha em enviar seus quadros políticos, aqueles que possuíam alguma formação teórica ou prática para as regiões que considerava prioritárias. Notam-se semelhanças e aproximações nessa prática entre os militantes que eram enviados para a região carbonífera do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Sua atuação se dava a partir da base do movimento operário, dando orientação, apoio e cobertura aos trabalhadores.

Estas greves do começo da década de 1950 foram lembradas por Jover Telles, o qual já mencionamos, em seu livro *O movimento sindical no Brasil*, publicado em 1962. Nele, o militante escreve: “a greve de 7 mil mineiros do carvão em Santa Catarina, que durou 7 dias, por aumento dos salários e pelo pagamento dos salários atrasados”<sup>481</sup>.

Sobre as semelhanças dos movimentos, deve-se ressaltar que esta foi uma greve geral em todas as minas de carvão da região sul de Santa Catarina por 15 dias, organizada à revelia do sindicato que arrancou um aumento salarial significativo, mesmo com o patronato tendo articulado a vinda da força policial para reprimir a greve.

Da mesma forma, a greve de 1951 em São Jerônimo contou com forte repressão policial articulada em conjunto com o CADEM. Conforme já analisado, as mineradoras sempre podiam contar com a repressão estatal, através da polícia, para coibir o movimento dos trabalhadores. Foi isso que ocorreu em 1951, em São Jerônimo, e em 1952, em Criciúma e em diversos outros momentos de mobilização dos mineiros ao longo do período pesquisado.

Tal episódio é mais um indicativo que a tese de “manipulação das massas” e “cooptação” no período entre guerras não dão conta de explicar a complexidade das relações de luta dos trabalhadores naquele período, como já demonstraram diversos estudos recentes. Edward P. Thompson nos sugere que retomemos o caminho oposto: “Se creio, de fato, um certo dado histórico não está de acordo com as costumeiras categorias de classe, então, em vez de golpear a história para salvar as categorias, devemos instigá-las com novas análises”.<sup>482</sup>

Nesse sentido, Negro e Silva, após analisarem os movimentos dos trabalhadores na primeira metade da década de 1950, principalmente no Estado de São Paulo, chegaram à conclusão de que as conquistas do movimento sindical desse período “são avanços duramente amealhados no chão das fábricas, em disputas – abertas e diretas – entre capital e trabalho.

---

<sup>481</sup> TELLES, Jover. *Op. Cit.*, p. 54.

<sup>482</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *Op. Cit.*, 2001, p. 276.

Defendidos com igual obstinação, não resultavam de tramoias palacianas entre os altos escalões da política governamental e trabalhista”<sup>483</sup>.

As pesquisas de Mattos sobre as greves e repressão policial ao sindicalismo carioca no período 1945-1964 também apontam nesse sentido, destacando a atuação das Organizações por Locais de Trabalho (OLTs) como experiências organizativas que rompem com a falsa ideia de um movimento operário e sindical completamente atrelado à estrutura estatal:

A atuação das OLTs, tanto nos momentos em que estavam coordenadas à ação dos sindicatos, quanto quando agiam em rota de colisão com eles, dificulta a aceitação das teses de que a estrutura sindical criada no Estado Novo permitia o controle quase que absoluto sobre os sindicatos. Ao estimularem (ou atuarem conjuntamente com) as OLTs, os sindicatos iam além da estrutura oficial. Nos momentos em que estas organizações agiam de forma independente da estrutura, em especial organizando greves, fica ainda mais evidente que o sindicalismo oficial não garantia por si só o controle total sobre as mobilizações operárias<sup>484</sup>.

Apesar da repressão da greve de 1952 e de não conseguirem os 60% de reajuste que pleiteavam, os mineiros e as escolheiras de Criciúma tiveram algumas vitórias em sua pauta de reivindicação. A maior delas, no entanto, talvez não fosse a representada pelos números, mas pelo processo de acúmulo de experiência dos diversos embates pelo qual passaram, que lhes serviu como um grande aprendizado para as lutas que estavam por vir.

Além disso, deve-se ressaltar que tanto esta greve em Santa Catarina quanto àquela de 1951 nas minas do Rio Grande do Sul, tiveram que se organizar por fora do sindicato, articulando-se através dos locais de trabalho, e, ao mesmo tempo, participando das assembleias convocadas pela entidade para deliberar sobre o movimento, demonstrando que o processo de construção da identidade de classe não deriva simplesmente da posição ligada ao sindicalismo, mas de um processo mais amplo de enfrentamento contra o patronato ou o Estado, ou como diria Thompson, quando “alguns homens, como resultado de *experiências* comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”<sup>485</sup>.

Esse fato contribui para desconstruir a tese generalizante de que o movimento operário no Brasil durante este período fora construído pelo alto, a partir de alianças das cúpulas do sindicalismo de Estado, como defendiam autores citados na introdução desta tese, a exemplo

---

<sup>483</sup> NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. *Op. Cit.*, p. 69.

<sup>484</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Op. Cit.*, 1998, p. 50.

<sup>485</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *Op. Cit.*, 1997, p. 10.

de Juarez Brandão Lopes, Aziz Simão, Leôncio Martins Rodrigues e Fernando Henrique Cardoso ao nível nacional e Volpato ao nível regional<sup>486</sup>.

Essa leitura historiográfica foi responsável por criar uma narrativa que via a classe trabalhadora no Brasil anterior ao golpe de 1964 no negativo. Embora o objetivo fosse compreender o porquê da derrota das esquerdas e problematizar o seu papel na história, essa interpretação acabou por pautar uma visão teleológica do movimento operário e sindical, como se o desfecho do golpe de 64 estivesse no germen do populismo como política de manipulação das massas. Como destacou Mattos:

Comparando a classe e o sindicato a modelos internacionais ou comparando o momento anterior ao golpe militar ao período posterior à erupção do novo sindicalismo, no pós-78, tendeu-se a definir o movimento operário daquele período como pouco combativo, cupulista e atrelado ao Estado<sup>487</sup>.

Ora, se a classe foi utilizada como “massa de manobra” pelas lideranças cupulistas que a manipularam ao seu bel prazer, ou, por outro lado, se foram tuteladas por dirigentes políticos do Estado, como explicar as greves empreendidas por esses trabalhadores que se viam constantemente sob ameaça de demissão e de terem seus salários cortados? Ademais, é importante destacar tanto na greve de São Jerônimo quanto em Criciúma, houve a intensa participação dos comunistas, que criticavam abertamente a linha política dos sindicatos, e exortavam os trabalhadores à ação direta como arma de mobilização da classe, em contraste com outras correntes sindicais que defendiam a negociação com o patronato. Além disso, o interesse dos comunistas pelas vilas mineiras e a intensa disputa sindical dos anos 1950 e 1960 demonstram haver um atuante movimento operário se organizando tanto no RS quanto em SC, que incomodava constantemente o interesse das empresas mineradoras. Para aprofundar e compreender melhor a atuação dos comunistas nessas regiões, vejamos a seguir quais eram os meios de comunicação que utilizavam para a comunicação com os operários.

### 3.3 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA DOS COMUNISTAS NA REGIÃO DE SÃO JERÔNIMO

Alguns dos meios de comunicação e propaganda privilegiados pelos militantes comunistas nas minas de carvão eram jornais, panfletos, ou qualquer outro impresso que

---

<sup>486</sup> VOLPATO, Terezinha. *Op. Cit.*, 2001, p. 16.

<sup>487</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Op. Cit.*, 2003, p. 20.

pudesse ser distribuído aos trabalhadores. Com base nessas fontes encontramos evidências de que o PCB já atuava pelo menos desde o começo da década de 1930 no RS, recrutando trabalhadores para as fileiras do partido.

Um dos principais meios de comunicação era o jornal *O Lampeão*. Na década de 1950, o partido editou o periódico operário visando à denúncia da exploração do trabalho e como instrumento de aproximação política do PCB junto aos operários. Na edição de maio de 1956, *O Lampeão* denunciava as péssimas condições de trabalho que o CADEM impunha aos mineiros de São Jerônimo e Butiá: “O CADEM põe em perigo a vida dos operários, jogando-os a trabalhar em lugares infestados e imundos. [...] No fundo dos poços não há um lugar apropriado e conveniente que os operários possam satisfazer suas necessidades fisiológicas”<sup>488</sup>.

Na mesma edição, nota-se a influência de pautas políticas nacionais, como a campanha pela anistia ampla e irrestrita, conduzida pelo PCB com um projeto apresentado à Câmara dos Deputados em março de 1956. A campanha visava à anistia de Luiz Carlos Prestes e vários líderes do partido que estavam sendo processados pelo crime de “subversão da ordem”<sup>489</sup>. Em *O Lampeão*, há uma matéria assinada por Antônio Augusto Ruschel, militante do PCB, com o título *A Anistia é uma necessidade para a democracia*, além de trovas assinaladas por T. Soares:

No fundo da mina  
 – Quem tira o carvão -  
 A ideia ilumina  
 Lendo o LAMPEÃO.  
 Do meio do chão  
 Liberdade reclama  
 O Mineiro valente  
 Que lê o LAMPEÃO.  
 – Anistia! Anistia!  
 Numa voz de trovão  
 Os mineiros reclamam  
 Lá do fundo do chão<sup>490</sup>.

Observa-se como há um jogo de palavras no poema entre o sujeito, o mineiro, e o objeto *O Lampeão*. Essa troca de palavras só adquire sentido através da ação, através do verbo ler, que “ilumina” as ideias do sujeito ao ler o jornal, adquirindo uma consciência política, que clama por “liberdade” e por “anistia”. Essa figura de linguagem presente no poema traduz muito da visão que os militantes do PCB tinham do trabalho político que desenvolviam junto aos mineiros: através da tarefa de propaganda do jornal *O Lampeão*, denunciar a exploração dos

<sup>488</sup> **O Lampeão**, maio de 1956.

<sup>489</sup> PRESTES, Anita Leocádia. *Op. Cit.*, 2010, p. 143.

<sup>490</sup> **O Lampeão**, maio de 1956.

trabalhadores de modo que os operários viessem a “descobrir” sua consciência de classe. Os redatores do jornal acreditavam que o periódico iluminava a consciência dos trabalhadores, assim como o instrumento de trabalho, o lampião, era o único no subsolo que iluminava a escuridão do subsolo.

Segundo Ciocari, o CADEM estava vigiando de perto a produção do jornal. Uma correspondência do consórcio à Repartição Central de Polícia, em janeiro de 1952, alertava para o movimento de “elementos agitadores”, citando o jornal *O Lampeão*, além de “panfletos subversivos” que estariam sendo distribuídos nas minas de Butiá<sup>491</sup>.

No ano seguinte, um novo ofício do CADEM ao Chefe de Polícia do Estado denunciava que, uma semana antes, havia estado nas minas de Butiá “o agitador profissional Nelson Fleury Ramos de Aguiar”, quando houve a distribuição de um “panfleto subversivo” dirigido “A Todos os mineiros de S. Jerônimo”, assinado pelo Comitê Municipal de São Jerônimo do PCB. Trata-se do mesmo Flory Ramos de Aguiar que participou como liderança da greve de 1951, que havia sido preso e levado para Porto Alegre, o que demonstra a estrita vigilância adotada pelo CADEM nas vilas operárias.

Em um folheto (feito à mão) que não temos como precisar a data, mas possivelmente no começo da década de 1950, época em que Ary Saldanha era militante nas minas<sup>492</sup>, contendo uma comissão de mineiros exaltava a categoria à greve, exigindo várias reivindicações em seu rol:

Companheiros! Chegou a hora de unirmos nossas forças para o prosseguimento da luta em torno de nossas mais sentidas reivindicações, quais sejam: o pagamento imediato do repouso semanal remunerado, extensivo aos mensais e quinzenalistas sem assiduidade de cem por cento; **pela devolução do imposto roubo (o imposto sindical)**; por aumento de salários, contra a frequência e incorporação do abono de Cr\$ 320,00 a chapa; por um 1º de maio livre da opressão policial e ministerialista!<sup>493</sup>.

Nota-se na lista de reivindicações questões salariais e dos direitos trabalhistas, como o pagamento do repouso semanal remunerado, mas também uma divergência clara sobre o pagamento do imposto sindical (considerado por quem elaborou o folheto como “roubo

<sup>491</sup> CIOCCARI, Marta Regina. *Op. Cit.*, 2010, p. 118.

<sup>492</sup> Possivelmente Celso de Lima tenha escrito esses folhetos, pois em autobiografia escreve: “Ainda se tinha o costume de confeccionar boletins à moda da cidade, com matrizes, e mimeografá-los com muita dificuldade ou com reco-reco. Cheguei a embrenhar-me nos matos de eucaliptos para rascunhar boletins em estêncil, com palitos em forma de lápis sem carvão”. Cf. LIMA, Joaquim Celso de. *Op. Cit.*, p. 71. O folheto que citamos acima, embora não assinado, era justamente mimeografado, indicando, possivelmente, dada a forma e o conteúdo de crítica ao sindicato (dirigido pelo PTB), que fora redigido por militantes comunistas.

<sup>493</sup> FOLHETO sem data. Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos. Dossiê Sindicato 08. Comunicação, divulgação, publicações (1949-1990).

sindical”). Importante lembrar que o PCB tinha à época uma crítica política à estrutura sindical controlada pelo Estado, cujo principal meio de sustentação era o imposto sindical. Acreditavam na possibilidade de transformação da estrutura sindical existente, de controlada pelo Ministério do Trabalho, para autônoma do Estado e dos patrões<sup>494</sup>.

Segundo Buonicore, os comunistas, durante este período, criticavam a estrutura sindical, mas disputavam os sindicatos buscando intervir em sua orientação política, sempre no sentido de transformar a estrutura, “extirpando-a dos mecanismos mais discricionários e daquele que, segundo eles, seria o principal mecanismo para manutenção dos pelegos na direção dos sindicatos: o imposto sindical<sup>495</sup>.

Desse modo, acreditando na possibilidade de transformação do sindicato, os militantes do PCB da região carbonífera atuavam no sentido de criticar seu controle pelo Estado, que se dava através da manutenção do imposto sindical. Isso reforça a hipótese de que o folheto fora escrito por comunistas. Mais adiante, mais algumas críticas ao Sindicato aparecem no documento:

As experiências da grande Assembleia do dia 17, nos mostraram de que lado ficou a maioria de nossa classe que soubemos unidos nos colocar ao lado dos nossos verdadeiros líderes, que souberam desmascarar e pôr por terra a demagogia dos srs. a soldo do Cadem, como o bem conhecido e pelego e traidor Argemiro Dornelles cujos dias à frente do sindicato estão contados, assim também como o conhecido agente ministerialista Tito Marinho, que a frente da pelegada arregimentada pelo Cadem tentaram nos desviar de nossa luta, principalmente sobre o pagamento do domingo e feriados [...] Enganam-se esses srs. do Cadem, se pensam, que com isso farão recuar nossa grandiosa classe mineira, redobramos com vigor nossa luta, mostrando que estamos dispostos a defender e lutar de todas as formas pela conquista de nossas reivindicações e pela defesa da liberdade de nossos líderes, indo se necessário for à greve que é um direito sagrado da classe operária. Pois temos ainda em nossa **memória a heróica greve de 46** na qual enfrentando a reação permanecemos durante 36 dias e saímos vitoriosos<sup>496</sup>.

Além das redobradas críticas à direção do sindicato, chamando de “pelego” o então presidente, Argemiro Dornelles<sup>497</sup>, o panfleto cita a importante greve de 1946, que, conforme vimos, paralisou a produção por 36 dias e fez faltar energia elétrica na capital Porto Alegre. A memória “heroica” a respeito desta greve permanece até os dias atuais. Em entrevista realizada por mim em 2022, o mineiro aposentado Venuto Bica Nunes falou do movimento. Ao ser

---

<sup>494</sup> BUONICORE, Augusto César. *Op. Cit.*, p. 18.

<sup>495</sup> *Idem.*

<sup>496</sup> FOLHETO sem data. *Op. Cit.*

<sup>497</sup> Dornelles é citado pela pesquisadora Speranza, em sua tese, tendo relações muito próximas ao PTB e a políticos ligados a Vargas, como o Senador Salgado Filho, que fora vice-presidente do partido e ministro do trabalho durante o governo provisório de 1932-1934. Cf. SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2012, p. 214.

questionado se se recordava das greves durante o período que trabalhou nas minas de Butiá, entre 1947 e 1974, Venuto não citou nenhum movimento do período em que esteve na ativa, mas lembrou-se somente da “histórica” greve de 1946:

Lembro de uma greve, mas eu não era mineiro. Eu era guri, em 1946, teve uma greve e na época vinha vindo móveis para um prédio que tinha aí que até as irmãs ocupam. E com o negócio da companhia perder total na greve eles botaram tudo fora, atiraram tudo no rio. Cama, mesa, foi quando o Lacourt botou tudo fora, em 1946<sup>498</sup>.

O fato do aposentado ter se lembrado somente da greve anterior ao período em que trabalhou nas minas, e não se recordar das paralisações de 1951, quando houve confronto direto entre operários e a brigada militar, demonstra como a memória não é um acúmulo de informações precisas do passado, mas um processo de reelaboração das experiências vividas<sup>499</sup>, estando sempre sujeita a mudanças ao longo do tempo. O esquecimento de determinados fatos ou aspectos da memória fazem parte do processo de seleção daquilo que certos grupos sociais elegem para ser lembrado ou esquecido em face do que representa, no presente, o ato de relembrar ou de esquecer-se de certos acontecimentos.

Além disso, o aposentado faz alusão à história que corre na região de que Butiá perdeu o hospital que seria “dado” pelo CADEM como punição pela massiva participação na greve de 1946. O prédio estaria pronto, inclusive com os móveis, e teria sido tudo jogado no rio. No caso, a memória da greve está diretamente ligada a uma suposta punição dos mineiros: a perda do hospital. Embora não haja outros documentos que relatem esse episódio, o fato dele ser constantemente lembrado pelos idosos da cidade nos indica que o medo da punição pela greve ficou no imaginário dos aposentados.

Retomando a análise dos panfletos impressos pelos comunistas, encontramos duras críticas ao Sindicato e à política de Dissídios na Justiça do Trabalho:

Chegou a hora de cerrarmos fileiras na luta decisivas pelas nossas reivindicações mais imediatas e inadiáveis. Ninguém mais do que nós está sofrendo na própria carne a exploração daquele que nos sugam a serviço do **Imperialismo**. À luta companheiros! **Confiamos em nossas próprias forças assim como os mineiros de Lafaiete (os Heroicos), os tecelões da Baía, os bravos companheiros da Carris e centenas de outros profissionais** [...] Criemos comissões de salários em cada local de trabalho [...] pela conquista das seguintes reivindicações: 1) Aumento de salário; 2) Pelo pagamento imediato de Domingos e Feriados contra os 100% da assiduidade; 3) Não paguemos o Imposto Sindical, Imposto roubo com o qual se sustentam os traidores dentro do nosso Sindicato, e os (ilegível) a serviço do Cadem. 4) Contra a Lei de

<sup>498</sup> NUNES, Venuto Bica. *Op. Cit.*

<sup>499</sup> SILVA, Paulo Renato da. *Op. Cit.*, p. 328.

Segurança, lei infame que pretende cassar todos os direitos da Classe Operária; [...] Companheiros! Não temos ilusões com o **Dissídio, não esperemos pela burocracia dessa Justiça vendida ao CADEM**. Organizemos as comissões em todos os setores de trabalho e preparemos a luta pelas conquistas das nossas reivindicações, indo até greve que é a arma invencível dos trabalhadores. Abaixo os salários de fome tudo pelo aumento de salário. Tudo pelo nosso Sindicato livre da PELEGADA<sup>500</sup>.

Na narrativa do panfleto nota-se, novamente, o ataque aos “pelegos” do sindicato. Esse tipo de pecha política era muito utilizado pelos militantes comunistas para atacar quem era de outro partido, como o PTB, que estava na direção do sindicato há muito tempo.

Em Santa Catarina houve o mesmo processo de disputa política, quando os comunistas venceram as eleições sindicais de 1957 e assumiram a entidade. Nas entrevistas feitas com ex-sindicalistas, é frequentemente citado que antes deles (comunistas) assumirem o sindicato, a entidade era controlada pelos “pelegos”. Aqui há uma semelhança entre as duas regiões comparadas nas disputas políticas pelo sindicato.

Além disso, no panfleto acima, transparece uma crítica ao Imperialismo e a menção a lutas internacionalistas, citando os mineiros de Lafaiete (França), e nacionais, citando os tecelões da Bahia. A crítica ao Imperialismo também fazia parte do arsenal teórico do PCB naquela época, que tinha como estratégia a revolução em duas etapas: a primeira antifeudal e anti-imperialista, democrático-burguesa; e a segunda de caráter socialista<sup>501</sup>. O internacionalismo era outra bandeira do comunismo.

Outra crítica do panfleto refere-se à Justiça do Trabalho, por citar o Dissídio como uma ilusão, e considerá-la como vendida ao CADEM. Contudo, mesmo com as fortes críticas do PCB a JT como “vendida ao CADEM”, os mineiros de São Jerônimo utilizaram intensamente esse espaço para reivindicarem seus direitos, como já foi demonstrado por pesquisas anteriores<sup>502</sup>.

Após a análise dos elementos presentes no discurso do panfleto, pode-se afirmar a presença dos comunistas na sua elaboração e na organização dessas comissões de trabalhadores paralelas ao Sindicato, seguindo orientação do partido de crítica à estrutura do sindicalismo oficial, como a existência do imposto sindical, mas atuando dentro dele, procurando disputar sua direção.

---

<sup>500</sup> PANFLETO sem data. Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos. Dossiê Sindicato 08. Comunicação, divulgação, publicações (1949-1990). Grifos meus.

<sup>501</sup> PRESTES, Anita Leocádia. *Op. Cit.*, 2010, p. 143.

<sup>502</sup> Konrad cita um processo de indenização impetrado pelo sindicato dos mineiros após a greve de 1934, em razão da demissão de 17 mineiros. O sindicato perdeu essa ação após parecer de Oliveira Vianna, então consultor jurídico do Ministério do Trabalho, o qual citava a paralisação por motivo injusto e fútil. Cf. KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. *Op. Cit.*, p. 138.

Em um episódio que acarretou a morte de um jovem mineiro eletrocutado com os fios desencapados das galerias no ano de 1956, Ary relata em seu livro que realizou um discurso culpando a direção do CADEM pela insegurança e acidentes nas minas. Nesse momento, a direção da empresa teria descoberto que Ary era comunista, pelo seu ato de protesto durante o sepultamento: “Ary fez parar o cortejo e, de cima de um barranco, falou a todos, culpando a direção do CADEM pelos problemas que lá aconteciam. As palavras por ele usadas o identificaram como redator do jornal e, conseqüentemente, como dirigente do Partido naquela região”<sup>503</sup>. Segundo sua biografia, escrita em terceira pessoa, nada passava despercebido ao jornal: “tudo era relatado, principalmente os acidentes que ocorriam por descaso dos capatazes [...]. Quase que diariamente aconteciam acidentes, aleijando o tirando a vida de jovens trabalhadores”<sup>504</sup>.

Segundo Joaquim Celso de Lima, que conviveu e militou com Ary, ele “parou a mina e convocou todas as Minas de Arroio dos Ratos para o enterro. Foi quase uma greve, ninguém trabalhou, inclusive as oficinas e casa de máquinas”<sup>505</sup>. A edição de 1956 de *O Lampeão* denunciou a morte do jovem Lucas de Oliveira Barreto: “Mais uma vítima da sede de lucros do Cadem que obriga dos mineiros a trabalhar em condições de absoluta falta de segurança – Criminoso desprezo pela vida dos mineiros”<sup>506</sup>. E estampou uma foto do jovem com sua noiva na capa do jornal, como forma “dar rosto” à vida perdida:

---

<sup>503</sup> SALDANHA, Neli. *Op. Cit.*, p. 23.

<sup>504</sup> *Idem.*

<sup>505</sup> LIMA, Joaquim Celso de. *Op. Cit.*, p. 55.

<sup>506</sup> **O Lampeão**, maio de 1956.

**Figura 28** – Edição de maio de 1956 do jornal *O Lamepeão*, São Jerônimo.



Fonte: Arquivo Operário João Batista Marçal.

Na mesma edição do jornal há duas matérias sobre a greve dos ferroviários que ocorrera naquele mês de maio de 1956, e que se estendera por todo Rio Grande do Sul. O jornal do PCB utilizava codinomes para assinar os artigos que eram escritos, para não serem identificados pela direção da empresa.

Um dos protestos dos redatores era como se dava o controle dos salários pelo CADEM, “de forma a lesar o salário dos mineiros”. Um exemplo citado na reportagem, de maio de 1956: “[...] os preços por tarefa e as percentagens da produção dos tarefeiros, ajudantes e demais categorias que gozam desta vantagem atualmente tem impedido que o mineiro controle o seu ganho diário ou semanal”<sup>507</sup>.

Segundo o periódico, as diferentes formas de pagamento dos operários, uns por tarefas, outros por dia, semana, mês, ou por produção, impedia que os trabalhadores tivessem controle

<sup>507</sup> *Idem*.

de seus salários, de modo que “nenhum mineiro antes de receber o seu pagamento, sabe quanto deverá receber”<sup>508</sup>. Como exemplo deste descontrole:

Por exemplo, suponhamos que um mineiro reclamasse à companhia a falta de dinheiro em suas horas extras. Responderiam-lhe que a falta está incluída na gratificação de frequência semanal. [...] Isto é feito a mando dos administradores propositadamente para dificultar aos mineiros o controle daquilo que ganham e desmoralizá-los a fim de que ele desista de controlar seu salário [...] <sup>509</sup>.

No entanto, um ano após ser descoberto pelos chefes do CADEM, Ary ainda desenvolvia o trabalho de redator do jornal e de direção do partido, saindo de candidato a vereador de São Jerônimo nas eleições de 1957, o qual perdeu por poucos votos<sup>510</sup>. Após esses fatos, voltou para Santana do Livramento para continuar sua militância naquele município.

Entretanto, antes de sua saída, outro dirigente foi designado para a tarefa: Joaquim Celso de Lima. Sua trajetória nas minas de São Jerônimo foi narrada em sua autobiografia *Navegar é preciso*, publicada em 1984. Segundo relatou, quando veio para região carbonífera já era militante experiente, pois havia trabalhado na ferrovia Santos-Jundiaí e nas docas do Porto de Santos até 1951. Posteriormente se mudou para o Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, trabalhando na construção civil até ser enviado pelo partido para vila de Arroio dos Ratos, município de São Jerônimo, em novembro de 1955.

Naquela vila, tentou emprego de mineiro, porém, sem tomar os cuidados de disfarce necessário, foi descoberto pelo chefe de pessoal, que ligou sua figura com a de Ary, que havia sido mandado embora da mina de Arroio dos Ratos após o incidente da morte do jovem Barreto<sup>511</sup>. Lima narrou na autobiografia que o encarregado de pessoal da mineradora teria dito: “O senhor veio substituir o comunista do Ary, que nos enganou e nós mandamos embora, e você com essa cara de santo vêm fazer aquilo que o seu comparsa não conseguiu fazer. Pode ir embora”<sup>512</sup>.

Celso de Lima, diante de tal situação, encontrou o “velho Ari”, que lhe contou como conseguiu emprego na mina, disfarçando-se de caipira. Além disso, narrou a Celso que conseguira não só enganar o chefe da sessão de pessoal do CADEM, mas também havia organizado uma chapa para a diretoria do Sindicato dos Mineiros, “que ficou famosa por muito

---

<sup>508</sup> *Idem.*

<sup>509</sup> *Idem.*

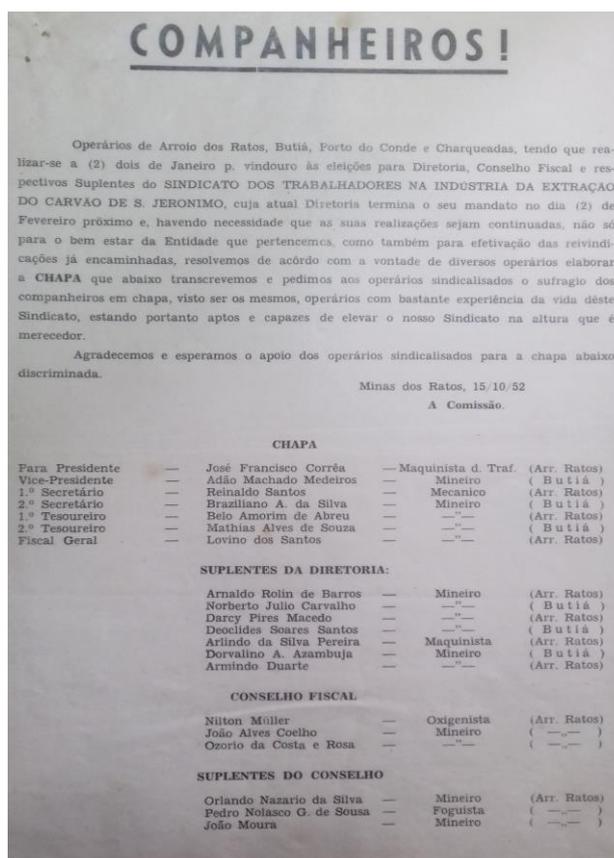
<sup>510</sup> SALDANHA, Neli. *Op. Cit.*, p. 23.

<sup>511</sup> LIMA, Joaquim Celso de. *Op. Cit.*, p. 52.

<sup>512</sup> *Ibidem*, p. 53.

tempo, eleita, derrubando os pelegos”<sup>513</sup>. Em nossa pesquisa no acervo do Museu Estadual do Carvão encontramos um panfleto para a eleição do Sindicato que ocorreria em janeiro de 1953, com a nominata dos seus diretores e presidente:

**Figura 29** – Panfleto para eleições do sindicato, outubro de 1952.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão. Pasta 08.01: Sindicato – Comunicação, divulgação, publicações, estatutos (1948-1990).

Não foi possível averiguar outras fontes que confirmassem se essa era a chapa organizada por Ary (PCB) que venceu as eleições do Sindicato (seu nome não aparece, mas ele poderia estar disfarçado por um pseudônimo). No entanto, é importante destacar que a aliança com outras forças progressistas seguia a orientação nacional da resolução sindical que o afastava da abordagem isolacionista adotada em 1950. Com base nesta resolução sindical, os comunistas passaram a disputar cargos de direção de organizações sindicais e a defender a construção de alianças com segmentos progressistas e a atuação de membros do partido em

<sup>513</sup> *Idem.*

sindicatos oficiais para conscientizar os trabalhadores. Em pouco tempo, líderes sindicais vinculados ao PCB controlaram importantes sindicatos no país, em muitos casos através de alianças com trabalhistas.

Apesar disso, em sua autobiografia Celso de Lima relata que quando chegou às minas, em 1955, a direção do sindicato “era formada pelos nossos companheiros e o famoso Ari das Minas de Arroio dos Ratos”<sup>514</sup>. No mesmo texto, tecia uma série de críticas a então direção do sindicato:

Os membros do sindicato até aí ainda se comportavam enganando os mineiros. Suas verdadeiras características pessoais não tinham sido reveladas. Nossos companheiros **os tinham organizado em chapa para a eleição e venceram**, garantindo aos mineiros que eles seriam verdadeiros representantes dos trabalhadores, e dentro de algum tempo o foram mesmo. Seus defeitos como dirigentes só poderiam ser conhecidos à medida que as exigências dos trabalhadores iam se avolumando<sup>515</sup>.

Não fica claro na narrativa de Celso de Lima se a chapa que venceu as eleições era composta em sua diretoria por Ary e demais militantes do PCB, ou se fora organizada por eles, mas com uma diretoria composta por trabalhadores sem filiação partidária. Isto porque o Estatuto do Sindicato dos Mineiros de São Jerônimo determinava, em seu artigo n. 14, que eram impedidos de se candidatarem a cargo administrativo ou de representação profissional: “a) os que professavam ideologias incompatíveis com as instituições ou com os interesses da nação”<sup>516</sup>. Este impeditivo, junto ao fato do PCB estar na ilegalidade desde 1947, poderia ser um entrave para que membros do partido pudessem ocupar cargos na direção do sindicato. Isso explica as críticas de Celso de Lima aos dirigentes sindicais que haviam sido eleitos com o apoio dos comunistas, que, na sua visão, não estavam representando os interesses da classe operária.

Trata-se, evidentemente, de uma crítica sob o viés de um militante comunista a valorizar em suas memórias os aspectos heroicos do seu partido e diminuir a participação de outras forças políticas, como os trabalhistas. Após o insucesso na entrevista de emprego em Arroio dos Ratos, Celso de Lima partiu no dia seguinte em direção a Minas do Butiá, onde, melhor disfarçado, conseguiu o emprego na mina para baixar no poço 3. Em suas memórias, ressalta o medo e a insegurança no seu primeiro dia de trabalho, diante de um trabalho perigoso e insalubre:

---

<sup>514</sup> LIMA, Joaquim Celso de. *Op. Cit.*, p. 72.

<sup>515</sup> *Idem.*

<sup>516</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DO CARVÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO. **Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão do Município de São Jerônimo**. São Jerônimo, 1933, p. 10.

[...] qualquer contato com os fios provocava morte imediata, pois a tensão elétrica transportada pelos cabos era de duzentos e vinte e trezentos e oitenta volts. Portanto, a possibilidade de fulminar era de mil em um<sup>517</sup>.

Segundo autobiografia, a organização do partido se dava através de um plano de se enraizar entre os operários em todos os espaços, dentro e fora das minas: “campos de futebol, festinhas, onde pudesse estar em contato permanente com a massa”<sup>518</sup>. Isso incluía, obviamente, a participação no sindicato e na organização das greves da categoria. Além disso, em reunião do partido, relegaram a tarefa de realizar a cobertura jornalística dos campeonatos de futebol em São Jerônimo, como espaço de aproximação com os operários.

De acordo com suas memórias, apesar de ser “tremendamente difícil pelo fato de não gostar de futebol”. Essa medida foi “eficientíssima. Conseguimos abranger toda a juventude de um modo que dispensava excesso de denúncias na página do jornal. Conseguimos aumentar a influência do jornal no meio dos jogadores, e também a tiragem duplicou”<sup>519</sup>. A estratégia de realizar matérias sobre futebol entre os mineiros deu certo, os comunistas ganharam influência na categoria, preparando-se para uma greve. Esse aspecto se relaciona ao que tratamos no primeiro capítulo sobre os times de futebol operário, como espaço de dominação e de resistência.

É importante destacar que, a partir de 1953, começaram as obras de instalação da Usina Termoelétrica em Charqueadas, visando aproveitar melhor o carvão gaúcho. Inaugurado em 1956, o poço “Otávio Reis”, considerado “o mais profundo poço de mineração da América do Sul”<sup>520</sup>, contava com “o que de mais moderno existia em mecanização de lavra de carvão, provindo da Alemanha e dos USA todo seu equipamento”<sup>521</sup>. Com a inauguração do novo poço em Charqueadas, e da Usina Termelétrica, destinada a queimar o carvão produzido no mesmo município, todas as atividades antes exercidas pelo CADEM em Arroio dos Ratos foram sendo gradualmente transferidas. Segundo o pároco local, a inauguração do novo poço em Charqueadas representou o declínio da atividade em Arroio dos Ratos:

Como a mineração em Charqueadas era altamente mecanizada, a ociosidade da mão-de-obra se fazia evidente. Com isso, centenas de operários de Arroio dos Ratos foram

---

<sup>517</sup> LIMA, Joaquim Celso de. *Op. Cit.*, p. 59.

<sup>518</sup> *Ibidem*, p. 67.

<sup>519</sup> *Ibidem*, p. 75.

<sup>520</sup> PIRES, Saldino Antonio. **Charqueadas**: sua origem, sua história, sua gente. Charquadas: Folha Mineira, 1986, p. 66.

<sup>521</sup> SULZBACH, Ervino Lothar. *Op. Cit.*, p. 57.

dispensados de seus serviços. E sendo quase todos pais de família numerosa, aqui se gerou um drama social de proporções alarmantes [...]”<sup>522</sup>.

Desse modo, intensificou-se o processo de desativação da produção de carvão mineral em Arroio dos Ratos, com a liquidação de parte do patrimônio do CADEM, demissão de trabalhadores em massa, e migração de parte dos operários para Charqueadas. Segundo Sulzbach, “o interesse do CADEM, com relação ao carvão, em Arroio dos Ratos, terminara”<sup>523</sup>.

Além de demissões, ocorreu a transferência da infraestrutura para a nova área a ser minerada, como a desativação da usina elétrica fundada em 1924, seu desmonte e venda ao ferro-velho; a transferência das oficinas de manutenção das minas para Charqueadas; o desmonte da estrada de ferro que ligava Arroio dos Ratos ao porto daquela cidade<sup>524</sup>. Segundo Pires, a inauguração da termelétrica de Charqueadas representou um novo impulso ao consumo do carvão mineral no Estado, pois a queima do minério diretamente pela termelétrica eliminou a necessidade de enviá-lo para fora<sup>525</sup>.

Mesmo com essa nova fonte para o carvão, a segunda metade da década de 1950 foi marcada pelo declínio da mineração no Rio Grande do Sul e o acúmulo de dívidas do CADEM. Os mineiros já estavam há anos sem reajuste salarial, com uma inflação que corroía o poder de compra da categoria. Se o salário dos mineiros era comprimido ao máximo, também dos aposentados sofriam com o arrocho dos “anos dourados” de JK. A taxa anual de inflação que, em 1955, era de 19,1%, em 1959 atingiu 52,1%, chegando a 79% em 1963<sup>526</sup>.

Em agosto de 1957, o jornal *A Última Hora* de Porto Alegre dava como destaque: “Mineiro aposentado ganha menos de 300 cruzeiros por mês para sustentar sua família”<sup>527</sup>. Segundo a notícia, o mineiro aposentado Hermógenes José Goimbia havia ido até à redação do jornal para reclamar do tratamento que vinha recebendo do IAPETEC. O mineiro relatara que trabalhou por 11 anos e fora aposentado por invalidez em 1953, quando ficou enfermo por doença pulmonar. Na ativa, recebia Cr\$ 1.080,00 por mês, e o Instituto havia calculado sua aposentadoria em Cr\$ 660,00 após sua invalidez. No entanto, após passar por novo exame médico, a aposentadoria foi recalculada e desde 1956 Goimbia recebia apenas Cr\$ 284,00

---

<sup>522</sup> *Ibidem*, p. 59.

<sup>523</sup> *Idem*.

<sup>524</sup> É possível atualmente visitar apenas as ruínas do que foi o Poço 1 (Fraternidade), onde se encontra o Museu Estadual do Carvão do Rio Grande do Sul, que guarda, conserva e disponibiliza para pesquisa um importante acervo da região carbonífera daquele estado e do qual foi feita uma parte desta pesquisa.

<sup>525</sup> PIRES, Saldino Antonio. *Op. Cit.*, p. 75.

<sup>526</sup> LIMA, Joaquim Celso de. *Op. Cit.*, p. 67.

<sup>527</sup> *A Última Hora*, 3 de agosto de 1957.

mensais, o que não dava “para sustentar mulher e 3 filhos”<sup>528</sup>. Enquanto isso, o salário mínimo, em 1957, era de Cr\$ 3.800,00 <sup>529</sup>, ou seja, o aposentado recebia 7,5% do mínimo. Diante de tal carestia, os mineiros começaram a se organizar para a greve. O clima para a revolta estava pronto.

### 3.4 GREVE, HOJE, A QUALQUER PREÇO!

A greve de julho de 1957 foi um importante momento político de mobilização dos mineiros no Rio Grande do Sul, articulando os trabalhadores nas minas de Arroio dos Ratos, Minas do Leão, Butiá e Charqueadas. Embora tenha ocorrido três meses antes das mobilizações nacionais, de 15 a 25 de outubro de 1957, conhecida como “Greve dos 400 mil” e considerada o “auge do processo de reaparecimento e massificação do fenômeno de greve”<sup>530</sup> no país, as greves realizadas nas minas de São Jerônimo fazem parte dessa conjuntura grevista que se espalhou por várias regiões do Brasil. Segundo Silva e Negro, depois da greve nacional dos 400 mil, “ficou patente a capacidade da classe trabalhadora em expandir seu poder de pressão tanto sobre o empresariado quanto sobre o panorama político. Ficou clara também a possibilidade de superação do atrelamento estatal pelo sindicalismo trabalhista”<sup>531</sup>.

Sobre a paralisação dos mineiros, nosso conhecido Celso de Lima relatou que, na primeira semana de julho de 1957, após diversas assembleias realizadas em Butiá “o movimento de greve estava se avolumando, com o aumento de vozes no sindicato, as quais representavam nossos pontos de vista [...]. **Greve, hoje, a qualquer preço!**”<sup>532</sup>.

O militante comunista sustenta, em suas lembranças, que a direção do sindicato buscava evitar a paralisação, tendo esta sido organizada pelos militantes do PCB. As reivindicações da categoria incluíam o pagamento dos dias parados, um aumento de cerca de 40% nos salários, a periculosidade, a insalubridade, a reorganização dos preços nas tarefas e tonelagens<sup>533</sup>.

A greve foi aprovada pela Assembleia dos mineiros, organizando-se uma comissão para dirigi-la formada por cem pessoas. Curiosamente, segundo Celso de Lima, a diretoria do sindicato foi excluída da comissão de greve por ter se posicionado contrária ao movimento,

<sup>528</sup> *Correio do Povo*, 31 de julho de 1957.

<sup>529</sup> ÍNDICES de correção: salário mínimo mensal. *Diário das Leis*. [Online]: 2009. Disponível em: [https://www.diariodasleis.com.br/monetaria/exibe\\_indice.php?id\\_indice=15](https://www.diariodasleis.com.br/monetaria/exibe_indice.php?id_indice=15). Acesso em 15 out. 2020.

<sup>530</sup> NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. *Op. Cit.*, p. 73.

<sup>531</sup> *Idem*.

<sup>532</sup> LIMA, Joaquim Celso de. *Op. Cit.*, p. 93. Grifos meus.

<sup>533</sup> *Idem*.

devido ao presidente do sindicato estar no Rio de Janeiro. Ainda segundo Celso de Lima, a direção do sindicato

[...] tomava as medidas para desviar a greve, apontando ser improvável o resultado positivo, mostrando a via legal como a única plausível. O presidente da entidade, filiado ao PTB, vivia correndo para o Rio de Janeiro, envolvido com o governo e o plano nacional do carvão<sup>534</sup>.

O presidente do sindicato era Norberto Nugent de Melo. No Dicionário Histórico-Biográfico da Magistratura Trabalhista da 4ª Região aparece apenas seguinte informação a respeito: “Nascido em 08.05.1915. Foi Suplente de Vogal Representante dos Empregados em São Jerônimo/RS, de 1971 a 1974 (D.O. de 12.07.1971). Indicado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão de São Jerônimo/RS”<sup>535</sup>. Ou seja, em plenos “anos de chumbo” da ditadura, manteve-se como suplente de vogal indicado na Junta de Conciliação e Julgamento de São Jerônimo.

Em entrevista, o mineiro aposentado Venuto Bica Nunes, já citado, relatou lembranças pouco elogiosas em relação a Melo. Nunes se referiu ao dirigente sindical pelo apelido de “Beto”, e ressaltou sua proximidade com o então engenheiro-chefe do CADEM, Fernando Lacourt: “o sindicato [...] quem mandava era o tal de Beto, se amanhã tinha reunião do sindicato, ele entrava em reunião com o Dr. Lacourt [...]. Dizem que não era tão ruim, mas era de acordo com tudo que vinha lá de cima do tal de Lacourt”<sup>536</sup>.

As lembranças de Venuto sobre o sindicato dos mineiros durante o período em que trabalhou (1947-1974) são de representantes dóceis ao interesse patronal, que se reuniam às escondidas com o engenheiro-chefe para receber orientações. Essa memória coincide com o relato escrito por Joaquim Celso de Lima em seu livro autobiográfico a respeito da posição do sindicato contrário à paralisação.

Voltando ao relato da greve de 1957, teria sido então formada uma comissão dos grevistas sem a participação sindical, que esquadrinhou a paralisação entre os operários. Na

---

<sup>534</sup> *Idem*. O Plano Nacional do Carvão fora aprovado pela Lei n. 1.886, de 11 de junho de 1953. Seu objetivo básico era “conjugar atividades de produção, beneficiamento, transporte e distribuição do carvão nacional a fim de ampliar sua produção, regular seu fornecimento, reduzir-lhe os preços e melhor aproveitá-lo como combustível e matéria-prima”. Cf. CALICCHIO, Vera. PLANO DO CARVÃO NACIONAL. CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-do-carvao-nacional>. Acesso em: 14 fev. 2022.

<sup>535</sup> Cf. BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (4ª Região). Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul. **Dicionário histórico-biográfico da magistratura trabalhista da 4ª Região**. Porto Alegre: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, 2016, p. 201.

<sup>536</sup> NUNES, Venuto Bica. *Op. Cit.*

região de Minas do Leão, onde não havia uma sede do sindicato, a comissão convocou os operários e estes aderiram ao movimento imediatamente; na mina de Arroio dos Ratos, a direção do sindicato mostrou-se contrária à greve, tendo a comissão que tomar a frente, conversar com os mineiros nas bocas das minas e conquistar os operários para o movimento. Paralisaram Minas do Leão, Butiá, Arroio dos Ratos, e, posteriormente, Charqueadas. “Com a greve de Charqueada completava-se a totalidade dos mineiros em greve”<sup>537</sup>, sustentou Lima.

No Rio Grande do Sul, as cidades de Pelotas e Rio Grande sentiram de imediato os efeitos da paralisação. Segundo o Jornal *Correio do Povo*, edição de 31 de julho de 1957, tais cidades estavam ameaçadas de sofrer um grave racionamento de energia. No município de Rio Grande, a situação era calamitosa, segundo o periódico, “já que a termelétrica municipal dispunha de reduzido estoque de carvão, o qual daria para alimentar a usina mais dois ou três dias”<sup>538</sup>.

A reação do então governador Ildo Meneghetti (PSD) foi a de importar 6 mil toneladas do carvão catarinense para que não houvesse paralisação no fornecimento de energia, inclusive para a Capital, Porto Alegre. Caso o governador não tomasse a medida de importar carvão de Santa Catarina, possivelmente se repetiria o acontecimento da greve de 1946, quando Porto Alegre sofreu um apagão elétrico.

Na mesma matéria, o jornal *Correio do Povo* informou que o então gerente do CADEM, Humberto Lupinacci (o mesmo que propôs a expulsão dos comunistas após a greve de 1946), esteve no Palácio Piratini para comunicar a chegada do presidente do Sindicato dos Mineiros ao chefe do executivo, com a autorização para o pagamento dos trabalhadores na “semana em curso”. A solução para o impasse, entretanto, estava longe de ocorrer.

Observa-se que uma edição do Jornal *A Quinzena*, um periódico local de São Jerônimo, que na mesma data da edição do *Correio do Povo*, deu em sua manchete “Em atraso de novo os pagamentos do CADEM e do IAPETEC”. Também trazia uma crítica a um “vespertino metropolitano”, ao noticiar: “A Brigada Militar manterá a ordem em São Jerônimo”. Segundo *A Quinzena*, tal notícia “sensacionalista” teria causado surpresa para a população de São Jerônimo, uma vez que “não se tem notícia ainda que remota, de qualquer desordem por parte dos paredistas mineiros. [...] Pacatamente vêm os mineiros aguardando sejam consideradas e atendidas as reivindicações justíssimas que fizeram”<sup>539</sup>.

---

<sup>537</sup> LIMA, Joaquim Celso de. *Op. Cit.*, p. 94.

<sup>538</sup> *Correio do Povo*, 31 de julho de 1957.

<sup>539</sup> *A Quinzena*, 31 de julho de 1957.

Segundo o redator de *A Quinzena*, os mineiros estavam liderando a greve com total apoio da categoria, no entanto, estavam isolados politicamente de outras lideranças e políticos que pudessem ajudar no atendimento das reivindicações. Foi somente no sétimo dia de greve que deputados, representantes do governo e políticos de Porto Alegre e de São Jerônimo chegaram. Celso de Lima escreveria mais tarde que, com a vinda dos parlamentares, os mineiros não se sentiram mais “ilhados”, e, a partir daquele momento, “o movimento começou a se desenrolar de modo mais natural, até o seu término, com catorze dias parados”<sup>540</sup>.

O final da greve de julho de 1957 se deu com a aceitação da proposta do aumento percentual exigido, o pagamento dos dias parados e o estudo das demais reivindicações. Entretanto, uma pequena tensão ocorreu entre os dirigentes da greve ao final do movimento. Segundo Celso de Lima, para celebrar a vitória do movimento, foi organizada uma passeata pelas ruas da cidade pelo líder ferroviário comunista local Procópio Farinha. O problema foi que ele “resolveu que a passeata saísse do sindicato, fosse até a casa do presidente do diretório do partido trabalhista – o primeiro erro. [...] Não somente bajulou o presidente como colocou diante da massa todo o êxito do movimento como sendo produto dele e de seu partido”<sup>541</sup>. Essa tensão entre militantes do PTB e do PCB aparece claramente no desfecho do movimento, revelando o acirramento da disputa política entre trabalhistas e comunistas. De modo que a aliança PCB/PTB, que seguia a orientação dos partidos ao nível nacional desde 1955, esbarrava nos divisionismos políticos da luta sindical.

Após a greve de 1957, seguiu-se um período de perseguições e de dificuldades no Rio Grande do Sul. Mineiros e sindicalistas que haviam participado da greve foram despedidos pelo CADEM. Celso Lima sustenta que o sindicato não teria tentado impedir as demissões<sup>542</sup>. O período pós-greve foi duro com os militantes comunistas, sendo a demissão apenas o começo:

Primeiro foi me despedir do quadro de empregados; depois me desterrar de sua propriedade, proibindo as pensões a me darem hospitalidade; agora, já depois da greve [...] punir com demissão todo aquele que fosse encontrado, pelos seus fiéis puxa-sacos, conversando comigo em qualquer que fosse o lugar<sup>543</sup>.

Nota-se a dura perseguição política no pós-greve, sobretudo àqueles considerados pela direção do CADEM como “vermelhos”/“agitadores”, que será assunto do subcapítulo a seguir.

---

<sup>540</sup> LIMA, Joaquim Celso de. *Op. Cit.*, p. 101.

<sup>541</sup> *Idem.*

<sup>542</sup> *Ibidem*, p. 106.

<sup>543</sup> *Ibidem*, p. 109.

### 3.5 REPRESSÃO E VIGILÂNCIA: AS TROCAS DE CARTAS CONFIDENCIAIS DA DIREÇÃO DO CADEM

Foi encontrado no Acervo Histórico da Mineração, em Arroio dos Ratos, um conjunto de cartas e correspondências trocadas pela direção do CADEM após a greve de 1957 que mostra uma intensa vigilância e perseguição ao movimento dos mineiros de São Jerônimo (em especial de Butiá). Através de códigos e codinomes, os dirigentes referem-se aos grevistas como “Almeidas”, ao sindicato dos mineiros, “Vitêlio”, à greve como “Abdias”, à greve geral como “Eloy”, e, ao presidente do Sindicato, “Laerte”. Seguem alguns dos códigos utilizados para que o leitor possa se familiarizar:

**Figura 30** – Cartas/telegramas da direção do CADEM.

<i>Jornay</i>	Governo do Estado .....	Gabriel
	· Governo Federal .....	Sidney
	· Greve nas Minas de S. Jerônimo .....	Juvêncio
	+ Gases lacrimogêntes .....	Graxa patente
<i>Nois</i>	Garantia Policial .....	Assistência médica
	· Greve nas Minas de Butiá .....	Belmiro
	· Greve .....	Abdias
	· Getulio Vargas .....	Ceetano <i>ou Seruido</i>
	· Greve nas Minas de São Jerônimo e Butiá ...	Clodoveu
	· Greve Geral .....	Eloy
	=====	
<i>Nois</i>	Interventor federal .....	Arminius
	=====	
<i>Lindolfo</i>	José de Souza II .....	Thadeu
	=====	
<i>Tobias</i>	Lancha "Yara" .....	Tobias
	=====	
	· Ministro da Viação .....	Ulisses <i>ou Felismino</i>
	· Ministro do Trabalho .....	Serafim
	· Minas de Butiá .....	Veloso <i>ou Quintino</i>
	· Mauré Stoltenberg .....	Alcides
	· M U T .....	Demétrio
	· Minas de São Jerônimo .....	Gustódio <i>ou Matias</i>

Fonte: Acervo Estadual do Carvão, fundo 8.

Chama à atenção a quantidade de codinomes utilizados para classificar as greves na região carbonífera: Juvêncio, para greve nas minas de São Jerônimo; Abdias, para greve; Clodoveu, para greve nas minas de São Jerônimo e Butiá; e Eloy, para greve geral. Isso aponta que os movimentos paredistas poderiam ser localizados em locais específicos ou gerais, envolvendo todas as minas de Butiá, Arroio dos Ratos, Minas do Leão e Charqueadas. Além

disso, o documento cita o MUT (Movimento Unificado dos Trabalhadores), organizado pelo PCB ao nível nacional para articular as lutas sindicais e o movimento operário, mas que teve vida curta, entre abril de 1945 e setembro de 1946.

No dia 8 de fevereiro de 1958, uma carta confidencial enviada da direção local do CADEM ao “Dr. Elias”, cujo codinome não consta nas listas encontradas, aborda a “falta de numerário”, isto é, de dinheiro para que fossem pagos os salários em dia e a compra de alimentos para a cooperativa. Ela cita que antes da última greve, já analisada, a companhia sempre dava adiantamentos ao pessoal,

[...] quer para pagarem as contas, quer para fazerem viagens urgentes, quer para comprarem remédios. Após a greve, por motivos óbvios, cortei todo e qualquer adiantamento, e para compensar a situação somente adiantava férias aos necessitados<sup>544</sup>.

Mais adiante, o diretor mostra-se preocupado com a situação financeira da empresa em pagar a cooperativa, onde as famílias abasteciam seus mantimentos:

Conforme tenho escrito ao Sr. Lupinacci, e tudo isso gera um ambiente de inquietação e insatisfação, que mais dia menos dia se traduzirá em absenteísmo e queda de rendimento. Avizinha-se o dia 15 e nenhuma notícia tenho de numerário. O pessoal vem sendo trabalhado pelos elementos interessados na confusão e eu desde já estou imaginando como vou me sair naquela data, caso não possamos fazer o pagamento<sup>545</sup>.

A carta acima enviada por um diretor local do CADEM exemplifica a crise econômica pela qual a empresa passava e a preocupação de que a “inquietação e insatisfação” dos operários que poderia causar uma queda no rendimento. Nota-se que a preocupação do diretor gira em torno da queda da produção e também de uma possível “confusão” caso a empresa não conseguisse pagar os trabalhadores na data prevista. Avizinhava-se mais uma possível greve.

Em carta datada de poucos dias depois, 26 de fevereiro de 1958, o assunto foi a sessão do “Vitêlio” (codinome para sindicato dos mineiros):

Prezado amigo Viriato: Sessão Vitêlio – No dia 23/02 às 10 horas realizou-se a assembleia do Vitêlio a respeito da qual enviei ao amigo o edital de convocação. Dos assuntos em pauta só o primeiro (aumento de salários) mereceu a atenção da assembleia tento o outro (insalubridade) sido apenas abordado sem que houvesse qualquer deliberação a respeito. O livro de presença acusou o comparecimento de 85 associados embora igual número provavelmente tenha comparecido sem o aludido

---

<sup>544</sup> CADEM. **Cartas e telegramas, 1958**. Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos. Fundo 08 – Sindicatos.

<sup>545</sup> *Idem*.

registro. A sessão contou ainda com a presença do Vice-Laerte, do Secretário e de um representante jurídico<sup>546</sup>.

Nota-se que a assembleia do sindicato foi o tema tratado na carta. Havia, provavelmente, algum informante na assembleia que repassou as informações à direção da empresa devido aos detalhes descritos minuciosamente. O “vice-Laerte” citado se trata do vice-presidente do Sindicato. A vigilância era tamanha que os temas abordados na reunião foram repassados integralmente à direção da empresa. As informações seguintes esclarecem mais sobre a pauta da reunião:

O assunto de aumento de salários teve curso com a apresentação de duas propostas: 1). Impetrar dissídio coletivo; 2). Encaminhar pedido amigável. Nenhuma das duas propostas foi aceita. A primeira por julgarem um meio demorado para dar frutos com a rapidez desejada e o segundo por já terem encaminhado pedido semelhante e ao qual fiz alusão em minha carta particular para o Amigo data de 7/01/58. A resposta do Nataniel a essa carta foi lida aos Almeidas. Entrou em cena então um elemento com tendências francamente “vermelhas” que desenvolveu a argumentação seguinte: considerando que o pedido amigável já teria sido enviado a Cia., que naturalmente dele já dera ciência ao Plano Nacional do Carvão, propunha fossem concedidos 15 dias ao Vice-Laerte para “mexer com o assunto” inclusive em campanha na imprensa e no rádio (citou especificamente a rádio Itai) com a finalidade de “mostrar o descaso das autoridades pelos mineiros”, entre as autoridades em questão referiram-se ao Eudoro e ao Ubaldo. Esgotados os 15 dias para as providências mencionadas propôs o orador fossem concedidos mais 30 dias para o aguardo da resolução sem o que entrariam em greve<sup>547</sup>.

Segundo a carta enviada pelo diretor local da empresa, a discussão dos mineiros girava em torno de duas proposições: impetrar dissídio coletivo ou encaminhar um pedido amigável à empresa. Ambas foram rejeitadas pela assembleia. O informante, então, dá destaque para a fala de um “elemento com tendências francamente vermelhas” teria feito a seguinte proposta: dar 15 dias para o vice-presidente do sindicato fazer uma campanha na imprensa e denunciar o descaso das autoridades, entre elas o “Eudoro”, código para o Presidente da República, Juscelino Kubitschek, e Ubaldo, sem identificação na lista de codinomes. Caso o prazo de 30 dias não fosse atendido, então, entrariam em greve.

Nota-se a preocupação da direção da empresa com os “vermelhos”, isto é, os comunistas. Possivelmente pela posição de liderança que eles assumiram na organização das greves desde a década de 1930. Conforme observamos na militância de Jover Telles, Ary Saldanha, Procópio Farinha e Joaquim Celso de Lima, a atuação dos comunistas era vigiada e

---

<sup>546</sup> *Idem.*

<sup>547</sup> *Idem.*

controlada pela empresa de perto. Estes, inclusive, foram citados nominalmente ao final da carta:

A proposta foi aceita em assembleia (nessa altura já a maior parte da assistência havia se retirado) e “mereceu apoio” do líder comunista da E. F. Jacuí, Procópio Farinha, que assistiu a sessão em companhia do ex-mineiro e comunista declarado Joaquim de Celso Lima. O líder Farinha prometeu auxílio financeiro para as providências que se fizessem necessárias na campanha que encetara o Vice-Laerte dizendo que tal auxílio seria levantado por ele e seus colegas (não sei, si colegas ferroviários ou si colegas comunistas). Vê-se que tudo é possível neste período pré-eleitoral. Entretanto, **os vermelhos vão tomando conta da praça**. Em pacote que segue por esta mesma mala estou enviando ao amigo 8 bandeiras que a partir da data do aniversário do Rufino, os seus apaniguados seguidamente, à noite, penduram pela Vila. Sobre Joaquim Celso de Lima reporto-me à correspondência anterior que tenho remetido (particular de 8 de dezembro de 1956). Com um forte e cordial abraço do amigo H<sup>548</sup>.

É visível a preocupação da empresa de evitar que os comunistas “tomassem conta da praça”. Além disso, é importante chamar a atenção para a atuação em conjunto de Procópio Farinha e Joaquim Celso de Lima e a dúvida sobre o auxílio financeiro que levantariam, “não sei, si colegas ferroviários ou si colegas comunistas”. Nessa documentação da empresa, a divisão PTB/PCB, presente na biografia de Celso de Lima, não aparece como relevante: são todos classificados como “vermelhos”.

Aparentemente a estratégia de fazer propaganda na imprensa foi seguida pelos operários. Encontramos em alguns jornais do período notícias sobre as condições de vida e de salários dos mineiros de São Jerônimo. No *Jornal O Dia*, de Porto Alegre, há uma matéria “CADEM não paga seus empregados”, de 7 de fevereiro de 1958:

Segundo apurou nossa reportagem, o Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM) nega-se, atualmente, a pagar os poucos empregados que ainda restam naquela empresa. Conforme apuramos, a gerência do Consórcio informou a uma comissão de operários, que foram informar-se da falta de pagamento, de que tão cedo a empresa não terá recursos para efetuar os emolumentos dos trabalhadores<sup>549</sup>.

Além dessa reportagem encontramos mais de dez abordando o tema da dificuldade de vida dos mineiros em diversos periódicos do Rio Grande do Sul. No jornal *A Hora* de Porto Alegre, em matéria de 12 de março de 1958, é informado que “sofrem privações de toda espécie os marítimos e os mineiros do CADEM”. O foco da notícia está na grave crise social e econômica que se abateu sobre os mineiros e marítimos de São Jerônimo:

---

<sup>548</sup> *Idem*.

<sup>549</sup> **Jornal do Dia**, 7 de fevereiro de 1958.

A situação... desde setembro de 1956, é das mais sérias. Como se sabe, naquela época, foram despedidos cerca de 1.000 desses trabalhadores. O governo federal prometeu providências diversas, para amenizar a situação, e o Congresso aprovou uma lei de desapropriação dos bens da empresa, a fim de, por esse modo, resolver o caso. A lei já foi sancionada, em novembro do ano passado, existindo o crédito no Ministério da Fazenda, que, porém, até agora não entregou o numerário indispensável à desapropriação<sup>550</sup>.

A notícia dá destaque à demissão de 1.000 mineiros em 1956, data do fechamento das atividades de extração em Arroio dos Ratos e a transferência para Charqueadas, com a abertura do Poço Otávio Reis. Em tom dramático, a reportagem enfatiza a situação de miséria social em que ficaram as famílias dos operários demitidos:

A situação desses, com suas famílias, é de calamidade, sentindo o espectro da fome rondando os seus lares. Quem disso duvidar, que passe a noite na sede do sindicato, e verá muitos deles dormindo no chão, a espera de um emprego. Enquanto isso, muitas famílias estão a esmolar<sup>551</sup>.

Essas informações coincidem com o relato do pároco Sulzbach em seu livro memorialístico sobre Arroio dos Ratos. Para quem viveu o auge da produção de carvão mineral durante o Estado Novo, e as obras de assistência social da “era Cadem” – com a construção de hospital, cinema, escolas, moradias, estádios de futebol -, a decadência do final dos anos 1950 representou um grande peso para as famílias dos mineiros que foram demitidos e aguardavam o pagamento dos salários atrasados.

“Imediato pagamento aos trabalhadores do CADEM” foi a chamada do jornal *A Hora*, de 22 de março de 1958. Segundo a reportagem, faltava a aprovação de minuta pelo Ministério da Fazenda para transferir “as quotas das empresas de carvão desapropriadas para o poder desapropriante, que é a União”. Após essa aprovação, faltaria a assinatura do termo liquidando a desapropriação e autorizando o pagamento dos valores atrasados de mais de um ano aos mineiros. Contudo, segundo nossas pesquisas nos jornais, tal pagamento não se concretizou.

Neste mesmo mês de março de 1958 houve uma intensa troca de cartas entre os diretores do CADEM acerca de novas demissões de operários. No dia 8, em carta de um diretor da companhia (que não se identifica) ao destinatário Edison (certamente um codinome), cita os nomes de um pessoal “decidido” (em alusão à greve), afirmando que

---

<sup>550</sup> *A Hora*, 12 de março de 1958.

<sup>551</sup> *Idem*.

[...] os três primeiros agiram como cabeças, e os três últimos os apoiaram. Será ótimo se pudermos dispensar esses elementos. O ideal seria si, a par dessa medida pudéssemos afastar daqui, de uma vez por todas, os fabricantes de cabeças Procópio Farinha e Joaquim Celso de Lima<sup>552</sup>.

A carta cita três operários que seriam os “cabeças”, isto é, os líderes do movimento: Óscar Correa da Silva, Bento Alves Camargo e Mário Pinto Cazimbra. Ademais, cita como os “fabricantes de cabeças” Procópio Farinha e Joaquim Celso de Lima, lideranças comunista e trabalhista que fomentavam a organização dos operários na região que já citamos anteriormente.

Em resposta, no dia 11 de março, o codinome Viriato, utilizado pelo gerente do CADEM, Lupinacci, escreve informando que estaria analisando como “agir para dispensar os estabilizados constantes da tua relação [...]. Quanto aos não-estabilizados – o 3º e o 4º da relação – podes pô-los na rua sem mais delongas, pagando-lhes as indenizações a que têm direito”<sup>553</sup>. Percebe-se que a carta fora enviada do Rio de Janeiro, onde ficava o escritório da empresa. Alcides, o destinatário da carta, é Mauré Stoltemberg, engenheiro-chefe do CADEM nas minas de São Jerônimo. O assunto continua sendo a dispensa de trabalhadores, estabilizados e não estabilizados. Quanto a estes, nota-se a orientação no sentido de dispensá-los “sem mais delongas”, ou seja, sem demora.

Fica explícito pelo documento que a empresa seguia com seu plano de “redução de mão de obra”, realizando dispensas dos trabalhadores. No dia 31 de março de 1958 houve uma troca de cartas entre a direção do CADEM a respeito de uma reunião do sindicato:

Prezado amigo Viriato: Reunião Vitélio. Com a presença de cerca de 80 Almeidas, às 15 horas de ontem iniciou-se a marginada, tendo comparecido o Laerte, o Vice, o Tesoureiro e o Secretário. A seguir o “leopoldista” Bento Ortiz (a quem demos aviso prévio) pediu a palavra para dar parecer sobre os já citados itens 1, 2 e 3, mas o Laerte não o deixou falar (finalmente o Laerte anda dando duro na turma do “contra”) sob a alegação que os pareceres eram da exclusiva competência do conselho fiscal. Finalmente o Laerte concitou o pessoal a não promover qualquer vinda do Abdias, pois si isso ocorresse viriam novas demissões. Nesse momento o Laerte foi apartado por um associado (Leonardo Brasil Rodrigues da Silva) que disse que os Almeidas queriam e exigiam o Manoel, mas não por meio de Abdias e nem mesmo por intermédio de dissídio coletivo. Após muita discussão ficou resolvida a convocação de uma sessão para daqui uns 15 dias, afim ser combinada a maneira do Manoel ser obtido por “outros meios”. Vê-se que com as “limpezas” feitas tanto o Laerte como os Almeidas estão mudando radicalmente a maneira de pensar. Vamos aguardar com interesse o “desenvolvimento” desse expediente. Receba um cordial abraço do amigo A<sup>554</sup>.

---

<sup>552</sup> CADEM. **Cartas e telegramas, 1958**. Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos. Fundo 08 – Sindicatos.

<sup>553</sup> *Idem*.

<sup>554</sup> *Idem*.

“Manoel” era o código para aumento salarial, de acordo com a lista de códigos das correspondências da direção do CADEM, que consta em anexo à tese. Segue um trecho do dia 11 de abril de 1958:

Prezado amigo Viriato: PRÓXIMA SESSÃO VITÉLIO – Em companhia do Vice, o Laerte veio hoje fazer-me uma visita. Esse nosso amigo anda muito “sabido” e, mormente depois que veio do Rio, sabe o que “lhe” convêm e o que não “lhe” convêm. Assim é que, malgrado as notícias veiculadas pelo rádio e pelos jornais de hoje sobre a provável visita do Abdias na próxima segunda-feira, o Laerte garante que essa visita não se concretizará, pois independentemente do trabalho que o Vitélio vem fazendo junto ao pessoal nesse sentido, foi por ele promovido o comparecimento na marginada do titular do Juca, que vai fazer um “apelo” ao pessoal para que não receba o Abdias. Em seguida o Laerte tomara a palavra, falara sobre os inconvenientes do Abdias, mormente sobre as “consequências (o Laerte mostra-se muito conhecedor das “prováveis consequências) que advirão si a visita se concretizar, e por fim proporá ao pessoal a prorrogação do prazo que havia sido concedido para a vinda do solicitado Manoel<sup>555</sup>.

O tom do discurso dos dirigentes da companhia sobre o presidente do sindicato demonstra o quão arrogante eram em relação aos trabalhadores: “nosso amigo anda muito sabido”, “sabe o que lhe convêm e o que não lhe convêm”. Entretanto, também nos dão pistas sobre a sua posição em relação à deflagração da greve: preferia evitar o “abdias” devido às possíveis consequências que poderiam advir.

O informante também afirma que o presidente da entidade sindical garantia que a greve não ocorreria, devido ao “comparecimento na marginada do titular do Juca”, traduzindo: o titular da Delegacia do Trabalho de Porto Alegre iria participar da assembleia dos mineiros. No trecho seguinte da mesma carta, o tema acerca da greve fica ainda mais em evidência:

Vamos aguardar a sessão do próximo domingo, para ver o que fica resolvido. A sessão vai ser interessante, pois há uma corrente que apesar de não querer o Abdias também não quer prorrogação de prazo, pois “acha que as notícias nos jornais” foram postas pelo Laerte e virão intrigar os Almeidas com as autoridades. De minha parte acho que o Abdias não virá mais, pelo menos tão cedo, pois o Vitélio está fazendo tudo o que pode, e é difícil o pessoal resolver quando o Laerte não quer<sup>556</sup>.

Fica evidente que havia duas correntes sobre os rumos do movimento: uma que não queria a greve, e outra que não queria mais a prorrogação do prazo dado à companhia. Observa-se a parte das “notícias nos jornais”, supostamente pagas pelo presidente do Sindicato dos Mineiros de São Jerônimo, Laerte, código para Adão Antônio Fortes. Retomando a troca de

---

<sup>555</sup> *Idem.*

<sup>556</sup> *Idem.*

cartas, no dia 13 de abril, domingo, houve a assembleia dos mineiros de São Jerônimo, contando com cerca de “400 Almeidas”:

CONFIDENCIAL – Minas de Butiá, 13 de abril de 1958. Prezado amigo Viriato, REUNIÃO VITÉLIO. Com a presença do Delegado Regional do Trabalho (Prof. Clay Araújo) e de cerca de 400 Almeidas, às 10h de hoje iniciou-se a marginada, tendo comparecido ainda o Laerte, o vice, os advogados do Vitélio (Drs. Raul e Leiria), o atual delegado do IAPETC, Dr. Rubem Porciúncula, um representante do SESI e um representante dos Sindicatos de Porto Alegre. Abrindo a sessão o Laerte ofereceu a palavra aos Almeidas. Levantou-se, então o Almeida Pedro Rodrigues e depois de abordar o assunto em foco (aumento de salário) pediu às autoridades presentes que procurassem solucionar a falta de mercado para o carvão, pois só assim estaria garantido o trabalho para os Almeidas. A seguir tomou a palavra o Dr. Leiria que, apresentando o Delegado Regional do Trabalho, disse que como estava a findar-se o prazo dado pelos Almeidas para aumento de salário, viera o Delegado do Trabalho para dar uma satisfação e orientação aos Almeidas sobre o assunto. Falou, logo após, o representante do SESI, alertando os Almeidas para unirem-se, mas numa união verdadeiramente ordeira, que só assim alcançariam o alvo desejado<sup>557</sup>.

Nesse primeiro trecho da carta fica evidente a participação das autoridades estaduais na assembleia: o Delegado Regional do Trabalho, o Delegado do IAPETEC (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados de Transportes e Cargas), e o representante do SESI. Quando o “Almeida” Pedro Rodrigues toma a palavra, refere-se às autoridades, pedindo que intercedam pela falta de mercado para o carvão, “pois só assim estaria garantido o trabalho para os Almeidas”.

Esta frase permite-nos interpretar o raciocínio do trabalhador da seguinte forma: se a mineração de carvão se encontrava em declínio no Rio Grande do Sul, caso fosse garantida a compra do minério pelo Estado, o trabalho dos mineiros estaria garantido. Não se trata, do nosso ponto de vista, de se vincular à lógica populista na reivindicação de ganhos materiais como “barganha”<sup>558</sup>. Mas de utilizar de todos os meios disponíveis na reivindicação de seus direitos, inclusive a via institucional, antes da deflagração da greve. No trecho seguinte pode-se observar mais detalhes da discussão:

Prosseguindo a sessão, tomou a palavra o Dr. Raul, o qual limitou-se a ler um telegrama enviado pelo **Sindicato dos Mineiros do Sul de Santa Catarina**, congratulando-se com os Almeidas de São Jerônimo em seu movimento e concitando para que não fossem se deixar levar por interesses alheios a classe, trazendo assim

---

<sup>557</sup> *Idem*.

<sup>558</sup> Refiro-me à obra *Industrialização e atitudes operária*, de Leôncio Martins Rodrigues, na qual o autor defende que a passagem de uma economia agrária para uma urbana industrial no Brasil estimulou uma atitude “dócil” dos operários no país e na ausência de uma verdadeira consciência de classe, se comparar o proletariado brasileiro com o europeu. Cf. RODRIGUES, Leôncio Martins. **Industrialização e atitudes operárias**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, p. 71.

prejuízos a mesma. Em continuação, o Delegado Regional do Trabalho, disse aos Almeidas que o momento não era propício para o Abdias, o qual só beneficiaria o Nataniel, e que se tal acontecesse poderia o Nataniel (com base no Decreto 9.070), dispensar os Almeidas, não restando aos mesmos direito algum<sup>559</sup>.

É importante observar a saudação enviada pelos mineiros de Santa Catarina: demonstra uma importante conexão com os mineiros do Rio Grande do Sul, a ponto de aconselhá-los “para que não fossem se deixar levar por interesses alheios a classe, trazendo assim prejuízos a mesma”. Como veremos adiante, em 1958 a gestão do sindicato de Criciúma era formada por uma aliança PCB/PTB, o que impulsionou as relações de classe através da Federação dos mineiros da região sul.

Retomando a análise da carta, logo em seguida entra em cena o Delegado Regional do Trabalho, realizando a mediação e procurando evitar a greve a qualquer custo porque ela só beneficiaria o “Nataniel” (CADEM), que poderia dispensar os Almeidas (grevistas) com base no Decreto 9.070 (lei de greve). Na continuação da carta, entretanto, novas evidências aparecem:

Pedi ainda [o delegado regional do trabalho] aos Almeidas que se cuidassem com os elementos subversivos e irresponsáveis e poderiam levar todos ao caos, trazendo somente benefícios para o Nataniel e com sérios prejuízos aos Almeidas. Ofereceu-se, então, para a Delegacia do Trabalho promover um acordo entre o Nataniel e o Vitélio. Não sendo este bem-sucedido impetrariam um dissídio coletivo, com prazo de 20 dias, contados a partir da data da entrega da petição. A seguir o Laerte pôs em votação o dissídio citado pelo Delegado do Trabalho, sendo unanimemente aprovado pelos Almeidas. [...] Mais tarde, quando o signatário desta estava palestrando com o Delegado do Normélio e com médicos e um engenheiro também dessa entidade a respeito das novas instalações para ambulatório do Normélio, teve oportunidade de ouvir o representante do Juca declarar que ia fazer força por descobrir os promotores do Abdias, afim de tomar providências, pois o Vice-Eudoro lhe dera a incumbência “de tudo fazer para que não aparecesse nenhum Abdias no Rio Grande do Sul no mínimo durante 10 meses”. Reportando-me ao que escrevi ontem, chega-se à conclusão que só aparece Abdias quando o Laerte, o Vitélio e o Juca querem. Receba um cordial abraço do amigo A<sup>560</sup>.

“Nataniel” trata-se do CADEM; “Almeidas” os grevistas; “Vitélio”, o Sindicato; “Normélio”, o IAPETEC; “Juca”, a Delegacia do Trabalho em Porto Alegre; “Abdias” era greve; “Laerte” o presidente do Sindicato dos Mineiros de São Jerônimo; e Vice-Eudoro, o vice-presidente da República, que na época era João Goulart. Pelo documento é perceptível a interferência do Delegado Regional do Trabalho de Porto Alegre na reunião, aconselhando para tomarem cuidado com os “elementos subversivos” que estariam supostamente prejudicando o

---

<sup>559</sup> CADEM. **Cartas e telegramas, 1958**. Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos. Fundo 08 – Sindicatos.

<sup>560</sup> *Idem*.

movimento dos mineiros. Além disso, o informante diz ter ouvido o “representante do Juca”, isto é, da Delegacia Regional do Trabalho, dizer que tentaria descobrir os fomentadores da greve, pois o vice-presidente da República teria lhe passado a missão de evitar greves no Rio Grande do Sul por “no mínimo 10 meses”.

Se ele conseguiu seu intento não se pode afirmar, entretanto, observou-se no final dos anos 1950, um arrefecimento nas lutas dos mineiros gaúchos por conta das perseguições após a greve de 1957, da saída de militantes do PCB da região carbonífera e pela intensa vigilância e perseguição da direção do CADEM sobre os trabalhadores que se engajavam na construção das greves. Ademais, a crise financeira da empresa no final da década de 1950 e começo dos anos 1960 — com um acúmulo de dívidas, queda na produção e atrasos nos pagamentos dos trabalhadores —, pode ter influenciado no processo de desorganização de classe dos mineiros gaúchos.

Além disso, pode-se conjecturar como fator político, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (PTB), ter sido eleito e governado entre 1959 e 1963, com um viés nacionalista e com a expectativa da proposta (não realizada) de encampação das minas de carvão do CADEM, tenha contribuído para essa política conciliatória do sindicato dos mineiros. Porém, essa tática mais “legalista” da direção do sindicato não significou, como vimos, na ausência de lutas e greves dos trabalhadores no período. A fase final da Companhia se deu em 1964, quando o CADEM foi incorporado pela Companhia de Pesquisa e Lavras Minerais (Copelmi).

Por outro lado, a mineração em Santa Catarina viveu um momento oposto: dobrou a produção de carvão em um período de uma década. Ao fim da II Guerra, ao contrário do Rio Grande do Sul, que viu sua produção declinar, Santa Catarina continuou produzindo cada vez mais carvão, para suprir a demanda da CSN, inaugurada em 1946, que garantiu a venda do produto catarinense, devido também à qualidade do carvão de SC ser adequado para o uso siderúrgico, enquanto do RS não. Naquele período, Criciúma se tornou um polo estratégico na produção energética nacional, em um momento histórico quando o nacionalismo e o investimento estatal faziam parte da ideologia dos governos desde a era Vargas, e continuavam no governo de Goulart, com suas prometidas reformas de base.

A seguir, veremos como Sindicato dos Mineiros de Criciúma mudou drasticamente sua política, quando a chapa dos comunistas em aliança com os trabalhistas de esquerda venceu as eleições de 1957, destronando a direção sindical que chamavam “pelega”.

### 3.6 AS ELEIÇÕES DE 1957 PARA O SINDICATO DOS MINEIROS DE CRICIÚMA

Se o ano de 1957 marcou a dissidência de comunistas e trabalhistas nas minas do Rio Grande do Sul, em Santa Catarina acontecia o contrário: uma aliança para as eleições do Sindicato dos Mineiros. A eleição foi muito disputada, com três chapas participando do pleito, tendo sido vitoriosa a chapa 2, liderada por Antônio José Parente, a ala mais “radical” dos mineiros, com uma composição PCB/PTB.

De acordo com Rubens Garcia da Silva, mineiro da CBCA, essa chapa contou com apoio do médico Manif Zacharias (PCB), do Vânio Faraco (presidente municipal do PTB) e de outras pessoas influentes na cidade<sup>561</sup>. Ainda, segundo Jorge Feliciano, mineiro que compôs a diretoria do Sindicato entre 1960 e 1964, a eleição de 1957 representou um divisor de águas no que se desenrolaria nos próximos anos no movimento sindical da região, com forte influência no movimento dos mineiros do sul do país.

Para Feliciano, a partir de 1957 o trabalho do Sindicato tornou-se focado na luta pelos direitos trabalhistas e aumentos salariais, com uma estratégia de pressionar os patrões com greves e, de fato, cumpri-las. A descrição que Feliciano faz de seu companheiro de Sindicato, Antônio Parente, é de um militante muito aguerrido:

Antônio Parente não era ponderado em suas reivindicações. Nem pretendia ser. Dava socos na mesa durante as reuniões com o sindicato patronal, gritava com encarregados, enfrentava os patrões de igual para igual, olho no olho, xingando com dureza, se necessário. Baixava à mina com revólver na cintura, deixando claro aos patrões que não os temia. Fazia ameaças e, se não atendido em seus pleitos, cumpria. Foi um tufão a varrer o solo negro do Sul de Santa Catarina<sup>562</sup>.

A descrição do militante comunista ressalta a postura aguerrida de Parente, um dos fundadores do PTB em Criciúma, conforme José Martinho Luiz, vereador pelo mesmo partido na década de 1950<sup>563</sup>. Em outra entrevista, realizada pelo jornalista Vitor Minas, em 1988, questionando sobre a importância de Parente para a luta dos mineiros de Criciúma, Feliciano respondeu:

Acontece o seguinte: o Parente foi preciso pra pôr o sindicato na linha. O Parente era até arruaçeiro, ele fazia até arruaça, ele ia armado pra mina, e muitas vezes chegava numa mina que tinha trilhos de madeira, e ele arrancava tudo e já aprontava uma

---

<sup>561</sup> LEMOS, Gustavo Perez. *Op. Cit.*, p. 55.

<sup>562</sup> COIMBRA, David. *Op. Cit.*, p. 40.

<sup>563</sup> LUIZ, José Marinho. **Entrevista cedida em 19 de outubro de 1992**. Entrevistadora: Janete Trichês. Criciúma: Acervo de História Oral do Cedoc/Unesc, 1992.

bagunça. Mas acontece que naquele momento o operário estava tão acostumado com a ideia de que o sindicato era um órgão do patrão que, pra adquirir a credibilidade da classe trabalhadora, aquele método – que eu nunca usei – foi um meio. [...]. Os métodos que ele usou foram necessários, importantes. Naturalmente que também tinha a retaguarda do PC. Nós não agíamos isoladamente, nós analisávamos. Claro que se cometeu erros, mas quando se erra junto se cai de pé, né. Mas a vanguarda, a orientação do PC dava uma grande contribuição para a luta<sup>564</sup>.

As memórias de Feliciano, ressignificadas tantos anos depois, salientam alguns aspectos, enquanto omitem outros, em um constante processo de reelaborar-se, conforme já observado nas páginas anteriores. Em sua entrevista, destacou que os métodos considerados mais radicais foram necessários “para pôr o sindicato na linha”. Mas, afirmou que se fosse ele, nunca usaria destes métodos, porque considera seu método mais “do diálogo”. No entanto, a entrevista de Jorge Feliciano foi realizada em 1988, quando já estava filiado ao PMDB e já havia concorrido a Deputado Estadual<sup>565</sup>.

Segundo o mineiro aposentado Cyro Manoel Cardoso, que começou a trabalhar nas minas em 1951, disse que começou na militância política pelo PTB e que nas eleições de 1957 para eleger Antônio Parente e todos ajudaram na campanha para o sindicato, fazendo a “política de boca em boca, de casa em casa”, convencendo os mineiros a votarem no Parente. Contudo, enfrentavam a oposição ferrenha da Igreja Católica na época, que era contra a chapa do Parente pelo fato dele ser comunista.

Cyro narra quando o padre Agenor rezou uma missa na vila operária, para os mineiros e suas famílias. Os operários mais próximos ao Parente se reuniram para fazer uma campanha para ninguém ir à igreja, pois desconfiaram que o padre queria colocar a comunidade contra a chapa liderada pelos comunistas. No entanto, ficaram com medo de que se ninguém fosse à missa, o padre Agenor acusaria como “coisa de comunista”. Então decidiram mudar a tática: começaram a fazer a campanha para todo mundo ir à igreja, passaram de casa em casa, até no interior. Mas o combinado entre os mineiros era “que se o padre tocasse em sindicato ou política nós virávamos as costas e saíamos”. Quando chegou a hora da missa, encheu a igreja que chegou a ficar gente na rua. O padre fazia sua prática religiosa, mas em determinado momento ele começou a conta a estória “do escorpião e da rãzinha”:

[...] o escorpião queria atravessar um rio, mas como não sabia nadar começou a conversar com a rãzinha para que ajudasse ele a atravessar. A rãzinha disse: - não escorpião não vou ajudar porque você é venenoso. O escorpião então disse: - não rãzinha, tu acha que eu vou te fazer mal, não vou fazer mal nenhum, tu me leva e eu

---

<sup>564</sup> MINAS, Vitor. *Op. Cit.*, p. 144.

<sup>565</sup> COIMBRA, David. *Op. Cit.*, p. 105.

te agradeço. E convenceu à rãzinha e ela acreditou. Quando o escorpião subiu no lombo da rãzinha, quando tava chegando no fim da margem do rio, o escorpião ferrou a rãzinha e ela disse: - como é escorpião, tu não tinha prometido que não iria me ferrou. Então o escorpião respondeu: - rãzinha eu não tenho culpa, isso é da minha natureza. **Assim fazem os comunistas!** Quando o padre falou nos comunistas, todo mundo virou as costas e saíram pra rua, deixando a igreja vazia, ele ficou sem fala. Logo após o encerramento da missa, o padre saiu da igreja e embarcou no seu carro, e nós (os mais moleques) rodeamos o carro dele e não deixávamos ele sair gritando: - Parente, parente, parente! Foi quando demos uma abertura, o padre saiu acelerando o carro e gritou da janela: - **Parente do Diabo!**<sup>566</sup>.

Essa é uma das histórias que Cyro Pacheco relembra na sua entrevista, na época das eleições para o sindicato dos mineiros, o que mostra como a questão sindical não era uma questão circunscrita somente à esfera do trabalho e dos trabalhadores, mas que atingia inclusive setores da Igreja Católica, que buscavam influir na cultura operária. Não há como confrontar o relato sobre este episódio com outras fontes, porém, mais importante que sua exatidão factual é o que o depoimento de Cyro Pacheco nos permite entrever. Como afirmou o historiador Alessandro Portelli: “a diversidade da história oral consiste no fato de que afirmativas ‘erradas’ são ainda psicologicamente ‘corretas’, e que esta verdade pode ser igualmente tão importante quanto registros factuais confiáveis”<sup>567</sup>.

Portanto, o mais importante é analisar os significados históricos que decorrem dessa memória. Evidencia a polarização pela qual passava a sociedade brasileira naquele período em geral, e no município de Criciúma em particular, onde a atuação dos comunistas era muito articulada a ponto de causar um incômodo nos setores mais conservadores da sociedade. Também revela o trabalho político que o sindicato realizava nas comunidades. Para além dos locais de trabalho, o espaço de moradia era um importante fator de sociabilidade e de articulação política.

O anticomunismo, como doutrina difundida a partir do pós-II Guerra Mundial, teve como um dos principais propagadores nas comunidades, a Igreja Católica, através dos padres e de outros meios de comunicação que tinham por objetivo construir uma narrativa de combate à esquerda, identificada com o comunismo. Conforme Rodeghero,

O anticomunismo católico no Brasil se organizava a partir da infraestrutura já existente da Igreja e se beneficiava das boas relações da hierarquia com os governos e grupos dominantes. Poderia ser veiculado e pronunciamentos de autoridades católicas como os arcebispos do Rio, D. Jaime Câmara; de São Paulo, D. Carlos Vasconcelos Mota; de Porto Alegre, Vicente Scherer; realizados em entrevistas para jornais, alocações radiofônicas, solenidades de inaugurações, missas especiais.

---

<sup>566</sup> PACHECO, *Op. Cit.*

<sup>567</sup> PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, v. 14, 1997, p. 32.

Também poderia recheiar as páginas dos jornais católicos e os programas das rádios, ser difundidos nas escolas, nos grupos da Ação Católica, nos seminários onde se formavam os novos padres. [...]. Poderia se transformar em tema para os sermões dominicais em todas as pequenas e grandes paróquias espalhadas pelo país<sup>568</sup>.

Portanto, a pregação do padre Agenor (por volta de 1957) contra o comunismo, utilizando-se da parábola da rã e do escorpião, pode ser compreendida nesse contexto de ideias anticomunistas que eram propagadas por setores da Igreja Católica para combater o que consideravam ser o crescimento do comunismo no Brasil.

Outra figura importante nessa nova direção sindical foi o advogado Aldo Dietrich, dirigente do PCB em Santa Catarina. Aldo havia se formado na faculdade de Direito de Santa Catarina, em Florianópolis, quando entrou para o Partido Comunista<sup>569</sup>. Como já mencionamos, a descrição de Dietrich, feita pelo seu companheiro de partido, Jorge Feliciano, o indica como “advogado do sindicato, militante do Partido Comunista e principal orientador político dos mineiros”<sup>570</sup>. Questionado em entrevista como o PCB realizava seu trabalho de militância, Feliciano afirmou:

Olha, o quadro do PC era realmente pequeno. Os trabalhadores, as lideranças das minas nem sempre eram do PC. Mas a luta começava assim: tinha um representante do sindicato no setor de trabalho. Era um representante que era eleito lá no setor de trabalho, lá na mina, pelos mineiros. Estão nos íamos lá, fazíamos uma reunião, uma assembleia, e os mineiros mesmo diziam: “fulano de tal é o nosso representante”. E esse representante, o sindicato mandava uma credencial dele para a empresa. A partir daí essa pessoa passava a representar o sindicato lá no setor de trabalho. Qualquer problema de um colega, ele procurava o capataz, até o engenheiro, pra resolver. Se ele não conseguisse resolver, porque não podia sair da mina e ir falar com a direção da empresa, aí ele passava pro sindicato, nos chamava. A briga mais em cima era conosco. Esse representante era peça fundamental, e os patrões procuravam também alienar ele, procuravam dar pra ele uma melhor oportunidade de trabalho, uma galeria melhor, pra ele se acomodar. [...]. Mas, naturalmente, aquilo já era um ensaio pra ele entrar pra diretoria do sindicato. Se ele aprovava como representante, se brigasse em favor da classe, dos colegas, então, automaticamente, quando dava eleição, se ia lá na mina, se fazia nova assembleia para escolher os representantes daquela mina pra participar da chapa do sindicato<sup>571</sup>.

O relato de Feliciano de que havia um representante em cada local de trabalho, em cada mina de carvão, que era eleito pelos seus companheiros de trabalho, e mantinha um diálogo aberto com o sindicato, e que isso já servia como um processo de **experiência**, para uma

---

<sup>568</sup> RODEGHERO, Carla Simone. **Memória e avaliações**: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964. 2002. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002, p. 24.

<sup>569</sup> LENCINA, Daiana Castoldi. *Op. Cit.*, p. 23.

<sup>570</sup> COIMBRA, David. *Op. Cit.*, p. 42.

<sup>571</sup> MINAS, Vitor. *Op. Cit.*, p. 150.

posterior chapa para a direção do sindicato, revela um processo de construção do movimento operário desde as bases, que não pode de nenhuma maneira ser chamado “cupulista”.

Com a nova direção do Sindicato, a partir de 1957, segundo Feliciano, os mineiros passaram a exigir “trilhos de ferro, melhores condições de ventilação, de higiene e de segurança nas minas, taxa de insalubridade, lei de amparo ao trabalhador menor de idade, aproveitamento na superfície dos trabalhadores incapacitados para o serviço no subsolo sem redução de salário, refeitório nas bocas de mina, fornecimento de energia elétrica às Vilas Operárias, entre outros quesitos”<sup>572</sup>.

Organizando greves, marchas e trabalho de base, o sindicato era um instrumento de luta dos trabalhadores na defesa de seus direitos, quando as mineradoras burlavam muitas das leis trabalhistas e não pagavam as indenizações por acidentes de trabalho. Além disso, houve um aumento no número de greves em comparação com o período anterior, como se pode observar pela tabela abaixo das greves que ocorreram entre 1950 e 1964:

**Tabela 2** – Greves dos mineiros no Rio Grande do Sul e Santa Catarina (1950-1964)

Ano	Criciúma	Urussanga / Lauro Muller	São Jerônimo	Pauta
1951	1		1	Aumento salarial / Contra o aumento da jornada de trabalho
1952	1	1	1	Aumento salarial, melhores condições de trabalho
1953	-	-	-	-
1954	-	-	-	-
1955	-	-	-	-
1956	-	-	-	-
1957	1		1	Insalubridade, periculosidade, aumento salarial
1958	1	1	1	
1959	1			

<sup>572</sup> COIMBRA, David. *Op. Cit.*, p. 40.

1960	1			Solidariedade, Insalubridade, Aumento salarial
1961		1		
1962	1	1	1	Aumento salarial (SC) / Atraso de pagamentos (RS)
1963	1		1	Aumento salarial (SC) / Atraso de pagamentos (RS)
1964	1			Contra o golpe de 1964

Fonte: Tabela elaborada pelo autor de acordo com pesquisas em jornais e atas dos sindicatos.

De 1957 a 1964, identificamos, pelas fontes consultadas, a realização de 9 greves na região carbonífera de Santa Catarina, ao passo que no período anterior, de 1950 a 1956, foram registradas somente 3. Esse aumento do número de greves dos mineiros está relacionado ao crescimento do setor carbonífero, às péssimas condições de trabalho, aos riscos de acidentes e doenças profissionais que incapacitavam os trabalhadores e aos baixos salários pagos pelas mineradoras. Mas também, pelo que as pesquisas nas fontes permitiram evidenciar, estão ligados à intensa atividade de conscientização política e de luta pelos direitos que os militantes trabalhistas e comunistas desempenharam na região entre os anos 1950 e 1960. É importante salientar que as greves realizadas antes de 1957 não contaram com a liderança do sindicato dos mineiros, realizando-se por comissão de greve paralela.

Já em São Jerônimo, identificamos duas greves no começo da década de 1950, depois somente em 1957 e em 1962 e 1963. Estas últimas, como observaremos no próximo capítulo, ocorreram pelo atraso no pagamento dos salários pelo CADEM e do pagamento das cooperativas de consumo das vilas mineiras. Uma observação importante a se fazer é que em todos os anos em que houve greve dos mineiros em Santa Catarina, também se realizou na região carbonífera do Rio Grande do Sul, o que pode ser um importante indício de que havia uma articulação entre os mineiros gaúchos e catarinenses.

Nesse aspecto, concorda-se com a tese de Mike Savage de uma dinâmica dual na formação da classe. Além de uma relação de **classes densa**, marcada pela identidade e solidariedade dos trabalhadores das minas de carvão que agiam de modo classista em termos sociais e culturais, também se começou a articular uma **rede de classes** entre os mineiros de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Essa evidência da articulação dos mineiros gaúchos com os catarinenses foi a fundação da Federação Interestadual dos Trabalhadores na Indústria

de Extração do Carvão (reunindo Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná) no começo da década de 1950 por iniciativa de militantes do PTB<sup>573</sup>.

Em um ofício endereçado ao diretor da Carbonífera Metropolitana, o Sindicato de Criciúma informa que ocorreram eleições para a Federação nos dias 08 e 09 de novembro de 1959 sendo eleitos os membros de Criciúma que colocamos na tabela abaixo:

**Tabela 3** – Ofício do Sindicato dos Mineiros de Criciúma à Carb. Metropolitana, dezembro de 1959.

Diretoria	Suplentes	Conselho Fiscal	Suplentes	Conselho Da Federação
Presidente – Antônio José Parente	Obadias Gonçalves Barreiro	Valdomiro João Anacleto	Manoel Inocencio Bittencourt	José Martinho Luiz
Secretário – Eugênio Ferreira	Antonio Rosenk	Manoel Juvencio	Lauro Mota	Raimundo Verdieri
Tesoureiro – Raul de Souza	Manoel de Jesus	Venicio Angelo de Oliveira	Ido Manoel Souza	Osmar Maximo Dias

Fonte: CRICIÚMA. Junta de Conciliação e Julgamento. **Processo n. 598/60**. Criciúma: Acervo Justiça do Trabalho do Centro de Memória e Documentação (Cedoc/Unesc), caixa 03.

A participação de membros do sindicato dos mineiros, a partir de 1957, com a chapa eleita de comunistas e trabalhistas identificados com as lutas dos mineiros fomentou a atividade da Federação Interestadual. Sua articulação tornou-se mais perceptível a partir daquele ano, com trocas de correspondências e viagens à capital federal para tratar dos assuntos da categoria de forma articulada. Pode-se verificar essa articulação em carta de Reinaldo dos Santos, presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Carvão a Manoel Ribeiro, já citada no início deste capítulo.

---

<sup>573</sup> Não encontramos a data exata da fundação da entidade, porém, o primeiro registro de sua existência consta no seu Livro de Atas. Cf. FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO. *Op. Cit.*, 1952.

A carta foi escrita em 26 de dezembro de 1959, portanto, a nova chapa eleita em novembro daquele ano ainda não havia tomado posse, o que se daria, provavelmente, em janeiro de 1960. Este documento comprova a existência de uma importante articulação entre os mineiros de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que nos permite tirar duas conclusões preliminares.

Em primeiro lugar, da atuação da Federação como entidade de representação da classe mineira entre os estados do sul do país. Na carta, Santos refere-se a uma reunião da entidade realizada em Criciúma em 4 de dezembro de 1959, o que mostra que os mineiros de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul se encontravam para debater questões comuns aos trabalhadores, como o pagamento da taxa de insalubridade.

Esse fator era fundamental na reivindicação dos mineiros, pois a vitória de uma greve por aumento de salários, dependia, em grande parte, da pressão dos trabalhadores desde baixo, com a paralisação da produção, causando um impacto na indústria nacional (pois o carvão de Santa Catarina era destinado à CSN) e regional (o carvão gaúcho abastecia a via férrea do estado). Todavia, esta forma de pressão se estendia em nível nacional, com a articulação política com setores do governo, como os diretores do Plano Nacional do Carvão e setores do Ministério do Trabalho.

É importante salientar que as Confederações e Federações de trabalhadores faziam parte da estrutura sindical brasileira, sendo seu ordenamento jurídico regulamentado pela CLT desde 1943. O artigo 534 determinava o modo como deveriam ser formadas as federações:

**Art. 534.** É facultado aos sindicatos, quando em número não inferior a cinco representando um grupo de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexos, organizarem-se em federação.

§ 1º As federações serão constituídas por Estados, podendo o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio autorizar a constituições de federações interestaduais ou nacionais<sup>574</sup>.

A lei permitia o funcionamento de federações segundo o grau de atividade; e também quanto a base territorial. O que é importante destacar, segundo Sérgio Amad Costa, é que era de competência do Ministro do Trabalho e Previdência Social determinar “a extensão do raio

---

<sup>574</sup> BRASIL. **Decreto-lei n. 5.542, de 1º de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: em 24 mar. 2020.

de alcance da federação. Portanto, o controle do grau de abrangência da federação estava nas mãos do Estado”<sup>575</sup>.

Este é o segundo ponto que merece destaque. Ocorre, conforme já vimos, que o setor carbonífero fazia parte de um plano estratégico para o desenvolvimento do país, desde os governos de Vargas, com o incentivo à demanda do carvão nacional, por meio de vários decretos governamentais de proteção à indústria carbonífera. Portanto, desde os anos 1930, a mineração no Brasil era uma atividade econômica que dependia fortemente de incentivos estatais e de uma política econômica estatal para crescer.

Esse fator representava uma contradição: por um lado, forçava os trabalhadores a estabelecerem vínculos com partidos e órgãos do governo, através do PTB, com o objetivo de conquistarem suas reivindicações tiradas em assembleia. Conforme observamos na carta da Federação Interestadual, seu presidente Reinaldo dos Santos (de São Jerônimo) estava em contato com os dirigentes do Plano Nacional do Carvão para tratar do pagamento da taxa de insalubridade. Por outro lado, os mineiros continuavam em luta constante em seus locais de trabalho e moradia, com greves e paralisações, mesmo a contragosto dos patrões e do governo federal e estadual.

Em sua análise sobre o papel dos sindicatos na formação da classe trabalhadora, Savage argumenta que:

A perspectiva esboçada acima pode oferecer um novo modo de pensar sobre o significado dos sindicatos para a formação da classe trabalhadora. Tipicamente, o estudo de sindicatos tem sido considerado como parte da história do “movimento operário”, interessada em práticas institucionais que estão distantes dos mundos sociais e culturais dos trabalhadores. Todavia, pode ser sustentado que os sindicatos são importantes no terreno mais amplo da formação de classe, uma vez que historicamente eles têm sido a principal forma que permitiu a criação de vínculos de amplo alcance (por meio de organizações sindicais regionais e nacionais, jornais etc.) ao longo de vínculos densos em locais de trabalho e comunidades específicas<sup>576</sup>.

Como exemplo histórico da sua argumentação, o autor analisa o movimento dos mineiros no sul do País de Gales:

Os distritos mineradores no sul do País de Gales eram dos mais militantes e combativos da Grã-Bretanha. Seu grau de apoio ao Partido Trabalhista e ao Partido Comunista e às causas de esquerda é bem conhecido. Tanto Gilbert quanto MacIntyre relacionam isto aos estreitos vínculos locais e comunitários alimentados nesse lugar –

---

<sup>575</sup> COSTA, Sérgio Amad. **Estado e controle sindical no Brasil**: um estudo sobre três mecanismos de coerção. São Paulo: T. A. Queiroz 1986, p. 179.

<sup>576</sup> SAVAGE, Mike. *Op. Cit.*, p. 32.

a estreita relação entre as minas e os vilarejos, e o fato de que os proprietários estavam ausentes permitiram uma cultura operária autônoma florescer. Contudo, como Cooke argumentou, o que é também notável no caso do sul do País de Gales foi o modo pelo qual os mineiros construíram uma infraestrutura organizacional que ligou diferentes comunidades “fechadas”, especialmente através da Federação dos Mineiros do sul do País de Gales, mas também através das igrejas<sup>577</sup>.

Seguindo a reflexão de Savage, sustenta-se a tese de que as experiências vividas (já mencionadas) pelos mineiros de Criciúma e de São Jerônimo construíram uma identidade de classe e uma cultura combativa, que contribuíram para o fortalecimento dos sindicatos como instrumentos organizativos dos trabalhadores. Esse caminho, todavia, não foi “linear”, isto é, a participação dos trabalhadores nas lutas políticas de seu tempo não ocorreu sem tensões e disputas com a direção das entidades, conforme constatamos nas greves das décadas de 1950. Entretanto, como a classe não é uma “estrutura” ou “categoria”, “mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas”<sup>578</sup>, acreditamos ter demonstrado que foi a partir da tensão e do conflito de classes que se formou uma identidade entre os mineiros de carvão no sul do Brasil.

Duas observações podem ser feitas sobre o período estudado: a primeira, que os mineiros do Rio Grande do Sul passaram por diversas fases de mobilização. Na década de 1950, realizaram importantes greves, como em 1951, 1952 e 1957, quando as pautas levantadas giravam em torno da luta pela jornada de seis horas, por aumento salarial e pagamento da insalubridade. Em Santa Catarina as pautas relacionavam-se mais a aumentos salariais e melhores condições de trabalho, e a disputa pelo sindicato dos mineiros, que após 1958 passou a ser dirigido pelos comunistas e pela ala mais à esquerda do PTB.

A seguir veremos como essa identidade de classe se desenvolveu na prática nas greves dos anos 1960, bem como essa rede se expandiu especialmente entre os estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Abordaremos as greves e paralisações no começo dos anos 1960 dos trabalhadores da mineração de carvão nos dois estados do sul do Brasil, de modo a compreender como as lutas dessa categoria de trabalhadores se projetavam diante o cenário regional e nacional, de acirramento da luta de classes em uma conjuntura desafiadora para a classe trabalhadora no país.

---

<sup>577</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>578</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *Op. Cit.*, p. 9.

#### 4 O CICLO DE GREVES NA DÉCADA DE 1960

A década de 1960 foi marcada por greves e mobilizações operárias por todo o país. Pelo menos entre os trabalhadores, a tônica era a aprovação das reformas de base, “na lei ou na marra”<sup>579</sup>. Desde o início da década, a participação popular e as manifestações sociais cresciam rapidamente pelo país, o que levou intelectuais, posteriormente, a afirmarem que, pela primeira vez, um “sujeito histórico coletivo”<sup>580</sup> teria aparecido na cena histórica brasileira. Embora tal afirmação possa ser exagerada, de fato, a primeira metade da década de 1960, representou um dos momentos de maior mobilização operária no país, quando os trabalhadores, por meio de grandes lutas com pautas comuns, realizaram amplas greves nacionais, como a greve dos “700 mil” em São Paulo, em outubro de 1963<sup>581</sup>.

Trata-se de um momento político ímpar, de acirramento da luta entre diferentes setores da sociedade brasileira. De um lado, as pressões dos setores nacionalistas e de esquerda sobre o governo se intensificavam: em maio de 1963, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) ameaçou decretar greve geral para exigir do Congresso a aprovação das reformas, por mudanças na Constituição<sup>582</sup>. Do outro lado, setores reacionários de oposição ao governo de João Goulart “disseminavam o medo de que uma nova ‘república sindicalista’ se instalasse no país”<sup>583</sup>.

Essa conjuntura de instabilidade política e de grandes mobilizações populares marcou um momento de intensa mobilização dos mineiros no sul do país, levando-os à participação nas lutas nacionais com intensa atividade política, como a organização de greves, bem como a articulação mais robusta da Federação Interestadual dos trabalhadores da mineração.

Nesse período, a quantidade de greves na mineração de carvão e também seu tempo de duração aumentaram: entre 1958 e 1964 foram realizadas paralisações todos os anos na região carbonífera de Santa Catarina, que ficaram marcadas pela forte capacidade de organização dos trabalhadores de um lado, e de outro, pela repressão policial que reagiu com truculência contra

<sup>579</sup> A expressão “reformas de base” foi empregada pela primeira vez em março de 1958, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), quando o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) apresentou um documento que discutia as reformas — incluindo a agrária, a urbana e a constitucional — e também uma nova Lei de Remessa de Lucros. O documento, que constituiria o programa do partido, serviu de base à pregação de João Goulart, vice-presidente da República e presidente nacional do PTB, em sua campanha para a reeleição à vice-presidência em 1960. Cf. MENANDRO, Heloísa. REFORMAS DE BASE. CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/reformas-de-base>. Acesso em: 10 maio 2022.

<sup>580</sup> Cf. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Op. Cit.*, 2014.

<sup>581</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Op. Cit.*, 2009, p. 94.

<sup>582</sup> Cf. MENANDRO, Heloísa. *Op. Cit.*

<sup>583</sup> CORRÊA, Larissa Rosa. A “greve dos 700 mil”: negociações e conflitos na Justiça do Trabalho – São Paulo, 1963. *História Social*, Campinas, n. 14-15, 2008, p. 220.

o movimento grevista<sup>584</sup>. Em Santa Catarina, as greves operárias exigiam, além de aumento salarial, melhores condições de trabalho, compensação pelo trabalho insalubre, energia elétrica nas vilas, entre outras pautas que motivavam os trabalhadores a se mobilizarem<sup>585</sup>. A atuação dos comunistas ficou mais destacada, principalmente após terem vencido as eleições para o Sindicato dos Mineiros de Criciúma, tendo assumido em 1958 e contribuído para a organização das greves na cidade.

Além disso, a pauta de reivindicações ampliou-se significativamente, conectando-se com as propostas do movimento sindical a nível nacional, como a luta pela estatização de todas as minas de propriedade de particulares, em consonância com as propostas das reformas de base de nacionalização dos setores estratégicos da economia. Essa forte atuação comunista, entretanto, não foi particularidade dessa região, pois, segundo Silva, nesse período, militantes do partido ocuparam as principais instituições sindicais do país. Embora o PCB permanecesse na ilegalidade, seus militantes tiveram forte influência na política nacional, “participando ativamente de todos os movimentos que sacudiram a política no início dos anos 1960”<sup>586</sup>.

No Rio Grande do Sul, por outro lado, vivia-se um período de crise na demanda do carvão mineral e de fechamento das unidades de extração da vila de Arroio dos Ratos, sendo a atividade do CADEM transferida integralmente para as vilas de Butiá e Charqueadas. As lutas concentraram-se em garantir a duras penas as conquistas dos trabalhadores, o pagamento dos salários (que chegaram a atrasar por meses), o financiamento da casa própria (por uma iniciativa do sindicato dos mineiros), e contra o fechamento das minas de carvão existentes. Há de se considerar também a intensa vigilância e repressão que se abateu sobre os militantes comunistas e trabalhistas na região, conforme observamos no capítulo anterior, fator que pesou na desarticulação do movimento operário local.

Neste capítulo, portanto, será analisada a participação dos mineiros nas greves e mobilizações operárias entre os anos de 1960 e 1964, a partir das suas características específicas, bem como em suas reciprocidades e semelhanças. Mas antes, abordaremos a fundação de dois importantes periódicos que tiveram uma relevante influência no meio operário e como os movimentos eram retratados em suas páginas.

---

<sup>584</sup> COIMBRA, David. *Op. Cit.*, p. 41.

<sup>585</sup> MIRANDA, Antônio Luiz. **Trajatória e experiência do movimento operário sindical de Criciúma – SC: da Ditadura Militar a Nova República**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013, p. 123.

<sup>586</sup> NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. *Op. Cit.*, p. 52.

#### 4.1 O MOVIMENTO SINDICAL ATRAVÉS DO JORNAL *ÚLTIMA HORA* (PORTO ALEGRE) E A *TRIBUNA* (CRICIÚMA)

O jornal, como qualquer fonte histórica, não é neutro, pois precisa ser lido e interpretado em suas múltiplas intenções e significações, bem como situado historicamente no tempo em que foi produzido, visto que ele não surgiu como uma fonte histórica para posteridade. Desse modo, como indica Sosa, o jornal como fonte pode ser lido em dois tempos:

[...] um objetivo que interpreta o texto escrito efetivamente e outro subjetivo que precisa entender aquilo que não aparece escrito, mas é possível identificar à luz do contexto histórico. Assim, o estudo da imprensa necessita do reconhecimento do que está em torno dela, já que essa mesma imprensa está invariavelmente atrelada ao seu tempo histórico<sup>587</sup>.

O tempo histórico que os periódicos *Última Hora*, Porto Alegre, e *A Tribuna*, Criciúma, estavam inseridos, no plano internacional, era marcado pelas tensões da Guerra Fria. A conjuntura do pós-Segunda Guerra Mundial e a disputa dos blocos capitalista e comunista pelas zonas de influência no mundo, em que era primordial aos interesses imperialistas dos E.U.A assegurar sua zona de influência pela América Latina, pautado na doutrina Truman.

Ademais, após os feitos da Revolução Cubana (1959), quando as nacionalizações de grandes multinacionais norte-americanas, como a *United Fruit Company*, afetaram diretamente os lucros da burguesia imperialista. Em 1962, quando da crise dos mísseis colocou o mundo à beira de uma nova guerra e desafiou o bloco de poder dominante a poucos quilômetros de Miami<sup>588</sup>. Isso significava, naquele momento, uma tomada de posição ou de apoio ao bloco estadunidense, ou ao bloco soviético.

No plano interno, o período entre a eleição de Getúlio em 1951 ao golpe civil-militar de 1964 são marcados, entre outros processos, pela consolidação do sistema industrial brasileiro. Nesse período de transição entre os velhos interesses agroexportadores e da industrialização brasileira, intensificou-se a discussão no meio intelectual acerca da “controvérsia sobre o desenvolvimento econômico”<sup>589</sup>. O “tempo histórico” que se encontrava inserido o jornal *Última Hora*, portanto, era a década de 1950, em meio as disputas entre os projetos de “nacional desenvolvimentismo”, e de outro, dos “entreguistas”.

---

<sup>587</sup> SOSA, Derocina Alves Campos. *Op. Cit.*, p. 11-12.

<sup>588</sup> Cf. HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995, p. 226-228.

<sup>589</sup> MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. São Paulo: Vozes, 1984, p. 11.

De um lado dessa discussão estavam os chamados “nacionalistas”, inspirados pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, da Organização das Nações Unidas) e pelo ISEB<sup>590</sup> (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) que buscavam conquistar certa autonomia em relação aos Estados Unidos para desencadear um projeto de desenvolvimento industrial brasileiro autônomo, isto é, uma industrialização em bases nacionais.

Do outro lado estava os chamados “entreguistas”, que se caracterizavam pela defesa da vocação agrária do Brasil – evocando a “teoria das vantagens comparativas” –, inspirados pela Escola Superior de Guerra (ESG), e que defendiam o liberalismo econômico e a preocupação com a “segurança nacional” no contexto da Guerra Fria<sup>591</sup>. Muito embora essas posições fossem divergentes em vários pontos, existia uma certa unidade que as aproximava e tornava o debate sintonizado em torno de uma questão central que permeava toda discussão tanto de intelectuais, quanto dos partidos políticos nesse período: o debate sobre o “desenvolvimentismo”.

Em meio a essas discussões que surge, em 12 de junho de 1951, o jornal *Última Hora*. Chegava às bancas o vespertino com a primeira edição de 80 mil exemplares, lançado primeiramente na cidade do Rio de Janeiro, com uma carta de Getúlio a Samuel Wainer (dono e editor do jornal) estampado na capa<sup>592</sup>. Segundo Martins, *Última Hora* foi um jornal criado com o objetivo de ser a expressão do getulismo na imprensa, tendo atingido recordes de tiragem de exemplares e se expandido em uma rede de mais sete jornais, o que levou, no segundo mandato de Vargas, a ser aberta uma CPI para investigar o financiamento do veículo de comunicação pelo governo federal, embora não tenha se conseguido comprovar<sup>593</sup>.

O periódico assumiu desde o início uma posição política de apoio ao projeto nacional desenvolvimentista de Getúlio Vargas, de industrialização e defesa das indústrias nacionais, tendo como símbolo a criação da Petrobras em 1953, na campanha o Petróleo é nosso.

Entre 1956 e 1960, Juscelino Kubitschek, do PSD, governou como presidente, tendo como vice João Goulart, pelo PTB, considerado pelos setores mais reacionários da sociedade como um perigo para o país, devido a suas posições nacionalistas. Ainda segundo Martins, mesmo após a CPI realizada procurando fraudes de doações do governo ao jornal não ter

---

<sup>590</sup> Criado em 1955, sob o patrocínio do Ministério de Educação e Cultura.

<sup>591</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações exteriores do Brasil (1930-1964): o nacionalismo, da Era Vargas a política externa independente**. São Paulo: Vozes, 2009, p. 13.

<sup>592</sup> BARROS, Jefferson. **Golpe mata jornal: desafios de um tabloide popular numa sociedade conservadora**. Porto Alegre: JA Editores, 1999, p. 23.

<sup>593</sup> Cf. MARTINS, Luiz Carlos dos Passos. Os caminhos do Profeta: a autobiografia de Samuel Wainer em Minha razão de viver. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 111-126, 2007.

conseguido provas suficientes, Samuel Wainer “continuou a dar apoio ao presidente, mesmo longe do Catete, e ainda auxiliou os aliados que o sucederam, como JK e Jango, mantendo grande poder de influência na política brasileira, até o golpe de 64”<sup>594</sup>.

Foi a partir dos anos 1960 que o jornal *Última Hora* chegou a Porto Alegre para iniciar suas atividades. Uma das condições para que o jornal tivesse êxito no seu projeto, segundo Barros, era de que tivesse enraizamento popular e sindical nas massas, o que necessitava de um interlocutor entre o jornal e os sindicatos. João Aveline era o jornalista responsável por esse trabalho: militante comunista e influente na direção do PCB, foi o articulista responsável pela coluna sindical, o carro-chefe do jornal<sup>595</sup>.

Por esse motivo que a coluna sindical da *Última Hora* foi coordenada por este militante comunista, que possuía fortes ligações com o movimento sindical do Rio Grande do Sul, entre ele o dos mineiros de São Jerônimo (vilas de Arroio dos Ratos, e Butiá e Minas do Leão), o que não era nada trivial, tendo em vista que a mineração nesse Estado ainda possuía uma posição importante no conjunto da economia. Sua atuação como jornalista fazia parte de seu projeto pessoal e coletivo de militância política, pois já era filiado ao PCB desde seus 22 anos, em 1943. Segundo Barros, a primeira reunião entre dirigentes sindicais e a equipe do jornal foi articulada por Aveline, que teve, como um dos resultados, o apoio dos sindicalistas ao novo jornal, sendo que “em contrapartida pediam uma cobertura específica do movimento sindical e operário”<sup>596</sup>.

Importante comparar que durante o mesmo período funcionou um jornal com características semelhantes no município de Criciúma. O jornal *A Tribuna Criciumense*, fundado em maio de 1955, manteve-se em circulação até 1965, e passou por três fases distintas: a primeira, de 1955 a 1961, marcado por um “tímido teor anticomunista”<sup>597</sup>, sustentado pelo empresariado da cidade. Na segunda fase, durante o ano de 1961, o jornal foi adquirido pelos comunistas Manif Zacharias (de quem já comentamos no segundo capítulo), Henrique Martignago e Jacób Victor Cruz, quando o “posicionamento do noticiário se inverteu para dar apoio aos comunistas, aos países comunistas e, principalmente, ao vice-presidente João Goulart”<sup>598</sup>.

A relação entre os petebistas e comunistas, conforme vimos no terceiro capítulo, era permeada de alianças e disputas políticas. Em entrevista, Addo Vânio Faraco, ex-presidente

<sup>594</sup> *Ibidem.*, p. 113.

<sup>595</sup> BARROS, Jefferson. *Op. Cit.*, p. 47.

<sup>596</sup> *Ibidem.*, p. 49-50.

<sup>597</sup> ZANELATTO, João Henrique; CAMPOS, Krislaine da Cruz de. Comunismo e anticomunismo no jornal *Tribuna Criciumense* (1955-1965). *Diálogos*, Maringá, v. 22, n. 2, 2018, p. 101.

<sup>598</sup> *Ibidem.*, p. 106.

municipal do PTB em Criciúma e importante político local afirma que o PTB era “um partido proletário, a força dele era o trabalhador, principalmente o mineiro”. Por outro lado, também vivia em disputa por hegemonia junto aos trabalhadores e a política nacional: “O PTB era o partido que predominava junto à classe operária. Era orientação do João Goulart, absorver o Partido Comunista. Quando se queria fazer algum bolo, eles iam na frente. Eles gostavam disso. Eram os rufadores. Ajudavam de um lado e prejudicavam de outro”<sup>599</sup>.

A fala de Faraco informa sobre uma das visões sobre a relação entre o Poder Executivo e os sindicatos, e dos partidos de esquerda existentes no período. Havia um esforço de aliança política dos dois lados, pois nas eleições presidenciais de 1960, o PCB apoiou a chapa Henrique Teixeira Lott/João Goulart, o que representou uma aproximação entre os dois partidos, pelo menos eleitoralmente. Contudo, esta era uma aliança instável, pois assim como no Rio Grande do Sul, comunistas e petebistas catarinenses estavam ora em disputa política aberta, ora em aliança tática.

A seguir, examinaremos alguns movimentos que marcaram a década entre os mineiros de carvão, a exemplo da greve de 1960 em Criciúma pelo pagamento da taxa de insalubridade.

#### 4.2 A GREVE PELO PAGAMENTO DA TAXA DE INSALUBRIDADE NAS MINAS DE SANTA CATARINA

O início dos anos 1960 ficou marcado nas minas catarinenses por uma greve de quase 30 dias, com a paralisação total das minas de carvão, mineiros e escolhedeiros, que reivindicavam o pagamento da taxa de insalubridade. Essa taxa havia sido o assunto principal das cartas trocadas entre Reinaldo dos Santos, presidente da Federação dos mineiros e sindicalista em Butiá (RS), e Manoel Ribeiro, secretário da mesma entidade e sindicalista de Criciúma (SC), no documento citado no começo do capítulo anterior.

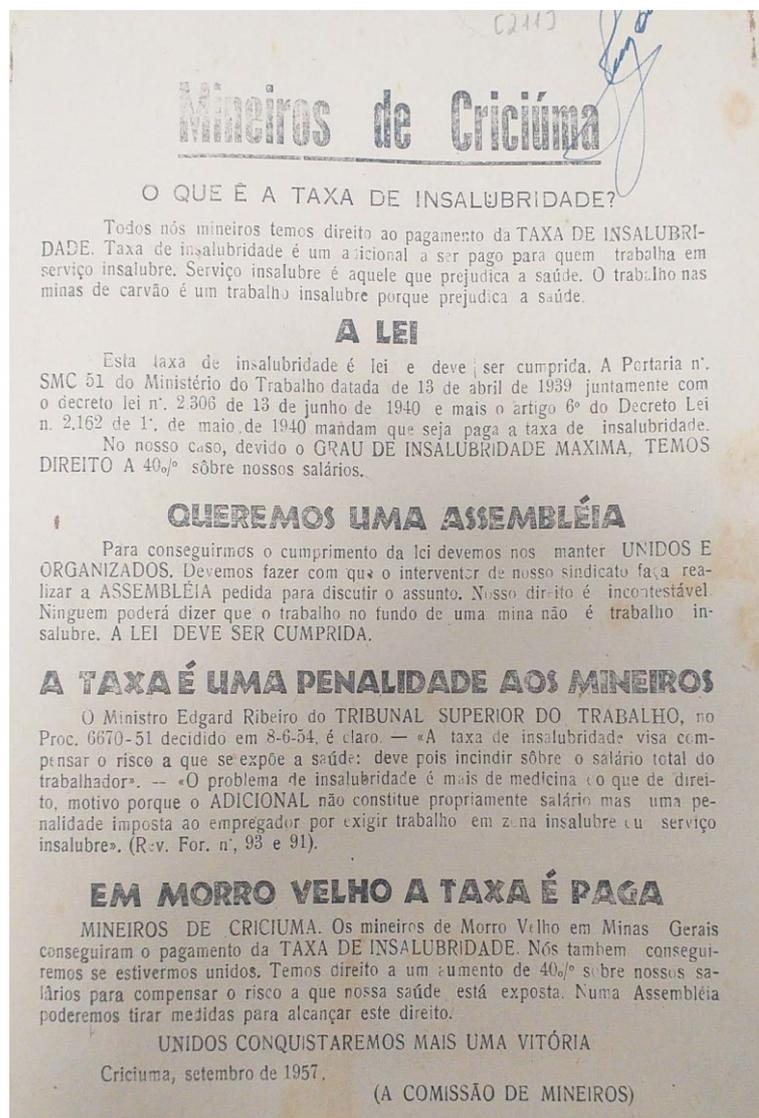
O Sindicato dos Mineiros de Criciúma havia entrado na Junta de Conciliação e Julgamento local em 1957 com um dissídio coletivo<sup>600</sup>, exigindo o adicional, que não estava sendo pago em sua totalidade aos mineiros. No panfleto abaixo, de setembro de 1957, pode-se observar esta pauta:

---

<sup>599</sup> FARACO, Vânio. **Entrevista cedida em outubro de 1922**. Entrevistadora: Janete Trichês. Criciúma: Acervo de História Oral do Cedoc/Unesc, 1992.

<sup>600</sup> Na 1ª instância da Justiça do Trabalho, nas JCs se entra com processos trabalhistas individuais (podem ser plúrimos = mais de 1 trabalhador/a). Dissídios coletivos são iniciados na 2ª instância, nos Conselhos Regionais do Trabalho.

**Figura 31** – Panfleto do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, de setembro de 1957, reivindicando a taxa de insalubridade.



Fonte: CRICIÚMA. Junta de Conciliação e Julgamento. **Processo n. 598/60**. Criciúma: Acervo Justiça do Trabalho do Centro de Memória e Documentação (Cedoc/Unesc), caixa 03.

No panfleto, a pauta do pagamento da taxa de insalubridade aos mineiros de Criciúma aparece já como um direito reconhecido pelo ministro Edgar Ribeiro, do Tribunal Superior do Trabalho, em 1954. As razões expostas no panfleto do sindicato, distribuídos aos trabalhadores, demonstram que eles possuíam uma clara compreensão do que era a insalubridade, dos dispositivos legais que a regulamentavam e o pagamento dessa taxa aos mineiros de Morro Velho (MG). Nota-se também, uma importante circularidade de experiências entre os mineiros de Santa Catarina com os da zona mineira de extração de Ouro, bem mais antiga que Criciúma.

Detalhe: o panfleto foi feito em setembro de 1957, antes, portanto, da eleição da chapa vitoriosa na aliança PCB/PTB. Por isso o panfleto é assinado como “a comissão de mineiros”, um grupo de trabalhadores militantes dos partidos de esquerda que tinha José Parente entre as lideranças, e que buscava uma articulação para as próximas eleições.

Existia uma disputa jurídica sobre o pagamento da taxa de insalubridade que refletia diretamente na causa da ação judicial de 1957: a “comissão de mineiros” entendia que a taxa deveria ser paga proporcionalmente sobre o salário integral dos mineiros, o que representava um acréscimo de 40% sobre os seus soldos; as empresas argumentavam que já pagavam o adicional sobre o salário mínimo regional, e que, portanto, não havia razão no pleito dos trabalhadores. A questão toda era que apenas recebiam esse adicional, na prática, os trabalhadores que ganhavam o piso da categoria. Já os mineiros que recebiam um salário maior que o piso acrescido desse adicional, não auferiam o que tinham por direito.

Trabalhando no subterrâneo, arriscando suas vidas diuturnamente para extrair a pedra de carvão das entranhas da terra, os mineiros recebiam salários que dava pouco mais para alimentar suas numerosas famílias. Julgavam ser justo e, portanto, correto, lutar pelo pagamento do adicional de insalubridade, previsto pela legislação trabalhista desde o final da década de 1930.

Na instauração da reclamatória, o advogado do sindicato, Aldo Dietrich<sup>601</sup>, já havia argumentado a razão e a circunstância da reivindicação:

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão de Criciúma requereu a presente ação contra as diversas empresas relacionadas [...], pedindo o pagamento, aos seus associados, dos adicionais de insalubridade que viessem a ser calculados, visto não admitir que os referidos adicionais sejam calculados, apenas, sobre o salário-mínimo<sup>602</sup>.

No entanto, as empresas mineradoras da região interpuseram recurso à JCJ, alegando que este não tinha competência para julgar o caso, por se tratar de matéria meramente

---

<sup>601</sup> Aldo Dietrich foi um dirigente político do militante do Partido Comunista do Brasil (PCB) muito influente no sindicato dos mineiros de Criciúma. Formado em Direito em Florianópolis, já era um dos principais dirigentes do PCB em Santa Catarina e, em 1956, conseguiu sua inscrição na ordem dos advogados. Dirigiu o jornal semanário a “Unidade: Em Defesa dos Interesses do Povo”, e tornou-se advogado do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Extração de Carvão de Criciúma no final de 1956, com a vitória da chapa comunista. Em 1964, com o golpe militar, Aldo conseguiu fugir para o Rio Grande do Sul, onde se escondeu por um tempo. Foi preso em 1975, em São Paulo, na operação Bandeirantes, tendo sido torturado pelo DOI-Codi. Cf. LENCINA, Daiane Castoldi. *Op. Cit.*, 2011, p. 48.

<sup>602</sup> CRICIÚMA. Junta de Conciliação e Julgamento. **Processo n. 598/60**. Criciúma: Acervo Justiça do Trabalho do Centro de Memória e Documentação (Cedoc/Unesc), caixa 03. Sempre que se referir ao processo da JT da greve de 1960, refere-se a esse processo, sendo desnecessário, portanto, repeti-lo sempre.

administrativa, ou seja, de fixação de um índice do pagamento da taxa de insalubridade, e que, portanto, deveria ser resolvido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e não pela Justiça do Trabalho (JT).

Contudo, não obtiveram seu pleito, pois o Tribunal Superior do Trabalho (TST) determinou que o caso fosse remetido ao 4º Tribunal Regional do Trabalho (TRT), com sede em Porto Alegre, por se tratar de um dissídio coletivo de natureza jurídica, e que, portanto, a justiça trabalhista tinha plenos poderes para julgar o caso.

Ocorre que já haviam passado dois anos que o sindicato havia ingressado na JT e ainda não estavam recebendo o adicional. Na ata referente à reunião realizada no Sindicato dos Mineiros em 03 de janeiro de 1960 consta que o prazo dado para o pagamento da taxa de insalubridade já havia vencido e nada fora feito:

A Federação Interestadual dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão, os Sindicatos dos Mineiros de Criciúma, Urussanga e Lauro Müller, resolveram dar 30 dias de prazo, e que, como até esta data nada havia sido resolvido, a Classe deveria paralisar os trabalhos, conforme deliberação da Assembleia do dia 15 de dezembro de 1959<sup>603</sup>.

Destaco a participação da Federação Interestadual na assembleia da categoria, o que mostra uma articulação entre os mineiros gaúchos e catarinenses. Além dessa insatisfação pelo não pagamento da taxa de insalubridade sobre os salários integrais, juntou-se uma greve que estourou na Carbonífera Metropolitana no dia 29 de dezembro de 1959, pois aquela empresa “não queria de maneira alguma cumprir os acordos firmados por melhores condições de trabalho e salários”, conforme destaca Lemos<sup>604</sup>.

É importante ressaltar que a Companhia Metropolitana havia sido adquirida pelo grupo empresarial Freitas-Guglielmi em meados de 1959, grupo este que já era proprietário de outras carboníferas da região. Seguiu-se que um acordo por aumento salarial não foi cumprido pelos empregadores, resultando na deflagração de uma greve geral em todas as minas de Criciúma.

Motivada pelo não pagamento da taxa de insalubridade e em solidariedade aos companheiros da Metropolitana, a greve durou 29 dias. Só não se estendeu mais porque a legislação punia severamente qualquer greve que durasse mais de 30 dias: os trabalhadores

---

<sup>603</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVÃO DE CRICIÚMA. **Livro de Atas**. Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 3 de janeiro de 1960. Criciúma, 1960.

<sup>604</sup> LEMOS, Gustavo Perez. *Op. Cit.*, p. 73.

poderiam ser demitidos por justa causa. Bem lembrou Jorge Feliciano, presidente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma entre 1962 e 1964, dos episódios da greve:

[...] foi a mais truculenta. Os mineiros exigiam o pagamento da taxa de insalubridade. Os líderes do Sindicato foram proibidos de entrar na Carbonífera Metropolitana e, em protesto, os trabalhadores realizaram uma passeata pelas ruas de Criciúma<sup>605</sup>.

O presidente do Sindicato dos Mineiros, José Antônio Parente, foi uma das lideranças dessa greve e também um dos organizadores da passeata. Na ata do Sindicato dos Mineiros de 03 de janeiro de 1960, está reproduzida a fala de Parente na assembleia da categoria:

Além de tudo, a Companhia se negou quatro vezes em seguida a manter qualquer entendimento com a minha pessoa a respeito das reclamações sobre a falta de cumprimentos dos acordos salariais e de condições de trabalho. Quero ressaltar que a responsabilidade da greve da Metropolitana é exclusivamente minha como presidente do sindicato. Assumo esta responsabilidade porque considero uma greve justa e legal. Alguém pode alegar porque as bombas da Metropolitana não estão funcionando e eu respondo: não estão funcionando porque eu não permiti que trabalhadores aposentados pelo IAPETEC continuassem trabalhando como bombeiros. Qualquer responsabilidade a respeito da paralisação das bombas é exclusivamente minha<sup>606</sup>.

Como demonstrado no relato, o presidente do Sindicato, Antônio José Parente, assumiu a responsabilidade pela greve na Metropolitana. As “bombas” eram as máquinas que faziam a drenagem da água no interior das minas de carvão. Com a paralisação das bombas e dos bombeiros (responsáveis pelo seu funcionamento), as minas da Metropolitana inundaram. A foto abaixo foi tirada durante uma passeata no centro da cidade durante a greve de solidariedade aos trabalhadores da Metropolitana:

---

<sup>605</sup> COIMBRA, David. *Op. Cit.*, p. 40.

<sup>606</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVÃO DE CRICIÚMA. *Op. Cit.*, 1960.

**Figura 32** – Passeata de solidariedade aos mineiros da Companhia Carbonífera Metropolitana S.A., que estavam em greve por melhores condições de trabalho e aumento salarial, Criciúma (SC), janeiro de 1960.



Fonte: Acervo do Cedoc/Unesc.

Importante destacar que a legislação brasileira reconhecia o direito de greve pelo artigo 158 da Constituição de 1946, regulamentado pelo Decreto-lei n. 9.070 de março de 1946, que, na prática, limitava o direito de greve em atividades fundamentais da economia, dentre eles o de energia e mineração.

Além disso, o limite ao direito de greve estabelecido pelo Decreto exigia diversos trâmites legais, o que impedia que o movimento decretasse uma greve de imediato, como pesquisou Alisson Droppa:

[...] convocar assembleia 48 horas antes por meio da publicação de editais em jornais, encaminhar a ata da Assembleia para a Delegacia Regional do Trabalho [...] depois os trabalhadores precisavam comunicar o empregador que seria decretada greve com um prazo de 48 horas<sup>607</sup>.

<sup>607</sup> DROPPA, Alisson. *Op. Cit.*, p. 77.

Esses dispositivos demonstram por que o Decreto n. 9.070/46 foi considerado pelos trabalhadores como uma “lei antigreve”.

Sobre as greves de “solidariedade”, somente eram consideradas legais as que envolvessem os trabalhadores de uma mesma empresa em casos específicos, “quando, por exemplo, uma determinada empresa demite um ou mais trabalhadores sem “motivo justo” e os demais companheiros fazem greve para reivindicar a readmissão”.<sup>608</sup> Portanto, realizar greves de solidariedade para trabalhadores de outras empresas era considerado ilegal.

Destaco aqui, portanto, a dimensão da solidariedade entre os mineiros, que entraram em greve em prol dos seus companheiros da Carbonífera Metropolitana em desafio à legislação. A passeata com faixas e cartazes estampava a união e solidariedade dos trabalhadores. À greve dos operários da Metropolitana juntou-se a insatisfação dos mineiros das demais carboníferas pelo não pagamento do adicional de insalubridade, em trâmite na Justiça do Trabalho já há mais de dois anos e sem respostas.

Por outro lado, em momentos de crise do setor, os empresários e políticos de Criciúma apelavam para o “patriotismo” e “nacionalismo” dos cidadãos pela defesa do carvão nacional. No início da década de 1950, quando o setor carbonífero sofreu uma queda da produção em virtude da fraca demanda do minério, um documento da Câmara de Vereadores de Criciúma apelava para as autoridades governamentais em defesa do “patriotismo de sua gente” para salvar a indústria carbonífera nacional<sup>609</sup>.

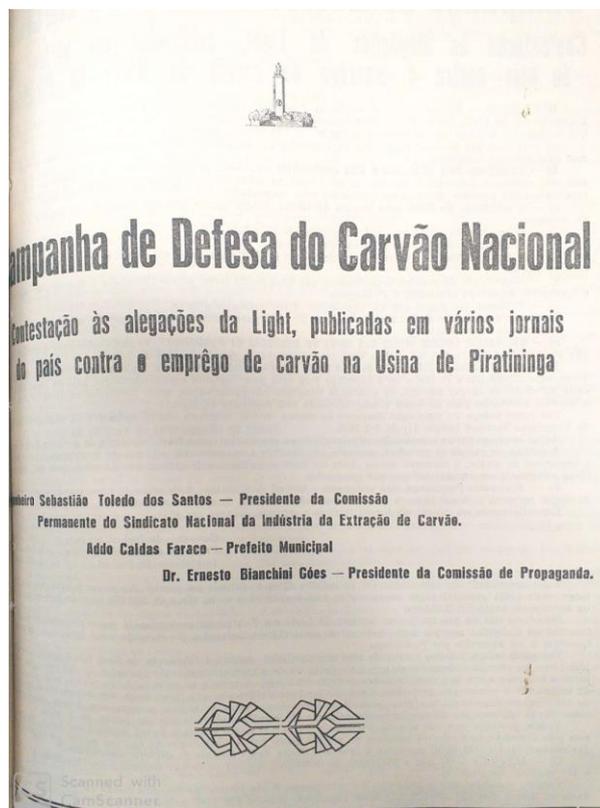
A figura abaixo traz a capa de um folheto em “Campanha de Defesa do Carvão Nacional”, assinado por Sebastião Toledo dos Santos, Presidente do Sindicato Nacional da Extração de Carvão (Sindicato Patronal) e pelo Prefeito de Criciúma, Addo Caldas Faraco:

---

<sup>608</sup> *Ibidem*, p. 77.

<sup>609</sup> CAROLA, Carlos Renato. *Op. Cit.*, 2004b, p. 29.

**Figura 33** – Folheto em Campanha de Defesa do Carvão Nacional.



Fonte: CRICIÚMA. Junta de Conciliação e Julgamento. **Processo n. 598/60**. Criciúma: Acervo Justiça do Trabalho do Centro de Memória e Documentação (Cedoc/Unesc), caixa 03.

O objetivo desse folheto era combater as alegações da Companhia Light, que estava publicando matérias em jornais desaconselhando a utilização do carvão nacional na Usina de Piratininga, SP, para a geração de energia elétrica. Segundo a matéria, a Usina de Piratininga utilizaria óleo combustível (*fuel oil*) por ser uma queima mais limpa e com menos custos de transporte e logística. A comissão do carvão bateu de frente contra essa política pelo fato do Brasil ter que importar boa parte do óleo combustível do Exterior, sendo que o carvão nacional poderia suprir a demanda da Usina.

Esse apelo do empresariado do setor carbonífero ao governo para receber incentivos e garantir a compra do carvão constituía uma estratégia das empresas por detrás de um discurso nacionalista que estava em voga naquele momento histórico. Além disso, as empresas estavam acostumadas com o incentivo do governo brasileiro à compra do carvão nacional. A partir de 1931, o governo brasileiro passou a emitir decretos que regulamentavam o consumo mínimo de carvão nacional: o Decreto n. 20.889/1931, que determinava 10% do total, e o Decreto n. 1828/1936, que aumentou para 20% o percentual.

O discurso nacionalista também embalava as bandeiras e ideias dos trabalhadores, embora com um teor diferente daquele sustentado pelo empresariado carbonífero, interessado na manutenção das suas taxas de lucro. Engajados no projeto de reformas democráticas e nacionais, partidos políticos de esquerda como PTB e PCB<sup>610</sup> abraçaram as propostas de Reformas de Base e de defesa do projeto de estatização dos setores fundamentais da economia, como era considerada a indústria carbonífera nacional. De acordo com Delgado, essa foi uma característica do movimento dos trabalhadores brasileiros nesse período:

Os trabalhadores brasileiros abraçaram a utopia reformista e pela sua realização se empenharam. Organizaram-se, por meio da estrutura sindical oficial, nas áreas rurais e urbanas, e também das centrais sindicais, que eram oficialmente proibidas<sup>611</sup>.

Pressionando os patrões através de greves, os líderes sindicais e suas bases tinham em seu horizonte de curto prazo aumentos salariais para compensar a carestia; e a longo prazo sonhavam com a encampação (nacionalização) das empresas carboníferas como um projeto de soberania e de lutas por reformas democráticas. Na foto abaixo, que retrata a mesma passeata de solidariedade aos mineiros da Metropolitana já mencionada, observamos na terceira e quarta faixa frases como “Tudo pela Encampação Federal da Metropolitana”, e “Exigimos nossos salários”, “Encampação pelo governo”. Elas indicam que o sonho de encampação das empresas, isto é, sua estatização, fazia parte de um projeto de nacional desenvolvimentismo com reformas sociais. Esse sonho não era mera utopia, os mineiros possuíam um exemplo concreto de uma empresa estatal muito próximo deles: a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) criada em 1941, com uma unidade em Siderópolis e a estatização da Carbonífera Próspera S.A., em 1953, durante o segundo governo de Getúlio Vargas.

---

<sup>610</sup> Conforme Santana, o sindicalismo brasileiro passou a ser dirigido em sua parcela mais atuante pela aliança comunista-trabalhista, “orientando-se pela plataforma nacionalista”. Cf. SANTANA, Marco Aurélio. *Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge. REIS FILHO, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2, p. 262.

<sup>611</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Op. Cit.*, 2014, p. 77.

**Figura 34** – Passeata de solidariedade aos mineiros da Companhia Carbonífera Metropolitana S.A., que estavam em greve por melhores condições de trabalho e aumento salarial, Criciúma (SC), janeiro de 1960.



Fonte: Acervo do Cedoc/Unesc.

Além disso, as empresas estatais de exploração do carvão em Santa Catarina, segundo pesquisa de Costa<sup>612</sup>, era onde os trabalhadores recebiam melhores salários e as condições de trabalho eram mais respeitadas, além das moradias construídas de alvenaria e com maior número de cômodos. Então, se as empresas estatais representavam uma melhor condição de vida aos trabalhadores, por que não lutar pela encampação de todas as minas de carvão?

No Rio Grande do Sul, houve uma campanha pela estatização do CADEM nos anos 1940, e após o fim do Estado Novo, em 1947, foi criado o Departamento Autônomo do Carvão Mineral (DACM), uma autarquia estadual para exploração do carvão mineral. A partir daquele ano, a Viação Férrea do estado passou a comprar carvão dessa empresa estatal, marcando o fim do monopólio exclusivo do CADEM na extração do minério no Rio Grande do Sul. Segundo Speranza, a criação da DACM foi precedida pela mobilização dos comunistas, os quais

<sup>612</sup> Cf. COSTA, Marli de Oliveira. *Op. Cit.*

defendiam a encampação estatal das minas como a solução para o desenvolvimento da região<sup>613</sup>. Nota-se, portanto, a circularidade de determinadas pautas do movimento operário entre as duas regiões comparadas nesta tese. Na mesma passeata, outra foto, com outra faixa bem sugestiva:

**Figura 35** – Passeata de solidariedade aos mineiros da Companhia Carbonífera Metropolitana S.A., que estavam em greve por melhores condições de trabalho e aumento salarial, Criciúma (SC), janeiro de 1960.



Fonte: Acervo do Cedoc/Unesc.

Nesta outra foto acima da passeata uma faixa com os dizeres “Unidos venceremos o grupo Freitas — traidores da classe operária”. O grupo Freitas, liderado pelo empresário Diomício Freitas, era dono da Carbonífera Metropolitana e da Carbonífera Criciumense. A greve na Metropolitana de janeiro de 1960 em virtude das péssimas condições de trabalho e dos riscos de segurança daquela mina. A luta da categoria centrava-se em três eixos: pagamento da taxa de insalubridade; em solidariedade aos mineiros da Metropolitana; e pela encampação da mesma pelo governo federal.

---

<sup>613</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2012, p. 195.

Vale ressaltar que a *práxis* da militância sindical em Criciúma fez jus ao que Santana descreveu nacionalmente dos setores mais atuantes do sindicalismo comunista-trabalhista: ao mesmo tempo em que visou crescer “para baixo”, isto é, nas empresas, cresceu “para cima”, ocupando postos-chave no interior da estrutura sindical oficial, mas também para além dela. Conforme destaca Santana:

Dessa forma, assim como lutavam pelo avanço da democracia em termos do sistema político, os setores hegemônicos no movimento sindical buscavam também a democratização da vida sindical, incorporando cada vez mais trabalhadores à participação nos sindicatos<sup>614</sup>.

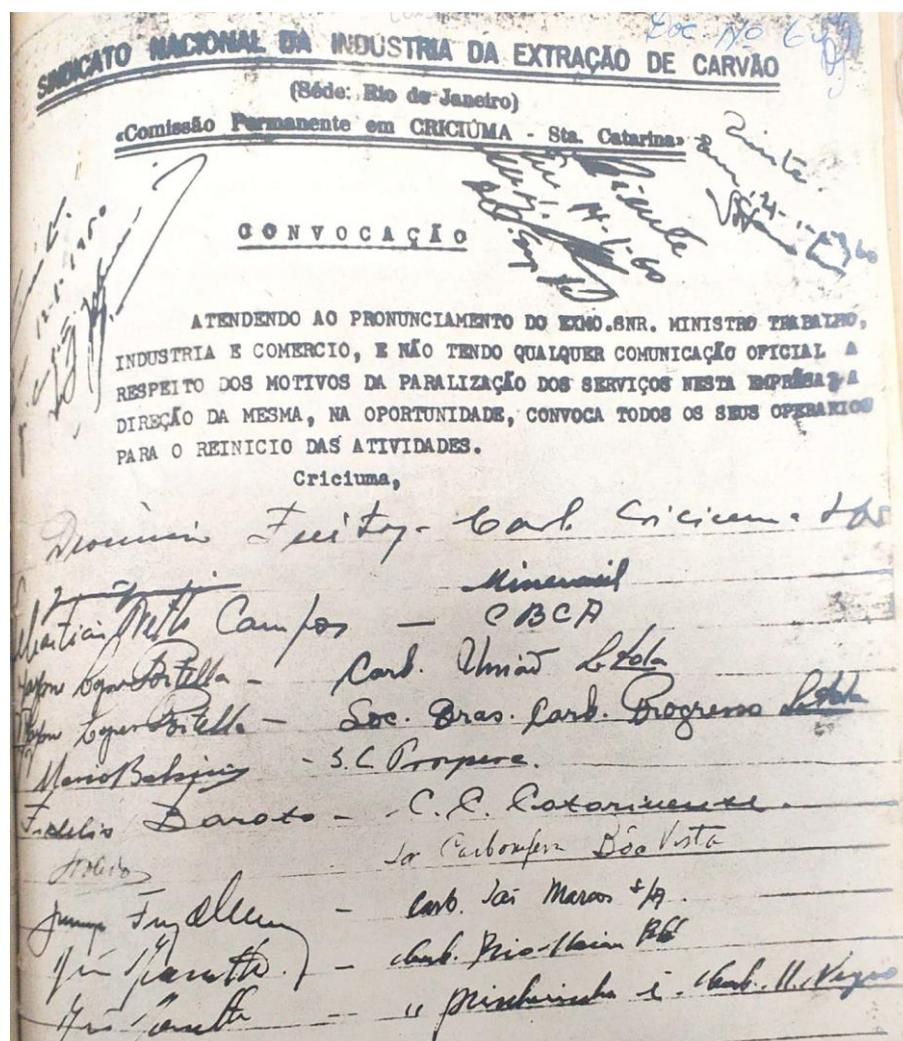
As fontes indicam que os empresários de Criciúma não se conformavam com os prejuízos que a greve lhes causara, com os cartazes da passeata que denunciavam as condições de exploração e com a ameaça dos operários em pedir a encampação das minas. No inquérito movido pela Carbonífera Metropolitana contra o operário Manoel José Eufrásio, por ter participado da greve, consta a reclamação da empresa contra a passeata: “Promoveram, outrossim, os grevistas, passeata com cartazes, como é público e notório, cartazes ofensivos contra dirigentes da empresa, que só viriam a trazer desarmonia e intranquilidade”<sup>615</sup>. Um documento de janeiro de 1960, assinado pelos donos das Carboníferas, conclama os operários o retorno aos trabalhos:

---

<sup>614</sup> SANTANA, Marco Aurélio. *Op. Cit.*, 2007, p. 263.

<sup>615</sup> CRICIÚMA. Junta de Conciliação e Julgamento. **Processo n. 598/60**. Criciúma: Acervo Justiça do Trabalho do Centro de Memória e Documentação (Cedoc/Unesc), caixa 03.

**Figura 36** – Convocação para a retomada do trabalho aos grevistas.



Fonte: CRICIÚMA. Junta de Conciliação e Julgamento. **Processo n. 598/60**. Criciúma: Acervo Justiça do Trabalho do Centro de Memória e Documentação (Cedoc/Unesc), caixa 03.

No entanto, mesmo com a pressão patronal pela volta ao trabalho, os operários seguiram as orientações do sindicato e não retornaram. No mesmo processo da Metropolitana contra Manoel José Eufrásio, a promotoria cita que “garantidos [...] para voltarem ao trabalho, não o fizeram, apesar dos editais pela imprensa e rádio [...] convocando-os à volta à atividade”<sup>616</sup>.

As dificuldades da greve, além da pressão patronal, estavam na tentativa de enfraquecimento do movimento com a quebra da solidariedade da categoria. O Sindicato de Urussanga já havia deixado a greve e o de Lauro Muller foi contra o movimento desde o início. A transcrição de uma entrevista do presidente do Sindicato de Lauro Muller, Benjamin Barreto,

<sup>616</sup> *Idem.*

à Rádio Eldorado de Criciúma, de 23 de janeiro de 1960, deixa transparecer o anticomunismo do dirigente, motivo pelo qual tinha uma rivalidade com o sindicato de Criciúma, dirigido pelo PCB:

O empregador que nos admite em sua empresa, porque se assim não fora, haveria aquela ditadura, que tanto proclamam ser a redentora da humanidade, a ditadura do proletariado, a que nós sabemos que não é porque nós sabemos que é uma ditadura de uma classe privilegiada que nunca operário foi, é uma ditadura de burocratas, de engenheiros, e de militares que impõe uma condição de ferro à ditadura do comunismo [...] Eu não vejo, não vi e não verei nesta greve que não foi adequadamente preparada, nesta greve sem base, porque foi uma greve desleal; [...] Eu não vejo, repito, não vi e acho que não verei no futuro nenhum resultado prático, mesmo que os trabalhadores viessem um dia receber o pagamento daqueles dias parados<sup>617</sup>.

Está claro que existia uma rivalidade política entre os sindicatos dos municípios vizinhos de Lauro Müller e de Criciúma. A questão é por que as empresas anexaram essa reportagem ao processo na Justiça do Trabalho? A interpretação que pode ser feita com base nos autos é que havia uma tentativa de comprovar a ilegalidade da greve e de tentar demitir os líderes do movimento, com justificativa de invasão da base territorial do sindicato de Lauro Müller e uso da violência para insuflar a greve. Ainda na mesma entrevista, Benjamin Barreto responde que:

A nossa base territorial foi invadida no dia onze de Janeiro por trabalhadores de Criciúma, grevistas conduzidos pelo seu presidente Sr. Antônio Parente e pelo Dr. Aldo Dietrich e pelo secretário da Federação Sr. Manoel Ribeiro, que vieram, nas galerias de Itanema acabar os nossos trabalhadores, a fim de participar do movimento grevista contrariando, a decisão de uma assembleia por nós realizada no dia nove, a qual, embora tivesse, sido convidados eles não compareceram, com as alegações de que a assembleia havia sido ilegal<sup>618</sup>.

A rixa política transparece ainda em um panfleto assinado por Raimundo Verdieri, diretor do Sindicato de Criciúma em ataque direto à Benjamin Barreto, acusando-o de traidor e de “pelego”, conforme pode-se ler abaixo:

Nós, mineiros de Criciúma, Urussanga e Siderópolis, estamos em greve, lutando pelo pagamento da taxa de insalubridade desde o dia 4/1/1960. Os bravos e altivos companheiros de Lauro Muller, apesar de quererem participar da luta ao nosso lado, foram impedidos de entrar em greve devido às mentiras, calúnias, manobras escusas,

---

<sup>617</sup> BARRETO, Benjamin. **Entrevista do Presidente do Sindicato dos Mineiros de Lauro Müller, Benjamin Barreto, à Rádio Eldorado de Criciúma**. Entrevistadora: Rádio Eldorado. Criciúma: cervo Justiça do Trabalho do Centro de Memória e Documentação (Cedoc/Unesc), 1960.

<sup>618</sup> *Idem*.

patifarias e ameaças do conhecido “pelego” e presidente do Sindicato dos Mineiros de Lauro Muller, Benjamim Barreto. Este indivíduo traiu a classe operária. Traiu porque vive bem e de barriga cheia. Não tem os problemas dos trabalhadores. Percebe polpudos no SESI, no Sindicato e na Companhia Barro Branco. [...]. Viva a greve – abaixo os pelegos – viva a unidade da classe operária – viva os mineiros de Lauro Muller. Criciúma, 15 de janeiro de 1960. Assinado pela comissão de mineiros de Criciúma, Urussanga e Siderópolis. Responsabilidade: Raimundo Verdieri<sup>619</sup>.

Percebe-se pelo documento que o grupo sindical de Criciúma, comunista, estava disputando a orientação política dos mineiros de Lauro Müller para aderirem à greve, contra a vontade do presidente do sindicato, Benjamin Barreto, ligado ao PSD.

A situação se radicalizou a partir do dia 20 de janeiro, quando o presidente do Sindicato, Antônio Parente, emitiu um comunicado a todos mineiros:

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Extração do Carvão de Criciúma, vem comunicar aos seus associados e a todos mineiros que devem continuar em greve. Esta é a ordem do teu sindicato. Hoje as 17 horas será realizada uma Assembleia Geral na sede do Sindicato. Pedimos o comparecimento de todos os mineiros<sup>620</sup>.

Realizada a Assembleia em 20 de janeiro, seguia-se a decisão de permanecer em greve pela aprovação da maioria dos presentes. Entretanto, a repressão ao movimento não tardaria. Em carta ao major Celino Camargo Pires, delegado especial da Polícia Civil de Criciúma, em 21 de janeiro de 1960, os empresários, através do sindicato patronal, anunciavam a convocação dos trabalhadores e trabalhadoras e solicitavam a intervenção policial para garantir o fim da greve nas minas de carvão:

Deliberaram as empresas carboníferas pedir forças para garantir aos trabalhadores que quiserem retornar, de amanhã em diante (22.01.1960) ao trabalho normal em suas minas, e assim, convocá-los, reiterando convocação anteriormente feita, para volta às atividades normais<sup>621</sup>.

A repressão foi de fato acionada para obrigar o retorno ao trabalho e o fim da greve. Mesmo assim, os mineiros bloquearam a rua em frente à Igreja Católica na Vila Operária Próspera, para impedir que os caminhões das carboníferas circulassem. Esse fato causou muita tensão. Como relembra o mineiro Jorge Feliciano da violência daquele episódio:

---

<sup>619</sup> VERDIEIRI, Raimundo. **Panfleto assinado por “Uma comissão de mineiros de Criciúma, Urussanga e Siderópolis”**. Criciúma, 15 de janeiro de 1960.

<sup>620</sup> PARENTE, Antônio. **Comunicado do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Extração do Carvão de Criciúma**. Criciúma, 20 de janeiro de 1960.

<sup>621</sup> *Idem*.

Os empresários pediram ajuda ao Exército. As tropas chegaram batendo, dispersando os trabalhadores com bombas de gás lacrimogêneo. Os mineiros correram. Mas voltaram. E voltaram com suas mulheres e filhos. As mulheres, as grávidas à frente, deitaram-se na rua, esperando o retorno dos caminhões e soldados<sup>622</sup>.

Em outra entrevista, concedida ao jornalista Vitor Minas em 1987, Jorge Feliciano falou mais sobre a greve de 1960, repetindo os mesmos acontecimentos:

P - A greve de 1960, por exemplo, foi uma greve fundamental. O senhor lembra dela?  
R – Me lembro, me lembro, participei dela. Nessa greve se levantou a luta pela taxa de insalubridade, porque até então a mina não era considerada insalubre, não havia nenhuma lei. A lei da insalubridade já existia, mas a mina não era enquadrada. Então nós fizemos essa greve, que foi a mais pesada pra nós. Foi 29 dias de greve, deu polícia em cima. Porque foi o sindicato de Criciúma, isolado, que fez a greve, Urussanga, Lauro Muller e Siderópolis não aderiram, foi uma greve muito difícil. Pra ter uma ideia, na Próspera (bairro de Criciúma) tinha uma empresa, a Metropolitana, que explorava no município de Urussanga, mas extremando aqui com Criciúma, e embarcava o carvão aqui dentro da cidade. Então nós tivemos que parar esses caminhões. Não pudemos parar as minas lá, mas cercamos os caminhões. E aí veio o exército, veio polícia, pra desobstruir a estrada, e nós acabamos ganhando a parada com as mulheres, as mulheres deitadas na rua.

P – Havia até mulheres grávidas, né?

R – Mulheres barrigudas, mais ou menos quinhentas mulheres de mineiros, que aí o exército não ia bater em mulheres. Primeiro obstruímos tudo. Aí a polícia e o exército foram lá, soltaram bombas de gás lacrimogênio, pintaram o caneco. Nós não resistimos, não tínhamos nada pra enfrentar o exército e a polícia. Aí então a estratégia foi as mulheres. Fizemos uma assembleia, e cada operário discutiu em casa com a mulher, vamos ver quem é que estava disposta. Deu pra reunir em torno de 500 mulheres que deitaram na rua e os caminhões tiveram que parar. Não iam botar em cima de quinhentas mulheres e matar quinhentas deitadas na rua. Muitas delas estavam barrigudas umas cinquenta<sup>623</sup>.

O relato de Feliciano, que participou do evento, destaca a disposição à luta do movimento e o protagonismo desempenhado pelas mulheres dos mineiros nesse episódio. Infelizmente, não temos acesso a outras fontes que possam dar outros relatos sobre esse episódio, para confirmar se a quantidade de 500 mulheres deitadas sobre a rua para impedir a passagem do exército se confirma. No entanto, para a memória, não interessa apenas saber se eram cinquenta ou quinhentas mulheres, pois, o que importa é menos a existência factual da história e sim o fato como ela é construída pelo sindicalista como narrativa<sup>624</sup>.

Semelhante análise foi feita por Klubock a respeito das greves dos mineiros de cobre em *El Teniente*, no Chile, e o papel decisivo desempenhado pelas mulheres no movimento. Segundo o autor, elas organizavam comitês de apoio às greves dos mineiros, participavam das

<sup>622</sup> COIMBRA, David. *Op. Cit.*, p. 41.

<sup>623</sup> MINAS, Vitor. *Op. Cit.*, p. 148.

<sup>624</sup> Cf. PORTELLI, Alessandro. *Op. Cit.*, 1997.

marchas de protestos, realizavam piquetes em conjunto com seus maridos, além de darem várias entrevistas aos jornalistas defendendo o movimento e “invocando sua posição como mãe e esposa para enfatizar sua ‘autoridade moral’ e a legitimidade da greve”<sup>625</sup>. Essa tradição de participar das greves e lutas dos mineiros teria sido construída desde a década de 1940, segundo o autor.

O que é relevante, em ambos os casos, é refletir sobre como a questão de gênero ganha relevância conectada à questão de classe. No caso estudado em Criciúma, uma luta que era do movimento operário, pelo pagamento da taxa de insalubridade, portanto, uma greve de cunho salarial e em torno de direitos do trabalho, passa a ter um contorno de gênero decisivo com a participação das mulheres. Elas, que constituíam boa parte da força de trabalho nas minas de carvão naquele período, dedicadas pela sociedade ao espaço produtivo remunerado e, pela dominação masculina, aos afazeres domésticos, retomavam a cena do espaço público, majoritariamente masculino até então, para se afirmarem como sujeitos do conflito.

O próprio Jorge Feliciano, dirigente do sindicato, dá destaque a elas em sua fala: “nós acabamos ganhando a parada com as mulheres, as mulheres deitadas na rua”. Porém, na Assembleia do Sindicato dos mineiros, realizada em 24 de janeiro de 1960, prestou-se uma menção de solidariedade aos trabalhadores que realizaram o piquete, “pela maneira como se portaram na defesa dos direitos dos trabalhadores”<sup>626</sup>, entretanto, não consta nada na ata do sindicato falando sobre a participação das mulheres na greve, o que não deixa de indicar um ato marcado pela hierarquia de gênero no espaço sindical, pois reforça a invisibilização da mulher no espaço produtivo.

Enquanto aos homens o espaço produtivo era tido como o principal, para as mulheres era considerado como secundário ou “complementar”. Segundo Giuliani, na sociedade brasileira, “a projeção em primeiro plano do *homem trabalhador* acaba deixando na sombra, quase invisíveis as péssimas condições de trabalho impostas às mulheres”<sup>627</sup>.

Elas trabalhavam nas minas de carvão de Santa Catarina oito horas por dia, eram responsáveis por todo trabalho doméstico não pago, cuidavam dos filhos, iam para luta política defenderem a greve, no entanto, no momento que se deve reconhecer devidamente esse trabalho em um espaço público, como em uma assembleia sindical, elas são colocadas, novamente, “em

---

<sup>625</sup> Cf. KLUBOCK, Thomas Miller. Morality and good habits: the construction of gender and class in the Chilean Copper Mines, 1904-1951. In: FRENCH, John e JAMES, Daniel (org). **The gendered worlds of Latin American women workers**. Durham: Duke University Press, 1997. p. 232-263.

<sup>626</sup> VOLPATO, Terezinha. *Op. Cit.*, 2001, p. 165.

<sup>627</sup> GIULIANI, Paola Cappellin. *Op. Cit.*, p. 641.

segundo plano”. Desse modo, torna-se fundamental dar o devido destaque à participação feminina nos movimentos grevistas e em suas ações, para que a história das greves das minas de carvão não seja escrita como uma história masculina, mas com um olhar para as articulações entre homens e mulheres no processo de fazer-se enquanto classe e gênero.

É importante destacar também que após a greve, houve perseguições, principalmente aos trabalhadores que estavam participando do movimento. As empresas mineradoras começaram a demitir funcionários grevistas que não possuíam estabilidade (com menos de 10 anos de emprego)<sup>628</sup>.

Após essa represália, aparece em vários relatos de dirigentes sindicais e mineiros que viveram aquele episódio, a lembrança de uma ação tomada por Parente que gerou visões e repercussões controversas. Segundo Jorge Feliciano, em entrevista ao jornalista David Coimbra: “Antônio Parente, furioso como um tigre ferido, desceu às minas com um grupo de trabalhadores e sabotou as empresas arrebentando os cabos dos vagões. Em agosto daquele ano os mineiros receberam um aumento geral de salário de quarenta e oito por cento”<sup>629</sup>. Já segundo um mineiro aposentado entrevistado por Terezinha Volpato, Antônio Ronchi:

Antônio Parente, então presidente do Sindicato, tomou algumas atitudes radicais, pois mandou descer à mina e rebentar cabos de carros, fazer sabotagem, era um sujeito muito explosivo. Isto veio prejudicar muito o andamento da greve, pois os patrões recorreram à polícia, abriram inquéritos e conseguiram botar pra rua até operários que tinham estabilidade. Mas foi um grande sujeito, pois transformou o sindicato em órgão respeitado<sup>630</sup>.

Esses dois relatos confirmam a atitude “luddista”<sup>631</sup> organizada por Parente de descer às minas e arrebentar o cabo de vagões. As duas versões, entretanto, diferem no resultado dessa ação: para Jorge Feliciano, ela contribuiu para a conquista do aumento salarial de 48%, provavelmente incorporado com a taxa de insalubridade de 40%. Já Antônio Ronchi relata que o resultado foi mais repressão e demissão de operários estáveis. Essas memórias controversas

---

<sup>628</sup> COIMBRA, David. *Op. Cit.*, p. 42.

<sup>629</sup> *Idem.*

<sup>630</sup> VOLPATO, Terezinha. *Op. Cit.*, 2001, p. 164.

<sup>631</sup> Luddismo é o nome do movimento que aconteceu na Inglaterra no início do século XIX, que reuniu trabalhadores industriais contrários aos avanços tecnológicos da Revolução Industrial. O termo deriva de Ned Ludd, personagem fictícia criada a fim de difundir o movimento entre os trabalhadores. O Movimento Luddista ou os luddistas, como eram conhecidos, protestavam contra o uso de máquinas em substituição à mão-de-obra humana, pois consideravam que o maquinário era usado, "de maneira fraudulenta e enganosa", para contornar práticas laborais consolidadas pela tradição. Todavia, os trabalhadores insatisfeitos se uniram e rebelaram-se contra as máquinas. Dessa forma, eles invadiam as indústrias e destruíam as máquinas. Esse movimento se iniciou em Nottingham, ganhando toda a Inglaterra posteriormente.

no mundo do trabalho, em especial entre lideranças que participaram ativamente do movimento sindical, foram analisadas detalhadamente por Portelli. Segundo o historiador italiano, “Histórias de expectativas malogradas, causadas pela restauração das relações de classe nas fábricas e no Estado, são comuns na geração dos anos 40”<sup>632</sup>. Ele se refere à expectativa dos militantes do Partido Comunista Italiano em pegar em armas e fazer a revolução após a derrota do fascismo na Itália. Como isso não ocorreu, muitos desses ativistas reelaboraram suas memórias através de sonhos que tornassem possíveis seus anseios pela revolução não concretizada.

Retornando à narrativa da greve de 1960, o fato é que a greve já havia chegado ao seu limite legal, pois estava prestes a completar 30 dias de paralisação. Caso se estendesse para além desse prazo, os empresários poderiam demitir seus funcionários por justa causa, alegando abandono de serviço, amparados pela legislação. No dia 29 de janeiro, todas as minas voltam aos seus trabalhos e Antônio Parente foi ao Rio de Janeiro para garantir o pagamento dos mineiros a partir de março.<sup>633</sup> No dia 16 de fevereiro de 1960, o sindicalista conseguiu que fosse firmado um Termo de Acordo entre o Sindicato dos Trabalhadores e o Sindicato patronal, com as seguintes condições:

- I – Os Mineradores no município de Criciúma, através de seu Sindicato de classe – o Sindicato Nacional da Indústria da Extração de Carvão – concederão aos seus empregados um adicional calculado em base do salário-mínimo da região a ser adicionado ao salário nominal de cada empregado que fizer jus à taxa de insalubridade;
- II – Os adicionais que se aplicaram nas condições e percentagens estabelecidas na portaria nº1 de 05/01/1960, do Exmo. sr. Ministro do Trabalho e em proporcionalidade aos dias de trabalho, compreendidos feriados, os dias de repouso semanal remunerado e férias serão, respectivamente: Cr\$ 1.800,00, Cr\$ 900,00, e Cr\$ 450,00 mensais para os graus de insalubridade máxima, média e mínima;
- III – Os adicionais ora concedidos, pelos motivos acima citados, serão devidos a partir de 1º de março do corrente ano;
- IV – A Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional, mediante portaria, dará cobertura ao encargo assumido pelos mineradores para o pagamento dos adicionais e encargos deles decorrentes, mediante aumento de preço do carvão que deverá entrar em vigor a partir de 1º de março próximo<sup>634</sup>.

Como pode-se observar pelo acordo, os trabalhadores ganharam o pagamento do adicional de insalubridade calculado com base no salário-mínimo regional, o que foi considerado uma vitória do movimento paredista. Segundo a continuação da entrevista de Jorge Feliciano, que falou sobre o resultado da greve:

---

<sup>632</sup> PORTELLI, Alessandro. *Op. Cit.*, 1993, p. 44.

<sup>633</sup> LEMOS, Gustavo Perez. *Op. Cit.*, p. 80.

<sup>634</sup> CRICIÚMA. Junta de Conciliação e Julgamento. **Processo n. 598/60**. Criciúma: Acervo Justiça do Trabalho do Centro de Memória e Documentação (Cedoc/Unesc), caixa 03.

Foi uma greve vitoriosa. Ao fim de 29 dias foi conquistada a taxa de insalubridade, né, o que até depois gerou um problema. Hoje os mineiros reclamam, e de uma certa forma têm razão. Acontece que a insalubridade só ganha quem trabalha diretamente com o carvão. E nós enfrentamos um problema muito sério: o pessoal que trabalhava na superfície não ganhou a insalubridade, mas fez a greve, não é, participou da greve. Depois foi feita uma assembleia, foi incluída, embutida a insalubridade no aumento, que na época, me parece, era de trinta por cento. Aí as empresas passaram a pagar 46%, e pagar para todo mundo. Então o mineiro perdeu um pouco, mas pra beneficiar o diarista, o pessoal da superfície<sup>635</sup>.

O depoimento de Jorge expõe uma contradição da luta pelo pagamento do adicional de insalubridade: segundo a legislação, ela deveria ser paga somente aos trabalhadores do subsolo, devido às condições insalubres do trabalho. No entanto, aqueles que trabalhavam na superfície da mina, os diaristas, ajudantes, as escolhedeiras, ficariam sem o aumento dado aos mineiros, caso se aplicasse a letra da lei. Então, a categoria decidiu em assembleia incluir o valor do adicional de insalubridade no aumento que seria dado a partir de março de 1960, o que representou uma majoração de 46% no salário.

No entanto, se analisarmos esse aumento salarial a partir do panorama da inflação nacional da época, nota-se que o aumento real foi bem menor do que o aumento nominal: no ano de 1959, a inflação no Brasil foi de 39,4% segundo o índice IGP-DI<sup>636</sup>. Desse modo, se subtrairmos a inflação do aumento de 46%, temos um aumento real no salário de 6,6%.

Após a greve, a punição e perseguição aos líderes do movimento não tardou: no total, cinquenta operários foram demitidos. Em 22 de fevereiro de 1960, a Sociedade Brasileira Carbonífera Progresso entrou com reclamação na Junta de Conciliação e Julgamento de Criciúma contra os membros do Sindicato dos Mineiros Manoel Ribeiro e Marçalo Pedro Rodrigues (líderes do movimento), solicitando a rescisão do contrato de trabalho dos operários estáveis. O motivo, segundo a petição inicial, foi:

Em data de 4 de janeiro próximo passado, sem qualquer aviso ou razão de direito, contrariando expressamente o estabelecido no art. 723 da Consolidação das Leis do Trabalho [...] arvorando-se, inclusive, em cabeça de greve e fomentadores das demais paredes irrompidas nos anos de 1958 e no decorrer de 1959, impedindo, por atos e ameaças de agressão física, aos que desejavam trabalhar, insuflando a greve, que somente a greve, sob todos os aspectos legais, em data de 29 de janeiro último<sup>637</sup>.

---

<sup>635</sup> MINAS, Vitor. *Op. Cit.*, p. 149.

<sup>636</sup> Cf. MUNHOZ, Dercio Garcia. Inflação brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 30. **Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 59-87, 1997.

<sup>637</sup> CRICIÚMA. Junta de Conciliação e Julgamento. **Processo n. 598/60**. Criciúma: Acervo Justiça do Trabalho do Centro de Memória e Documentação (Cedoc/Unesc), caixa 03.

Segundo testemunho à Justiça do diretor da Carbonífera Progresso S.A na reclamatória, todos os “operários não estáveis e que tiveram participação ativa na greve foram demitidos”<sup>638</sup>. O Promotor Público manifestou-se argumentando que a greve não seguira os procedimentos legais definidos pelo Decreto 9.070 e que “revestiu-se de todas as características de ilegalidade, trazendo sérios e vultosos prejuízos”. E solicitava à instauração de inquérito para a efetiva rescisão contratual de Manoel Ribeiro e Marçalo Pedro Rodrigues, pela prática de falta grave”<sup>639</sup>.

A audiência entre as partes foi realizada na Junta de Conciliação e Julgamento de Criciúma somente no dia 11 de setembro de 1961. Nesta ocasião, foi arguida pelos vogais, representantes dos empregados na JCJ, a suspensão da audiência, em face de que um dos vogais dos empregadores ser acionista da Companhia Carbonífera Progresso S.A, que movia a reclamatória.

Além disso, Manoel Ribeiro e seu companheiro Marçalo expuseram um documento à Junta com os motivos que impediam a rescisão dos seus contratos de trabalho. Dentre os argumentos apresentados, estava que a perseguição política movida pela empresa contra os trabalhadores, pelo fato de serem dirigentes sindicais; que o reclamado, Manoel Ribeiro, exercia o cargo de Secretário da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Carvão e, por este motivo, não poderia ter o seu contrato de trabalho rescindido; que a greve havia sido deflagrada pelo sindicato “após o ajuizamento do competente dissídio coletivo perante o TRT da 4ª Região, e que a greve havia preenchido todas as formalidades legais”; e que o reclamado Marçal Pedro Rodrigues, “se tentasse trabalhar durante a greve estaria sujeito ao risco de ser agredido, o mesmo acontecendo com o reclamado Manoel Ribeiro, se não tivesse seus deveres sindicais a cumprir e tentasse trabalhar”<sup>640</sup>.

Com esses argumentos, os trabalhadores contestavam na Justiça do Trabalho o processo de demissão, argumentando ser mais uma perseguição política da empresa, por serem dirigentes sindicais. Além disso, demonstra o conhecimento das leis trabalhistas e sua mobilização como recurso no tribunal. Importante observar que transparece mais uma questão nesse documento que não havia aparecido até então: a afirmação dos operários que, caso tentassem trabalhar durante a greve, seriam agredidos fisicamente pelos outros grevistas.

---

<sup>638</sup> *Idem.*

<sup>639</sup> *Idem.*

<sup>640</sup> *Idem.*

Em 1 de março de 1962, o processo foi arquivado pela JCJ, dando por encerrado a questão da rescisão do contrato de trabalho dos operários. Devido à lei geral de anistia aos grevistas, de 20 de dezembro de 1961, todos os trabalhadores que participaram de movimento grevista em 1960 foram anistiados. Desse modo, os patrões não conseguiram demitir Manoel Ribeiro e Marçalo Pedro Rodrigues.

A greve de 1960 em Criciúma percorreu um longo caminho, iniciou na tentativa de resolução pela Justiça do Trabalho, com a instauração de um dissídio coletivo na Junta de Conciliação de Julgamento de Criciúma, em 1957. Ou seja, resumindo o que foi exposto até aqui: após passado três anos e de nada ter sido resolvido, os trabalhadores, liderados pelo seu sindicato dos mineiros, decidiram em assembleia entrar em greve a partir de 4 de janeiro de 1960. Esse movimento, no entanto, foi precipitado pelo estouro de uma greve espontânea na Carbonífera Metropolitana, pelo fato do Grupo Freitas, proprietário da mineradora, não terem cumprido acordo de aumento salarial e de melhores condições de trabalho. O resultado foi a paralisação de todas as minas de carvão de Criciúma durante um período de 29 dias, de Siderópolis e Urussanga (por menos tempo).

Não aderiu ao movimento o sindicato de Lauro Müller, pois a direção daquela entidade repudiava a forma de conduzir o movimento através da greve; acreditava que a causa deveria ser resolvida por vias institucionais, em negociação com o Governo Federal. O movimento prosseguiu, mesmo com as ameaças de demissões, as clivagens na categoria e a repressão policial que caiu sobre os grevistas.

O que esse pode ser analisado deste movimento local em relação à articulação com os sindicatos de mineiros do Rio Grande do Sul foi o papel da Federação Interestadual, que participou da greve diretamente, por meio de algumas lideranças, como Manoel Ribeiro (secretário), Raimundo Verdieri (conselheiro), Obadias Barreiro (suplente), Raul de Souza (tesoureiro), ou indiretamente, por meio de Reinaldo dos Santos (presidente), que era de Butiá e acompanhou as negociações no Rio de Janeiro para o atendimento das pautas de reivindicação dos mineiros.

Um episódio importante dessa greve foi a participação das mulheres, que segundo os relatos orais, deitaram na rua que dava acesso à cidade para impedir a passagem do Exército. O movimento conquistou o pagamento do valor correspondente à taxa de insalubridade, que foi “embutida” no aumento salarial de 46% pago a partir de março de 1960. A seguir, analisaremos os movimentos dos mineiros no Rio Grande do Sul e sua relação com Santa Catarina por meio da Federação Interestadual.

#### 4.3 A ARTICULAÇÃO DOS MINEIROS NOS DOIS ESTADOS DO SUL ATRAVÉS DA FEDERAÇÃO E O PROJETO NACIONALISTA PARA O CARVÃO

Além das alianças entre comunistas e petebistas em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, a articulação sindical entre os dois estados através da Federação dos mineiros contribuiu para o avanço das lutas operárias.

Após o final da greve de trinta dias em Criciúma, as lideranças do Sindicato de São Jerônimo e da Federação dos Mineiros articularam-se para reivindicar um aumento salarial. Segundo nossas pesquisas no Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, no periódico *Última Hora*, os mineiros de São Jerônimo, Arroio dos Ratos e Butiá participaram, entre 1960 e 1964, de greves todos os anos e de uma caravana de aposentados e pensionistas à Assembleia Legislativa Estadual para exigirem pagamento dos salários atrasados, bem como a reposição da inflação.

Foi o que anunciou uma nota do jornal *Última Hora*, de 30 de junho de 1960:

Seguiram para o Rio de Janeiro, a fim de tratar do aumento salarial da classe, os srs. Reinaldo dos Santos e Norberto Nurgent de Mello, presidente da Federação dos Mineiros e presidente do sindicato da mesma categoria, respectivamente<sup>641</sup>.

Segundo a reportagem, o aumento dos mineiros já havia sido homologado pelo TRT, contudo, dependia de “majoração do preço do carvão”, pois a empresa só pagaria o acordado caso o Plano Nacional do Carvão aumentasse o preço do minério.

Importante salientar que, nos anos 1960, ocorreu um processo de queda na produção de carvão mineral no estado do Rio Grande do Sul. A produção do minério já não fazia parte de um planejamento estratégico para o quadro energético nacional. A partir da década de 1950, segundo Speranza: “A produção gaúcha perdeu definitivamente terreno para o óleo combustível importado e para o carvão de Santa Catarina, inteiramente entregue à Companhia Siderúrgica Nacional, onde alimentava o alto forno de Volta Redonda”<sup>642</sup>. Além da crise que o CADEM passava, a carestia pressionava o poder de compra dos mineiros. De 1955 a 1963, a inflação corroeu o salário dos trabalhadores, que chegaram a ter o mais alto patamar salarial de sua história nos primeiros anos do governo JK<sup>643</sup>.

---

<sup>641</sup> *Última Hora*, 30 de junho de 1960.

<sup>642</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2014. p. 52.

<sup>643</sup> *Ibidem*, p. 90.

Na edição de 10 de março de 1960, *Última Hora* comunicava que haveria novo aumento do preço da carne, que o arroz já aumentara para Cr\$ 35, que fora aprovado novo aumento do preço da banha e da galinha, e que o sabão subira para Cr\$ 80<sup>644</sup>. Perante à escalada inflacionária, várias categorias do estado do Rio Grande do Sul se preparavam para entrar em greve, como os ferroviários gaúchos, que aprovaram, em Assembleia em Santa Maria, greve a partir do dia 18 de março: “foram expedidas, na manhã de hoje, a todos os núcleos ferroviários do Rio Grande do Sul, para o movimento paredista do dia 18, o que, aliás, é uma característica de organização dos ferroviários, fruto de anteriores experiências”<sup>645</sup>.

A agitação dos ferroviários animou outras categorias a se mobilizarem contra o aumento do custo de vida e por melhores salários. Os trabalhadores em energia elétrica, transporte e telefones decidiram aderir à greve dos ferroviários “santa-marienses, contra a alta brutal do custo de vida”, estampa na capa a edição do dia 16 de março anunciando em letras garrafais que “A CIDADE VAI FICAR SEM LUZ DIA 18!”<sup>646</sup>.

Diante dessa conjuntura de carestia, em março de 1960, o periódico *Última Hora* anunciava que os mineiros de São Jerônimo estiveram a um passo de entrar em greve. O motivo da deflagração do movimento seria o fato da suspensão de fornecimento das cooperativas de consumo (mercados) aos mineiros, pois o CADEM descontava o valor da folha de pagamento dos trabalhadores, porém não repassava o valor às cooperativas.

O Consórcio, por sua vez, afirmava que não havia pago as cooperativas devido à dívida que o Estado do Rio Grande do Sul e a União teriam, de respectivamente, Cr\$ 11 milhões e Cr\$ 43 milhões. “Diante disso, as cooperativas, à beira da insolvência, decidiram suspender fornecimento àqueles trabalhadores. Resultado: os mineiros compravam a crédito, pagavam e o dinheiro não tinha o destino das cooperativas”<sup>647</sup>.

A solução “parcial e provisória” encontrada para que os mineiros não entrassem em greve foi a ida do prefeito de São Jerônimo, Rubens Porciunculla, e do Presidente do Sindicato, Norberto Nurgent de Melo, ao encontro do Secretário do Trabalho do RS, Clay de Araujo, o qual conseguiu a autorização para retirar Cr\$ 4 milhões do banco do Estado para o pagamento de parte da dívida com o CADEM.

Essa solução, todavia, não resolveria o problema a médio e longo prazo, pois dentro de um mês poderia acarretar nova suspensão de pagamentos e a iminência de uma nova greve:

---

<sup>644</sup> *Última Hora*, 10 de março de 1960.

<sup>645</sup> *Idem*.

<sup>646</sup> *Última Hora*, 16 de março de 1960.

<sup>647</sup> *Última Hora*, 15 de março de 1960.

A disposição para a greve é grande, pois não se conformam os mineiros em pagar as suas contas nas cooperativas e não terem mais crédito por falta de pagamento, já que, como dissemos, o CADEM não recolhe aos cofres das cooperativas os descontos que faz em folha<sup>648</sup>.

O governo do Estado do Rio Grande do Sul, à época governado pelo petebista Leonel Brizola, possuía um projeto para resolver a crise: a encampação de todas as minas do CADEM. Segundo a notícia do jornal *Última Hora* de 12 de abril de 1960, em entrevista o secretário de Energia e Comunicações do Governo, Wilson Vargas: “É nossa intenção adquirir, em breve, as Minas do Butiá, pertencente ao CADEM, ao Departamento Autônomo de Carvão Mineral (DACM)”<sup>649</sup>. O governador possuía uma vinculação estreita com os mineiros de São Jerônimo, pois sendo do PTB, possuía muitos militantes e partidários do trabalhismo entre os trabalhadores e sindicalistas da região carbonífera. Na foto abaixo, vemos Brizola ao centro, caminhando, em visita a São Jerônimo:

**Figura 37** – Leonel Brizola em São Jerônimo.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão. Coleção fotográfica, foto 2395MC/TB1577. Álbum Edu Machado, sem data. Reprodução de Pedro Mallman.

<sup>648</sup> *Idem.*

<sup>649</sup> *Última Hora*, 12 de abril de 1960.

Pode-se notar na fotografia que Brizola caminha por um campo de pouso, com o helicóptero que o trouxe até o município estacionado ao fundo, acompanhado de homens de terno e sapato, bem-vestidos, possivelmente políticos locais devido à importância que representava a visita do governador ao município, sendo o Brizola o único que utiliza botas. Nota-se a presença de apenas um homem de roupas simples e descalço, olhando para o helicóptero. A fotografia não tem data, podendo ter sido tirada ser entre 1960 e começo de 1963, época em que Brizola era governador do Estado e tinha a intenção de estatizar as minas de carvão do CADEM.

**Figura 38** – Leonel Brizola em São Jerônimo.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão. Coleção fotográfica, foto 2395MC/TB1577. Álbum Edu Machado, sem data. Reprodução de Pedro Mallman.

A fotografia acima é bem diferente da anterior: ao invés do paletó, o governador utiliza um tipo de jaqueta, está acompanhado de outros homens também com vestimentas mais modestas, e tomando um cafezinho, um hábito que denota um caráter mais popular à foto, dando a ideia de que o governador era alguém do povo, sentindo-se tranquilo e conversando sobre política enquanto tomava seu café.

À época, conforme vimos, as minas de São Jerônimo eram formadas pela Mina de Arroio dos Ratos, Minas do Butiá, Minas do Leão e Minas da Charqueada. A única pertencente

ao DACM era as Minas do Leão, que, segundo Joaquim Celso de Lima, era “menos produtiva e arcaica”<sup>650</sup>, sendo o restante de propriedade do CADEM.

Segundo a reportagem do jornal *Última Hora*, havia sido formada uma comissão para avaliar o tombamento físico e contábil do patrimônio do CADEM. O Secretário de Energia e Comunicações salientou que: “Nossos planos de encampação devem tornar-se realidade dentro em breve, pois é preciso atentar para a circunstância de que as minas do Estado (Leão) terão esgotadas suas reservas para exploração a céu aberto dentro de oito meses. Daí a urgência para a solução do problema econômico do carvão, e igualmente o problema social dos mineiros”.<sup>651</sup>

O projeto do governo do Estado sob a linha nacionalista do PTB de Brizola era de enfrentar a questão da soberania energética do país através da estatização da produção de carvão mineral, conforme defendeu o secretário do governo, por “soluções nacionalistas”. Contudo, em pouco tempo, esses planos seriam frustrados por várias causas. Dentre elas, a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, que analisaremos a seguir.

Por sua vez, os mineiros de Santa Catarina estavam atentos às lutas dos mineiros gaúchos pela encampação, pois defendiam ideia semelhante, que as empresas mineradoras de Santa Catarina fossem encampadas pelo governo federal, como escreve o operário Obadias Barreiros, da Carbonífera Metropolitana, no jornal *Orientador do Mineiro*, em agosto de 1960:

Sempre fui da opinião que as empresas de mineração deveriam pertencer ao Governo Federal. Dia a dia esta minha opinião, vem sendo comprovada através de fatos que diariamente ocorrem nas empresas de mineração de carvão do Brasil. Um exemplo concreto, temos do CADEM no Rio Grande do Sul. Quando a empresa passou a dar menos lucro e enfrentando dificuldades técnicas, “graciosamente” pleiteou a sua encampação. Hoje está sob a administração do Governo Federal. Este simples fato fez com que o Governo Federal tomasse medidas para o aumento do consumo do carvão produzido no Rio Grande do Sul, instalando usinas termoeletricas e siderurgicas. Dentro de pouco tempo, o desemprego que existia nas minas gaúchas não existirá mais. Os mineiros gaúchos terão melhores casas, melhores salários e principalmente melhores condições de trabalho<sup>652</sup>.

O mineiro Obadias era a favor da estatização das empresas mineradoras de Criciúma, provavelmente por considerar que as péssimas condições de trabalho, riscos de acidentes e baixos salários fossem fruto da ganância dos empresários catarinenses. Contudo, a realidade dos mineiros do Rio Grande do Sul, como vimos até agora, estava longe de ser o róseo quadro pintado por Obadias no jornal *Orientador Mineiro*. As condições eram diametralmente opostas,

---

<sup>650</sup> LIMA, Joaquim Celso de. *Op. Cit.*, p. 114.

<sup>651</sup> *Última Hora*, 12 de abril de 1960.

<sup>652</sup> LEMOS, Gustavo Perez. *Op. Cit.*, p. 115.

com salários atrasados, não pagamento das pensões dos aposentados, falta de reajustes e um acúmulo de dívidas. Além disso, o CADEM nunca foi estatizado, ao contrário do que pensava o mineiro.

#### 4.4 A CAMPANHA PELA LEGALIDADE E A MOBILIZAÇÃO DOS MINEIROS NOS DOIS ESTADOS DO SUL

“Ao Congresso Nacional. Nesta carta e por este instrumento, deixando com o Ministro da Justiça, as razões de meu ato, renuncio ao mandato de Presidente da República”<sup>653</sup>. Com estas palavras o Presidente da República Jânio Quadros, no dia 25 de agosto, renunciou do cargo, jogando o Brasil numa crise institucional e democrática. Seu vice, João Goulart, em viagem à China, foi impedido de tomar posse pelos generais das Forças Armadas, em virtude de sua alegada simpatia com o comunismo e com os sindicatos.

No dia 28 de agosto de 1961, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, na condição de Presidente da República interino, avisou que os “ministros militares não aceitavam o retorno de João Goulart ao país para ser empossado na presidência. Diziam mais: se Jango desembarcasse no Brasil, seria preso”<sup>654</sup>. A “sorte” de Jango foi a reação dos setores nacionalistas e democráticos em defesa de sua posse. O Marechal Lott lançou um manifesto à nação, em favor da ordem democrática e pela posse de Jango.

No Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, governador do Estado (1959-1963), organizou a resistência pela legalidade, também chamada “Campanha pela Legalidade”, conclamando apoio do povo para resistir ao golpe, mobilizando as tropas da Brigada Militar e transferindo a Rádio Guaíba para os porões do Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, onde formou a Rede da Legalidade para transmitir as informações e notícias em defesa da posse de Jango. Brizola era um nacionalista da ala à esquerda do PTB, e cunhado de Jango. Defendia a democracia e a nacionalização dos setores estratégicos da economia, entre eles, as minas de carvão. Desempenhou um importante papel na Campanha da Legalidade, em agosto de 1961, quando foi o principal organizador no Rio Grande do Sul da resistência à tentativa dos militares de não darem posse a João Goulart. O historiador Jorge Ferreira considera que Brizola, “naquele

---

<sup>653</sup> WESTIN, Ricardo. Em 1961, Congresso aceitou renúncia e abortou golpe de Jânio Quadros. **Agência Senado**. Brasília, DF, 6 ago. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-60-anos-congresso-aceitou-renuncia-e-abortou-golpe-de-janio-quadros>. Acesso em: 12 dez. 2021.

<sup>654</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 434.

momento surgindo como a grande liderança popular, nacionalista e de esquerda, passou a pressionar Goulart pela agilização das reformas prometidas, sobretudo a agrária<sup>655</sup>.

A intenção do governador em organizar a população em defesa da legalidade surtiu efeito, e contou com o apoio do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul. Segundo Konrad e Lameira: “Quando o comandante do III Exército, general Machado Lopes, aderiu ao movimento liderado por Brizola, a resistência começou a crescer, então contando com o maior contingente militar do Brasil”<sup>656</sup>.

Havia então ao lado de Brizola “40 mil soldados, 13 mil homens da Brigada Militar e cerca de 30 mil voluntários”<sup>657</sup>. A ordem para bombardear o Palácio Piratini já estava dada, porém, não foi cumprida, pois, os sargentos do exército se recusaram em iniciar uma guerra civil. Além do III Exército, Brizola contou com o apoio do povo, especialmente trabalhadores e sindicatos que defendiam o projeto nacionalista. A saída para os militares e para o Congresso foi negociar e dar posse a Goulart com poderes limitados, aprovando uma Emenda Parlamentarista que colocava o presidente num regime misto, parlamentarista, fato que contrariou severamente Brizola<sup>658</sup>.

No Sul do Estado de Santa Catarina, a Campanha pela Legalidade também viveu momentos tensos que marcaram a região. Na edição de 01/09/1961, o jornal *Última Hora* anunciou:

Tropas do Golpe ocuparam 2 cidades Catarinenses! O General José Machado Lopes, comandante do III Exército confirma a movimentação contra tropas do Rio Grande do Sul, registrando o desembarque de contingentes navais em Laguna e Imbituba, no Estado de Santa Catarina<sup>659</sup>.

Em um esforço de prestar solidariedade à causa legalista, mineiros de Criciúma e região organizaram um ônibus para Porto Alegre. A edição de 1 de setembro de 1961 noticiou que o “Expresso Santa Catarina pela Legalidade” havia chegado ao Rio Grande do Sul:

---

<sup>655</sup> FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 185.

<sup>656</sup> KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel. *Op. Cit.*, p. 69.

<sup>657</sup> *Idem.*

<sup>658</sup> *Ibidem.*, p. 70.

<sup>659</sup> *Última Hora*, 1 de setembro de 1961.

**Figura 39** – Expresso Santa Catarina pela Legalidade.



Fonte: *Última Hora*, 1 de setembro de 1961.

Os mineiros ligados ao PTB e ao PCB organizaram um grupo de trabalhadores para enviar uma comitiva de Criciúma a Porto Alegre, com o presidente do Sindicato dos Mineiros, Antônio Parente, e Manoel Ribeiro, Presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores da Indústria de Extração do Carvão, que chegaram no dia 28 de agosto com uma mensagem assinada pelo prefeito de Criciúma, Neri Gesuíno da Rosa (PTB), de apoio à causa da Legalidade.<sup>660</sup> Em entrevista realizada em 1992, o ex-presidente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, Jorge Feliciano, relembrou os acontecimentos da “Cadeia da Legalidade” em Santa Catarina:

Em 61, fizemos parte da Cadeia da Legalidade pela posse de João Goulart. O 3º Exército de Porto Alegre ficou aqui cerca de duas semanas, até se encontrar a forma conciliatória do Parlamentarismo. Jango assumiu e as tropas voltaram e nós fomos trabalhar. Ficamos em praça pública, recebendo instruções dos milicos. Grupos de até 50 operários ficava junto com o Pelotão do Exército entrincheirados no trajeto entre Criciúma e Içara. Aviões das forças golpistas sobrevoavam e eles ficavam lá, prontos para abrir fogo<sup>661</sup>.

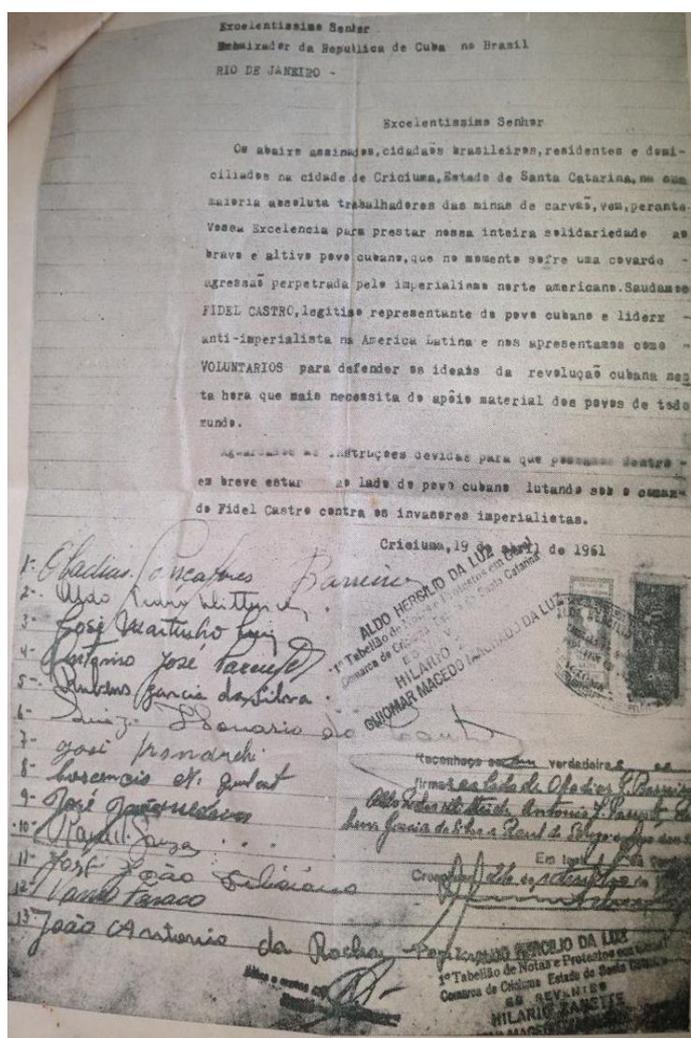
O relato de Feliciano demonstra a organização dos mineiros de Criciúma em defender a legalidade constitucional contra o golpe, ao lado dos soldados do III Exército, do Rio Grande do Sul, formando uma barreira de resistência.

<sup>660</sup> LEMOS, Gustavo Perez. *Op. Cit.*, p. 104.

<sup>661</sup> FELICIANO, João Jorge. *Op. Cit.*

A disposição para participar de uma resistência armada já vinha sendo defendida não só nesse episódio, mas meses antes. Diante da tentativa de invasão da Baía dos Porcos, em Cuba, um grupo de trabalhadores das minas de carvão, em sua maioria militante do PCB, enviou um ofício (foto abaixo) para o Embaixador de Cuba no Brasil, solidarizando-se com a Revolução Cubana e com Fidel Castro e colocando-se como voluntários para lutar ao lado do povo cubano contra a invasão imperialista da Baía dos Porcos ocorrida em 1961:

**Figura 40** – Ofício enviado por um grupo de mineiros de Criciúma (SC) ao Embaixador de Cuba no Brasil.



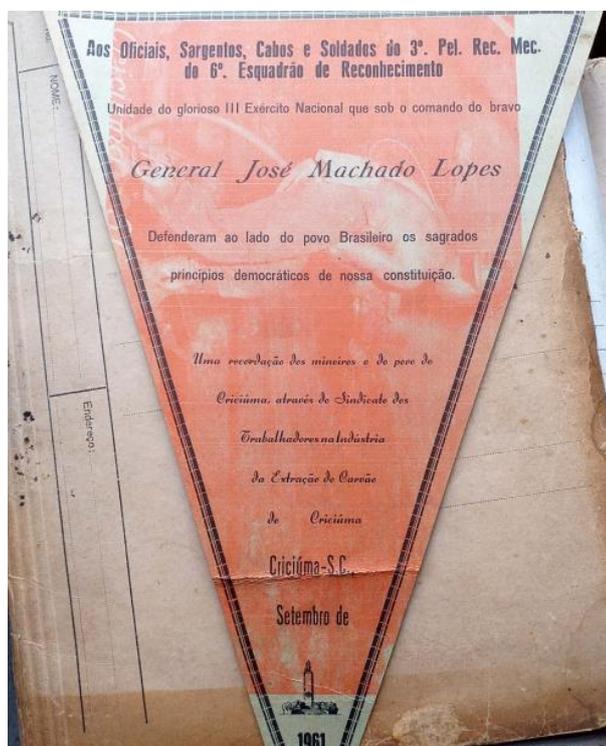
Fonte: 1º Tabelião de Notas e Protestos da Comarca de Criciúma (SC).

A veracidade desse documento é confirmada por um de seus assinantes, o petebista Vânio Faraco, membro fundador do PTB em Criciúma e ex-vereador pelo mesmo partido: “Outra vez, quando fui candidato, eles espalharam cartaz meu, com uma seta dizendo: Capataz de Fidel Castro. Quando houve a invasão de Cuba, pelos americanos, foi feito um manifesto de

solidariedade a Cuba. Eu assinei aquele manifesto e até me ofereci para brigar pelos cubanos”<sup>662</sup>. Além de Faraco, na lista aparece a nominata de quase toda diretoria do sindicato dos mineiros, dentre eles, seu presidente, Antônio José Parente. Nota-se o crescimento da influência do PCB em diversos espaços das comunidades mineiras, como no sindicato, no jornal *A Tribuna* e na rádio difusora.

Retomando os acontecimentos da Campanha da Legalidade, como reconhecimento dessa luta do III Exército pela legalidade democrática, o Sindicato dos Mineiros de Criciúma enviou uma condecoração aos “Oficiais, sargentos, cabos e soldados” que “defenderam ao lado do povo brasileiro os sagrados princípios democráticos da nossa constituição”.

**Figura 41** – Condecoração do Sindicato dos Mineiro de Criciúma ao III Exército, pela resistência na Crise da Legalidade.



Fonte: Arquivo do Sindicato dos Mineiros de Criciúma.

Após a “solução Parlamentarista”, que garantiu a posse de Jango, as forças conservadoras não descansaram de combater os sindicalistas e defensores do governo nacional. Isso caracterizou a terceira fase do jornal *A Tribuna Criciumense*, de 1962 a 1965, marcado por uma intensa propaganda anticomunista. O proprietário da maior mineradora da cidade

<sup>662</sup> FARACO, Vânio. *Op. Cit.*

(Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá), Sebastião Netto Campos, comprou o jornal e iniciou uma ofensiva contra o comunismo como “algo desestabilizador dos bons costumes e da família brasileira”<sup>663</sup>.

Em meio aos eventos da Campanha da Legalidade e da radicalização entre os defensores do nacionalismo de Jango e dos conservadores, ocorreram as eleições para o Sindicato dos Mineiros de Criciúma, em outubro de 1961. Segundo Volpato,

[...] após a vitória da chapa dos “autênticos”, os mineradores iniciaram uma campanha junto aos mineradores pela divisão do sindicato. [...] Passados 10 dias das eleições, foi criada uma associação dos mineiros do Rio Maina – distrito de Criciúma – e, após dois meses, foi solicitada ao Ministério do Trabalho a Carta Sindical<sup>664</sup>.

Trata-se de um caso singular na história do sindicalismo brasileiro pós-1930: a criação de dois sindicatos da mesma categoria no mesmo município. Essa cisão foi articulada pelo grupo Freitas, liderado por Diomício Freitas, então Deputado Federal pela UDN e sócio da Carbonífera Metropolitana, alguns meses após a “longa greve de 1960” e aos acontecimentos da Crise da Legalidade. Miranda destaca a participação da Igreja Católica nessa articulação junto com os políticos udenistas:

[...] a associação foi patrocinada pelos proprietários da empresa, com participação efetiva do padre Cizesk, um aliado dos empresários ligados a UDN e anticomunista declarado, além do grupo de trabalhadores que disputaram e perderam as eleições para a direção do sindicato<sup>665</sup>.

Portanto, fica muito clara a tática empregada pelos mineradores com a criação de outro sindicato no mesmo município: “dividir e conquistar”. Os discursos dos apoiadores do novo sindicato mostram uma ideologia anticomunista e de colaboração de classes: “a) promover a colaboração entre patrões e operários”; “livrar os operários das garras do comunismo, e dos elementos comunistas e agitadores, dirigentes do sindicato dos mineiros de Criciúma”<sup>666</sup>.

Importante observar que a criação de um segundo sindicato dos mineiros de carvão em um mesmo município, contrariava o disposto no art. 516 da CLT, da unicidade sindical. Com isso quebrava-se no contexto local um dos pressupostos básicos da estrutura sindical brasileira,

---

<sup>663</sup> *Ibidem*.

<sup>664</sup> VOLPATO, Terezinha. *Op. Cit.*, 2001, p. 167.

<sup>665</sup> MIRANDA, Antônio Luiz. Sindicalismo e o mundo do trabalho durante a ditadura militar (1964-1985): a experiência de Criciúma. *Perseu*, São Paulo, v. 7, n. 10, 2013b, p. 124.

<sup>666</sup> VOLPATO, Terezinha. *Op. Cit.*, 2001, p. 168.

criada durante o governo Vargas. Uma reportagem do *Jornal de Criciúma* de 17 de dezembro de 1961 mostra uma certa preocupação de Jango com a criação de outro sindicato em Criciúma e com a pluralidade sindical:

Teria o presidente João Goulart – em entrevista com Doutel de Andrade – se mostrado incomodado com a divisão do operariado de Criciúma e inclusive com a pluralidade sindical. Por outro lado, para transformar a associação de Rio Maina em Sindicato, seguiram para o Rio de Janeiro diversos líderes operários, acompanhados do Bispo dom Anselmo Pietrulla, com o objetivo, também, de conseguir aumento salarial para a classe. Para alcançar tais finalidades, lançariam mão da influência do arcebispo de São Paulo junto ao ministro Franco Montoro, bem como a ascendência do cardeal dom Jaime de Barros Câmara sobre o presidente<sup>667</sup>.

Desse modo, pela pressão política articulada por empresários, partidos (UDN) e a Igreja Católica, logrou-se o reconhecimento da carta sindical ao Sindicato dos Trabalhadores na Extração de Carvão do distrito de Rio Maina. Nota-se que durante esse período, acirrava-se a disputa política entre direita e esquerda no país, representado pela radicalização política na disputa hegemônica do projeto de nação que se queria construir: nacionalista e em prol dos direitos dos trabalhadores, ou, ao lado dos empresários e do projeto liberal alinhado com os Estados Unidos, tendo os órgãos de comunicação de massa de várias regiões do país, como *Última Hora*, em Porto Alegre (RS), ou *A Tribuna Criciumense*, em Criciúma (SC), refletido sobre essa disputa do projeto de nação. Dessa maneira, a leitura da fonte passa pelo crivo do tempo histórico a que pertencia, sendo necessário o olhar atento do historiador para as rupturas e para as permanências contidas na fonte.

#### 4.5 A CRISE DA MINERAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL, O FIM DO SONHO DA ENCAMPAÇÃO, O PROJETO DE MORADIA PRÓPRIA E AS GREVES EM 1963

A vitória de Ildo Meneghetti nas eleições para governadores de 1962 em uma aliança conservadora entre PSD e UDN pôs fim à utopia da ampliação da estatização das minas do Rio Grande do Sul. A crise do setor mineral no estado só aumentava, a ponto que o DACM, autarquia estadual que controlava as Minas do Leão e Candiota estavam sem pagar os 850 mineiros há três meses.

Em reportagem do jornal *Última Hora*, de 17/01/1963, o DACM culpava a Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE) pelos atrasos, pois esta teria uma dívida de Cr\$ 120

---

<sup>667</sup> *Jornal de Criciúma*, 17 de dezembro de 1961 *apud* MIRANDA, Antônio Luiz. *Op. Cit.*, p. 125.

milhões com a instituição. Os mineiros, sem poderem comprar mais nas cooperativas de alimentos, decidiram que se não recebessem seus salários atrasados até o final do mês de janeiro, entrariam em greve<sup>668</sup>. Observa-se que essa ameaça de paralisação se deu após as eleições estaduais de 1962, a qual teve como Ildo Meneghetti a chapa vitoriosa. A derrota de Brizola e a entrada de um governo mais conservador podem ter contribuído para a decisão dos trabalhadores.

Contudo, independente de quem estava no governo estadual, pesquisas recentes demonstram que o CADEM já acumulava uma alta dívida nas suas finanças e o consequente atraso nos pagamentos dos trabalhadores<sup>669</sup>, como entre janeiro e abril de 1963, quando ficaram sem receber um centavo, conforme matéria do jornal *Última Hora*<sup>670</sup>. Segundo Willians, essa crise econômica nas finanças do CADEM já havia iniciado em 1956, quando foram vendidas maquinarias utilizadas nas operações das minas de São Jerônimo para cobrir indenizações de acidentes de trabalho<sup>671</sup>.

Retomando o relato, a articulação para a greve estava sendo informada por João Aveline, jornalista membro do PCB que escrevia a coluna sindical do jornal *Última Hora*, o qual noticiou que os trabalhadores foram até o sindicato da classe em São Jerônimo solicitar a participação da entidade no movimento<sup>672</sup>.

O Sindicato dos Mineiros de São Jerônimo era presidido desde 1957 por Norberto Nugent de Melo, já mencionado, que adotava uma postura de não enfrentamento com a direção da empresa. Sua tática era buscar a negociação por meio do Plano Nacional do Carvão, entidade criada em 1953 pelo presidente Getúlio Vargas com o objetivo de fomentar a indústria carbonífera nacional e atender à crescente demanda pelo minério para a Companhia Siderúrgica Nacional<sup>673</sup>.

Uma das atribuições desse plano era a fixação dos preços do minério, fator importante, mas não decisivo na questão do aumento salarial. A edição do jornal *Última Hora* de 22 de janeiro de 1963 noticiou: “Até o presente momento a questão está na dependência das

<sup>668</sup> *Última Hora*, 17 de janeiro de 1963.

<sup>669</sup> Cf. WILLIANS, Cody. “**To sacrifice the vital rhythms of their being**”: impairment, resistance, and industrial crisis in São Jerônimo, Rio Grande do Sul, 1944-1964. 2019. Thesis (Master of Arts Degree) – College of Arts and Sciences, University of Oklahoma, Norman, 2019.

<sup>670</sup> *Última Hora*, 17 de janeiro de 1963.

<sup>671</sup> WILLIANS, Cody. *Op. Cit.*, p. 35.

<sup>672</sup> *Última Hora*, 22 de janeiro de 1963.

<sup>673</sup> Plano aprovado pela Lei n. 1.886, de 11 de junho de 1953. Seu objetivo básico era “conjugar atividades de produção, beneficiamento, transporte e distribuição do carvão nacional a fim de ampliar sua produção, regular seu fornecimento, reduzir-lhe os preços e melhor aproveitá-lo como combustível e matéria-prima”. Cf. CALICCHIO, Vera. *Op. Cit.*

conversações que estão sendo mantidas com o Plano Nacional do Carvão na Guanabara, onde se encontra uma comissão de líderes da classe”<sup>674</sup>.

Pelo que as fontes indicam, foi formada uma comissão de greve paralela ao sindicato, que entregou uma carta de reivindicações contendo 19 pontos, dentre os quais:

- 1) pagamento do 13º salário até o dia 20 de cada ano;
- 2) reajuste salarial de 60%;
- 3) pagamento da dívida da empresa com o IAPETEC;
- 4) pagamento do adicional de insalubridade, na razão de 40% aos que prestam serviço no subsolo, e de 30% aos que trabalham na superfície;
- 5) consertos nas casas dos operários e fornecimento de luz e água para todos;
- 6) concessão de férias de 30 dias e pagamento calculado com base no salário;
- 7) ferramentas para as galerias estreitas e lugar limpo para os cortadores;
- 8) salário profissional para os mineiros;
- 9) fornecimento, por conta da empresa, de alpargatas e lampiões aos operários;
- 10) fornecimento de água potável nos locais de trabalho;
- 11) fornecimento de capacetes aos operários de Charqueadas;
- 12) pagamento dos dias parados, por motivo da presente greve e compromisso de não represália aos que dela participaram<sup>675</sup>.

Algumas dessas reivindicações podem parecer triviais, como “água portátil nos locais de trabalho” e “fornecimento de alpargatas, lampiões e capacetes”, contudo, apontam para o fato de que ainda nos anos 1960 a precariedade do trabalho no subsolo era gritante, a ponto de ter que ser feita uma paralisação do trabalho para exigir o cumprimento de condições humanas de trabalho. Outras pautas estão conectadas com reivindicações que estavam em voga nas lutas dos trabalhadores no país, como o 13º salário, sancionado pelo presidente João Goulart um ano antes, em julho de 1962, e que enfrentou grande resistência por parte dos empresários e setores conservadores da sociedade<sup>676</sup>. Não encontramos documentos que apontem qual foi o resultado da greve.

Poucos meses depois, em abril de 1963, nova movimentação política tomou conta das ruas de São Jerônimo: centenas de mineiros, aposentados e pensionistas do Instituto de

---

<sup>674</sup> **Última Hora**, 22 de janeiro de 1963.

<sup>675</sup> COMISSÃO DE GREVE. **Carta de reivindicações**. São Jerônimo, 1963. Carta. *In*: Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos. Fundo 08.01.1 – Sindicato: Cartas e Telegramas. Caixa 05, 1963.

<sup>676</sup> O abono natalino, que posteriormente ficou conhecido como o 13º salário, foi resultado de inúmeras lutas dos trabalhadores desde a década de 1920. De acordo com o historiador Diogo Leal Nunes: “O 13º salário é um desses casos de reivindicação surgida no chão de fábrica, legitimada nas relações costumeiras entre patrões e empregados em algumas firmas, transformada em lei às custas de greves, demissões, abaixo assinados, prisões e cuja memória é depois ofuscada pelo brilho da lei que, supõe-se, como toda lei, deve ter sido iniciativa de algum presidente, deputado ou senador”. Cf. NUNES, Diogo Leal. **A reinvenção do trabalhismo no “vulcão do inferno”**: um estudo sobre os metalúrgicos e têxteis de São Paulo. A fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964). 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 287.

Aposentadoria e Pensões dos Empregados de Transporte e Cargas (IAPETC), foram à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul exigir seus salários atrasados há quatro meses<sup>677</sup>. Foram recebidos pelos deputados Bruno Segalla (ARS), Rubens Porciúncula (PTB) e Flávio Ramos (MTR).

**Figura 42** – Deputado operário Bruno Segalla discursando aos mineiros.



Fonte: *Última Hora*, 24 de abril de 1963.

A foto acima é do deputado operário Bruno Segalla, falando à “caravana dos mineiros”<sup>678</sup>. Segundo a notícia do jornal *A Última Hora*, da disposição dos trabalhadores resultou a liberação da verba de Cr\$ 40 milhões, que já se encontrava na delegacia regional daquele instituto, mais outros Cr\$ 40 milhões que o Tesouro remeteria ao CADEM para que este pagasse ao IAPETC. “Do total, de Cr\$ 80 milhões, serão pagos os mineiros, o que ocorrerá a partir de amanhã”<sup>679</sup>, informou o jornal. O IAPETC, criado pelo Decreto-lei n. 651 de 1938, era o órgão do governo federal responsável pelo pagamento de aposentadorias e pensões por categorias de trabalhadores, além do pagamento das indenizações por acidentes de trabalho<sup>680</sup>.

<sup>677</sup> *Última Hora*, 24 de abril de 1963.

<sup>678</sup> *Idem*.

<sup>679</sup> *Idem*.

<sup>680</sup> Desde o Decreto n. 7.036 de 10 de novembro de 1944 – criado durante o Estado Novo –, que se denominava a “Reforma da lei de Acidentes de Trabalho”, regulamentado pelo Decreto n. 18.809 de 1945. Uma substancial modificação incorporada por esse Decreto está na modificação do pagamento de seguro de acidente de trabalho das companhias particulares para o IAPETC. Essa alteração fundamental da lei foi instituída pelo art. 112. Além

A notícia do jornal dá destaque a dois fatores que envolveram a ida dos trabalhadores à Assembleia Legislativa: que centenas de mineiros se mobilizaram para exigirem o pagamento dos salários atrasados, evidenciando a força da categoria organizada. Além disso, que havia um intermediador, o deputado operário Bruno Segalla<sup>681</sup>, metalúrgico, que se elegeu suplente de deputado estadual em 1963, pela Aliança Republicana Socialista (ARS)<sup>682</sup>.

Pouco mais de dois meses depois da ida dos aposentados à Assembleia do RS para pressionarem o governo para o pagamento dos atrasados, a coluna sindical do jornalista João Aveline em *Última Hora* noticiou que os transportadores de carvão das Minas de Butiá entraram em greve no dia 05 de julho de 1963, exigindo o pagamento dos salários e um reajuste “no preço do expurgo do mineral extraído”. O movimento contou com a participação de apenas 200 operários, entretanto, “o setor atingido é fundamental para o funcionamento da mina, motivo porque paralisaram todas as atividades mineiras nesta região, envolvendo na parede 1.600 operários”<sup>683</sup>.

Nesta matéria, o jornalista revelou que, embora o número de grevistas ativos na paralisação fosse de 200 trabalhadores, todavia, tratava-se de um setor estratégico na mina, fato que levou à paralisação de toda produção, obrigando 1.600 trabalhadores a interromperem suas atividades.

A utilização de setores estratégicos ou de *una posición estratégica*<sup>684</sup> faz parte de uma tradição do movimento operário, que soube utilizar da tática de paralisação parcial da produção

dessa transição instituída pelo art. 112, o art. 111 da lei impedia que novas autorizações fossem dadas para seguradoras atuarem no âmbito dos seguros de acidentes de trabalho. Desse modo, a partir de 1945, pela lei – Reforma de Acidentes de Trabalho – não poderiam ser autorizadas novas concessões para instituições particulares de seguro operarem no âmbito dos acidentes de trabalho. Além disso, a lei determinava a data de 31 de dezembro de 1953 como limite para a atuação destas companhias particulares, sendo a partir desta data, assumida a integralidade do Estado nas operações de seguro.

<sup>681</sup> “Bruno Segalla (Caxias do Sul, 7 de outubro de 1922 – Caxias do Sul, 2001) foi um metalúrgico, sindicalista, político e artista brasileiro. Em 1957 assumiu a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos e em 1963, ainda na presidência, liderou a maior greve já realizada na cidade, conseguindo uma adesão maciça de oito mil operários, que na época constituíam cerca de 95% da força de trabalho do setor. Em 7 de maio de 1964, quando era deputado estadual suplente, teve seu mandato cassado. Perseguido pelo regime militar, foi preso três vezes, na última delas por tentar organizar o Partido Comunista Brasileiro na cidade”. Cf. BRUNO Segalla. **Wikipédia**: a enciclopédia livre. Florida: Wikimedia Foundation, 26 jan. 2019. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Bruno\\_Segalla](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bruno_Segalla). Acesso em: 03 jul. 2019.

<sup>682</sup> Cf. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Obras em alfinetes de Bruno Segalla ganham espaço em exposição na Assembleia. **Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 25 ago. 2014. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Not%C3%Adcia/Ag%C3%Aancia/Not%C3%AdciasMat%C3%A9ria/tabid/3725/IdOrigem/1/IdMateria/294490/Default.aspx>. Acesso em: 03 jul. 2019.

<sup>683</sup> **Última Hora**, 6 de julho 7 de 1963.

<sup>684</sup> “Referido al ámbito del proceso productivo, la posición estratégica determina la capacidad de algunos operarios, en momentos de conflictos con los patrones, para usar como herramienta de presión la paralización de su propia labor, pero además la de interrumpir las tareas de muchos otros trabajadores y demás actividades productivas en un proceso de encadenamiento paralizador”. Cf. VALDEBENITO VENEGAS, Hernán. La posición estratégica de

e/ou transporte de determinada mercadoria em setores-chave da empresa, de modo a pressionar pela sua paralisação total. Hernán Venegas Valdebenito analisou como os mineiros de carvão do Chile utilizaram dessa estratégia para conseguirem alcançar suas reivindicações desde a década de 1920. Segundo o pesquisador chileno, essa ferramenta foi muito eficaz pelos mineiros chinelos, uma vez que:

[...] una paralización larga en la minería del carbón podía acarrear – tal como ocurrió – trastornos en el transporte ferrocarrilero y naviero, en la industria fabril, en otros sectores de la minería y la industria de fundición, e incluso en la generación de energía eléctrica, dependiente del suministro de carbón<sup>685</sup>.

Essa tática foi utilizada pelos mineiros do Rio Grande do Sul, desde a década de 1940 (conforme observamos no segundo capítulo), quando paralisaram o setor de transporte de carvão, crucial para a atividade de outros setores, como na greve de 1946, quando os mineiros paralisaram suas atividades por 36 dias, chegando a interromper o fornecimento de energia elétrica na capital gaúcha<sup>686</sup>.

Em julho de 1963, segundo informou a notícia da *Última Hora*, caso as reivindicações levantadas pelos transportadores não fossem atendidas até segunda-feira, “entraram em greve também os trabalhadores das demais minas de São Jerônimo, Arroio dos Ratos, Leão e Charqueadas estão prontos para aderir ao movimento”<sup>687</sup>.

Pode-se questionar, até certo ponto, se o objetivo da matéria escrita pelo jornalista comunista era veicular a informação da greve para que outros trabalhadores tomassem conhecimento do movimento grevista, ou, se, por outro lado, tinha como objetivo avisar as autoridades para tomarem alguma atitude a favor dos grevistas e atendessem suas reivindicações, com medo de que a paralisação atingisse todos os setores da indústria e reacendesse o fantasma da greve de 1946 com o apagão de energia elétrica na capital.

De qualquer maneira, a reportagem trouxe a fala de um dos dirigentes da greve dos transportadores de carvão de Butiá, “o sr. Ruby Basso, declarou a UH que seus companheiros só cessaram o movimento depois de vitoriosos”<sup>688</sup>. O dirigente sindical havia sido eleito em assembleia da categoria para representar os mineiros nas suas reivindicações junto à Cia.

---

los trabajadores del carbón en Chile. De su fortaleza a la crisis, 1920-1960. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 19, n. 35, 2012, p. 438.

<sup>685</sup> *Ibidem*, p. 439.

<sup>686</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2014, p. 160.

<sup>687</sup> *Última Hora*, 6 de julho de 1963.

<sup>688</sup> *Idem*.

Carbonífera Minas de Butiá<sup>689</sup>. Dois dias depois, em 8 de julho de 1963, nova coluna de João Aveline noticia que “prossegue sem qualquer alteração a greve dos mineiros do Butiá, que reclamam pagamento imediato dos salários atrasados”<sup>690</sup>, anunciando, em seguida, a lista de reivindicações dos grevistas:

Os mineiros proclamaram em assembleia monstro que só voltarão ao trabalho após receberem os salários atrasados. A direção do CADEM, por sua vez, alega que os pagamentos sofrem solução de continuidade porque a secretaria de Energia não paga as dívidas que tem para com a empresa, proveniente do carvão utilizado nas suas usinas. Os trabalhadores elaboraram carta de reivindicações, constante de vários itens, entre eles a não punição dos grevistas e o pagamento dos dias de greve<sup>691</sup>.

O acompanhamento dado pela coluna do jornal à greve demonstra que a orientação do periódico era noticiar cada passo do movimento sindical, para fazer jus ao título de *Última Hora* (um jornal que sempre está à frente na cobertura das notícias), assumindo posição política de apoio aos trabalhadores, visto que a reportagem dá destaque às reivindicações dos operários e sua mobilização: a narrativa de que os mineiros só voltariam ao trabalho com o pagamento dos salários atrasados, a exigência de não punição dos grevistas e o pagamento dos dias de greve. Essas são pautas clássicas do movimento sindical dirigido pelos comunistas em vários sindicatos no país, o que confirma a influência e orientação dos militantes do PCB, dado que seguiam uma linha política de inspiração leninista<sup>692</sup>.

É preciso salientar que a linha política do PCB, no início dos anos 60, defendia um governo nacionalista e democrático, que realizasse as reformas de base, o que os aproximava de setores do PTB, conforme já vimos. Segundo a historiadora Anita L. Prestes,

[...] era forte a ilusão nas possibilidades de conquistar, através da pressão de massas, uma correlação de forças dentro do governo que permitisse a adoção de medidas capazes de assegurar o desenvolvimento de um capitalismo autônomo e democrático no Brasil<sup>693</sup>.

Dessa maneira, segundo Lucília de Almeida Neves Delgado, desde 1955, “trabalhistas e comunistas desenvolveram ações conjuntas junto ao movimento sindical”. Essa atuação,

---

<sup>689</sup> BASSO, Ruby. **Carta ao Dr. Mauro Steltenber, MD, Engenheiro Chefe da Cia. Carbonífera Minas de Butiá**. Butiá, 1963. Carta. In: Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos. Fundo 08 – Sindicatos.

<sup>690</sup> **Última Hora**, 8 de julho de 1963.

<sup>691</sup> *Idem*.

<sup>692</sup> BARROS, Jefferson. *Op. Cit.*, p. 49.

<sup>693</sup> PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes, o combate por um partido revolucionário (1958-1990)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 30.

segundo Delgado, era sustentada pela ideia de que era necessário superar o subdesenvolvimento através da “estratégia desenvolvimentista nacionalista”<sup>694</sup>. Já, de acordo com Ferreira, “reconhecendo a popularidade do trabalhismo entre os trabalhadores, os comunistas passaram a atuar em conjunto com setores do Partido Trabalhista Brasileiro”<sup>695</sup>.

Desse modo, a palavra do momento era de unidade, sobretudo para pressionar o governo Jango pelas reformas de base. Fica mais clara ainda a política de apoio do jornal *Última Hora* aos grevistas na edição de 10 de julho de 1963:

Coroada de pleno êxito, **graças à unidade da classe**, foi encerrada a greve dos mineiros do Butiá. Hoje os trabalhadores receberam 3 dos 4 meses em atraso e na próxima semana receberão o restante. Por outro lado, as cooperativas de consumo receberão cada uma a importância de 5 milhões de cruzeiros como parte da dívida global. Finalmente, aos empreiteiros da extração de carvão será paga ainda esta semana uma parte do que lhes devem o CADEM<sup>696</sup>.

O destaque da reportagem da vitória da greve é a “unidade da classe”. Consoante com a leitura do jornal, entende-se que o movimento saiu vitorioso graças a essa unidade, que beneficiou os operários, as cooperativas de consumo e os empreiteiros da extração de carvão. Conforme já debatemos na introdução sobre o uso e a aplicação do conceito de **relações de classe densas**, nota-se que os mineiros de todas as vilas mineiras do município de São Jerônimo desenvolviam experiências classistas, pois partilhavam de certos elementos em comum: a solidariedade dos trabalhadores do carvão era um forte componente de unidade interna, uma forma de resistência às duras condições de trabalho, à insalubridade e aos riscos de acidentes constantes<sup>697</sup>, bem como uma resposta ao alto nível de exploração a que estavam submetidos.

O que justifica a engajada atuação de lutas da categoria, pois, embora naquele momento, a nível nacional, o governo de Jango fosse considerado nacionalista, com uma tendência a apoiar as Reformas de Base, os mineiros continuavam ativos em suas mobilizações, em oposição ao CADEM, que não cumpria seus acordos e atrasava o pagamento dos salários.

Um dos destaques da cobertura da greve pelo jornal *Última Hora* foi a presença do Secretário do Trabalho do Estado, Arnaldo Prieto, como intermediador das negociações da

---

<sup>694</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Op. Cit.*, 2014, p. 86.

<sup>695</sup> FERREIRA, Jorge. *Op. Cit.*, 2004, p. 185.

<sup>696</sup> *Última Hora*, 10 de julho de 1963.

<sup>697</sup> Sobre a experiência dos acidentes de trabalho dos mineiros em Santa Catarina, cf. MANDELLI, Bruno. Os processos de acidentes de trabalho dos mineiros na capital brasileira do carvão: a luta pelo direito à saúde. **Estudios Historicos**, Montevideo, v. 9, n. 18, 2017. Para uma leitura etnográfica dos mineiros, cf. CIOCCARI, Marta. Sob um cotidiano de riscos: narrativas sobre o medo e o perigo numa comunidade de mineiros de carvão. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v. 11, n. 31, p. 89-124, 2012.

greve: “Em declarações a UH, o sr. Rubin Basso, em nome dos seus companheiros do comando de greve, elogiou a atuação do secretário do trabalho, sr. Arnaldo Prieto, que esteve ontem nas Minas do Butiá buscando a solução para a parede”<sup>698</sup>.

Essa intermediação do Secretário do Trabalho poderia passar despercebida no jornal, dado o pequeno parágrafo dedicado à sua menção. Contudo, reinserindo o jornal em seu tempo histórico, é preciso lembrar que o periódico *Última Hora* era defensor do governo Jango, e que no ano de 1963, o governo do Rio Grande do Sul era governado por Ildo Meneghetti — membro do Partido Social Democrático (PSD) — “que foi eleito governador do Rio Grande do Sul, com o apoio dos militares e empresários que discordavam das diretrizes do governador Brizola”<sup>699</sup>.

Em 1961, Arnaldo Prieto prestou apoio à Campanha da Legalidade, liderada por Brizola, mas, posteriormente, “Prieto assumiu a chefia da Secretaria do Trabalho e Habitação do novo governo de Ildo Meneghetti, que fez cerrada oposição ao presidente João Goulart, articulando-se com os chefes militares”<sup>700</sup>. Pode-se questionar o porquê, posteriormente, em 1963, do jornal dar destaque à intermediação de Arnaldo Prieto nas negociações da greve. Podemos levantar a hipótese de que a coluna sindical do jornal procurava conquistar apoio mesmo da oposição a Jango, sabendo da grave crise política e econômica pela qual o país atravessava, e de suas consequências imprevisíveis, sendo necessário construir aliados de todos os lados possíveis.

Naquele contexto, Jango fez uma visita às minas de São Jerônimo, em 12 de setembro de 1963, quando foi acertada a ampliação da Usina de Charqueadas.

---

<sup>698</sup> *Última Hora*, 10 de julho de 1963.

<sup>699</sup> JUNQUEIRA, Eduardo. PRIETO, Arnaldo. **CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arnaldo-da-costa-prieto>. Acesso em: 8 ago. 2019.

<sup>700</sup> *Idem*.

**Figura 43** – Visita de João Goulart às minas de Charqueadas, 12 de setembro de 1963.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão. Coleção fotográfica, álbum Edu Machado.

Na fotografia, Jango visita a sala de máquinas do CADEM, em Charqueadas, no evento de ampliação da Usina Termelétrica, acompanhado do governador Ildo Meneghetti à sua esquerda. Nota-se que o fotógrafo procurou enquadrar Jango no centro, para dar a impressão de liderança do Presidente da República ao lado do governador. Abaixo o documento assinado por Jango em 12 de setembro de 1963, ampliando a capacidade da Usina Termelétrica para 118 mil quilowatts:

**Figura 44** – Assinatura de Jango para obras de ampliação da Usina Termelétrica de Charqueadas, 12 de setembro de 1963.

Aos 12 (DOZE) dias do mês de SETEMBRO do ano de 1963 (MIL NOVECENTOS E SESSENTA E TRÊS), ficou agendada neste local a ampliação da Usina de Charqueadas, para uma potência de mais 118 mil-quilowatts, estando presentes e concordes os Exmos. Srs. JOÃO GOULART, Presidente da República, OLIVEIRA BRITO, Ministro de Minas e Energia, ILDO MENEGHETTI, Governador do Estado e PAULO RICHER, Presidente da Eletrobrás, que honraram a Usina com a sua visita.

12-9-63.

*Jango*

*Paulo Richer*

*Ilido Meneghetti*

*Olivero Brito*

*João Goulart*

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão. Coleção fotográfica, álbum Edu Machado.

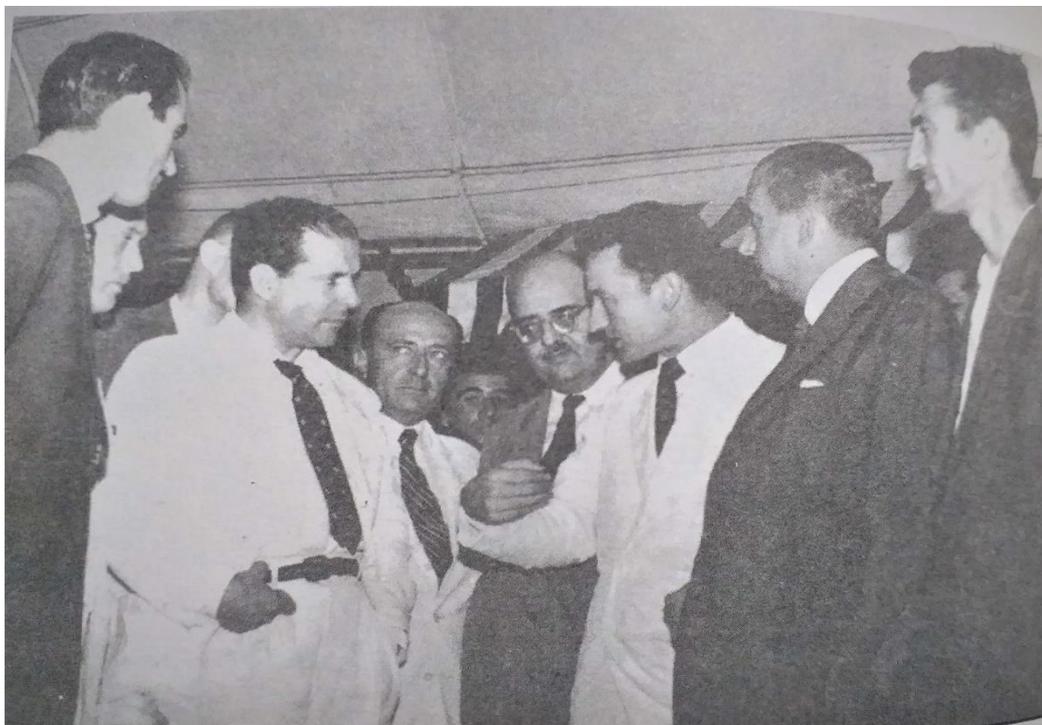
Pode-se comparar que no mesmo ano Jango recebeu a direção do sindicato dos mineiros de Criciúma durante audiência no Rio de Janeiro, como se pode observar nas fotografias abaixo:

**Figura 45** – Comissão de sindicalistas mineiros de Santa Catarina em audiência com o Presidente João Goulart, no Rio de Janeiro, em 1963.



Fonte: Foto cedida por Raimundo Verdieri.

**Figura 46** – Na mesma audiência, no Rio de Janeiro, Aldo Dietrich conversa com Jango.



Fonte: Foto cedida por Raimundo Verdieri.

Nota-se pelas fotografias que Jango conversa com os sindicalistas de maneira informal e a uma distância muito próxima. De acordo com Loureiro, essa era uma das características da sua forma de se relacionar politicamente com o movimento sindical<sup>701</sup>. Além disso, o autor ressalta outras duas distinções: “respeito aos resultados das eleições sindicais e ao direito de organização e de manifestação dos trabalhadores; e diálogos com as mais diferentes correntes político-ideológicas do sindicalismo”<sup>702</sup>.

Contudo, essa aproximação entre governo e sindicatos não significa, *a priori*, a subordinação de um pelo outro. Contudo, uma característica do movimento sindical das minas de carvão, permeado de reciprocidades e conflitos, em que as exigências e reivindicações levadas pelos sindicalistas não apenas como barganhas, mas como o desejo de participar das decisões políticas do país e de pressionar o governo para que fossem implementadas. A viagem à Brasília não era garantia alguma de que conseguiriam obter alguma conquista por meio da negociação. Muitas vezes, diante do insucesso nas conversações, viam-se novamente na imperiosa necessidade de recorrer à greve como o histórico recurso para garantirem seus direitos.

Quatro meses após a vitoriosa greve dos mineiros do Butiá, o jornal *Última Hora* relatava um novo movimento, em Butiá e Charqueadas, motivado novamente pelo atraso nos pagamentos do CADEM:

Os motivos que determinaram a paralisação a zero hora do dia 15 decorrem do atraso nos pagamentos dos trabalhadores. Todos os acordos firmados entre os mineiros e o CADEM incluem cláusula, segundo a qual, o pagamento do mês anterior não pode ultrapassar o dia 15 do mês seguinte. Entretanto, no último pagamento, os empregadores queriam pagar apenas 80% dos salários, alegando falta de numerário. Por outro lado, o CADEM deve 180 milhões de cruzeiros aos empreiteiros, e não recolhe às cooperativas (Butiá e Charqueadas), os descontos relativos ao consumo dos associados, isto é, descontam dos trabalhadores e não entregam o dinheiro às entidades<sup>703</sup>.

Fica claro em vários artigos do jornal que o CADEM passava por uma crise de insolvência, que não estava conseguindo pagar as suas dívidas nem com os trabalhadores, nem com os empreiteiros, e até mesmo com as cooperativas (mercearias, açougues, farmácias), pois descontava do salário dos operários, mas não repassava àquelas. Esse fato corrobora com a tese de que as greves e mobilizações dos mineiros expunham as fissuras e debilidades do modelo de

---

<sup>701</sup> LOUREIRO, Felipe Pereira. João Goulart e a cúpula do movimento sindical brasileiro: o caso das Confederações Nacionais de Trabalhadores (1961-1964). *História*, São Paulo, v. 36, 2017, p. 4.

<sup>702</sup> *Idem*.

<sup>703</sup> *Última Hora*, 21 de novembro de 1963.

assistência social implantado pelo CADEM nas vilas mineiras, em seu momento de decadência<sup>704</sup>.

A explicação, por parte do CADEM, para o atraso dos pagamentos, era de que o governo “não salda a sua dívida, decorrente do fornecimento de carvão para a Comissão Estadual de Energia Elétrica”<sup>705</sup>. Não temos elementos para confirmar os dados relativos a esta dívida, mas lembramos de que a partir da administração de Juscelino Kubitschek, em 1955, o Estado passou a adotar uma política energética de preferência à importação do óleo combustível, de modo a incentivar a mobilidade rodoviária no país, em detrimento da ferroviária. Isto impactou diretamente na produção do carvão mineral do Rio Grande do Sul, pois, diferentemente de Santa Catarina, que vendia boa parte da sua produção para a Companhia Siderúrgica Nacional, CSN, o carvão gaúcho era destinado para a geração de energia elétrica.

Os mineiros permaneciam irredutíveis após sete dias de paralisação, e avisaram formulando uma “Carta de reivindicações, exigindo não só o pagamento em dia, como um plano de pagamento parcelado da dívida para com os empreiteiros e as cooperativas”<sup>706</sup>. Também nessa matéria, reaparece o papel desempenhado pela Federação Interestadual dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão e por seus diretores, entre eles Reinaldo dos Santos, importante dirigente sindical gaúcho que fazia uma articulação com os mineiros catarinenses, e estava presente nas negociações da categoria:

Em declarações a UH, os srs. Reinaldo Santos (presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão), Adrovando Rodrigues de Oliveira, José Lopes de Ávila e Gabriel Ribeiro Torres, todos da Comissão de Greve, afirmaram que só voltam ao trabalho com as reivindicações integralmente atendidas. Hoje à noite haverá nova assembleia da Classe, em S. Jerônimo. Informaram ainda que telegrafaram ao Presidente João Goulart, à Câmara dos Deputados e aos dirigentes do Plano Nacional do Carvão, pedindo providências<sup>707</sup>.

Através dos representantes da comissão de greve, percebe-se que os trabalhadores estavam decididos a ir até o final nas suas reivindicações, isto é, a voltarem ao trabalho após serem atendidos, e pediram o apoio do governo federal. O desfecho do movimento foi vitorioso, “com o dinheiro no bolso”, segundo *Última Hora*:

“Com o dinheiro no bolso”, conforme apregoavam, os mineiros de São Jerônimo voltaram ao trabalho, cessando a greve em que estavam empenhados há 8 dias,

---

<sup>704</sup> SPERANZA, Clarice Gontarski. *Op. Cit.*, 2012, p. 48.

<sup>705</sup> *Última Hora*, 21 de novembro de 1963.

<sup>706</sup> *Idem.*

<sup>707</sup> *Idem.*

determinada pelo atraso nos pagamentos. A direção do CADEM, não só mandou pagar os trabalhadores, como ainda determinou o pagamento parcelado dos atrasados devidos aos empreiteiros e às cooperativas dos mineiros. 13º – Uma outra cláusula do acordo diz respeito ao pagamento dos dias de greve e a não punição dos grevistas, além da inclusão do item relativo ao pagamento do 13º salário antes do Natal<sup>708</sup>.

Fez-se vitoriosa a greve dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul. Essa narrativa construída pelo jornal *Última Hora*, dá destaque à capacidade de mobilização e unidade de classe dos trabalhadores do carvão, condizente com a política editorial do periódico e de seus jornalistas, ligados politicamente ao PCB.

O que analisamos até agora neste capítulo demonstra um forte envolvimento dos mineiros dos dois estados do Sul na política nacional, engajando-se em projeto de nação de viés nacionalista e defendendo a encampação das minas de carvão como um horizonte político para a transformação social.

Neste aspecto, pode-se afirmar que se tratava de um projeto coletivo que tinha raízes nos partidos políticos aos quais estavam ligados, PCB e PTB. Suas lideranças fomentavam a organização operária de bases e se utilizavam da tática do enfrentamento com o patronato, através das greves, como um meio para conseguirem atingir as reivindicações imediatas da categoria. Contudo, também havia um horizonte de expectativa em longo prazo, para a construção de um projeto de país onde os trabalhadores estivessem no comando das minas de carvão. Obviamente que esse projeto de “reformas de base” foi interrompido com o golpe civil-militar de 1964, que pôs fim à utopia da encampação e iniciou um tempo de perseguição política às lideranças sindicais, que passaremos a analisar no próximo capítulo.

---

<sup>708</sup> *Última Hora*, 22 de novembro de 1963.

## 5 O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964, A REPRESSÃO E A RESISTÊNCIA DOS MINEIROS NO SUL DO BRASIL

Em 1 de janeiro de 1964 a edição do jornal *Última Hora* de Porto Alegre estampava em sua primeira capa: “Jango: 64 será o ano das Reformas”. Em seguida, na página 8 da edição, o jornal publicava o discurso do presidente: “A qualquer preço, contra qualquer obstáculo, a Nação será atendida em seus reclamos de desenvolvimento e justiça social”. A principal preocupação de João Goulart, o Jango, segundo a matéria, era controlar a inflação, “inimiga do trabalhador”, e o pagamento da dívida externa, que somaria no ano seguinte US\$ 350 milhões e que estrangularia as finanças do governo. Este era, segundo o presidente, um problema “de todos os povos que neste momento se esforçam para superar a miséria e o subdesenvolvimento”<sup>709</sup>.

Contudo, as pretendidas reformas democratizantes do governo nacionalista não se concretizaram, pois, o golpe já estava em marcha. O golpe civil-militar que pôs fim ao regime democraticamente eleito em 31 de março de 1964 e instaurou uma era de repressão e violência na sociedade brasileira foi um golpe, sobretudo contra os trabalhadores, o que se evidencia pela forte repressão realizada aos sindicatos, dirigentes sindicais, trabalhadores logo após o golpe. Da noite para o dia, centenas de sindicatos sofreram algum tipo de intervenção sob o novo regime e a maioria de seus dirigentes foi presa ou exilada<sup>710</sup>.

Recentemente alguns trabalhos têm pesquisado e refletido sobre os impactos da repressão promovida pelas ditaduras militares tiveram na atuação dos sindicatos e do movimento operário nos países do Cone Sul de forma mais aprofundada e sistemática. Tal aprofundamento se deu, entre outros fatores, pela conclusão do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2014<sup>711</sup>.

Um dos fatores elencados pelo relatório, produzido pelo Grupo de Trabalho n. 13 sobre *Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical*, foi que: “Os trabalhadores e seu movimento sindical constituíram o alvo primordial do golpe de Estado de 1964, das ações

---

<sup>709</sup> *Última Hora*, 2 de janeiro de 1963.

<sup>710</sup> Com a consolidação do golpe, o governo militar ordenou a intervenção em 433 entidades sindicais (383 sindicatos, 45 federações e 4 confederações). Cf. MATTOS, Marcelo Badaró. *Op. Cit.*, 2009, p. 101.

<sup>711</sup> A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV teve por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Cf. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. A CNV. **Memórias Reveladas**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>. Acesso em: 10 jan. 2023.

anteriores dos golpistas e da ditadura a seguir imposta”<sup>712</sup>. Nesse sentido, a CNV foi um primeiro passo para dar ênfase à dimensão da “amplitude da rede montada pela repressão para perseguir trabalhadores”<sup>713</sup>.

Embora essa constatação tenha sido feita, ainda são poucas as pesquisas empíricas a respeito das intervenções realizadas pelos órgãos de repressão nos principais sindicatos de todo o país, processo iniciado logo após a queda de João Goulart<sup>714</sup>. Mesmo com essa retomada dos estudos sobre a repressão aos trabalhadores no período ditatorial, faltam mais estudos de caso, que analisem os fatos e elucidem as narrativas dos “de baixo” que viveram este período. Portanto, muito mais pode ser feito nesse sentido.

Utilizaremos o conceito de golpe civil-militar e ditadura civil-militar para enfatizar que foi um movimento dirigido por militares com a participação de setores civis (empresários nacionais e estrangeiros, latifundiários, alta hierarquia da Igreja Católica) no processo que destituiu um regime democraticamente eleito e instaurou uma ditadura que perseguiu, reprimiu e torturou trabalhadores e dirigentes sindicais. Existe um longo debate na historiografia brasileira sobre quais foram os agentes desencadeadores do golpe e as terminologias utilizadas em torno do conceito<sup>715</sup>, porém, esse fato não retira a substancialidade de que empresas nacionais e estrangeiras<sup>716</sup> patrocinaram e apoiaram o golpe, inclusive, como será visto, nas regiões carboníferas de São Jerônimo e Criciúma.

Desse modo, o ataque central do golpe civil-militar de 1964 foi contra os trabalhadores e seus instrumentos de organização de classe. O golpe abriu caminho, desde o início, para que

---

<sup>712</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**: textos temáticos. Brasília, DF: Comissão Nacional da Verdade, 2014. v. 2, p. 56.

<sup>713</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Documentos mostram amplitude da rede montada pela repressão para perseguir trabalhadores. **Memórias Reveladas**. Brasília, DF, 3 set. 2013. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/outros-destaques/322-documentos-mostram-amplitude-da-rede-montada-pela-repressao-para-perseguir-trabalhadores.html>. Acesso em: 25 nov. 2019.

<sup>714</sup> Cf. CORRÊA, Larissa Rosa. Os “inimigos da pátria”: repressão e luta dos trabalhadores do Sindicato dos Químicos de São Paulo (1964-1979). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 67, p. 13-37, 2014.

<sup>715</sup> Sobre as terminologias utilizadas na historiografia, cf. FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, 2017.

<sup>716</sup> Segundo Netto: “O golpe não foi puramente um golpe militar, à moda de tantas quarteladas latino-americanas [...] — foi um golpe civil-militar e o regime dele derivado, com a instrumentalização das Forças Armadas pelo grande capital e pelo latifúndio, conferiu a solução que, para a crise do capitalismo no Brasil à época, interessava aos maiores empresários e banqueiros, aos latifundiários e às empresas estrangeiras (e seus agentes, ‘gringos’ e brasileiros)”. Cf. NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura militar brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014, p. 74.

uma ditadura se instalasse no país, seguindo os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)<sup>717</sup>.

Uma das organizações entre essa centena de sindicatos perseguidos logo no momento da deflagração do golpe foi o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração do Carvão de Criciúma, a principal entidade de resistência aos golpistas no sul de Santa Catarina. A entidade já havia articulado na região a resistência a anterior tentativa de deposição de Jango na Campanha da Legalidade, em 1961, liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola<sup>718</sup>.

Como fontes para contar essa história, utilizo duas entrevistas de mineiros dirigentes do Sindicato de Criciúma, um Inquérito Policial-Militar escrito por um Coronel do 23º Regimento de Infantaria de Blumenau, que coordenou os interrogatórios dos presos políticos, além de memórias biográficas de pessoas ligadas aos episódios de 1964. No Rio Grande do Sul, o Grupo de Pesquisa da Central Única dos Trabalhadores, ligado ao CNV, produziu um relatório sobre a perseguição aos trabalhadores e ao movimento sindical no estado, inclusive sobre a região carbonífera<sup>719</sup>. Além deste relatório, procuramos por fontes sobre o tema na documentação levantada pela CNV disponível para consulta *online*.

Na primeira parte deste capítulo faremos uma breve introdução para contextualizar o período anterior ao golpe ao nível nacional, a seguir analisaremos como o golpe de 1964 foi implementado nas regiões carboníferas de Criciúma e de São Jerônimo nos aspectos da repressão e da resistência, estabelecendo uma comparação das duas regiões buscando evidenciar essas memórias silenciadas<sup>720</sup>. –

## 5.1 ÀS VÉSPERAS DO GOLPE: OS TRABALHADORES SE MOBILIZAM

---

<sup>717</sup> Sobre o conceito de Doutrina de Segurança Nacional, cf. PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos *et al.* (org.). **Ditadura e Democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro, FGV, 2008. p. 143-178.

<sup>718</sup> LEMOS, Gustavo Perez. *Op. Cit.*, p. 113.

<sup>719</sup> DIENSTMANN, Gabriel. **Relatório parcial sobre a perseguição aos trabalhadores(as) e ao movimento sindical no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Central Única dos Trabalhadores – Rio Grande do Sul, 2014a; DIENSTMANN, Gabriel. **A perseguição aos trabalhadores(as) e ao movimento sindical no Rio Grande do Sul 1964-1985**. Porto Alegre: Central Única dos Trabalhadores – Rio Grande do Sul, 2014b.

<sup>720</sup> Este conceito faz referência à análise de Michael Pollack, ao questionar não só sobre as memórias vivas, mas também sobre aquelas aparentemente esquecidas ou soterradas na história, e analisar os motivos pelas quais essas memórias foram silenciadas. O autor chamou-as de “memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem a “memória oficial”. Para o autor há uma oposição e constante disputa entre as memórias dos dominados, subterrâneas, e a memória oficial, produzida pelos grupos dominantes. Cf. POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

Quando se fala em golpe, uma das imagens que se vem à cabeça é de uma rebelião nos quartéis, cerco ao poder constitucional, derrubada do presidente eleito, resistência da sociedade, entre outros fatores. Certamente, esses pontos são importantes na análise do golpe de 1964, porém insuficientes. A crise institucional na qual entrara o país estava desde o episódio da Crise da Legalidade, que instituiu o parlamentarismo no país, não foi resolvida com a mudança do sistema de governo. Ao contrário, aprofundara-se. Afinal, o parlamentarismo dava forças ao Legislativo, mas deixava o Executivo sem espaço para governar, limitando a sua atuação porque o governo tinha que ter a maioria na Câmara Federal para governar.

Em relação à economia, Jango herdou vários problemas dos governos anteriores, especialmente do Plano de Metas do governo de JK, que pretendia modernizar a economia brasileira a partir de fortes investimentos, especialmente do estrangeiro. Embora tenha logrado um aumento extraordinário da produção industrial, o plano teve como consequência um rápido aumento da inflação (que passou de 26,3% em 1960 para 54,8% em 1962), o descontrole dos gastos públicos, e o aumento do endividamento externo, entre outros problemas econômicos, o que tornavam difícil a situação do país.

Para reverter a situação, no início de 1963 Jango apresentou o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado pelo economista Celso Furtado. As medidas econômicas tinham por objetivo controlar a inflação e manter a taxa de crescimento industrial, visando a superação da crise econômica e uma posterior distribuição de renda por meio de reformas<sup>721</sup>. Além disso, o plano se articulava com a proposta das chamadas Reformas de Base, que constituía em um amplo e complexo plano de reformas estruturais democratizantes para o país. Entre elas estavam as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária<sup>722</sup>. Segundo Loureiro, embora tenha sido apresentado “como um projeto heterodoxo, por propor uma conciliação entre crescimento econômico e controle inflacionário, o Plano Trienal foi aplicado, na verdade, como um programa de estabilização econômica”<sup>723</sup>.

Desde o começo, o movimento sindical, por meio do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) mostrou-se crítico ao Plano, pelo fato de que várias medidas de curto

---

<sup>721</sup> MOREIRA, Cássio Silva. **O projeto de nação do governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)**. 2011. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 264.

<sup>722</sup> Cf. MENANDRO, Heloísa. *Op. Cit.*

<sup>723</sup> LOUREIRO, Felipe Pereira. Uma difícil conciliação: empresários e trabalhadores no contexto do plano trienal. **História Econômica & História de Empresas**, [Online], v. 8, n. 2, 2010, p. 110.

prazo impactavam nos salários dos trabalhadores, provocando um arrocho salarial e a diminuição do poder de compra da classe trabalhadora. Entretanto, as Reformas de Base receberam apoio, pelo fato de estarem conectadas com as propostas nacionalistas do movimento sindical. O carro-chefe dessas reformas era a agrária, que visava eliminar os conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade de milhões de trabalhadores rurais.

Os conflitos no campo entre latifundiários e trabalhadores rurais se acentuavam, com desapropriações de terras e mortes provocadas pelos proprietários. As Ligas Camponesas eram instrumentos de mobilização dos trabalhadores do campo, concentradas na região Nordeste do país, que reivindicavam a Reforma Agrária, com a desapropriação de terras improdutivas superiores a 500 hectares sem pagamento de indenização aos proprietários de terras<sup>724</sup>. Estes não aceitavam a proposta, pois quando discutiam a possibilidade da reforma agrária, era com o pagamento do valor em espécie pelo governo, que não possuía dinheiro em caixa para resolver a situação.

Porém, um avanço importante para os camponeses se deu em março de 1963, quando Jango sancionou a lei do Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo a carteira profissional para o trabalhador do campo, incluindo-o no rol dos direitos trabalhistas criados desde a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943, com direitos como o salário mínimo, o repouso semanal e as férias remuneradas<sup>725</sup>. Tais direitos sociais e trabalhistas não agradaram muito os latifundiários e fazendeiros, acostumados a tratar os trabalhadores do com uma mentalidade dos tempos da escravidão.

Nas cidades, cada vez maiores e populosas, os trabalhadores se organizavam por meio de sindicatos e do CGT, entidade criada em 1962 para unificar e coordenar as lutas sindicais, que os ajudou a conquistar aumentos salariais diante do aumento do custo de vida (de 51,6% em 1962 para 79,9% em 1964)<sup>726</sup>.

O CGT mobilizava-se com pautas como: o aumento de 100% do salário mínimo, a aplicação efetiva do já instituído salário-família, o direito de greve, sem as restrições legais e práticas em curso, a redução do custo de vida, as lutas camponesas e o pagamento do 13º salário<sup>727</sup>. Segundo Delgado, o CGT se formou nessa conjuntura de crescimento das lutas

---

<sup>724</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa. Op. Cit., p. 439.

<sup>725</sup> FAUSTO, Bóris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2011, p. 24

<sup>726</sup> *Idem*.

<sup>727</sup> Cf. CUNHA, Rosa Maria Cardoso da. **A luta dos trabalhadores por verdade, reparação e justiça**: Relatório do Grupo de Trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores, às Trabalhadoras e ao Movimento Sindical. São Paulo: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, 2015.

sindicais, “acabando inclusive por liderá-las no período imediatamente anterior ao golpe de abril de 1964”<sup>728</sup>.

À esquerda do governo, petebistas como Leonel Brizola, à época governador do Rio Grande do Sul, eram mais incisivos no enfrentamento ao imperialismo e o capital estrangeiro no país. O governo do Rio Grande do Sul havia nacionalizado em 1959 a Companhia de Energia Elétrica (CEE), filial da multinacional americana Bond & Share, após várias tentativas de acordo para extensão da rede de energia. Como já mencionado, Brizola já havia organizado, em 1961, a resistência pela Legalidade, também chamada de “Campanha pela Legalidade”, conclamando apoio do povo para resistir ao golpe, mobilizando as tropas da Brigada Militar e transferindo a Rádio Guaíba para os porões do Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, de onde transmitiu a Rádio da Legalidade com informações e notícias em defesa da posse de Jango.

A intenção do governador em organizar a população em defesa da Legalidade surtiu efeito, e contou com o apoio do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul. A saída para os militares e para o Congresso foi negociar e dar posse a Goulart com poderes limitados, aprovando o presidente num regime misto, parlamentarista.

Em janeiro de 1963, milhões de brasileiros foram às urnas para votar se preferiam o sistema parlamentarista ou presidencialista, tendo este último ganhado com ampla maioria dos votos e restaurando os poderes ao chefe do executivo, Goulart.

As tensões internacionais, marcadas pelo período da Guerra Fria, quando a disputa dos blocos capitalista e comunista pelas zonas de influência no mundo, em especial a América Latina, também influenciaram para a instabilidade do governo de Jango. O medo que a ascensão dos trabalhadores representava para os setores conservadores e reacionários era alimentada pelo estigma da Guerra Fria, de um suposto “plano comunista” para tomar o poder, muito presente nas Doutrinas de Segurança Nacional (DSN). Tais doutrinas eram influenciadas pelos Estados Unidos com o objetivo de impedir que uma “nova Cuba” ocorresse na América. Ademais, se intensificaram após a eclosão da Revolução Cubana (1959), quando as nacionalizações de grandes multinacionais norte-americanas, como a United Fruit Company, afetaram diretamente os lucros da burguesia imperialista.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), criada pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, difundiu-se pelo continente como uma ideologia de combate ao suposto “inimigo interno”, causador dos distúrbios e da desordem nacional. Para os defensores da DSN, a

---

<sup>728</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro, Vozes, 1986, p. 201.

prioridade seria a manutenção da unidade nacional e a conservação da ordem. Segundo Padrós, “é por isso que o elemento desestabilizador, contrário à unidade nacional da DSN, é considerado ‘subversivo’, inimigo e, na semântica da doutrina, como o estranho que não pertence e não tem direito de pertencer à nação”<sup>729</sup>.

Para uma parte da ala militar, o governo de Goulart caminhava para o comunismo, influenciados por essa DSN, que formava as cabeças de oficiais militares na Escola das Américas. Nesse meio, crescia a conspiração contra Jango, fortalecida pelos partidários de uma “intervenção defensiva” contra o que consideravam “excessos” do governo, como a aprovação da Lei de limitação da remessa de lucros para o exterior – que limitava o envio anual das empresas estrangeiras para o exterior, a título de lucro no máximo 10% do capital trazido para o Brasil como investimento -, regulamentada no início de 1964. A partir daí, a oposição a Goulart passa a conjugar militares, empresariado nacional, capital internacional, deputados e senadores e setores da classe média<sup>730</sup>.

As últimas medidas anunciadas por Jango no comício de 13 de março de 1964, de desapropriação das refinarias de petróleo que ainda não estavam nas mãos da Petrobrás e o decreto de desapropriação de propriedades subutilizadas para a Reforma Agrária, desagradaram os setores conservadores da sociedade e os Estados Unidos, que viam nas medidas uma aproximação do governo como socialismo, a exemplo da Revolução Cubana.

As articulações do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincon Gordon, eram claramente favoráveis a deposição de Jango, utilizando-se de todas as prerrogativas para a desestabilização do regime, com intensa propaganda midiática contra o governo e articulando, nos bastidores, vários generais para uma derrubada do regime democrático. Fico, em seu livro *O grande irmão* (2008), demonstrou como o embaixador estadunidense Lincon Gordon conseguiu convencer o Departamento de Estado de que Goulart planejava um golpe para se manter no poder, e, depois, seria “dominado pelos comunistas em função dos acordos que seria obrigado a fazer com a extrema esquerda”<sup>731</sup>. Como resultado dessas articulações feitas por de baixo dos panos, os Estados Unidos prestaram o apoio logístico (combustíveis, comida, armas, munição) e militar com porta-aviões, porta-helicópteros, e outros tantos armamentos no que ficou conhecido como *Operação Brother Sam*<sup>732</sup>.

Entretanto, tal operação militar não chegou a ser utilizada. No dia 31 de março de

---

<sup>729</sup> PADRÓS, Enrique Serra. *Op. Cit.* p. 144.

<sup>730</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Op. Cit.*, 1986, p. 199.

<sup>731</sup> FICO, Carlos. **O grande irmão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 90.

<sup>732</sup> *Idem*.

1964, o General Mourão Filho mobilizou as tropas do Exército de Minas Gerais e deslocou-se em direção ao Rio de Janeiro. As tropas do II Exército, sob o comando do general Amaury Kruel, que se deslocavam de São Paulo ao Rio de Janeiro, encontraram-se com as tropas de Minas. Às 23 horas do dia 31 de março, o CGT determinava greve geral no país.

No Rio de Janeiro, onde o CGT consegue maior expressão, as categorias dos ferroviários, têxteis, portuários, metalúrgicos e bancários paralisaram<sup>733</sup>. Em outras regiões do país também houve adesão ao chamado, como em São Paulo, onde o Sindicato dos Químicos era considerado dos mais combativos<sup>734</sup>. No sul de Santa Catarina, a tensão entre o movimento pela legalidade e democracia e as forças golpistas chegou ao extremo de quase irem ao confronto armado, conforme veremos a seguir.

## 5.2 O GOLPE EM CRICIÚMA

“Criciúma foi a cidade que resistiu ao Golpe até a última hora”<sup>735</sup>. Com esta frase, Jorge Feliciano, então presidente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, definiu a resistência da cidade ao golpe de 1964<sup>736</sup>. Obviamente que a afirmação expressa a defesa de um passado heroico pelo militante sindical comunista, que viveu na pele a repressão dos anos de chumbo. Em sua entrevista, em 1992, Jorge, então com 63 anos, rememorou sua experiência:

No golpe de 64, eu era o presidente do Sindicato dos Mineiros, tinha sido eleito e fui empossado em novembro de 1963. Cheguei aqui dia 27 de março, estava no Rio e participei do comício do dia 13 de março do Jango, na Central do Brasil. Estava empolgado<sup>737</sup>.

Esse envolvimento do dirigente com as mobilizações nacionais evidencia as importantes conexões do movimento sindical no período.

A empolgação de Feliciano, entretanto, não duraria muito tempo. Conforme relatou, no dia 19 de março, “a direita fez a marcha da família com Deus pela liberdade em São Paulo. Foi

<sup>733</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Op. Cit.*, 1986, p. 201.

<sup>734</sup> Cf. CORRÊA, Larissa Rosa. *Op. Cit.*, 2014..

<sup>735</sup> FELICIANO, João Jorge. **Entrevista cedida em 20 de outubro de 1992**. Entrevistadora: Janete Trichês. Criciúma: Acervo de História Oral do Cedoc/Unesc, 1992.

<sup>736</sup> Como fontes, serão utilizadas duas entrevistas de mineiros dirigentes do Sindicato durante o golpe, um Inquérito Militar escrito por um Coronel do 23º Regimento de Infantaria de Blumenau, que coordenou os interrogatórios dos presos políticos, além de memórias biográficas de pessoas ligadas aos episódios de 1964. Essas entrevistas foram realizadas pela pesquisadora Janete Trichês no ano de 1992 para sua dissertação de mestrado em Ciência Política pela UnB, estão arquivadas no Centro de Memória e Documentação da UNESC.

<sup>737</sup> FELICIANO, João Jorge. *Op. Cit.*

avaliado com o dobro de gente. Senti, percebi que o Jango ia cair”<sup>738</sup>. Sua narrativa, rememorada 28 anos após o golpe, pode ser compreendida diante das contradições que a esquerda vivia nos anos 1960. Se por um lado, suas memórias dão ênfase ao papel do movimento sindical em apoiar o governo Jango em suas medidas progressistas, por outro, salientam sua avaliação política de que haveria um golpe de Estado e que estaria se preparando para a resistência.

No dia 31 de março de 1964, Feliciano lembrou estar “escutando a rádio, quando o Mourão Filho se levantou contra Jango. Era 11 horas da noite. Escutei a ordem do CGT determinando a greve geral no país”<sup>739</sup>. Esta é outra evidência: a importância que o CGT teve para a articulação das lutas sociais no período imediatamente anterior ao golpe.

Segundo o entrevistado, após tomarem ciência do avanço das forças golpistas, o Sindicato dos Mineiros de Criciúma se reuniu às 2 horas da madrugada do dia 1 de abril, e decidiu pela paralisação de todas as minas de carvão: “Analisamos o quadro, caímos na rua, em todas as minas, para deflagrar a greve. Aí foi sem assembleia, foi uma ordem do sindicato. As minas, dia 1º de abril, amanheceram todas paradas”<sup>740</sup>. Às quatro horas da madrugada, ele e os demais dirigentes do sindicato percorreram os locais de trabalho, antes da troca de turno dos mineiros, ordenando a paralisação. O dia 1º amanheceu com todas as minas paralisadas. Conforme o relato do dirigente, o sindicato conseguiu reunir na praça Nereu Ramos (no centro da cidade) cerca de seis mil pessoas, entre mineiros da ativa e aposentados<sup>741</sup>.

Um dos meios de comunicação utilizados para a agitação operária era a Rádio Difusora de Criciúma. Foi através da Rádio que Feliciano e seus companheiros do sindicato conseguiram reunir os trabalhadores e organizar a resistência. Segundo o jornalista David Coimbra: “Petebistas e comunistas ocupavam desde as três horas da madrugada os microfones da Rádio Difusora, autointitulada ‘rádio do trabalhador’. A rádio era propriedade do presidente do PTB, Vânio Faraco. A intenção era reprisar o feito de Brizola três anos antes”<sup>742</sup>. Essa mesma versão é confirmada pelas memórias de Cyro Manoel Pacheco, diretor do Sindicato dos Mineiros à época:

No golpe de 64, o Sindicato de Criciúma era um sindicato atuante. Isso conhecido a nível de Brasil. [...] Então deram o golpe e nós fizemos a greve geral [...]. Quando se

---

<sup>738</sup> *Idem.*

<sup>739</sup> *Idem.*

<sup>740</sup> *Idem.*

<sup>741</sup> *Idem.*

<sup>742</sup> COIMBRA, David. *Op. Cit.*, p. 66.

deu o golpe nós paramos. Enquanto o Sindicato tinha voz ainda, a Rádio Difusora tava no ar, nós paramos. Ficou tudo parado<sup>743</sup>.

A parte seguinte do relato de Feliciano enaltece ainda mais seus feitos para impedir o golpe na cidade de Criciúma:

A cidade estava sob nosso controle. Até o dia 2 de abril fui pressionado, a política rondando o sindicato. É que na assembleia eu havia dito que nós tínhamos armas. E aí foi um Deus nos acuda porque todo mundo queria arma. Eu dizia que não estava na hora. Eu disse que tínhamos arma porque se a polícia descobre que não tínhamos, ela invadia o sindicato. [...]. Tive que blefar obrigado, para manter o movimento de pé. Nossa esperança era que o exército de Porto Alegre chegasse, repetindo o episódio de 61. Por isso aguardávamos. Por isso resistimos<sup>744</sup>.

Até o momento, pode-se destacar o aspecto heroico dado pela narrativa dos ex-diretores do sindicato dos mineiros. Com uma riqueza de detalhes, o relato nos leva pensar que, se dependesse dos esforços dos sindicalistas, o golpe não sairia vitorioso naquela região.

Contudo, essa pretendida resistência foi influenciada pela memória da Campanha da Legalidade de 1961. Nas recordações dos trabalhadores que viveram o momento, o Grupo dos Onze é relembrado como tendo sido criado dois anos antes, em resposta a tentativa de golpe de 1961, durante a Campanha da Legalidade. Na narrativa desses militantes, a criação do grupo em Santa Catarina foi iniciativa dos próprios trabalhistas e dos comunistas, quando escolheram as lideranças de cada bairro do município para formar um grupo para formação e debate político, conforme rememorou Jorge Feliciano em entrevista de 1992:

Formamos o Grupo dos Onze após a posse de Jango e da cadeia da legalidade. Os grupos agiram até o golpe de 1964. As reuniões eram semanais. Discutíamos as reformas de base, educacional, a exploração do Brasil pelo estrangeiro, reforma urbana, reforma agrária, que era o ponto alto das nossas discussões<sup>745</sup>.

Nas memórias do militante comunista, esse grupo fora criado após a posse de Jango, ocorrida em setembro de 1961, quando sabemos que O grupo dos Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas foram formados a partir de outubro de 1963, por meio de chamamentos da rádio da Guanabara, estado pelo qual o idealizador dos grupos, Leonel Brizola, exercia mandato como deputado federal. O objetivo desses grupos, segundo Almeida, “seria de exercer pressão sobre o presidente João Goulart e sobre o Congresso Nacional para a realização

---

<sup>743</sup> PACHECO, Cyro Manoel. **Entrevista cedida em 22 de setembro de 2012**. Entrevistadora: Marli de Oliveira Costa. Criciúma: Acervo de História Oral do Cedoc/Unesc, 2012.

<sup>744</sup> FELICIANO, João Jorge. *Op. Cit.*

<sup>745</sup> *Idem.*

das reformas de base, principalmente a agrária”<sup>746</sup>. Além desse objetivo, segundo Feliciano, esses grupos serviriam como núcleos de resistência a uma nova tentativa golpista.

Essa aparente contradição do relato do militante e dos fatos históricos pode ser analisada, segundo Portelli, como “a atitude do narrador em relação a eventos, à subjetividade, à imaginação e ao desejo, que cada indivíduo investe em sua relação com a história”<sup>747</sup>. No momento de sua entrevista, com 63 anos, Feliciano já havia passado pela prisão por 90 dias logo após o golpe de 64, e onze anos mais tarde, pela tortura do DOI-CODI, em 1975, quando fora preso pela Operação Barriga Verde. Nesse sentido, suas memórias, 28 anos após o evento, destacam os esforços da resistência para impedir o golpe de Estado, e para dar um significado à derrota das esquerdas em 64. É compreensível que para um militante comunista, que passou pela prisão e tortura, o desejo de resistir à ditadura se torne uma parte central de sua narrativa.

Em entrevista realizada por mim em 2020 com Cyro Manoel Pacheco, o entrevistado teceu comentários semelhantes a respeito do Grupo dos Onze:

Foi criado com um objetivo: de garantir a constituição porque na época estava ameaçando de golpe e o Brizola precisava de um apoio popular. Então ele criou o Grupo dos Onze, se reuniam onze pessoas por bairro, tinha o líder e o vice-líder, sem armas sem nada, era organizado para a luta contra a direita fascista que estava se organizando para derrubar o Jango<sup>748</sup>.

O que esses depoimentos relatam é que havia um envolvimento popular em torno do Grupo dos Onze. Segundo Diego Pacheco, que pesquisou a atuação desta organização em Santa Catarina, havia em todo estado “cento e treze pessoas que participaram dos grupos ou foram acusadas de participação. Um dado interessante, percebido já na avaliação prévia desse conjunto de pessoas é o seu perfil profissional. São trabalhadores essencialmente urbanos”<sup>749</sup>.

No entanto, a resistência dos mineiros em repetir os acontecimentos de 1961 foi frustrada. Nem a tentativa dos comunistas de enviarem um mensageiro a Porto Alegre, para tentar articular uma resistência em conjunto com o III Exército, surtiu o efeito esperado. O mensageiro era o já mencionado médico Manif Zacharias, comunista, membro do PCB e

---

<sup>746</sup> ALMEIDA, Marli de. Terrorismo de Estado e os Grupos de Onze Companheiros no Rio Grande do Sul. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 19, n. 3, 2019, p. 478.

<sup>747</sup> PORTELLI, Alessandro. *Op. Cit.*, 1993, p. 41.

<sup>748</sup> PACHECO, Cyro Manoel. *Op. Cit.*, 2020.

<sup>749</sup> PACHECO, Diego. **Ecos da resistência**: os grupos dos onze e os trabalhistas em Santa Catarina (1961-1964). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012, p. 125.

maçom, que fora preso em Criciúma alguns dias depois do golpe. Segundo as memórias do próprio médico:

Rumamos a Porto Alegre, de carro, ao anoitecer, eu, o Jacó Victor Cruz, e mais duas pessoas de quem já não consigo me lembrar, com a finalidade de nos pormos em contato com o comando do 3º Exército, ainda solidário ao Presidente João Goulart, e dele receber instruções sobre como organizar uma resistência que eventualmente se pretendesse estabelecer no sul do Estado<sup>750</sup>.

No entanto, a tentativa de rearticulação da resistência não obteve sucesso, e o Grupo dos Onze foi desmantelado. O Presidente João Goulart já havia abandonado Brasília em direção à capital gaúcha. A História não se repete da mesma maneira, nem sequer os mesmos episódios. Na noite de 1º de abril, o presidente do Senado declarou vago o cargo de presidente do Brasil, o golpe estava consumado<sup>751</sup>.

A notícia da deposição de Jango, contudo, aparentemente não intimidou de imediato os mineiros e seus dirigentes em Criciúma. Os militares, entrincheirados a 40 km de Criciúma, no município de Jaguaruna, temiam uma intervenção armada do sindicato, pois tinham a informação de que os mineiros estavam armados. Segundo Jorge Feliciano, esta foi uma tática utilizada para ganhar tempo e ludibriar a polícia. Segundo narrou:

A polícia achava que nós tínhamos armas, mas nós não tínhamos. É que na assembleia eu havia dito que nós tínhamos armas. E aí foi um deus nos acuda porque todo mundo queria arma. Eu dizia que não estava na hora. Foi uma obra pra segurar o pessoal. Eu disse que tínhamos armas porque se a polícia descobrisse que nós não tínhamos – e dentro da assembleia sempre tinha um policial infiltrado - ela invadia o sindicato. Dez policiais nos colocariam pra correr. Tive que blefar, fui obrigado. Para manter o movimento de pé. Nossa esperança era que o exército de Porto Alegre chegasse, repetindo o episódio de 1961. Por isso aguardávamos, por isso resistimos, os trabalhadores ficavam no sindicato, em frente a Rádio Difusora, na praça<sup>752</sup>.

A alegada tática do sindicato para intimidar a polícia e o exército e impedir uma intervenção armada teria dado certo, mesmo que por pouco tempo. No dia 1º de abril a polícia não interveio, seguindo as falsas pistas de Feliciano e seus companheiros do sindicato<sup>753</sup>. No dia 2, Jorge Feliciano volta a atacar na Rádio Difusora, insistindo para que os mineiros

---

<sup>750</sup> ZACHARIAS, Manif. *Op. Cit.*, p. 87.

<sup>751</sup> FAUSTO, Bóris. *Op. Cit.*, p. 255.

<sup>752</sup> FELICIANO, Jorge João. *Op. Cit.*

<sup>753</sup> ZANELATTO, João Henrique; TRICHÊS, Janete; CAROLA, Carlos Renato. Do golpe militar à instalação do 28º Grupo de Artilharia de Campanha (GAC): a ditadura civil-militar na capital nacional do carvão (1964-1977). *Antíteses*, v. 1, n. 17, 2016, p. 206.

continuassem a paralisação e a resistissem<sup>754</sup>. Entretanto, não havia mais como manter aquela situação, e a iminência de um conflito com o exército, que estava cada vez mais próximo de Criciúma, parecia ser inevitável.

Segundo Coimbra, um amigo de Feliciano, o médico Raimundo Peres teria mandado buscá-lo para dar a notícia de que a polícia iria prendê-lo. Peres mandou o dirigente fugir. Feliciano fugiu em companhia de Raimundo Verdieri, outro líder dos mineiros, no carro do médico, até um município vizinho, Nova Veneza. Lá, se esconderam na casa de um mineiro aposentado<sup>755</sup>. Alguns dias depois, Feliciano se entregou ao Exército, deixando em casa sua esposa com 9 filhos e grávida de sete meses do décimo<sup>756</sup>.

Não foi só Jorge Feliciano que fora preso em Criciúma após o golpe. A repressão se concentrou, sobretudo, nos locais de resistência dos trabalhadores: o sindicato, posto sob intervenção, com a maioria da sua diretoria presa; a Rádio Difusora de propriedade de Addo Vânio de Aquino Faraco (PTB), centro de agitação e propaganda dos operários, foi fechada; e políticos e demais profissionais liberais vinculados à sigla do PTB ou do PCB também foram presos, como o presidente do PTB na cidade, Addo Faraco, dois vereadores, José Martinho Luíz e Abílio dos Santos, e o médico Manif Zacharias, membro do PCB local.

Segundo Volpato, a diretoria do sindicato dos mineiros foi destituída em 10 de abril “e presa com mais outros 40 militantes, sob a acusação de práticas subversivas e de serem simpatizantes ou filiados ao Partido Comunista”<sup>757</sup>. Para Feliciano, foram ao todo 44 presos, sendo 15 filiados ao Partido Comunista e o restante filiado ao PTB”<sup>758</sup>. Em termos de comparação, em São Paulo, segundo Corrêa, o importante Sindicato dos Químicos teve toda sua diretoria cassada, também sob a acusação de “conspiração contra a Constituição, pela derrubada do governo e pela tomada deste pelos asseclas de Moscou e Pequim”<sup>759</sup>.

Em Criciúma, os presos políticos ficaram em três lugares distintos. Primeiro, foram levados à Escola Professor Lapagesse, que ficava no centro da cidade, onde permaneceram por cerca de 10 dias; em um segundo momento, foram transferidos para a sede do Plano do Carvão Nacional, situado à Rua Coronel Pedro Benedet, também no centro urbano; um terceiro grupo,

---

<sup>754</sup> COIMBRA, David. *Op. Cit.*, p. 67.

<sup>755</sup> *Idem.*

<sup>756</sup> *Ibidem*, p. 71.

<sup>757</sup> VOLPATO, Terezinha. *Op. Cit.*, 2001, p. 169.

<sup>758</sup> FELICIANO, João Jorge. *Op. Cit.*, p. 10.

<sup>759</sup> CORRÊA, Larissa Rosa. *Op. Cit.*, 2014, p. 16.

foi levado para outros municípios, como as instalações da Marinha e do Exército em Florianópolis e na polícia militar de Curitiba<sup>760</sup>.

Além dos presos políticos, cerca de 1.500 pessoas da região carbonífera foram chamadas a prestar depoimento sobre seus envolvimento com atividades consideradas subversivas. Segundo lembra Feliciano, “essas pessoas foram convocadas e ficaram no Campo do Comerciarío Esporte Clube, atual Criciúma Esporte Clube”<sup>761</sup>.

Esse tipo de acontecimento não é estranho no contexto histórico vivenciado pelos países da América Latina entre as décadas de 1960 e 1980. De acordo com Fernandes, o principal foco de disseminação da DSN foram as instituições militares, que enviaram seus oficiais para a Escola das Américas, visando assimilarem os preceitos e o treinamento consoante a doutrina<sup>762</sup>.

Para os militares, Criciúma era um foco de agitação e propaganda do comunismo que deveria ser desmantelado. Identifica-se essa leitura geopolítica nos documentos elaborados pelos militares de alta patente das Forças Armadas treinados pelos preceitos da DSN. Em Santa Catarina, durante esse período, o Coronel Newton Machado Vieira, do 23º Regimento de Infantaria de Blumenau, foi enviado para Criciúma em abril de 1964, para coordenar os interrogatórios dos presos políticos. Elaborou um Inquérito Ofício n. 70C/1964, que ao longo de suas setenta e duas páginas, revela a percepção de um oficial de alta patente militar, sobre a atuação dos considerados “subversivos” de Criciúma e da região carbonífera.

A Zona carbonífera de Criciúma e municípios vizinhos é muito propícia à **infiltração comunista**, ou pelo menos às agitações, dadas as condições de vida daqueles que aqui labutam. Não só o trabalho de mineração, ocupação dominante na região, é árduo e desgasta prematura e fisicamente o homem, como tem havido uma certa incompreensão dos mineradores, que não tem procurado dar um melhor ambiente de vida extratrabalho aos seus operários e famílias<sup>763</sup>.

O objetivo do relatório era identificar por que os comunistas conseguiram formar um polo de resistência nesta cidade. Como não foi possível esconder as péssimas condições de trabalho da mineração, o Coronel acaba relatando a situação e como os empresários agiam visando somente seus interesses no negócio. E também como se achava o trabalhador após sua jornada exaustiva de trabalho:

---

<sup>760</sup> ZANELATTO, João Henrique; TRICHÊS, Janete; CAROLA, Carlos Renato. *Op. Cit.*, p. 209.

<sup>761</sup> FELICIANO, João Jorge. *Op. Cit.*

<sup>762</sup> FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil. *Antíteses*, v. 2, n. 4, 2009, p. 836.

<sup>763</sup> VIEIRA, Newton Machado. *Op. Cit.* Grifos meus.

Quem já percorreu uma mina e lá viu aqueles homens trabalhando bem poderá aquilatar o estado de ânimo daqueles trabalhadores, principalmente se levarmos em conta que este trabalho se desenvolve por anos a fio. Saído de horas de trabalho penoso, aquele homem, ao voltar à luz do dia, deveria encontrar somente motivos para despreocupações, mas isto não é o que comumente acontece. Aqueles homens e suas famílias habitam em barracões de madeira e até o ar que respiram traz carvão em suspensão. O chão que pisam é negro, como negro parece-lhes também seu destino<sup>764</sup>.

As palavras do Coronel no início do seu Inquérito, antes de condenar, parece que estão absolvendo os mineiros da região carbonífera de Criciúma, devido a suas péssimas condições de vida. Contudo, algumas páginas adiante, começam a ficar claras suas intenções em justificar as condições sociais “propícias à infiltração comunista”, quando aponta os líderes dos mineiros:

Como principais figuras de políticos que se aproveitaram deste estado de coisas temos a destacar Armindo Marcílio Doutel de Andrade e Addo Vânio de Aquino Faraco, pois estes dois, inclusive, são sócios da ZYT-52 – Rádio Difusora de Criciúma, um dos principais focos de agitação, pois, nos últimos acontecimentos, foi daí que se tentou comandar um movimento de rebeldia à revolução vitoriosa. Paralelo a esta rádio como foco permanente de agitação tínhamos o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Carvão de Criciúma, desde 1957 entregue às mãos **do advogado e perigoso comunista dr. Aldo Pedro Dietrich**, ora foragido, [...] aquele que comandava todas as suas ações, sendo as diretorias eleitas mero instrumento de ação nas mãos **daquele vermelho**<sup>765</sup>.

Nota-se no discurso do Coronel o ataque a dois setores do movimento operário, concentrando-se nos partidos políticos e seus locais de atuação: Armindo Marcílio Doutel de Andrade<sup>766</sup>, presidente do PTB no Estado, com fortes ligações com Leonel Brizola e João Goulart; Addo Vânio de Aquino Faraco, também dirigente petebista; e, principalmente Aldo Dietrich, dirigente do PCB em Santa Catarina, chamado pelo Coronel de “perigoso comunista” e “vermelho”, acusado de comandar todas as ações das diretorias do Sindicato dos Mineiros. Obviamente percebe-se um exagero cometido pelo Coronel, ao afirmar que todas diretorias do Sindicato dos mineiros eram apenas um “instrumento”, como algo facilmente manipulável, nas mãos de Dietrich.

Além desses acusados, aparece também no inquérito o presidente do sindicato, já comentado Jorge Feliciano, que permaneceu preso por 97 dias. Segundo as recordações deste

---

<sup>764</sup> *Idem.*

<sup>765</sup> *Idem.*

<sup>766</sup> Nascido no Rio de Janeiro, Doutel era o braço direito do líder trabalhista João Goulart e possuía fortes ligações com o ex-governador do Rio Grande do Sul e representante maior do trabalhismo radical, Leonel de Moura Brizola. Doutel de Andrade chegou à vice-governança do estado de Santa Catarina e sua proximidade com o Poder Executivo estadual, suas ligações às bases do PTB e, conseqüentemente, seus laços com os comunistas catarinenses, fazem dele um importante protagonista para a compreensão dessas relações políticas.

último, os presos políticos foram interrogados sobre seu passado de envolvimento com o comunismo:

[...] queriam saber se éramos comunistas. Porque tínhamos feito a greve. Porque tínhamos o apoio do Jango, em 1964. Porque não tínhamos participado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Disse que a liberdade pretendida era dos poderosos, não da classe trabalhadora<sup>767</sup>.

Ao ser questionado sobre se houve tortura em 64, o entrevistado respondeu: “houve tortura psicológica, não física. Com exceção”<sup>768</sup>. Segundo Feliciano, após ficar esse período preso, ele e os demais foram soltos, pois a Constituição de 1946 proibia a prisão por mais de 80 dias sem culpa formada, e, uma ordem do Presidente Castelo Branco teria determinado a soltura, embora não encontramos essa informação em outras fontes. Segundo o entrevistado, os processos foram enviados para a 5ª Região Militar, com sede em Curitiba. Os sindicalistas passaram a responder ao processo em liberdade, mas tinham que prestar depoimento periodicamente<sup>769</sup>.

A perseguição não parou, pois, os que haviam sido presos não conseguiam emprego em mais nenhuma mineradora da região, visto que para o operário ser admitido precisava de um atestado de “boa conduta”, algo impossível para quem estava respondendo Inquérito Policial Militar por envolvimento com atividades “subversivas”<sup>770</sup>.

Identifica-se essa prática de perseguição e prisão aos opositores como uma política de Terror de Estado, praticada na América Latina entre os anos 1960 e 1980. Essa prática não se resume, de modo algum, na comprovada utilização da tortura ou da censura (embora também fosse praticada), e sim, segundo Padrós, “na compreensão da abrangência, da multiplicidade e da complementação das iniciativas repressivas [...] e que compõem esse quadro opressivo, “cinzento”, resultado da dinâmica de aplicação do terror de Estado”<sup>771</sup>. Esse Terror de Estado torna-se, segundo o autor, abrangente e indiscriminado, pois não há pessoa ou setor da sociedade que não possa ser atingido ou ameaçado pelo regime, independente da sua ideologia, profissão, religião, classe ou idade.

Um cidadão que foi alvo indiscriminado do Terror de Estado foi o médico Manif Zacharias, de quem já comentamos nos capítulos anteriores. Segundo as memórias do médico,

---

<sup>767</sup> FELICIANO, João Jorge. *Op. Cit.*

<sup>768</sup> *Idem.*

<sup>769</sup> *Idem.*

<sup>770</sup> *Idem.*

<sup>771</sup> PADRÓS, Enrique Serra. *Op. Cit.*, p. 144.

ele foi preso após o regresso a Porto Alegre, no centro de Criciúma, à porta do Café São Paulo, por ordem do Delegado Helvídio Velloso Filho, cumprindo determinação do Secretário de Segurança Pública do Estado<sup>772</sup>. Ficou algumas horas presos na Delegacia, e após a visita do Juiz de Direito da Comarca de Criciúma, Francisco May Filho, que “usando de toda energia e fazendo prevalecer sua autoridade de magistrado, conseguiu livrar-me da situação constrangedora em que me encontrava”<sup>773</sup>.

Observa-se que, embora fosse filiado e dirigente do Partidão, Manif também era membro assíduo da Loja Maçônica Presidente Roosevelt, fato que veio pesar para sua liberdade no momento da prisão pelo que relatou em seu livro autobiográfico:

[...] como decorrência, ao ensejo de minha prisão pelos militares que suprimiram pela violência, a ordem constitucional do país, em 1964, mobilizou-se a Maçonaria, fiel a um de seus postulados primaciais, o de amparar e defender qualquer de seus membros, quando atingido por uma desgraça ou quando vítima de injustiça<sup>774</sup>.

Como vinha de uma classe social abastada, médico de profissão em uma época em que o número desse profissional era reduzidíssimo, e membro da maçonaria, esse fator pesou para que o Delegado cedesse à pressão do Juiz e ordenasse a soltura de Manif Zacharias. Realidade diversa dos demais 40 presos, como por exemplo, Feliciano, que era operário, mineiro, sindicalista, comunista, que não teve um advogado ou Juiz que intercedesse pela sua soltura.

Situação semelhante ocorreu na cidade de Magé (RJ), com o médico comunista Irun Sant’Anna, que participara de mobilizações operárias entre as décadas de 1940 e 1960. Segundo Ribeiro, além de sua atuação militante, o médico teve importante influência no processo de “transformação das memórias subterrâneas desse grupo de trabalhadores em expressões públicas, por meio da história oral”<sup>775</sup>. De acordo com o pesquisador, isso se deu pela publicação do seu livro intitulado *Brasil: País sem Futuro?* (1997), “onde abordou diversos temas e dilemas da sociedade brasileira, e detalhou a atuação de lideranças comunistas de Magé em um tópico sobre sua militância, nas considerações finais da obra”<sup>776</sup>.

Em Criciúma, o livro de Manif Zacharias também detalhou a participação dos comunistas (incluindo o autor) nas reivindicações operárias entre 1945 e 1964. Retomando os

---

<sup>772</sup> ZACHARIAS, Manif. *Op. Cit.*, p. 88.

<sup>773</sup> *Idem.*

<sup>774</sup> ZACHARIAS, Manif. *Op. Cit.*, p. 95.

<sup>775</sup> RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. O médico, a fé e os operários: militância comunista entre traumas, interditos e narrativas históricas. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 14, 2022, p. 4.

<sup>776</sup> *Idem.*

acontecimentos em Santa Catarina, no dia seguinte à libertação de Zacharias, o comandante do Exército ordenou novamente a prisão do médico, alegando que a soltura no dia anterior fora arbitrária<sup>777</sup>. Pelas memórias de Zacharias, nessa sua segunda prisão, desta vez por tempo mais longo, acompanharam-lhe cerca de outros 20 presos, trabalhadores das minas ou dirigentes sindicais<sup>778</sup>. No colégio Lapagesse permaneceram incomunicáveis por 15 dias. Com a chegada de um novo contingente militar sob o comando do Coronel Newton Machado Vieira, foram transferidos para o prédio do Plano do Carvão Nacional, ex-sede do Departamento Nacional de Produção Mineral. Por lá ficaram presos entre 45 e 90 dias<sup>779</sup>. Zacharias recorda ter permanecido por 20 dias preso naquele local, mas em virtude de uma precordialgia (dor no peito) foi transferido para o Hospital São José.

Entretanto, a Doutrina de Segurança Nacional possuía seus aliados locais, no “combate ao comunismo” identificado como inimigo interno. Setores da sociedade regional, alinhados com os militares e as forças do golpe, contribuíram para a identificação, denúncia e prisão de todos aqueles que fossem participantes das atividades dos mineiros, do PTB e PCB, ou simples simpatizantes das ideias consideradas “subversivas”.

Um dos “cabeças” local responsável pela entrega para polícia dos militantes e simpatizantes da causa operária foi o padre Stanislau Cizeski, apelidado de “polaco”, pela sua origem étnica. O padre Cizeski foi, segundo relatou Jorge Feliciano, quem comandava, “era o centro de informações, ele que dedava”. Essa briga política e ideológica já era marcada por alguns anos, pois segundo Feliciano, o padre era do PSD, e “sempre que a esquerda montava uma chapa pro sindicato, ele montava outra”.

Esses fatos demonstram que a luta de classes estava escancarada em Criciúma na conjuntura anterior ao golpe de 1964, e que a marcha das forças conservadoras encontrou aliados locais dispostos a levarem às últimas consequências a causa do golpe. O Partido Trabalhista, o PC, o Sindicato dos Mineiros, a Rádio Difusora, o Grupo dos Onze, eram espaços de formação política e atuação da militância identificada com as demandas e projetos da causa operária. Não causa espanto, portanto, que foram locais que sofreram intervenção e detenção pelo novo regime.

As prisões políticas e perseguições aos mineiros fizeram parte de um quadro geral mais amplo, orientadas pela Doutrina de Segurança Nacional, pelo Terror de Estado e pela política

---

<sup>777</sup> ZACHARIAS, Manif. *Op. Cit.*, p. 91.

<sup>778</sup> *Idem.*

<sup>779</sup> ZANELATTO, João Henrique; TRICHÊS, Janete; CAROLA, Carlos Renato. *Op. Cit.*, p. 209.

de contra insurgência desencadeada na América Latina ao longo dos anos 1960 a 1980 para enfrentar e combater o inimigo interno.

Este era formado por um conceito flexível, que poderia abarcar desde os comunistas, os operários, os intelectuais, profissionais liberais, todos que fossem identificados como partícipes ou simpatizantes das ideias de democracia, direitos sociais e humanos, e das causas trabalhistas. Criciúma era um município de intensa participação operária, polo da produção de carvão mineral do país, e, portanto, região estratégica para o novo regime para ser deixado de lado. Foco de repressão e de resistência, a capital do carvão ficou marcada pelo golpe que transformou a cidade, suas relações de trabalho e políticas, que sofreram grande intervenção pelo regime militar instaurado após o golpe.

A seguir vamos comparar com a intervenção militar na região carbonífera do Rio Grande do Sul.

### 5.3 O GOLPE EM SÃO JERÔNIMO

Talvez o exercício mais difícil do ofício para o historiador seja trabalhar com a ausência de fontes. Esta tarefa torna-se ainda mais complexa em um estudo comparado, em que uma das regiões comparadas tenha abundância de fontes. No entanto, tanto no Museu Estadual do Carvão, em Arroio dos Ratos, quanto nos arquivos do Sindicato dos Mineiros de Butiá, não encontramos fontes documentais sobre a intervenção militar na região de São Jerônimo e suas vilas.

Essa constatação também foi feita por Ciocari, que pesquisou sobre o período da ditadura militar nas minas, afirmou que “os documentos escasseiam neste período e a maior parte dos interlocutores, tendo aprendido a conviver com o medo, prefere silenciar sobre suas lembranças”<sup>780</sup>.

Porém, a ausência de fontes também pode ser uma importante pista para a história. A questão do silenciamento do passado é tema do livro do historiador Michel-Rolph Trouillot. Seu título *Silencing the Past and the Production of History* traduz o conteúdo da sua abordagem teórica da história, uma vez que a “produção da história” é um processo de dar menção e de silenciar o passado. A preocupação central do autor ao estudar os eventos da história haitiana e do chamado “descobrimento da América” é demonstrar como eventos passados estão presentes,

---

<sup>780</sup> CIOCCARI, Marta. Narrativas da repressão: trabalhadores do campo e das minas durante o regime militar no Brasil. *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, v. 6, n. 1-2, 2011, p. 26.

ou melhor, como o passado é um passado em movimento, pois está intimamente relacionado com as produções de história no presente.

Essa produção da história, por sua vez, está marcada para o autor pela questão do poder, que atravessa a sua concepção de história. Como o próprio menciona “a história é fruto do poder, o próprio poder não é tão transparente que sua análise se torne supérflua. A marca final do poder pode ser sua invisibilidade”<sup>781</sup>.

Ao pesquisar a história dos revolucionários da independência do Haiti, que organizaram o exército de resistência, o autor verificou que a história do coronel Sans Souci havia sido silenciada pela historiografia oficial. Isso porque o nome Sans Souci se referia a “três faces” na história: o homem coronel do exército que conquistou a independência e que se rebelou quando os generais haviam passado para o lado dos franceses; o palácio de Potsdam na Alemanha, nome dado por Frederico, o Grande; e o palácio construído por Christophe, general negro do Haiti.

O autor faz uma crítica à historiografia local, pois quase nenhuma obra sobre o palácio erguido pelo general Christophe faz menção ao nome se referir ao coronel Sans Souci, morto pelo primeiro. É através do entrecruzamento dessas histórias que o autor se refere a produção de narrativas específicas, atravessadas pelo poder, que pode dizer ou silenciar determinadas narrativas. Conforme escreve magistralmente: “Com suas várias camadas de silêncios, as três faces de Sans Souci fornecem inúmeros pontos para examinar os meios e o processo de produção histórica”<sup>782</sup>.

Nesse sentido, a reflexão de Trouillot despertou algumas considerações a respeito do processo de silenciamento das fontes sobre o golpe na região carbonífera do Rio Grande do Sul. Em um primeiro momento, observa-se no início do ano de 1964 uma intensa participação do movimento sindical do Rio Grande do Sul, inclusive os mineiros, na vida política nacional. Conforme veremos, os mineiros de Butiá fizeram uma greve dia 18 de março de 1964 exigindo o pagamento dos salários atrasados além de outras importantes reivindicações, duas semanas antes do golpe. Em consonância com as pesquisas de Delgado sobre o movimento sindical no período: “as lutas sindicais ampliam-se, exigindo melhorias imediatas de salário e condições de vida, mas também exigindo maior participação dos trabalhadores nas decisões políticas nacionais e a efetivação imediata das reformas estruturais”<sup>783</sup>.

---

<sup>781</sup> TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past: Power and the Production of History**. Boston: Beacon Press, 1995, p. 67. Tradução nossa.

<sup>782</sup> *Ibidem*, p. 45. Tradução nossa.

<sup>783</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Op. Cit.*, 1986, p. 26.

Segundo o jornal *Última Hora*, de 4 de fevereiro de 1964,

[...] o movimento sindical gaúcho manter-se-á mobilizado em função da conquista do salário-mínimo, até a assinatura do decreto estabelecendo os novos níveis, marcada para o próximo dia 7, em solenidade que será realizada no Palácio das Laranjeiras<sup>784</sup>.

A luta do movimento sindical era pela aprovação imediata do reajuste do salário mínimo, que encontrava forte resistência das federações da indústria no país.

No mesmo mês, o jornal *Última Hora* noticiou:

IAPETC não paga mineiros desde dezembro: mineiros do município de Butiá aposentados e pensionistas do IAPETC não receberam ainda os proventos relativos aos meses de dezembro e janeiro, bem como o 13.º salário. [...] A informação foi trazida pelo sr. Procópio Farinha, delegado da Associação dos Ferroviários em Butiá, e que está integrado na luta que travam os mineiros, em busca da regularização dos pagamentos. [...] Os aposentados mineiros estão preparados para desfechar violenta campanha em busca de seus direitos postergados. Para que se tenha ideia da validade dessa afirmação, basta que se diga que ainda não receberam a diferença do último salário-mínimo, em vigor desde janeiro do ano passado<sup>785</sup>.

---

<sup>784</sup> *Última Hora*, 4 de fevereiro de 1964.

<sup>785</sup> *Idem*.

**Figura 47** – O líder ferroviário Procópio Farinha.



Fonte: *Última Hora*, 4 de fevereiro de 1964.

Ao passo que os aposentados reivindicavam os pagamentos atrasados, os mineiros na ativa realizaram uma greve à véspera do golpe. Na edição de 18 de março de 1964 do jornal *Última Hora* noticiou a greve dos mineiros:

Mineiros entraram hoje no quarto dia de greve, exigindo o pagamento dos salários, de acordo com o que ficara estabelecido com a direção do CADEM (pagamentos não ultrapassariam o dia 15 de cada mês). Além disso, os trabalhadores reivindicam a amortização da dívida da empresa com a cooperativa de consumo. Hoje, às 18 horas, a categoria contará com a presença da caravana de líderes sindicais desta capital, entre eles os srs. João Fabrício de Moraes, vice-presidente do Comando Sindical de Porto Alegre, e Eny Silveira, dirigente da Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul. [...]. Na reunião de logo mais, os grevistas deverão conta ainda com a presença de assessores sindicais da Secretaria do Trabalho e Habitação, de acordo com a orientação de seu titular. Sr. Arnaldo Prietto. Dois mil mineiros participam da “parede”<sup>786</sup>.

Dois mil mineiros participavam da greve, segundo o periódico, exigindo o pagamento de salários atrasados. Conforme já observado no capítulo anterior, o CADEM passava por uma severa crise financeira, a ponto de que em 1962, vendeu aos trabalhadores as terras sob suas

---

<sup>786</sup> *Última Hora*, 18 de março de 1964.

casas e o Sindicato de São Jerônimo comprou em seu nome o único hospital da região – tudo para pagar pensões e indenizações<sup>787</sup>. Sobre esta greve, além do expressivo número, é importante observar sua data, ocorrida durante uma semana de mobilização nacional dos sindicatos, atendendo ao chamado do CGT, segundo noticiou o mesmo periódico em 19 de março de 1964:

Companheiros: o Conselho Sindical dos Trabalhadores Gaúchos, reunido para examinar a situação política nacional e estadual, atendendo ao chamamento do CGT e atento aos acontecimentos subsequentes à assinatura do decreto da SUPRA e da encampação das refinarias particulares pelo Presidente da República [...]. O documento conclui com a afirmação de que a situação política nacional tende a agravar-se face o desespero da reação que sente seus privilégios ameaçados pelas reformas e, por isso, os trabalhadores devem permanecer alertas, unidos e mobilizados, de preferência em assembleias permanentes de suas organizações, atentos ao chamamento deste conselho e do CGT, prontos a dar resposta cabal a qualquer tentativa golpista de supressão das liberdades democráticas, indispensável à realização das reformas de base<sup>788</sup>.

Nota-se a preocupação do Conselho Sindical dos Trabalhadores Gaúchos com a conjuntura política nacional, uma semana após a assinatura do decreto da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), que declarava ser de interesse social para efeito de desapropriação as terras rurais compreendidas em um raio de 10 (dez) quilômetros dos eixos das rodovias e ferrovias federais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação<sup>789</sup>, visando a realização da Reforma Agrária.

O decreto foi anunciado no famoso Comício da Central do Brasil, realizado no Rio de Janeiro, no dia 13 de março de 1964, mobilizando cerca de 200 mil trabalhadores que apoiavam as Reformas de Base do governo<sup>790</sup>. O próprio documento assinado pelo Conselho Sindical Gaúcho previa um agravamento da situação política nacional e conclamava os trabalhadores a permanecerem atentos aos chamamentos dos sindicatos e do CGT, o que mostra um importante nível de articulação entre as organizações sindicais do país.

---

<sup>787</sup> WILLIANS, Cody. *Op. Cit.*, p. 35.

<sup>788</sup> **Última Hora**, 19 de março de 1964.

<sup>789</sup> BRASIL. **Decreto n. 53.700, de 13 de março de 1964**. Declara de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53700-13-marco-1964-393661-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 jun. 2022.

<sup>790</sup> MELO, Demian Bezerra de. O Comício da Central: o Rio e as reformas de Jango. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, 2014, p. 24.

Na edição de 20 de março de 1964, o jornal *Última Hora* veiculou uma breve nota sobre o movimento paredista:

A greve dos mineiros pode ser decidida hoje com a vitória dos trabalhadores e o consequente retorno ao trabalho. Ontem após gestões dos grevistas com as autoridades governamentais no que contaram com a mediação da secretaria do Trabalho ficou acertado que a secretaria de Energia e Comunicações providenciaria hoje no pagamento da dívida de 200 milhões ao CADEM, e este destinaria esta importância ao pagamento dos mineiros. Se isto ocorrer tem-se como certo o fim da greve, decisão que só poderá ser efetivada através da assembleia da categoria<sup>791</sup>.

Ao que tudo indica a direção do CADEM cedeu à pressão dos mineiros em greve concordando com a maioria de suas reivindicações. Em telegrama enviado no dia 20 de março de 1964 pela direção da empresa aparece a resposta às reivindicações dos grevistas:

No que concerne aos itens 1, 2, 3, 4, e 6 da carta, isto é, pagamento imediato dos salários vencidos em fevereiro; pagamento de salário em dobro aos empregados em atividade no período de greve, segundo a média individual de produção; pagamento dos dias parados aos demais empregados que participaram da greve; finalmente, promessa destas empresas no sentido de não disciplinar os elementos que integraram o movimento grevista em alusão, assumem as empresas o compromisso de satisfazer, sem qualquer restrição, as reivindicações contidas nos mencionados itens, que ficam, assim, integralmente atendidos segundo o desejo da classe mineira<sup>792</sup>.

Conforme documento acima, a maior parte das reivindicações foram atendidas, apenas uma não houve concordância por parte da empresa:

Relativamente à gratificação mensal de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) por triênio de serviço, a todos os trabalhadores, trata-se de assunto que virá onerar sensivelmente o custo da produção, não podendo o atual preço de venda do combustível suportar o encargo em vista. Em razão disso, tal aspiração da classe mineira já foi encaminhada à Comissão do Plano do Carvão Nacional a fim de que este órgão delibere a respeito. Se a referida entidade controladora das atividades carboníferas no País aderir ao desejo da classe mineira e der cobertura financeira para o encargo, nenhum obstáculo haverá, então, à aceitação plena do presente item<sup>793</sup>.

Por meio deste telegrama descobrimos a reivindicação de uma gratificação de Cr\$ 3.000 por mês para cada triênio de serviço, mas a empresa jogou essa demanda para o Plano do Carvão Nacional, órgão governamental criado em 1953 durante o segundo governo de Vargas para coordenar a política do setor a nível nacional. Semelhante situação havia sido estabelecido em

---

<sup>791</sup> *Última Hora*, 20 de março 1964.

<sup>792</sup> CADEM. **Telegrama em resposta às reivindicações grevistas, 20 de março de 1964**. Telegrama. In: Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos. Fundo 08.01.1 – Sindicato. Cartas e Telegramas. Caixa 05, 1964.

<sup>793</sup> *Idem*.

Santa Catarina alguns anos antes: “os preços foram elevados, diz a portaria da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional, para facultar meios às empresas carboníferas de procederem ao reajustamento salarial e considerando a elevação do custo dos materiais e a necessidade de atribuir às referidas empresas de mineração lucros compatíveis com os riscos da indústria”<sup>794</sup>.

Desse modo, tanto em Santa Catarina quanto no Rio Grande do Sul, sempre que as reivindicações dos trabalhadores exigiam para além do que as empresas estavam dispostas a ceder, elas jogavam para o Plano do Carvão Nacional a responsabilidade de elevar o preço do carvão para poder arcar com os aumentos dos salários.

Em relação ao golpe de 31 de março de 1964, os documentos da região carbonífera desapareceram. Não encontramos nada a respeito no Museu Estadual do Carvão, como também não nos arquivos do município de Butiá. O silenciamento, ou melhor, o a eliminação de documentos históricos desse período (especialmente entre abril e junho de 1964), evidenciam uma política consciente de apagamento dos registros do período de repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical. Segundo a antropóloga Marta Ciocari, que realizou entrevistas acerca desse momento “nos poucos relatos dos que ousam falar do período, fica claro o temor e a desesperança incutidos com as notícias de prisões dos companheiros, presos pelos militares com a participação ativa e conivente das empresas de mineração”<sup>795</sup>.

Contudo, encontramos evidências da repressão sofrida pelos mineiros nos arquivos da Comissão Nacional da Verdade, disponíveis para pesquisa online. Um dos perseguidos pelo golpe foi Gerino Lucas, mineiro de Butiá, liderança sindical e militante do PCB. Segundo documentos da Comissão Nacional da Verdade, Lucas foi uma liderança dos mineiros preso pelo DOPS no dia 21 de abril de 1964, “devido a sua atuação sindical e comunista e por ter incitado diversas greves”<sup>796</sup>. Ainda, de acordo com o relatório citado: “Após a prisão foi encaminhado ao SESME<sup>797</sup>, onde permaneceu até o dia 2 de junho do mesmo ano, período pelo qual sofreu diversas torturas físicas e psicológicas”<sup>798</sup>.

---

<sup>794</sup> **Tribuna Criciumense**, 29 de junho de 1959.

<sup>795</sup> CIOCCARI, Marta Regina. *Op. Cit.*, 2010, p. 126.

<sup>796</sup> DIENSTMANN, Gabriel. *Op. Cit.*, 2014b, p. 38.

<sup>797</sup> O Serviço Social de Menores (SESME) de Porto Alegre, segundo o relatório da CNV “serviu como centro de detenção provisória, para o qual foram encaminhadas centenas de presos políticos nos dias que se seguiram ao golpe, entre os quais, como se verá neste levantamento, dezenas de trabalhadores e sindicalistas”. Cf. DIENSTMANN, Gabriel. *Op. Cit.*, 2014b p. 9.

<sup>798</sup> DIENSTMANN, Gabriel. *Op. Cit.*, 2014b, p. 38.

Décadas depois, Gerino foi entrevistado por Ciocari, que descreveu sua trajetória de vida em 2010. Então aposentado com 77 anos, Gerino relatou que trabalhou nas minas de Butiá entre 1940 e 1970, tendo participado das greves na década de 1960 e sido militante do PCB. Aproximou-se do partido “por intermédio de um amigo ferroviário, Procópio Farinha, que já era sindicalista e militante entre o final dos anos 1950 e começo dos anos 1960”<sup>799</sup>.

Na entrevista, Lucas contou sobre as perseguições sofridas após o golpe: “Eles [a polícia] começaram a fazer prisão em tudo que era lugar, por tudo quanto era recanto”. Ele relatou ter ficado “38 dias detido com outros 480 presos políticos no espaço de uma instituição para menores infratores que lhes servia de cárcere”<sup>800</sup>. Além de Gerino, outros sindicalistas de Butiá foram presos devido a sua atuação política. Entre eles estavam:

Procópio Farinha Viana, ferroviário e dirigente do diretório municipal do PCB (demitido); Cecílio Hernandez Moreira Vila, ferroviário; Custódio Martins, bancário e candidato a prefeito pelo MTR (Demitido); José Serafim Soares dos Santos e Jorge Dorneles, ativista do Sindicato dos Mineiros de Butiá; Pedro Anolino Viana da Silva, mineiro. Ipolito Rodrigues de Abreu, Sindicato dos Mineiros de São Gerônimo. Segundo depoimentos colhidos durante o processo, as prisões foram efetuadas pelo Subdelegado Argeu Pinto Alfama e o capitão da polícia militar Cícero Carneiro Tavares<sup>801</sup>.

Procópio Farinha, conforme já observamos no terceiro capítulo, foi um dos fundadores do PCB em Butiá, em 1943, e agente da Viação Férrea. Liderou greves na região do Baixo Jacuí, mobilizando ferroviários e mineiros<sup>802</sup>. Dessa forma, é possível verificar que houve forte repressão aos trabalhadores da região carbonífera do Rio Grande do Sul com o golpe de 1964, e que algumas de suas lideranças foram presas ou expulsas pelas forças militares. Essa perseguição se daria, conforme os documentos, com o apoio do CADEM, pois em seu depoimento, Lucas relatou que caso descobrissem que ele era comunista, a empresa teria mandado a polícia “consumi-lo”:

Se meu nome fosse aparecer como comunista, que eles [Cadem/Copelmi] desconfiassem que eu era comunista, eu não tava aqui. Eu tenho certeza que eu não tava aqui. Eles tinham mandado me consumir. Que logo que eu cheguei nesta mina, por qualquer coisinha que eles não se agradavam do cara, eles mandavam... A polícia tudo era mandado por eles, tudo era mandado por eles. [A polícia] Fazia o que a companhia mandava. Então, agarravam e consumiam com o cara, mandavam consumir e eles consumiam<sup>803</sup>.

---

<sup>799</sup> CIOCCARI, Marta Regina. *Op. Cit.*, 2010, p. 127.

<sup>800</sup> *Idem.*

<sup>801</sup> DIENSTMANN, Gabriel. *Op. Cit.*, 2014b, p. 38.

<sup>802</sup> HOFF, Gertrudes Novak. *Op. Cit.*, p. 245-246.

<sup>803</sup> CIOCCARI, Marta Regina. *Op. Cit.*, 2010, p. 127.

Pelo significado semântico da fala do entrevistado, a palavra “consumir” pode estar relacionada a matar. Semelhante relato foi prestado pelo aposentado Venuto Nunes Bica, quando afirmou em depoimento que os superiores do CADEM ameaçavam fisicamente quem simpatizava ou participava das ações de greve.

Além desses nomes citados que foram presos quando trabalhavam na região de mineração, sindicalistas de outros setores que já haviam trabalhado nas minas também foram presos: Sindicato dos Pedreiros de Santa Rosa (Flory Ramos de Aguiar – presidente) e Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias (Bruno Segalla – presidente)<sup>804</sup>, nomes citados no terceiro e quarto capítulo.

É notório que a perseguição às lideranças sindicais e suas prisões está diretamente relacionada com o acossamento que já era realizada pelo CADEM antes do golpe de 64. A diferença essencial, contudo, é que antes a empresa demitia (quando não havia estabilidade) e ameaçava quem era identificado como comunista; após o golpe, os agentes da repressão trataram de realizar a prisão dessas lideranças. De acordo com Ciocari, essa forma de intervenção do Estado para atender a interesses privados não foi apenas nas minas de carvão do Sul. Na região Nordeste, “o Exército ocupou e interveio na maioria dos sindicatos de trabalhadores rurais. [...] dos 40 sindicatos existentes na época na zona da mata de Pernambuco, 38 sofreram intervenção imediatamente após o golpe”<sup>805</sup>. Não podemos nos esquecer também dos casos de colaboração da Volkswagen com a os órgãos de repressão, como o DOPs de São Paulo, e toda a máquina de repressão para identificar e prender os trabalhadores ligados ao PCB, inclusive dentro da própria empresa<sup>806</sup>.

Importante constatar que desde o começo do golpe houve prática de tortura física e psicológica aos presos, como foi apontado pelo relatório do grupo de trabalho no RS:

A maioria dos requerentes encaminha documentação que comprova terem sido presos nos referidos locais, além de depoimentos ou laudos médicos e psiquiátricos que comprovam as torturas. Como centro de tortura, o DOPS é o mais citado, seguido pela SESME. A maioria destes sindicalistas foi presa entre abril e maio de 1964, o que também indica uma perseguição em massa ao movimento sindical no Rio Grande do Sul, sobretudo a suas lideranças, mas **há também um grande número de trabalhadores sindicalizados perseguidos devido a sua participação em greves**

---

<sup>804</sup> Cf. DIENSTMANN, Gabriel. *Op. Cit.*, 2014b.

<sup>805</sup> CIOCCARI, Marta Regina. *Op. Cit.*, 2011, p. 26.

<sup>806</sup> Cf. SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho. **As práticas de normalização da violência operacionalizadas pela Volkswagen do Brasil na Ditadura Militar Brasileira (1964-1985)**. 2018. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

**(anteriores ao golpe ou na tentativa de resistência a ele – as greves políticas do dia 1º de abril no Rio Grande do Sul)**, devido a sua ligação com o governo deposto ou com o PCB, ou que foram denunciados como subversivos e comunista devido a sua postura política<sup>807</sup>.

Destaca-se a prisão de trabalhadores sindicalizados por terem participado de greves anteriores. Ou seja, não somente os filiados ao PC sofreram com a repressão, como também operários que haviam exercido seu direito legítimo de greve meses ou anos antes do golpe. Esse cerceamento dos direitos constitucionais corrobora com a tese aventada no início deste capítulo de que: “Os trabalhadores e seu movimento sindical constituíram o alvo primordial do golpe de Estado de 1964, das ações antecedentes dos golpistas e da ditadura a seguir imposta”<sup>808</sup>.

É importante enfatizar que, além do apoio da empresa, o golpe contou com o apoio do governador do Estado do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, que tomou uma série de medidas de apoio aos golpistas. Segundo Konrad e Lameira: “Solicitou de imediato, por decreto, as emissoras de rádio e televisão sediadas na capital. [...] Afirmou também que, diante da crise, manteria a ordem em todo o Rio Grande do Sul”<sup>809</sup>.

Desse modo, é possível afirmar que o golpe civil-militar, que pôs fim ao regime democraticamente eleito, depôs o presidente João Goulart e instaurou uma era de repressão e violência na sociedade brasileira, contou com o apoio de empresas de mineração do sul do país (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), que perseguiram lideranças sindicais identificadas como comunistas ou trabalhistas.

Houve diferenças no que tange a resistência nas duas regiões: enquanto em Criciúma o movimento operário estava com um nível de organização maior, com um protagonismo dos comunistas em vários espaços da cidade (sindicato, rádio, vilas operárias), em São Jerônimo essa organização já havia sido desarticulada pela política de perseguição do CADEM em conjunto com a Brigada Militar do RS. Portanto, a ditadura recém instaurada teve que prender mais militantes em Criciúma do que em São Jerônimo.

Mesmo assim, tanto em Criciúma quanto em São Jerônimo o movimento operário foi alvo do Terrorismo de Estado, com práticas de repressão muito semelhantes. Por meio de prisões, torturas físicas ou psicológicas, censura e outras formas de violência, a ditadura recém instaurada promoveu o silenciamento forçado de quem ousava questionar a ordem estabelecida. Apesar da eliminação de fontes do período, foi possível identificar diversas

---

<sup>807</sup> DIENTSMANN, Gabriel. *Op. Cit.*, 2014a, p. 28.

<sup>808</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op. Cit.*, p. 57.

<sup>809</sup> KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel. *Op. Cit.*, p. 89.

formas de repressão (prisões, demissões, expulsões, tortura) organizadas para desarticular o movimento sindical das regiões carboníferas, protagonista de importantes lutas e greves no período anterior ao golpe civil-militar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese de doutorado investigou as experiências de mobilização e resistência dos trabalhadores e trabalhadoras das minas de carvão no Sul do Brasil, entre 1945 e 1964, bem como aspectos da repressão, presente em todo o período, mas aprofundada com o golpe civil militar, que prendeu lideranças dos Sindicatos dos Mineiros. A metodologia de pesquisa utilizada foi a história comparada, permitindo identificar semelhanças e diferenças entre os movimentos de reivindicação nos dois estados, estabelecendo pontos de conexão e de divergência.

Desde o final do século XIX, a extração do carvão demandou muitos trabalhadores, oriundos de várias regiões do país. Além de migrantes nacionais, a imigração europeia também foi fundamental para a expansão da atividade mineradora: espanhóis, alemães, poloneses, italianos, russos e ucranianos, formaram um contingente de diferentes nacionalidades. Esses sujeitos protagonizaram uma série de movimentos para reivindicarem melhores salários, condições de trabalho, direitos trabalhistas e melhorias nas vilas operárias mineiras. Analisamos também a fundação dos sindicatos dos mineiros em ambas regiões, bem como sua influência recíproca, e de sua importância para a luta e organização dos operários.

Essa articulação era formada pelo nível local, dos mineiros, suas famílias, como parte da comunidade que se identificava como pertencente a mesma classe, moradores dos mesmos bairros, frequentavam as mesmas bodegas, jogavam ou torciam para os times de futebol dos mineiros, discutiam política orientados pelo Sindicato dos Mineiros e seus líderes locais. Essas são o que chamamos relações de classe densa. Dessa forma, foi possível alcançar o primeiro objetivo da tese: investigar as experiências de exploração e de solidariedade às quais estavam submetidos os trabalhadores das minas de carvão de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Essas ações, embora possuíssem suas particularidades locais, estavam conectadas nas duas regiões analisadas não só pelas semelhanças de suas pautas, como também pelos representantes eleitos para a Federação Interestadual dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Carvão, a partir da década de 1950, que buscava articular lutas em conjunto com os sindicatos locais e com o restante da categoria, formando-se uma rede de classe que os conectava.

Ressalta-se a participação dos dirigentes sindicais nesse processo, ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro e ao Partido Comunista Brasileiro. Esses militantes lideraram muitas das greves analisadas ao longo da tese, contribuindo para a organização dos trabalhadores e

articulando uma rede de classe, conectando as regiões carboníferas com as lutas do movimento sindical ao nível nacional.

Essa relação intraclasse ampliava-se para uma rede interestadual, que orientava as ações dos sindicatos locais pela Federação, planejando-se os momentos de greve e mobilizações coletivas, bem como a busca por aumentos salariais e melhores condições de trabalho junto ao Governo Federal. Além disso, esses movimentos estavam relacionados ao conjunto das mobilizações nacionais de sindicatos, federações e centrais que abarcavam um amplo leque de categorias de trabalhadores de todo o país. Dessa forma, o segundo objetivo da análise foi atingido: identificar as ações de resistência, em especial as redes de articulação entre os sindicatos dos dois estados e também em relação ao crescente movimento operário do período em todo o Brasil.

Porém, notam-se também diferenças entre a organização dos trabalhadores das duas regiões analisadas: enquanto no Rio Grande do Sul havia o monopólio da mineração pelo CADEM (um consórcio com vários acionistas), em Santa Catarina a maioria das companhias era fragmentada, que exploravam e vendiam o minério para as grandes companhias (C.B.C.A, Próspera, União, Metropolitana, CCU).

Desse modo, o poderio das empresas não era tão concentrado como na região carbonífera do Rio Grande do Sul, fato que resultou em uma maior pulverização e divisão do poder patronal, o que, em momentos de greves, contribuiu para o fortalecimento das lutas operárias.

Salientamos que a coesão identificada em momentos de greve, quando a identidade de classe era posta à prova, não era unanimidade. Mesmo trabalhando a centenas de metros de profundidade em conjunto e dependendo uns dos outros para realizarem o trabalho, havia nas vilas operárias, clivagens raciais e de gênero.

Uma dessas diferenciações, por exemplo, foi identificada na separação entre clubes sociais criados para brancos e clubes criados para negros. A Sociedade Recreativa União Operária, fundada em 1937 em Criciúma, que por décadas reuniu o movimento negro da região. Naquela época, devido a existir poucos espaços de lazer na cidade, este era um espaço onde os negros se reuniam, pois, eram impedidos de frequentar o clube União Mineira, popularmente conhecido como “clube dos brancos”.

No Rio Grande do Sul identificamos essa segregação racial também a partir da proibição dos operários negros frequentarem os clubes da região carbonífera, e da existência de associações exclusivas para mineiros negros e suas famílias, como o Clube Tesouras, de Arroio

dos Ratos e o Clube Ouro Preto, de Butiá. A existência de clubes segregados de brancos e negros nas vilas mineiras no Rio Grande do Sul e de Santa Catarina demonstra que havia clivagens nos laços de solidariedade de classes dos trabalhadores.

Além da discriminação racial, havia também uma forte desigualdade de gênero. Em Santa Catarina, o trabalho na mina se configurava como uma atividade com forte participação feminina, as “escolhedeiras”, responsáveis pela seleção manual do carvão. Além do trabalho na mina, as mulheres se encarregavam do trabalho doméstico como segunda jornada, pois após chegarem em casa, ainda tinham o cuidado com os filhos e com os maridos, a administração da casa. Com o trabalho na escolha, as mulheres dobravam sua jornada de trabalho para dar conta do orçamento doméstico. Porém, sua participação não se limitava ao espaço de casa, pois, conforme analisamos, elas participaram intensamente dos movimentos sociais, seja em momentos de greves ou em ações individuais, como em processos da justiça. O terceiro objetivo da tese era compreender como essas experiências foram significadas em termos de cultura, considerando as divisões de gênero e de raça.

Apesar dessas clivagens, havia um horizonte de expectativa em comum, de crença nas transformações democratizantes e nacionalistas (por exemplo, as Reformas de Base) e como elas seriam concretizadas ao nível local, com a estatização das minas de carvão e melhoria das condições de vida e de trabalho de toda a população. Embora houvesse uma pluralidade de ideologias que conviviam nas comunidades mineiras com suas respectivas disputas locais — da revolução em duas etapas do PCB ao nacional reformismo do PTB —, elas não se distanciavam muito, na prática, da defesa do projeto nacionalista que acreditavam que seria implementado com a pressão dos trabalhadores. Na expressão de Delgado, vivia-se o tempo da “utopia nacionalista”.

Sustenta-se a tese de que as experiências (já mencionadas) pelos mineiros de Criciúma e de São Jerônimo construíram uma identidade de classe e uma cultura combativa, que contribuíram para o fortalecimento dos sindicatos como instrumentos organizativos dos trabalhadores. Esse caminho, todavia, não foi “linear”, isto é, a participação dos trabalhadores nas lutas políticas de seu tempo não ocorreu sem tensões e disputas com a direção das entidades, conforme constatamos nas greves das décadas de 1950. Entretanto, como a classe não é uma “estrutura” ou “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas, acreditamos ter demonstrado que foi a partir da tensão e do conflito de classes que se formou uma identidade entre os mineiros de carvão no sul do Brasil.

Nesse ponto, visei mostrar que a formação da classe trabalhadora na região das minas de carvão, que atingiu seu ápice entre as décadas de 1940 e 1960, com uma importância numérica (17 mil trabalhadores) e política expressivas, construiu uma articulação interestadual dos trabalhadores, através dos sindicatos, federação e partidos, com a criação de vínculos de amplo alcance e a formação de identidades de classe.

A despeito de toda a repressão desencadeada desde o começo do século XX nas minas de carvão para impedir as greves, os trabalhadores e trabalhadoras organizaram-se em sindicatos e organizaram importantes movimentos ao longo do período, com conquistas reais para o conjunto da categoria.

A organização dos trabalhadores foi duramente afetada nas duas regiões após o golpe civil militar. Perseguição, prisões e tortura foram alguns dos métodos utilizados pela repressão para impedir que continuassem a reivindicar seus direitos de livre organização por melhores salários e condições de trabalho. Em Criciúma, conforme vimos, mais de cinquenta dirigentes sindicais foram detidos e o sindicato dos mineiros sofreu intervenção do exército. Em São Jerônimo algumas lideranças foram presas, embora não foi preciso intervir no sindicato, pois antes do golpe ele já não representava uma ameaça ao CADEM. A análise de como o golpe civil militar de 1964 afetou as organizações desses trabalhadores e suas lutas sociais corrobora com a tese de que o golpe, sobretudo, atingiu os trabalhadores, sindicatos e dirigentes sindicais logo após o golpe.

Esse processo repressivo, contudo, não impediu que novas formas de protesto e de reivindicações emergissem após 1964, pois a identidade de classe construída ao longo do século XX, e forjada nas comunidades mineiras da região sul do Brasil, contribuiu, em diversas circunstâncias, para o surgimento de “identidades de classe” que, por sua vez, sustentaram o sindicalismo — mesmo durante períodos de massiva repressão a esses sindicatos. Novos estudos poderão aprofundar essa questão.

## REFERÊNCIAS

### FONTES E ARQUIVOS CONSULTADOS

#### Biografias e autobiografias

COIMBRA, David. **Atravessando a escuridão: memórias de um comunista casual**. Criciúma: Editora Unesc, 1996.

LIMA, Joaquim Celso de. **Navegar é preciso: memórias de um operário comunista**. São Paulo: Diniz, 1984.

SALDANHA, Neli. **No melhor dos tempos e nas tempestades: um homem de luta na trilha do socialismo**. Caxias do Sul: Eva Eberhardt, 1996.

ZACHARIAS, Manif. **Minha Criciúma de ontem**. Curitiba: Edição do autor, 1999.

#### Documentos empresariais e governamentais

BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, 1º Batalhão de Caçadores, 2ª Companhia, Coronel Aparício Borges, 1951**. Porto Alegre, 1951. Acervo do Museu Estadual do Carvão, Fundo 05, Caixa 131.

CADEM. **Departamento Legal – 1945, 8, 05.01.1**. *In*: Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos. Caixa 131. Cartas das Greves.

CADEM. **Telegrama ao Presidente da República, 11 de março de 1946**. Telegrama. *In*: Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos.

CADEM. **Cartas e telegramas, 1948**. Museu Estadual do Carvão Arroio dos Ratos. Fundo 05, Caixa 131.

CADEM. **Cartas e telegramas, 1958**. Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos. Fundo 08 – Sindicatos.

CADEM. **Telegrama em resposta às reivindicações grevistas, 20 de março de 1964**. Telegrama. *In*: Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos. Fundo 08.01.1 – Sindicato. Cartas e Telegramas. Caixa 05, 1964.

CARDOSO, Roberto. **Carta dirigida ao diretor da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1945**. Carta. *In*: Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos. Acervo dossiê dos imigrantes europeus. CADEM, caixa 2, 96.

COMPANHIA ESTRADA DE FERRO E MINAS DE SÃO JERÔNIMO. **Carta à Inspetoria Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul**. São Jerônimo, 31 de outubro de 1931. Carta. *In*: Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos. ADMEC. Fundo Administração, caixa 03, cartas 1934-1935.

PREIS, Paulo. **Telegrama ao Presidente da República, Getúlio Vargas, 15 de outubro de 1952.** Telegrama. *In:* Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

PREIS, Paulo. **Telegrama ao Presidente da República, Getúlio Vargas, 24 de outubro de 1952.** Telegrama. *In:* Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

VIEIRA, Newton Machado. **Ofício n. 70C/1964.** Inquérito policial militar [atividades subversivas em Criciúma]. Criciúma, 1964.

### **Documentos sindicais (atas, panfletos, telegramas)**

BASSO, Ruby. **Carta ao Dr. Mauro Steltenber, MD, Engenheiro Chefe da Cia. Carbonífera Minas de Butiá.** Butiá, 1963. Carta. *In:* Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos. Fundo 08 – Sindicatos.

CARTA ao Presidente da República Eurico Gaspar Dutra. Rio de Janeiro, 9 de maio de 1946. Carta. *In:* Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos. Caixa 3 (Cartas do sindicato), 08.01.1.

COMISSÃO DE GREVE. **Carta de reivindicações.** São Jerônimo, 1963. Carta. *In:* Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos. Fundo 08.01.1 – Sindicato: Cartas e Telegramas. Caixa 05, 1963.

FEDERAÇÃO OPERÁRIA DE SÃO JERÔNIMO. **Bases orgânicas da Federação e respectivos Sindicatos de Mineiros e Anexos do Arroio dos Ratos, Xarqueadas, Leão, Butiá e Conde.** São Jerônimo: Federação Operária de São Jerônimo, 1924. Acervo do Círculo Alfa de Estudos Históricos.

FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO. **Livro de Atas.** Ata da Assembleia Geral Ordinária, 20 de janeiro de 1952. Criciúma, 1952. Acervo do Sindicato dos Mineiros de Criciúma.

FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO. **Ofício da Federação dos Mineiros, dezembro de 1959.** Criciúma, 1959. Acervo Justiça do Trabalho do Centro de Memória e Documentação (Cedoc/Unesc), caixa 03, n. 598/60.

FOLHETO sem data. Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos. Dossiê Sindicato 08. Comunicação, divulgação, publicações (1949-1990).

PANFLETO sem data. Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos. Dossiê Sindicato 08. Comunicação, divulgação, publicações (1949-1990).

PARENTE, Antônio. **Comunicado do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Extração do Carvão de Criciúma.** Criciúma, 20 de janeiro de 1960. Acervo Justiça do Trabalho do Centro de Memória e Documentação (Cedoc/Unesc), caixa 4.

SINDICATO DOS MINEIROS DE CRICIÚMA. **Livro de Atas**. Ata da Assembleia Geral Ordinária, 20 de janeiro de 1952. Criciúma, 1952. Acervo do Sindicato dos Mineiros de Criciúma.

SINDICATO DOS MINEIROS DE CRICIÚMA. **Livro de Atas**. Ata da Assembleia Geral Extraordinária para fins de ratificação do Contrato Coletivo de Trabalho, 25 de março de 1956. Criciúma, 1959. Acervo do Sindicato dos Mineiros de Criciúma.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO DE CRICIÚMA. **Edital de 14 de novembro de 1957**. Criciúma, 1957. Acervo do Sindicato dos Mineiros de Criciúma.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVÃO DE CRICIÚMA. **Livro de Atas**. Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 3 de janeiro de 1960. Criciúma, 1960. Acervo do Sindicato dos Mineiros de Criciúma.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DO CARVÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO. **Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão do Município de São Jerônimo**. São Jerônimo, 1933. Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos. Dossiê Sindicato 08.01. Comunicação, divulgação, publicações (1949-1990).

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVÃO. **A batalha do carvão**: subsídios para a história da indústria carvoeira no Brasil. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional da Indústria da Extração de Carvão, 1950.

VERDIEIRI, Raimundo. **Panfleto assinado por “Uma comissão de mineiros de Criciúma, Urussanga e Siderópolis”**. Criciúma, 15 de janeiro de 1960. Acervo do Cedoc/Unesc.

### **Entrevistas**

ANDRADE, Pedro. **Entrevista cedida em 15 de outubro de 1992**. Entrevistadora: Janete Trichês. Criciúma: Acervo de História Oral do Cedoc/Unesc, 1992.

BARRETO, Benjamin. **Entrevista do Presidente do Sindicato dos Mineiros de Lauro Müller, Benjamin Barreto, à Rádio Eldorado de Criciúma**. Entrevistadora: Rádio Eldorado. Criciúma: Acervo Justiça do Trabalho da Comarca de Criciúma; Cedoc/Unesc, 1960.

BELOLLI, Mário. **Entrevista cedida em 17 de julho de 2017**. Entrevistador: Bruno Mandelli. Criciúma, 2017.

COSTA, Rosária Méis Sanches. **Entrevista cedida em 14 de junho de 1998**. Entrevistadora: Marli de Oliveira Costa. Criciúma: Acervo de História Oral do Cedoc/Unesc, 1998.

FARACO, Vânio. **Entrevista cedida em outubro de 1922**. Entrevistadora: Janete Trichês. Criciúma: Acervo de História Oral do Cedoc/Unesc, 1992.

FELICIANO, João Jorge. **Entrevista cedida em 20 de outubro de 1992**. Entrevistadora: Janete Trichês. Criciúma: Acervo de História Oral do Cedoc/Unesc, 1992.

PACHECO, Cyro Manoel. **Entrevista cedida em 22 de setembro de 2012**. Entrevistadora: Marli de Oliveira Costa. Criciúma: Acervo de História Oral do Cedoc/Unesc, 2012.

\_\_\_\_\_. **Entrevista cedida em 2 de junho de 2020**. Entrevistador: Bruno Mandelli. Criciúma, 2020.

LUIZ, José Marinho. **Entrevista cedida em 19 de outubro de 1992**. Entrevistadora: Janete Trichês. Criciúma: Acervo de História Oral do Cedoc/Unesc, 1992.

NUNES, Venuto Bica. **Entrevista cedida em 26 de janeiro de 2022**. Entrevistador: Bruno Mandelli. Butiá, 2022.

SILVA, Zilda da. **Entrevista cedida em 2018**. Entrevistador: Sander Han. Criciúma, 2018.

### Periódicos

**A Hora**. Porto Alegre, 1958. Museu Estadual do Carvão.

**A Quinzena**. São Jerônimo, 1957. Museu da 4ª Região do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

**A Tribuna**. São Jerônimo, 1952. Museu Estadual do Carvão.

**Correio do Povo**. Porto Alegre, 1957-1964. Clipagens do Museu Estadual do Carvão; Museu de Comunicação Hipólito José da Costa.

**Folha do Povo**. Criciúma, 1951-1952. Acervo Histórico Municipal Pedro Milanez.

**O Dia**. Porto Alegre, 1958. Museu Estadual do Carvão.

**O Lampeão**. São Jerônimo, 1956. Arquivo Operário João Batista Marçal.

**Última Hora**. Porto Alegre, 1957-1964. Museu de Comunicação Hipólito José da Costa.

### Processos da Justiça do Trabalho

CRICIÚMA. Junta de Conciliação e Julgamento. **Processo n. 598/60**. Criciúma: Acervo Justiça do Trabalho do Centro de Memória e Documentação (Cedoc/Unesc), caixa 03.

CRICIÚMA. Junta de Conciliação e Julgamento. **Processo n. 1.240/1960**. Criciúma: Acervo Justiça do Trabalho do Centro de Memória e Documentação (Cedoc/Unesc), caixa 4.

SÃO JERÔNIMO. Junta de Conciliação e Julgamento. **Processo n. 735**. Arroio dos Ratos: Museu Estadual do Carvão.

### Leis

BRASIL. **Decreto-lei n. 5.542, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943->

415500-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso: em 24 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei n. 7.211, de 29 de dezembro de 1944**. Dispõe sobre a idade para o exercício de atividades na mineração do carvão, durante o estado de guerra. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1944. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/532312/publicacao/15710448>. Acesso em 14 maio 2020.

BRASIL. **Decreto n. 30.342, de 24 de dezembro de 1951**. Altera as tabelas do salário mínimo e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1951. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30342-24-dezembro-1951-340732-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. **Decreto n. 53.700, de 13 de março de 1964**. Declara de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53700-13-marco-1964-393661-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 jun. 2022.

### Relatórios médicos

BOA NOVA JR., Francisco de Paula. **Problemas médico-sociais da indústria carbonífera catarinense**. Rio de Janeiro: Departamento de Fomento da Produção Mineral, 1953.

BUNSE, Heinrich A. W. **Palavras e expressões empregadas nas minas carboníferas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para designar objetos e ofícios**. [S. l.]: [s. n.], [1959]. Folheto.

### Sites e páginas da web

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Obras em alfinetes de Bruno Segalla ganham espaço em exposição na Assembleia. **Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 25 ago. 2014. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Not%C3%Adcia/Ag%C3%Aancia/Not%C3%AdciasMat%C3%A9ria/tabid/3725/IdOrigem/1/IdMateria/294490/Default.aspx>. Acesso em: 03 jul. 2019.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. A CNV. **Memórias Reveladas**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>. Acesso em: 10 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. Documentos mostram amplitude da rede montada pela repressão para perseguir trabalhadores. **Memórias Reveladas**. Brasília, DF, 3 set. 2013. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/outros-destaques/322-documentos-mostram-amplitude-da-rede-montada-pela-repressao-para-perseguir-trabalhadores.html>. Acesso em: 25 nov. 2019.

BRUNO Segalla. **Wikipédia**: a enciclopédia livre. Florida: Wikimedia Foundation, 26 jan. 2019. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Bruno\\_Segalla](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bruno_Segalla). Acesso em: 03 jul. 2019.

CALICCHIO, Vera. PLANO DO CARVÃO NACIONAL. **CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-do-carvao-nacional>. Acesso em: 14 fev. 2022.

FORD Caminhões. **Wikipédia**: a enciclopédia livre. Florida: Wikimedia Foundation, 16 jan. 2020. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ford\\_Caminh%C3%B5es](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ford_Caminh%C3%B5es). Acesso em: 13 maio 2020.

ÍNDICES de correção: salário mínimo mensal. **Diário das Leis**. [Online]: 2009. Disponível em: [https://www.diariodasleis.com.br/monetaria/exibe\\_indice.php?id\\_indice=15](https://www.diariodasleis.com.br/monetaria/exibe_indice.php?id_indice=15). Acesso em 15 out. 2020.

INSTITUTO LING. Heitor Saldanha: redescubra a trajetória do poeta gaúcho modernista. **Instituto Ling**. Porto Alegre, 30 jun. 2021. Disponível em: <https://institutoling.org.br/explore/heitor-saldanha-redescubra-a-trajetoria-do-poeta-gaucha-modernista>. Acesso em:

JUNQUEIRA, Eduardo. PRIETO, Arnaldo. **CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arnaldo-da-costa-prieto>. Acesso em: 08 ago. 2019.

KORNIS, Mônica. JOSÉ DE SEGADAS VIANA. **CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-de-segadas-viana>. Acesso em: 10 ago. 2022.

MENANDRO, Heloísa. REFORMAS DE BASE. **CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/reformas-de-base>. Acesso em: 10 maio 2022.

PALMAR, Aluizio. 50 anos depois, continua o mistério sobre as prisões, demissões e desaparecimentos de mineiros em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. **Plural**. Curitiba, 8 ago. 2015. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/depoimentos-torturas-denuncias-ditadura/50-anos-depois-continua-o-misterio-sobre-as-prisoos-demissoes-e-desaparecimentos-de-mineiros-em-santa-catarina-e-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 02 fev. 2019.

WESTIN, Ricardo. Em 1961, Congresso aceitou renúncia e abortou golpe de Jânio Quadros. **Agência Senado**. Brasília, DF, 6 ago. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-60-anos-congresso-aceitou-renuncia-e-abortou-golpe-de-janio-quadros>. Acesso em: 12 dez. 2021.

## BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Atlas de energia elétrica do Brasil**. 3. ed. Brasília: Aneel, 2008, p. 129-141. Disponível em: [http://www2.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas\\_par3\\_cap9.pdf](http://www2.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas_par3_cap9.pdf). Acesso em: 23 jan. 2020.

ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. **Em busca de cidadania política: o quererismo no Rio Grande do Sul frente à reorganização política e partidária (1945)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

ALMEIDA, Marli de. Terrorismo de Estado e os Grupos de Onze Companheiros no Rio Grande do Sul. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v, 19, n. 3, p. 477-493, 2019.

ALMEIDA, Paulo Roberto de; KOURY, Yara Aun. História oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 27, n. 50, p. 197-226, 2014.

ALVES, Ismael Gonçalves. Uma obra meritória, humana e patriótica: faces do assistencialismo social na região carbonífera de Santa Catarina (1930-1950). **Delaware Review of Latin American Studies**, Delaware, v. 1, n. 2, 2010.

ANGUES, Ignacio Fornos. “**Morreram? Quem disse, se vivos estão**”: a memória do massacre da linha do parque – Rio Grande/RS. 2018. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

ARAÚJO, Maria Fernanda. **Jardins da revolução: o Partido Comunista do Brasil em Florianópolis (1945-1947)**. 2006. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

AROCA MOHEDANO, Manuela. Mineros y clandestinidad socialista en Asturias. **Espacio, Tiempo y Forma**, Madrid, n. 20, p. 265-279, 2008.

BARCHINSKI, Bruna Spillere. A mortalidade infantil na capital nacional do carvão: memória, representações e ações profiláticas, 1940-1960. *In*: GOULARTI FILHO, Alcides (org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. p. 149-185.

BARON, Ava. Masculinity, the Embodied Male Worker, and the Historian’s Gaze. **International Labor and Working-Class History**, Cambridge, n. 69, p. 143-160, 2006.

BARROS, Jefferson. **Golpe mata jornal: desafios de um tabloide popular numa sociedade conservadora**. Porto Alegre: JA Editores, 1999.

BARROS, José D’Assunção. História Comparada – um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**, vol. 1, n. 1, p. 1-30, 2007.

BARTZ, Frederico Duarte. **O horizonte vermelho: o impacto da revolução russa no movimento operário do Rio Grande do Sul, 1917-1920**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

BASSERMAN, Sérgio; VILLELA, André. O pós-guerra (1945-1955). *In*: GIAMBIAGI, Fábio; CASTRO, Lavinia Barros; HERMANN, Jennifer (org.). **Economia brasileira contemporânea: 1945-2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 1-25.

BATISTELLA, Alessandro. Um conceito em reflexão: o “populismo” e a sua operacionalidade. **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v. 1, n. 3, p. 468-484, 2012.

BELLOLI, Mário; QUADROS, Joice; GUIDI, Ayser. **História do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987. v. 1.

BERGER, Stefan. Mining history: sub-fields and agendas. *In*: BERGER, Stefan; ALEXANDER, Peter (org.). **Making Sense of Mining History: Themes and Agendas**. London: Routledge, 2019. p. 1-24.

BERGER, Stefan; CROLL, Andy; LA PORTE, Norman (org.). **Towards a Comparative History of Coalfield Societies**. Londres: Routledge, 2005.

BERGER, Stefan; ALEXANDER, Peter (org.). **Making Sense of Mining History: Themes and Agendas**. London: Routledge, 2019.

BERNARDO, Roseli Terezinha. O tempo e o espaço de entretenimento das famílias operárias mineiras. *In*: GOULARTI FILHO, Alcides (org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. p. 129-148.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

BRAGA, Ruy. Um padrão thompsoniano de “agitações trabalhistas”? Movimentos sociais e rebeliões no Sul global. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 12, p. 1-17, 2020.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**: textos temáticos. Brasília, DF: Comissão Nacional da Verdade, 2014. v. 2.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (4ª Região). Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul. **Dicionário histórico-biográfico da magistratura trabalhista da 4ª Região**. Porto Alegre: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, 2016.

BUONICORE, Augusto César. Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 7, n. 12/13, p. 13-46, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

CARDOSO, Luciene P. Carris. José Carlos de Macedo Soares e as instituições da Era Vargas: os casos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005. **Anais [...]**. Londrina: ANPUH, 2005. p. 1-7.

CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história**: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964). Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

\_\_\_\_\_. **Assistência médica, saúde pública e o processo modernizador da região carbonífera de Santa Catarina (1930-1964)**. 2004. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004a.

\_\_\_\_\_. Modernização, cultura e ideologia do carvão em Santa Catarina. *In*: GOULARTI FILHO, Alcides (org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004b. p. 35-47. p. 11-34.

CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CIOCCARI, Marta Regina. **Ecossistema do subterrâneo: estudo antropológico do cotidiano e memória da comunidade de mineiros de carvão de Minas do Leão (RS)**. 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

\_\_\_\_\_. **Do gosto da mina, do jogo e da revolta: um estudo antropológico sobre a construção da honra em uma comunidade de mineiros de carvão**. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. Narrativas da repressão: trabalhadores do campo e das minas durante o regime militar no Brasil. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 6, n. 1-2, p. 25-44, 2011.

\_\_\_\_\_. Sob um cotidiano de riscos: narrativas sobre o medo e o perigo numa comunidade de mineiros de carvão. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v. 11, n. 31, p. 89-124, 2012.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

CÔRREA, Larissa Rosa. Abono de Natal: gorjeta, prêmio ou direito? Trabalhadores têxteis a Justiça do Trabalho. **Esboços**, Florianópolis, v. 13, n. 16, p. 249-277, 2006.

\_\_\_\_\_. A “greve dos 700 mil”: negociações e conflitos na Justiça do Trabalho – São Paulo, 1963. **História Social**, Campinas, n. 14-15, p. 219-236, 2008.

\_\_\_\_\_. Os “inimigos da pátria”: repressão e luta dos trabalhadores do Sindicato dos Químicos de São Paulo (1964-1979). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 67, p. 13-37, 2014.

COSTA, Hélio da. **Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra**. São Paulo, Scritta: 1995.

COSTA, Marli de Oliveira. “**Artes de viver**”: recriando e reinventando espaços – memórias das famílias da Vila Operária mineira Próspera Criciúma (1945/1961). 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

COSTA, Sérgio Amad. **Estado e controle sindical no Brasil**: um estudo sobre três mecanismos de coerção. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986.

CRISPIM, Cristine Santiago. **Memórias e olhares**: um estudo sobre experiências de normalistas afrodescendentes de Criciúma (1959-1969). 2001. Monografia (Especialização em História Social) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CUNHA, Rosa Maria Cardoso da. **A luta dos trabalhadores por verdade, reparação e justiça**: Relatório do Grupo de Trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores, às Trabalhadoras e ao Movimento Sindical. São Paulo: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, 2015.

DALL'ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina**: documentários. Caxias do Sul: EDUCS; Porto Alegre: EST; Florianópolis: Lunardelli, 1983.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro, Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil. *In*: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 169-203.

\_\_\_\_\_. Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo. *In*: TOLEDO, Caio Navarro. **1964. Visões críticas do golpe**: democracias e reformas no populismo. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 69-92.

DEMIER, Felipe. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)**: um ensaio de interpretação histórica. Rio de Janeiro: Maud, 2013.

DIENTSMANN, Gabriel. **Relatório parcial sobre a perseguição aos trabalhadores(as) e ao movimento sindical no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Central Única dos Trabalhadores – Rio Grande do Sul, 2014a

\_\_\_\_\_. **A perseguição aos trabalhadores(as) e ao movimento sindical no Rio Grande do Sul 1964-1985**. Porto Alegre: Central Única dos Trabalhadores – Rio Grande do Sul, 2014b.

DROPPA, Alisson. **Legislação, Justiça do Trabalho e trabalhadores no Rio Grande do Sul (1958-1964)**. Curitiba: CRV, 2018.

ECKERT, Cornélia. **Os homens da mina**: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas/RS. 1985. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1985.

\_\_\_\_\_. Passado e presente de devoção na padroeira dos mineiros de carvão. Estudo da festa de Santa Bárbara no Brasil e na França. *In*: TEIXEIRA, Sérgio Alves; ORO, Ari Pedro (org.). **Brasil e França**: ensaios de antropologia social. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992. p. 55-77.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FAUSTO, Bóris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2011.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil. **Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 831-856, 2009.

FERNANDES, Maria Luiza. **Partidos e sindicato**: um estudo de caso: o sindicato dos trabalhadores na indústria de extração de carvão de Criciúma. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. *In*: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 63-94.

\_\_\_\_\_. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 181-212, 2004.

FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. v. 3.

FONTES, Paulo. **Trabalhadores e cidadãos. Nitro Química**: a fábrica e as lutas operárias nos anos 1950. São Paulo: Sindicato dos Trabalhadores Químicos de São Paulo; Annablume, 1997.

\_\_\_\_\_. **Um Nordeste em São Paulo**: Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966). Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008.

FORTES, Alexandre *et al.* **Na luta por direitos**: estudos recentes em História Social do Trabalho. São Paulo: Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_. **Nós do Quarto Distrito**: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

FICO, Carlos. **O grande irmão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, 2017.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. Uma história social do feminismo: diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 63, p. 7-26, 2018.

FREITAS, Tassiane de Melo. O operariado carbonífero Sul Rio-Grandense e seus padrões através das equipes de futebol (1930-1950), Rio Grande do Sul, Brasil. **Travesía**, Montevideo, n. 2, 325-336, 2017.

\_\_\_\_\_. **Das minas de carvão para os clubes de futebol e sociedades recreativas: experiência de classe entre o operariado da indústria carbonífera do Rio Grande do Sul (1930-1950)**. 2021. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa, Santa Maria, 2021.

FRENCH, John D. **Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, 2010.

GARCÍA PIÑEIRO, Ramón. **La minería del carbón em Asturias: un siglo de relaciones laborales**. Cuadernos de Relaciones Laborales, Madrid, n. 3, p. 67-75, 1993.

GIULIANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 536-559.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: FGV, 1998.

\_\_\_\_\_. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 18, n. 28, p. 55-68, 2002.

\_\_\_\_\_. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. *In*: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge. **As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2. p. 55-81.

GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (org.). **A Justiça do Trabalho e sua história**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

GONTIJO, Rebeca. Tecendo considerações entra a escrita da história, a memória e as fotografias. *In*: SEMANA DE HISTÓRIA DA PUC-RJ, 1998, Rio de Janeiro. **Caderno de Resumos**. Rio de Janeiro: Departamento de História da PUC-RJ, 1998. p. 12-12.

GOULARTI FILHO, Alcides; LIVRAMENTO, Ângela Maria Antunes do Relações de trabalho e formação da mão-de-obra mineira em Santa Catarina, 1918-1929. *In*: GOULARTI FILHO, Alcides (org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. p. 35-47.

GROSSI, Yonne de Souza. **Mina de Morro Velho: a extração do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. 2. ed., Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

- \_\_\_\_\_. **Mundos do Trabalho**: novos estudos sobre história operária. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- \_\_\_\_\_. **A era das revoluções**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- \_\_\_\_\_. **A era do capital**. 32. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011
- \_\_\_\_\_. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013
- HOFF, Gertrudes Novak. **Butiá**: em busca de sua história. Arroio dos Ratos: Gráfica PBS, 1992.
- IANNI, Octavio. **A formação do Estado populista na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- \_\_\_\_\_. **O colapso do populismo no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- JAGUARIBE, Helio *et al.* **La dependencia político-económica de América Latina**. México: Siglo XXI, 1970.
- JOBIM, André Vinícius Mossate. **Os ferroviários e o trabalhismo**: as greves dos anos cinquenta em Santa Maria. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009. p. 67-75.
- KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel. Campanha da Legalidade, luta de classes e golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 67-98, 2012.
- KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. **Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul**: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945). 2006. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.
- KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 4, n. 9, p. 103-177, 1998.
- KLOVAN, Felipe Figueiró. **Sob o fardo do ouro negro**: as experiências de exploração e resistência dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul na primeira metade da década de 1930. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

KLUBOCK, Thomas Miller. Morality and good habits: the construction of gender and class in the Chilean Copper Mines, 1904-1951. *In*: FRENCH, John e JAMES, Daniel (org). **The gendered worlds of Latin American women workers**. Durham: Duke University Press, 1997. p. 232-263.

\_\_\_\_\_. **Contested Communities: Class, Gender, and Politics in Chile's El Teniente Copper Mine, 1904-1951**. Durham: Duke University Press, 1998.

KNOTTER, Ad. Mineração de carvão, migração e etnicidade: uma história global. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 7, n. 14, p. 13-35, 2015.

LEMOS, Gustavo Perez. **Mineiros e sindicalistas na cidade do carvão, 1952-1964**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

LENCINA, Daiana Castoldi. **Camarada Aldo Pedro Dittrich: trajetória profissional, política e repressão (1950-1964)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografias: usos sociais e historiográficos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tânia Regina (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 29-60.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LOPES, José Sergio Leite. Memória e transformação social: trabalhadores de cidades industriais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 17, n.3, p. 583-606, 2011.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Uma difícil conciliação: empresários e trabalhadores no contexto do plano trienal. **História Econômica & História de Empresas**, [Online], v. 8, n. 2, p. 109-143, 2010.

\_\_\_\_\_. João Goulart e a cúpula do movimento sindical brasileiro: o caso das Confederações Nacionais de Trabalhadores (1961-1964). **História**, São Paulo, v. 36, p. 1-23, 2017.

MANDELLI, Bruno. **Entre a lei e os direitos: as experiências dos trabalhadores acidentados na mineração em Criciúma, 1943-1950**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019a.

\_\_\_\_\_. Os processos de acidentes de trabalho dos mineiros na capital brasileira do carvão: a luta pelo direito à saúde. **Estudios Historicos**, Montevideo, v. 9, n. 18, 2017.

\_\_\_\_\_. Maria, Ida e Doraci: acidentes de trabalho das mulheres nas minas de carvão de Criciúma (Brasil) na década de 1940. **Dynamis**, Granada, v. 39, n. 2, p. 357-380, 2019b.

\_\_\_\_\_. **Das minas de carvão para a Justiça: as lutas dos mineiros acidentados de Criciúma/SC**. Jundiaí: Editora Paco, 2020.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. São Paulo: Vozes, 1984.

MARTINS, Luiz Carlos dos Passos. Os caminhos do Profeta: a autobiografia de Samuel Wainer em Minha razão de viver. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 111-126, 2007.

MARTINS, Marisângela Terezinha Antunes. **À esquerda de seu tempo: escritores e o Partido Comunista do Brasil (Porto Alegre, 1927-1957)**. São Paulo: Verona, 2014.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

\_\_\_\_\_. Greves e repressão policial aos sindicatos no processo de formação da classe trabalhadora carioca (1850-1910). *In*: Marcelo Badaró Mattos (org.). **Trabalhadores em greve, polícia em guarda**. Rio de Janeiro: Bom Texto; Faperj, 2004, p. 9-57.

\_\_\_\_\_. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELO, Demian Bezerra de. O Comício da Central: o Rio e as reformas de Jango. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, p. 10-29, 2014.

MILANEZ, Pedro. **Fundamentos históricos de Criciúma**. Criciúma: Edição do autor, 1991.

MINAS, Vitor. **Reportagem de uma morte anunciada: a tragédia dos mineiros do carvão**. Porto Alegre: Tchê!, 1988.

MIRANDA, Antônio Luiz. **Trajetória e experiência do movimento operário sindical de Criciúma – SC: da Ditadura Militar a Nova República**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013a.

\_\_\_\_\_. Sindicalismo e o mundo do trabalho durante a ditadura militar (1964-1985): a experiência de Criciúma. **Perseu**, São Paulo, v. 7, n. 10, p. 119-138, 2013b.

MONTEIRO, Renato de Araújo. O processo de profissionalização do futebol em Criciúma/SC (1948-1952). **Record**: Revista de História do Esporte, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 1-31. 2014.

MOREIRA, Cássio Silva. **O projeto de nação do governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)**. 2011. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MUNHOZ, Dercio Garcia. Inflação brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 30. **Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 59-87, 1997.

MUNHOZ, Sidnei. A Guerra Fria no Brasil: repressão política e resistência durante a primeira fase do conflito. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003. **Anais [...]**. João Pessoa: ANPUH, 2003. p. 1-7.

NASCIMENTO, Dorval do. **As curvas do trem**: a presença da Estrada de Ferro no Sul de Santa Catarina (1880-1975), cidade, modernidade e vida urbana. Criciúma: UNESC, 2004.

NEGRO, Antônio Luigi. Um PCB é pouco, dois é bom, três é demais: a participação operária na política do pós-guerra. **História**, São Paulo, v. 21, p. 251-287, 2002.

\_\_\_\_\_. **Linhas de montagem**: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978. São Paulo: FAPESP; Boitempo, 2004.

NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, Sindicatos e Política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. v. 3. p. 47-96.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura militar brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

NUNES, Diogo Leal. **A reinvenção do trabalhismo no “vulcão do inferno”**: um estudo sobre os metalúrgicos e têxteis de São Paulo. A fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964). 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PACHECO, Diego. **Ecos da resistência**: os grupos dos onze e os trabalhismos em Santa Catarina (1961-1964). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos et al. (org.). **Ditadura e Democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro, FGV, 2008. p. 143-178.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: José Sérgio Leite Lopes (org.). **Cultura e identidade operária**. São Paulo: Marco Zero; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1987. p. 53-101.

PAOLI, Maria Célia; SADER, Éder; TELLES, Vera da Silvia. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 129-149, 1983.

PEREIRA, Vinícios Vieira. **A produção da relação centro e periferia no pensamento econômico**: das teses marxistas do imperialismo capitalista às teorias da dependência. 2015. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

PERROT, Michelle. **Jeunesse de la greve (France, 1871-1890)**. Paris: Éditions du Seuil, 1984.

\_\_\_\_\_. A história feita de greves, excluídos & mulheres (entrevista). **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 191-200, 1996.

PETERSEN, Áurea Terezinha *et al.* **Movimentos grevistas no Rio Grande do Sul de 1945 a 1979**. Porto Alegre: PUCRS, 1981. Mimeografado.

PIRES, Saldino Antonio. **Charqueadas**: sua origem, sua história, sua gente. Charqueadas: Folha Mineira, 1986.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 41-58, 1993.

\_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, v. 14, p. 25-39, 1997.

\_\_\_\_\_. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 103-130.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. **Revista de História**, São Paulo, n. 153, p. 11-33, 2005.

PRESTES, Anita Leocádia. **Os comunistas brasileiros (1945-1956/58)**: Luiz Carlos Prestes e a política do PCB. São Paulo: Brasiliense, 2010.

\_\_\_\_\_. **Luiz Carlos Prestes, o combate por um partido revolucionário (1958-1990)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. Conflitos e sociabilidade: os bares e cabarés de Porto Alegre no contexto das greves da Primeira República. **História Revista**, Goiânia, v. 21, n. 3, p. 110-125, 2016.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. O médico, a fé e os operários: militância comunista entre traumas, interditos e narrativas históricas. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 14, p. 1-24, 2022.

ROCHA, Joallan Cardim. **Os mineiros bolivianos**: identidade, conflito e consciência de classe. Curitiba: Appris, 2018.

RODEGHERO, Carla Simone. **Memória e avaliações**: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964. 2002. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Industrialização e atitudes operárias**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

SALDANHA, Neli. **No melhor dos tempos e nas tempestades**: um homem de luta na trilha do socialismo. Caxias do Sul: Eva Eberhardt, 1996.

SANTANA, Marco Aurélio. Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964). *In*: FERREIRA, Jorge. REIS FILHO, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil**: nacionalismo e reformismo radical. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2. p. 237-277.

\_\_\_\_\_. Um partido em dois tempos: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) nas conjunturas pré e pós golpe de 1964. **Avances del Cesor**, Rosario, v. 17, n. 22, p. 173-187, 2020.

SANTOS, Silvio Coelho. **Nova história de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2004.

SCHIMDT, Benito Bisso. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 4, n. 6, p. 165-192, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SILVA, Cristina Enes da. **Nas profundezas da terra**: um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul (1883/1945). 2007. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SILVA, Fernando Teixeira da. **A carga e a culpa**: os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968. São Paulo: HUCITEC; Santos: PMS, 1995.

\_\_\_\_\_. Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos. *In*: BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). **Culturas de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 205-245.

\_\_\_\_\_. **Trabalhadores nos tribunais**: conflitos e justiça do trabalho em São Paulo no contexto do golpe de 1964. São Paulo: Alameda, 2016.

SILVA, Fernando Teixeira da; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). *In*: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge. **As esquerdas no Brasil**: nacionalismo e reformismo radical (1945-1965). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2. p. 101-140.

SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho. **As práticas de normalização da violência operacionalizadas pela Volkswagen do Brasil na Ditadura Militar Brasileira (1964-1985)**. 2018. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Marjorry Calumbi Gomes da. **Rede de comunicação Eldorado**: conexões entre política e poder no sul de Santa Catarina. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2018.

SILVA, Nauber Gavski da. **“O mínimo” em disputa: salário mínimo, política, alimentação e gênero na cidade de Porto Alegre (1940-1964)**. 2014. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SILVA, Paulo Renato da. Memória, História e Cidadania. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 23, n. 32, p. 327-346, 2010.

SILVEIRA, Éder da Silva. **Além da traição: Manoel Jover Teles e o comunismo no Brasil do século XX**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

SOSA, Derocina Alves Campos. **A história política do Brasil (1930-1934) sob a ótica da imprensa gaúcha**. Rio Grande: FURG, 2007.

SPERANZA, Clarice Gontarski. **Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

\_\_\_\_\_. **Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954)**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

\_\_\_\_\_. Branco, preto, pardo, moreno ou escuro? Classificações raciais nas carteiras dos trabalhadores gaúchos (1933-1945). **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 21, n. 1, p. 100-124, 2017.

\_\_\_\_\_. Gênero e classe numa comunidade de mineração de carvão do Brasil em meados do século XX. **Revista da Red Latinoamericana Trabajo y Trabajadores**, n. 1, p. 113-136, 2020.

\_\_\_\_\_. O afluxo de refugiados e “deslocados de guerra” para as minas de carvão do Rio Grande do Sul ao fim da II Guerra. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 37, n. 74, p. 565-590, 2021.

SULZBACH, Ervino Lothar. **Arroio dos Ratos: berço da indústria carbonífera nacional**. Arroio dos Ratos: Editora Gráfica PBS, 1985.

TEIXEIRA, José Paulo. **Os donos da cidade**. Florianópolis: Insular, 1996.

TEIXEIRA, Wilson *et al.* **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.

TELLES, Jover. **O movimento sindical no Brasil**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981

TOLEDO, Caio Navarro de. A democracia populista golpeada. *In*: TOLEDO, Caio Navarro de (org). **1964. Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2014. p. 39-58.

THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História Comparada: olhares plurais. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 7-22, 2003.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1997. v. 1.

\_\_\_\_\_. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

TREMPÉ, Rolande. Les caractéristiques du syndicalisme minier français et son apport au mouvement ouvrier français. **Historical Papers/Communications historiques**, Québec, v. 16, n. 1, p. 144-154, 1981.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past: Power and the Production of History**. Boston: Beacon Press, 1995.

VALDEBENITO VENEGAS, Hernán. La posición estratégica de los trabajadores del carbón en Chile. De su fortaleza a la crisis, 1920-1960. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 445-474, 2012.

VAN DER LINDEN, Marcel. História do trabalho: o velho, o novo e o global. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 11-26, 2009.

VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. São Jerônimo: Edição do autor, 1993.

VIANA, Júlio César. A festa de Santa Bárbara. In: GONÇALVES, Gesiel da Silveira (org.). **Aconteceu no século XX: momentos que movimentaram Criciúma**. Criciúma: Edição do autor, 2003.

VINHAS, Moisés. **O partidão: a luta por um partido de massas**. São Paulo: Hucitec, 1982.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações exteriores do Brasil (1930-1964): o nacionalismo, da Era Vargas a política externa independente**. São Paulo: Vozes, 2009.

VOLPATO, Terezinha. **A pirita humana: os mineiros de Criciúma**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

\_\_\_\_\_. **Vidas marcadas: trabalhadores do carvão**. Tubarão: Unisul, 2001.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

WILLIAMS, Cody. **“To sacrifice the vital rhythms of their being”**: impairment, resistance, and industrial crisis in São Jerônimo, Rio Grande do Sul, 1944-1964. 2019. Thesis (Master of Arts Degree) – College of Arts and Sciences, University of Oklahoma, Norman, 2019.

WITKOWSKI, Alexsandro; FREITAS, Tassiane de Melo. **Sobre os homens desta terra: a trajetória de fundação do sindicato dos mineiros de Butiá no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edição dos autores, 2006.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

WRIGLEY, Chris. The state, labour conflicts and coal mining. *In*: BERGER, Stefan; ALEXANDER, Peter (org.). **Making Sense of Mining History: Themes and Agendas**. London: Routledge, 2019. p. 234-250.

ZANELATTO, João Henrique; TRICHÊS, Janete; CAROLA, Carlos Renato. Do golpe militar à instalação do 28º Grupo de Artilharia de Campanha (GAC): a ditadura civil-militar na capital nacional do carvão (1964-1977). **Antíteses**, v. 1, n. 17, p. 200-221, 2016.

ZANELATTO, João Henrique; CAMPOS, Krislaine da Cruz de. Comunismo e anticomunismo no jornal Tribuna Criciumense (1955-1965). **Diálogos**, Maringá, v. 22, n. 2, p. 98-119, 2018.

ZOLA, Émile. **Germinal**. São Paulo: Martin Claret, 2008.